

*VIII SIMPÓSIO  
DE PESQUISA  
SOBRE MIGRAÇÕES*

**CADERNO  
DE RESUMOS  
2022**



**Orgs.  
Mohammed ElHajji  
Fernanda Paraguassu  
Daniela Nigri  
Sidney Dupeyrat de Santana**

**Realização**



**Mais informações**

[f /oestrangeiro.org](https://www.facebook.com/oestrangeiro.org)  
[@/migrantesnobrasil](https://www.instagram.com/migrantesnobrasil)  
[y /oestrangeiroorg](https://www.youtube.com/channel/UC...)  
[t /OrgOestrangeiro](https://www.twitter.com/OrgOestrangeiro)

**SUPERVISÃO**

Mohammed ElHajji

**COORDENAÇÃO**

Fernanda Paraguassu

**COMISSÃO ORGANIZADORA  
DO EVENTO**

Fernanda Paraguassu  
Sidney Dupeyrat de Santana  
Daniela Nigri  
Corina Evelin Demarchi Álvaro  
Pino Coviello  
Diane Portugueis  
Otávio Cezarini Ávila  
Conceição de Souza  
Adriana Maria de Assumpção  
João Paulo Rossini

**PARECERISTAS**

Adriana Maria de Assumpção  
Bruno Foureaux  
Camila Escudero  
Diane Portugueis  
Conceição de Souza  
Corina Evelin Demarchi  
João Paulo Rossini  
Otávio Cezarini Ávila  
Patricia Posch  
Sandra Felício Roldão Sidney  
Dupeyrat de Santana Suzana  
Duarte Santos Mallard

**CAPA**

Daniela Nigri

**DIAGRAMAÇÃO E REVISÃO**

Fernanda Paraguassu  
Daniela Nigri  
Sidney Dupeyrat de Santana

**EDIÇÃO**

Périplos  
Rio de Janeiro, 2022

Simpósio de Pesquisa sobre Migrações (8. : 2022 :  
Rio de Janeiro, RJ)  
VIII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações  
[livro eletrônico] : caderno de resumos 2022 /  
organização Mohammed ElHajji...[et al.]. --  
1. ed. -- Rio de Janeiro : Périplos, 2022.  
PDF.

Vários autores.  
Outros organizadores: Fernanda Paraguassu,  
Daniela Nigri, Sidney Dupeyrat de Santana.  
Bibliografia.  
ISBN 978-65-88293-01-0

1. Brasil - Emigração e imigração 2. Emigração  
e imigração - Aspectos sociais 3. Emigração e  
imigração - Legislação 4. Refugiados - Brasil -  
Aspectos sociais 5. Refugiados - Cooperação  
internacional 6. Refugiados - Direitos fundamentais -  
Brasil 7. Refugiados - Estatuto legal, leis,  
etc - Brasil 8. Xenofobia I. ElHajji, Mohammed.  
II. Paraguassu, Fernanda. III. Nigri, Daniela.  
IV. Santana, Sidney Dupeyrat de.

## SUMÁRIO

Prefácio <b>Fernanda Paraguassu</b>	1
Projeto Brasileiros no exterior – Portal de dados sobre emigração brasileira: uma nota metodológica <b>Adriana Cristina Alves do Amaral</b>	6
Perspectiva de género em la legislación migratória brasileña <b>Corina Evelin Demarchi Villalón</b>	11
Refugiados venezuelanos com deficiência: refúgio e interseccionalidade sob as lentes da comunicação e do jornalismo humanitário <b>Amanda Christina Ganzarolli</b>	16
A economia criativa como um caminho viável para a vinculação física e simbólica <b>Conceição de Souza</b>	19
Palestinos na América Latina: da cobertura da mídia aos processos comunicacionais para a preservação da cultura, da história e da luta por reconhecimento <b>Ahmad Sa d Mohammad Alzoubi</b>	24
Imagens indesejáveis: Água Prateada, um autorretrato da Síria <b>Mariana Teixeira Elias</b>	29
Para um estudo da diáspora ortodoxa no Brasil <b>Álvaro Maximiliano Pino Coviello</b>	33
Relatos de mujeres migrantes: conversatorios como propuesta de comunidad virtual <b>Manuela Flores de Almeida; Kathleen Damaris Chamorro Pablo; Amanda Figueiredo Falcomer Meneses; Luiza Guimarães Vasconcelos</b>	40
O caminhar de um guineense: o circular entre países para a formação acadêmica <b>Mamadú Cissé</b>	46
Discutindo identidade através dos fluxos migratórios e da Copa dos Refugiados e Imigrantes <b>Guilherme Silva Pires de Freitas</b>	52
O japonês na vitrine: Foujita no Rio de Janeiro <b>Luiz Vinicius Rodrigues dos Santos</b>	57
Quadrinhos, migração e memória: uma análise de graphic memoirs de autoras migrantes <b>Ludmila e Silva Masih</b>	62
Estudantes Bissau-guineenses em Lisboa-ISCSP: motivações, desafios cotidianos, redes de sociabilidades e perspectivas <b>Antonio Gislailson Delfino da Silva</b>	70
Alfabetização para haitianos: notas de uma pesquisa <b>Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho</b>	77

A mobilidade ocupacional das/dos migrantes brasileiras/os na Áustria <b>Claudia Pires de Castro</b>	81
Ensino de português para refugiados em São Paulo: coleta e análise de dados <b>Ana Carolina Faleiros Camargo Moreno</b>	87
O que é ser imigrante? Os significados da experiência migratória para os imigrantes brasileiros em Portugal <b>Patricia Posch</b>	92
Escritas migrantes e escritas refugiadas como formação e identidades de mulheres na diáspora: refúgio na educação <b>Rosane Pereira Marques</b>	97
Um olhar para a migração feminina a partir das metamorfoses identitárias de uma mulher africana no Brasil <b>Suêlen Cristina de Miranda</b>	103
Conversas com refugiados: interações de um campo social heterotópico <b>Caroline Godoi de Castro Oliveira</b>	108
Configuración del haitianismo mediante la história de vida de um inmigrante haitiano residente al sur de Chile <b>Rodolfo Augusto Hlousek Astudillo</b>	113
Os efeitos da pandemia do SARS-COV-2 (COVID-19) em estudantes e pesquisadores internacionais presentes nas universidades brasileiras <b>Damaris Ester Carvalho dos Santos</b>	118
Refúgio, fronteiras cerradas e pandemia de COVID-19: uma relação de escassa atenção jornalística em Roraima <b>Liana Silva de Lima</b>	124
Comunicação de Risco e Jornalismo: a nomeação na mídia dos deslocados devido às mudanças climáticas <b>Nádia Silva Moragas</b>	129
Narrar para apoiar, narrar para inspirar: reflexões sobre o pertencimento em uma era de muros e conexões <b>Julia Afonso Lyra</b>	136
A xenofobia aos imigrantes venezuelanos no Brasil como expressão do estranhamento e o papel das ideologias do nacionalismo e individualismo: considerações iniciais <b>Vinicius de Paula Ismael</b>	142
Preconceito e xenofobia: relatos de estudantes de países africanos do Ceará <b>Ablavi Victoire Adjalla</b>	148
Aymaras e quechuas na cidade de São Paulo: sociabilidades e sintonias interétnicas migrantes <b>Cristina de Branco</b>	156
A ressonância da opinião pública nas políticas migratórias <b>Nathan Chagas Simões</b>	161

Acesso à justiça e os refugiados: efetivação de direitos humanos <b>Pedro Teixeira Pinos Greco</b>	168
Estudo sobre o povo Warao em Ribeirão Preto: diferenças culturais e impasses trazidos pelas instituições brasileiras <b>Ana Clara Fernandes de Souza</b>	173
Os processos de des-re-territorialização e multiterritorialidade dos venezuelanos na região Noroeste do Estado do Rio de Janeiro <b>Anderson Barbosa de Lima</b>	179
Brazil/Canadá: fotografia, identidade e migração <b>Bruno Belli Sinder</b>	184
As memórias de um “lugar de memória”: imagens e narrativas da Saara <b>Daniela Martins Nigri</b>	189
Irmãos de além-mar? Ensaio sobre vestígios da imigração portuguesa no Brasil <b>Mario Luis Grangeia</b>	194
Refúgio e COVID-19: impactos de dois desastres para refugiados empreendedores <b>Estevão Cristian da Silva Leite</b>	200
The unfinishedness in the migration trajectories of Red Cross users in Málaga, Spain <b>João Paulo Rossini</b>	206
Xenofobia racializada: implicações no contexto do deslocamento forçado <b>Denis Barreto da Silva</b>	211
Fechamento de fronteiras: securitização das migrações venezuelanas para o Brasil durante a COVID-19 – <b>Thais Tozzini Ribeiro</b>	217
Pessoas que atravessam a América: a comunidade chilena no Brasil <b>Sidney Dupeyrat de Santana</b>	223
Escutando as vozes das crianças migrantes <b>Silvana Bezerra de Castro Magalhães</b>	229
Língua portuguesa como tecnologia de acolhida de refugiados – a pedagogia humanitária do Instituto Adus <b>Sebastião Lisboa de Andrade Rinaldi</b>	235
A tradução juramentada gratuita como ferramenta de acesso à documentação civil da(o) imigrante no Estado do Rio de Janeiro <b>Guilherme Goes Rossetto e Lucas Teixeira Reis Barbosa</b>	242
Des-res-territorialização venezuelana: apontamentos sobre a reinserção profissional de migrantes graduados no Rio de Janeiro <b>Gabriel de Almeida Belmonte</b>	247
Ambiência e reciprocidade: refugiados como agentes de mudanças locais <b>Ilana Sancovschi</b>	254

## PREFÁCIO

**Fernanda Paraguassu\***

Coordenadora do VIII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações

Refúgio, pandemia, identidade, xenofobia e questões de gênero compõem o retrato atual dos temas de pesquisas relacionadas ao processo migratório, apresentado durante o VIII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações. Depois de um intervalo de dois anos, por conta dos efeitos da pandemia de Covid-19 declarada no início de 2020, o Grupo de Pesquisa em Migrações Transnacionais e Comunicação Intercultural – Diaspotics, coordenado pelo prof. Mohammed ElHajji, organizou a oitava edição do evento, realizada entre os dias 24 e 26 de outubro de 2022.

O objetivo do simpósio foi reunir pesquisas e experiências, especialmente de pesquisadores de mestrado, doutorado e pós-doutorado do Brasil e do exterior. A novidade desta edição foi o formato híbrido de apresentação dos trabalhos, divididos em 12 mesas temáticas, sendo a metade apresentada presencialmente no Campus Praia Vermelha da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e as demais, virtualmente. Todo o evento foi transmitido simultaneamente pelo canal oestrangeiroorg no YouTube, onde o material completo pode ser encontrado na *playlist* do simpósio.

Foram recebidos 62 resumos expandidos, dos quais 45 foram aprovados pelos pareceristas. Mestrandos e doutorandos formaram a maior parte do grupo desta edição, que também contou com a participação de graduandos e doutores. Mais da metade dos participantes que apresentaram trabalhos eram mulheres (55%). A diversidade de cidades de origem, indo além do eixo Rio de Janeiro-São Paulo, contribuiu para enriquecer o debate e trazer novas perspectivas sobre as migrações. Eram cidades das quatro regiões do país e o Distrito Federal, como Seropédica (RJ), Nova Friburgo (RJ), Ribeirão Preto (SP), Campos dos Goytacazes (SP), Dourados (MS), Salvador (BA), Fortaleza (CE), Boa Vista (RR), Curitiba (PR) e Brasília (DF). Também foram enviados trabalhos desde Minho (Portugal); Temuco, região de La Araucanía (Chile) e London, Ontario (Canadá). Houve ainda a presença de participantes estrangeiros residentes no Brasil, provenientes de países como Benin, Argentina e Jordânia.

Após uma leitura atenta, é possível identificar menções aos teóricos Abdemalek Sayad e Georg Simmel para tratar dos conceitos de imigrante e de estrangeiro. Zygmunt Bauman, Alfred Schütz, Mohammed ElHajji, Stephen Castles são outros teóricos da migração mencionados ao longo dos textos. Stuart Hall é citado na reflexão sobre identidade; Susan Sontag, sobre a imagem da dor; Hannah Arendt, em discussão sobre

o refúgio; Paulo Freire e sua pedagogia do oprimido; a necropolítica de Achille Mbembe e os condenados da terra de Franz Fanon entram no debate da xenofobia racializada; e Maurice Halbwachs, na temática da memória coletiva, entre outros.

Este caderno é composto pelos resumos expandidos aprovados e apresentados durante o simpósio e segue a ordem da programação do evento. A mesa de abertura tratou de fluxos migratórios, territórios e identidades e teve o objetivo de oferecer um panorama geral dos estudos sobre migração. Relatório divulgado pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) em 2022 estima que 281 milhões de pessoas viviam fora de seus países de origem em 2020. São 60 milhões de pessoas a mais que em 2010. Do total que vive fora de seus países de origem, 26,4 milhões são refugiados e quase a metade são crianças.

Mesmo com impactos da pandemia de Covid-19, que levou países a fecharem suas fronteiras, reduzindo drasticamente a mobilidade global nos últimos dois anos, diversos eventos fizeram com que as pessoas continuassem a migrar. Os números do relatório da OIM de 2022 também não levam em conta a guerra da Ucrânia deflagrada no início de 2022, que causou uma das maiores crises de deslocamento forçado da história, de acordo com a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR).

Os dados mostram que a migração não é uniforme ao redor do mundo. É moldada por diferentes fatores que impactam o processo de deslocamento, como mudanças tecnológicas, geopolíticas e ambientais, com reflexos nos fluxos migratórios, na definição de territórios, que priorizam uma troca simbólica e mais subjetiva, e na construção de identidades. Como afirma o intelectual Stuart Hall, nossa identidade não é fixa. É móvel e contraditória. Transformada continuamente com a diversidade cultural.

O trabalho de abertura do evento de pesquisadores da Universidade Metodista de São Paulo apresenta um projeto de banco de dados de acesso público e gratuito sobre brasileiros no exterior. A premissa é que o portal tenha informações sobre o deslocamento de brasileiros, as origens e condições de vida, suas interações com o Brasil, orientadas pela perspectiva comunicacional aplicada a conceitos como interculturalidades, vínculos e mediações culturais, seguindo a linha de Muniz Sodré, que defende que comunicação é vinculação. Atualmente, estima-se que haja 4,2 milhões de brasileiros vivendo no exterior, um número três vezes maior que a quantidade de imigrantes no país, indicando que o banco de dados pode ser uma valiosa ferramenta de informações para aprendermos sobre relações interculturais.

O trabalho seguinte sobre a perspectiva de gênero na legislação migratória brasileira, de autoria da pesquisadora argentina Corina Villalón, indica o interesse de

pesquisadores em dar visibilidade ao tema, uma vez que o aumento das mulheres nos fluxos migratórios torna-se cada vez mais conhecido. No entanto, como alerta Villalón, as especificidades e demandas das mulheres não são reconhecidas pela legislação do Brasil. Outro trabalho sobre mulheres, da PUC-SP, tratou de um olhar sobre a migração feminina a partir de transformações identitárias de uma mulher africana no Brasil. Da Universidade de Brasília, surgiu uma proposta de rodas de conversa virtuais com mulheres migrantes em espanhol como espaço de convivência na língua materna para garantir o bem-estar. Da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), uma pesquisa pretende compreender as potências das escritas migrantes, como instrumento de formação de identidade, construção e fortalecimento da educação, bem como refúgio, especialmente para mulheres negras que migram em busca de conhecimento, qualificação e visibilidade.

Dez trabalhos mencionavam o refúgio nas palavras-chave que, em geral, tratavam da situação dos venezuelanos no Brasil, desde a securitização das migrações venezuelanas durante a pandemia, até as diferenças culturais do povo Warao e os impasses trazidos pelas instituições brasileiras. Para a mesa de abertura, selecionamos um trabalho ainda mais específico, que chamava a atenção para uma lacuna de dados e de pesquisas sobre o tema de pessoas com deficiência em situação de refúgio. Amanda Ganzarolli trouxe um trabalho sobre refugiados venezuelanos com deficiência, em que tratou da comunicação e do jornalismo humanitário como forma de contribuir para o enfrentamento da violação de direitos fundamentais das pessoas com deficiência, especificamente com Transtorno de Espectro Autista (TEA). Ganzarolli destacou que dos 27,1 milhões de pessoas em situação de refúgio, 4,4 milhões são venezuelanos. No Brasil, a Operação Acolhida assistiu 78.767 venezuelanos entre 2018 e 2022. No entanto, as estatísticas sobre pessoas com deficiência em situação de refúgio são escassas e sua representação na mídia é “opaca”, o que pode gerar impactos negativos em seu desenvolvimento. O jornalismo humanitário também foi tema de outro trabalho do simpósio. Dessa vez sob a perspectiva da paz, em que tratou dos palestinos na América Latina, ao analisar a cobertura da mídia aos processos comunicacionais para a preservação da cultura, da história e da luta por reconhecimento.

A economia criativa como estratégia para o desenvolvimento socioeconômico dos imigrantes-refugiados que fixaram residência na cidade do Rio de Janeiro foi a pesquisa que encerrou a mesa de abertura. Conceição de Souza, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), tratou da subsistência por meio da produção e



comercialização da gastronomia típica de seus países de origem. A comida, considerada símbolo identitário e de pertença, segundo Souza, é usada como símbolo de identidade assumida e reivindicada. “Cada lugar possui seus próprios pratos-emblemas, possuindo intrinsecamente uma narrativa que expressa pertencimento e identidade”, afirma ela, recorrendo a ElHajji, para quem as questões nacionais e identitárias devem levar em considerações aspectos culturais, territoriais e linguísticos, indo além da questão das fronteiras formais.

Os efeitos da pandemia de Covid-19 e a geografia da exclusão foram outros temas de destaque no simpósio, mostrando os desafios da migração na contemporaneidade. Em “Refúgio e Covid-19: impactos de dois desastres para refugiados empreendedores”, Estevão Leite, do Programa de Engenharia de Produção da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), avalia que a crise humanitária do refúgio somada à pandemia aprofundou as vulnerabilidades e trouxe ainda mais desafios para as pessoas em processo de deslocamento forçado. Thais Tozzini Ribeiro apresentou uma análise detalhada sobre o tratamento discriminatório dado aos venezuelanos pela legislação brasileira que regulou o fechamento de fronteiras durante a pandemia, considerados ameaça sanitária pelo Poder Executivo.

O preconceito e a xenofobia em relatos de estudantes de países africanos do Ceará foi tema do trabalho da beninense Ablavi Victoire Adjalla, estudante no Brasil, que aborda o conceito de migração de Sayad e o conceito cultural e diaspórico de Stuart Hall e Frantz Fanon. De acordo com Adjalla, a expectativa de serem bem acolhidos pelos brasileiros, devido à história da escravidão e pelo fato de a maior parte população ser negra, não correspondeu à realidade. Vivenciaram, racismo, xenofobia e preconceito, segundo ela, que decidiu fazer o trabalho por acreditar que essas histórias devem ser contadas por eles mesmos. Denis Barreto da Silva tratou da xenofobia racializada no Brasil, em que grupos com determinadas características étnico-raciais e culturais são alvos de racismo e xenofobia, o que também foi identificado no trabalho de Sebastião Rinaldi, ao analisar a pedagogia humanitária do Instituto Adus, por meio de uma observação participante, em São Paulo. Ao recorrer aos conceitos de biopoder, de Michel Foucault, e necropolítica, de Achille Mbembe, o pesquisador alerta para o zelo com a linguagem, o que inclui a metodologia de Português como língua de acolhimento.

A construção de identidades, memória e tradição foram temas de outra mesa que trouxe histórias de vida para analisar a circulação de pessoas. Entre os trabalhos, a questão da identidade e da Copa dos Refugiados; a caminhada de um guineense para

a formação acadêmica; os lugares de memória de uma região de famílias de migrantes sírios e libaneses no Rio de Janeiro; as histórias em quadrinhos de autoras migrantes; a visita do artista japonês ao Brasil que influenciou a arte das vanguardas; as memórias da comunidade chilena no Brasil e a formação da sua identidade intercultural.

Há ainda trabalhos sobre direitos humanos e cidadania discutiram o acesso à justiça, à tradução juramentada gratuita e à reinserção profissional de migrantes graduados, que lembram a importância da disseminação de informações sobre o refúgio no país. A apresentação de apenas um trabalho sobre crianças migrantes chamou atenção num momento em que metade dos refugiados no mundo são crianças.

Encerrando o caderno, o trabalho de Ilana Sancovski, inserido no campo da Arquitetura e do Urbanismo, parte de uma pesquisa que estuda o processo de (des)construção do habitar de sujeitos em situação de refúgio, aborda o espaço urbano a partir do conceito de ambiências sensíveis. Com foco nos aspectos sociais e culturais do espaço, Sancovski reflete sobre a inserção de refugiados na cidade do Rio de Janeiro. A pesquisadora afirma que estamos longe da experiência de uma “cidade aberta” e defende o estabelecimento de ambiências de acolhimento e hospitalidade que propiciem a transformação desses sujeitos em agentes de mudanças locais.

Esperamos que desses textos saiam contribuições para novos trabalhos e outras iniciativas para melhorar as condições de vida de migrantes e refugiados. A ideia é que seja possível identificar não apenas temas importantes, mas também as lacunas que precisam ser exploradas. Afinal, como diz Sayad, se a migração é um fato social total, e se não há uma teoria capaz de englobar todas as questões e influências do processo migratório, não será uma pesquisa única capaz de esgotar todos os questionamentos. Então nosso compromisso como comunidade acadêmica, sociedade civil e como indivíduos deve ser encontrar novos caminhos por meio do diálogo. Tornar o desconhecido conhecido para que possamos agir de forma eficiente e acolhedora.

Boa leitura!

*\*Fernanda Paraguassu é doutoranda em Comunicação e Cultura pelo PPGCOM-UFRJ. É autora do livro “Narrativas de infâncias refugiadas: a criança como protagonista da própria história” (Ed. Mauad X), primeiro título da Coleção Renovação da ECO/UFRJ.*

**PROJETO BRASILEIROS NO EXTERIOR  
PORTAL DE DADOS SOBRE EMIGRAÇÃO BRASILEIRA:  
uma nota metodológica<sup>1</sup>**

**PROJECT BRAZILIANS ABROAD  
DATA PORTAL ABOUT BRAZILIAN EMIGRATION:  
a methodological note**

**PROYECTO BRASILEÑOS EN EL EXTERIOR  
PUERTA DE DATOS SOBRE LA EMIGRACIÓN BRASILEÑA:  
una nota metodologica**

Camila ESCUDERO  
Otávio Cezarini ÁVILA  
Adriana Cristina Alves do AMARAL<sup>2</sup>

**Resumo:** O objetivo principal deste trabalho é apresentar, brevemente, o percurso teórico-metodológico do processo de construção de uma plataforma de dados sobre a temática da emigração brasileira, denominada “Brasileiros no Exterior – Plataforma de dados sobre emigração brasileira”. O projeto – de caráter prático-extensionista desenvolvido contexto da pesquisa acadêmica – tem como proposta criar um banco de dados de acesso público e gratuito, atualizado, com informações sobre o deslocamento de brasileiros, as origens e condições de vida do brasileiro no exterior, bem como suas interações com o Brasil, orientadas pela perspectiva comunicacional aplicada a conceitos como interculturalidades, vínculos e mediações culturais.

**Palavras-Chave:** Processos Migratórios. Brasileiros no Exterior. Base de Dados

**Keywords:** Migratory Processes. Brazilians abroad. Database.

**Palabras clave:** Procesos Migratorios. Brasileños en el exterior. Base de datos.

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no VIII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 24 a 26 de outubro de 2022.

<sup>2</sup> Doutora em Comunicação e Cultura pela UFRJ e docente pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo, email: [camilaescudero@uol.com.br](mailto:camilaescudero@uol.com.br).

Doutor em Comunicação e Cultura pela UFRJ, email: [otavioczav@gmail.com](mailto:otavioczav@gmail.com).

Doutoranda e Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo, email: [adrianacristinaalvesdoamaral@gmail.com](mailto:adrianacristinaalvesdoamaral@gmail.com)

## Processo de construção de dados sobre emigração brasileira

Reconhecido ao longo de sua história por ser um país de imigração pela chegada dos estrangeiros que contribuíram na formação da sua identidade nacional (RIBEIRO, 1995; LESSER, 2001), sabe-se que o Brasil, a partir da década de 1980, passou a ser considerado, também, um país de emigração. Hoje, estima-se que haja 4.215.800 brasileiros vivendo no exterior (MRE, 2021), quantidade quase três vezes maior que a estimativa de imigrantes internacionais vivendo no país, que é de 1,3 milhão de pessoas, segundo o OBMigra (2021).

O fato de ser uma ocorrência recente, de “apenas” 40 anos, de não haver dados estatísticos exatos e concentrados sobre essa população, além da inter e transdisciplinaridade natural da temática migratória – de acordo com Sayad (1998), o itinerário do migrante é um “itinerário epistemológico” – acabam por impactar a quantidade de estudos produzidos, o interesse acadêmico-científico e a própria visibilidade e debate social sobre a questão. Assim, observa-se lacunas na compreensão empírica e estudo dessa temática, como explicitado em relatório da Organização Internacional para Migrações – OIM (2022).

Dessa maneira, o objetivo principal deste trabalho é apresentar, brevemente, o percurso teórico-metodológico do processo de construção de uma plataforma de dados sobre a temática da emigração brasileira, denominada “Brasileiros no Exterior – Plataforma de dados sobre emigração brasileira”. O projeto – de caráter prático-extensionista desenvolvido contexto da pesquisa acadêmica – tem como proposta criar um banco de dados de acesso público e gratuito, atualizado, com informações sobre o deslocamento de brasileiros, as origens e condições de vida do brasileiro no exterior, bem como suas interações com o Brasil.

Espera-se com essa base sistematizar e disponibilizar informações sobre o tema, atrair outros pesquisadores (possibilitando o trabalho em rede), além de contribuir com subsídios para futuras investigações teóricas e empíricas interdisciplinares. Espera-se de tal itinerário de pesquisa o aprofundamento do perfil da comunidade emigrante no exterior, suas características, demandas, formas de organização e atuação social e econômica, estruturação em redes, práticas culturais, políticas públicas, inovação e impacto, bem como questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável.

A plataforma começou a ser desenvolvida em agosto de 2022 e tem previsão de lançamento para novembro de 2022<sup>3</sup>. É parte integrante da pesquisa

---

<sup>3</sup> O link de acesso será divulgado em breve.

acadêmica *Brasileiros no exterior: As redes de comunicação na identificação do perfil, condições de vida, formas de organização e de construção das identidades*, a ser desenvolvida no prazo de 60 meses (entre 2022 a 2028), no programa de pós-graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo.

A premissa é que a plataforma funcione como um tipo de “observatório” dos brasileiros no exterior. Em formato de *website* virtual, será construída e alimentada ao longo do tempo pela equipe do projeto – graduandos, pós-graduandos e pesquisadores associados – de forma permanente com dados públicos já existentes e a partir de futuros dados obtidos conforme desenvolvimento do projeto de pesquisa – no qual esta iniciativa está vinculada.

A versão inicial da plataforma (que estamos denominando 1.0) está prevista para ser estruturada com as seguintes seções:

**BRASILEIROS NO EXTERIOR – PLATAFORMA DE DADOS  
SOBRE EMIGRAÇÃO BRASILEIRA**

**Institucional:** histórico do projeto, equipe etc.

**Projetos:** projetos de pesquisas desenvolvidos e notas metodológicas.

**Dados e análises:** bases de dados para exportação, gráficos, tabelas, dados estatísticos, textos analíticos, relatórios, documentos, metodologias aplicadas etc.

**Publicações:** livros, artigos, notas técnicas, relatórios, ou seja, produção própria a partir dos resultados obtidos pelos projetos de pesquisa, parciais ou totais.

**Notícias:** informações sobre atualizações da plataforma, *newsletters*, divulgação de publicações e eventos etc.

**Apoio e parceiros:** indicações de instituições parceiras.

**Contato e Redes sociais:** e-mail, perfil no Facebook e Instagram.

Nesta versão 1.0, serão incluídas as seguintes bases:

1. Estudos e pesquisas
2. Legislação
3. Estimativas – MRE
4. Remessas financeiras
5. Organizações da sociedade civil

As abordagens das pesquisas utilizadas para obtenção dos dados a serem sistematizados para inclusão nas plataformas são a qualitativa e a quantitativa com técnicas diversificadas: análise documental, entrevistas, questionários *surveys*, etc., a depender do objeto. As análises serão produzidas a partir de análises de conteúdo

(BARDIN, 1977), do discurso (PINTO, 1999), da narrativa (MOTTA, 2019), entre outras possibilidades de acordo com a proposta.

Importante ressaltar que concentraremos os estudos em torno das possibilidades que a área da Comunicação Social oferece – campo do conhecimento no qual vem sendo desenvolvido a pesquisa acadêmica citada anteriormente, partindo da perspectiva transnacional (SCHILLER, 2012) de aspectos de mediação e vinculação (MARTÍN-BARBERO, 1991; SODRÉ, 2014).

De acordo com Martín-Barbero, a verdadeira proposta do processo de comunicação não está no conteúdo das mensagens, nem nos instrumentos tecnológicos (canais transmissores de informação), mas nos modos de interação que o próprio meio transmite ao receptor. É assim que a comunicação assume um sentido de prática social que abarca, entre outros elementos, a produção cultural. “O eixo do debate deve se deslocar dos meios para as mediações, isto é, para as articulações entre práticas de comunicação e movimentos sociais, para as diferentes temporalidades e para a pluralidade de matrizes culturais” (MARTÍN-BARBERO, 2002, p. 55).

Seguindo essa mesma linha, Sodré (2014) defende que a comunicação não deve ser reduzida a uma “dimensão antropomórfica”, consciente, verbal, com foco na relação emissor-receptor, na troca de informação e na prática discursiva. Isso, na opinião do autor, deixaria escapar a complexidade do processo comunicativo e do próprio significado original do termo comunicar – que seria “vincular, relacionar, concatenar, organizar ou deixar-se organizar pela dimensão constituinte, intensiva e pré-subjetiva do ordenamento simbólico do mundo” (SODRÉ, 2014, p. 9).

Na verdade, as ideias acima vêm servindo de base teórica para a própria construção e desenvolvimento do conceito de comunicação intercultural aplicado a processos migratórios – como desenvolvemos em estudos anteriores (ESCUDERO, 2017; ÁVILA, 2022) e conforme têm trabalhado autores como ElHajji, Cogo, Brignol, entre outros (COGO; ELHAJJI; HUERTAS, 2012).

Quando aplicado aos estudos migratórios, trata-se de um recurso simbólico capaz de revelar estruturas não-fixas de indivíduos e grupos em situação de deslocamento em territórios receptores, originários de diferentes tipos de sociedades (rural ou urbana, agrária ou industrial, central ou periférica etc.) com distintas tradições (hábitos, costumes), religiões e instituições políticas. A comunicação entre essas estruturas é responsável pela geração de conflitos capazes de serem negociados ou não, mas, acima de tudo, pela construção da diversidade e identidade cultural do planeta. Em outras palavras: a comunicação intercultural evidencia os modos de

organização social, porém, privilegiando aspectos culturais dos sujeitos envolvidos em um quadro histórico e geopolítico amplo, marcado, nos nossos dias, pela aceleração dos fluxos informacionais e comunicacionais.

## Referências

ÁVILA, O. C. **Autorepresentação, performatividade e testemunho na Internet: a webdiáspora deslocada para a visibilidade do self migrante**. Tese de Doutorado em Comunicação e Cultura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

COGO, D., ELHAJJI, M.; HUERTAS, A. (Eds.). **Diásporas, migrações, tecnologias da comunicação e identidades transnacionais**. Belaterra: Institut de la Comunicació de la Universitat Autònoma de Barcelona, 2012.

ESCUADERO, C. **Comunidades em festa: a construção e expressão das identidades sociais e culturais do imigrante nas celebrações das origens**. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2017.

LESSER, J. **A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2001.

MARTÍN-BARBERO, J. **De los medios a las mediaciones** – Comunicación, cultura e hegemonía. México: Editorial Gustavo Gilli, 1991.

MOTTA, L. G. Análise pragmática da narrativa: Teoria da narrativa como teoria da ação comunicativa. In: Peixinho, A. T.; Araújo, B. (Eds.). *Narrativa e mídia: Gêneros, figuras e contextos*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.

MRE – Ministério das Relações Exteriores. **Comunidade brasileira no exterior: Estimativas referentes ao ano de 2020**. Brasília: Secretaria de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania, Departamento Consular, 2021.

OBMigra – Observatório das Migrações Internacionais. **2011-2020: Uma década de desafios para a imigração e refúgio no Brasil**. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública e Universidade de Brasília (UnB), 2021.

PINTO, Milton. **Comunicação e discurso**. São Paulo: Hacker, 1999.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.

SAYAD, A. **A imigração**. São Paulo: Edusp, 1998.

SCHILLER, N. G. **Transnationality, Migrants and Cities: A Comparative Approach**. In: AMELINA, A.; NERGIZ, D. D.; FAIST, T.; SCHILLER, N. G. (Eds.). *Beyond Methodological Nationalism – Research Methodologies for Cross-Border Studies*. New York, London: Routledge, 2012. p. 23-40.

SODRÉ, M. **A ciência do comum: Notas para o método comunicacional**. Petrópolis: Vozes, 2014.

## PERSPECTIVA DE GÉNERO EN LA LEGISLACIÓN MIGRATORIA BRASILEÑA<sup>4</sup>

## THE BRAZILIAN MIGRATORY LEGISLATION FROM A GENDER PERSPECTIVE

## PERSPECTIVA DE GÊNERO NA LEGISLAÇÃO MIGRATÓRIA BRASILEIRA

Corina E. Demarchi Villalón<sup>5</sup>

**Resumen:** El aumento de la visibilidad de las mujeres en los flujos migratorios, fenómeno conocido como feminización de las migraciones, ha repercutido en directrices internacionales y legislaciones migratorias que han incluido referencias a las mujeres migrantes. Al mismo tiempo, en los últimos años Brasil ha sancionado leyes que reconocen las migraciones como derecho humano. Sin embargo, esto no necesariamente implica la adopción de una perspectiva de género que reconozca las especificidades, vulnerabilidades y agencias de las mujeres y las disidencias sexuales. En este trabajo pretendemos reflexionar brevemente sobre la Ley de Migración de Brasil y la Ley Municipal de Políticas para la Población Inmigrante de São Paulo, desde una perspectiva de género.

**Palabras clave:** Legislación migratoria. Perspectiva de género. Mujeres migrantes.

**Keywords:** Migratory Legislation. Gender perspective. Migrant women.

**Palavras-Chave:** Legislação migratória. Perspectiva de gênero. Mulheres migrantes.

---

4 Trabalho apresentado no VIII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 24 a 26 de outubro de 2022.

5 Magíster en Ciencias por el programa de posgraduación en *Mudança Social e Participação Política* da EACH- USP. Email: [coridemarchi@gmail.com](mailto:coridemarchi@gmail.com).



## 1. Feminización de las migraciones y marco legal brasileño

En 2020, las mujeres representaban prácticamente la mitad de los migrantes internacionales, es decir, unos 135 millones (OIM, 2021). Este proceso conocido como feminización de las migraciones, se refiere tanto a un fenómeno cuantitativo, como a una mayor visibilidad de las mujeres como resultado de la difusión del abordaje de género para pensar las migraciones (MARINUCCI, 2018). La centralidad del discurso de la feminización de las migraciones en organismos internacionales ha resultado en el reconocimiento e inclusión del género como eje clave en la agenda política global (MAGLIANO; DOMENECH, 2009), lo que también ha impactado en algunas leyes de migración.

En las últimas décadas, varios países latinoamericanos adoptaron legislaciones basadas en la migración como derecho humano (VILLARREAL, 2018). En Brasil, fueron sancionadas la Ley Municipal de Políticas Públicas para la Población Inmigrante (Nº16.478) en 2016; y la Ley de Migración (Nº13.445), en 2017. La presión social ejercida tanto por personas migrantes como por sectores de la sociedad civil e instituciones pro-migrantes fue fundamental en este proceso.

La Ley de Migración introdujo principios fundamentales como el repudio a la xenofobia, la acogida humanitaria, la no criminalización de los migrantes, entre otros. Sin embargo, fue aprobada con veinte vetos presidenciales<sup>6</sup> que mantuvieron la noción de seguridad nacional del marco legal anterior (Estatuto do Estrangeiro).

Por otro lado, el municipio de São Paulo sancionó en 2016, antes de la promulgación de la Ley Federal, la Ley Municipal que postula la igualdad de derechos y de oportunidades; el combate a la xenofobia y a cualquier forma de discriminación; la promoción del acceso a los servicios públicos (SÃO PAULO, 2016).

De acuerdo con Bela Feldman-Bianco, si por una parte estas normativas significan importantes avances, por otro lado, Brasil se alineó a las políticas globales de combate al tráfico de drogas, al crimen organizado y al terrorismo internacional con un enfoque de seguridad nacional. De esta forma, la retórica basada en los ‘derechos humanos’ entra en tensión con “políticas de gobernanza tecnocrática de la securitización, criminalización y deshumanización de la pobreza” (FELDMAN-BIANCO, 2019). Situación agravada por la pandemia de Covid-19, período en que Brasil adoptó

---

<sup>6</sup> Justificaciones presentadas por los vetos disponibles en: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Msg/VEP-163.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Msg/VEP-163.htm) Acceso en: 31.ago.2022.

33 decretos discriminatorios de alteraciones en el ingreso de extranjeros al país (SERRA; AMORIM, 2021).

Es en este contexto que nos interesa comprender si, y de qué manera, la legislación local incluye una perspectiva de género.

## 2. Perspectiva de género en las leyes migratorias locales

Al analizar el texto de la Ley de Migración federal, no se encuentra ninguna mención a categorías de género, las palabras ‘mujer/es’ o ‘género’ no aparecen ni una sola vez, como tampoco referencias a personas LGBTIQ+ (BRASIL, 2017). De acuerdo con Moreira (2019), al adoptar un lenguaje neutro en relación a género, la Ley de Migración acaba penalizando a las mujeres y disidencias sexuales por no reconocer sus especificidades.

Por ejemplo, al no aparecer ninguna referencia a las diferencias en la inserción laboral para los y las migrantes se invisibiliza, por un lado, a las mujeres que trabajan en servicios no reconocidos legalmente (como el trabajo sexual) y, por otro, al trabajo reproductivo y de cuidado en el espacio doméstico. Así, las políticas migratorias pueden profundizar la explotación de las mujeres migrantes (MAGLIANO; DOMENECH, 2009, p.61).

A su vez, el veto del art. 37 sobre reunificación familiar con base en “otras hipótesis de parentesco, dependencia afectiva y factores de sociabilidad” (BRASIL, 2017), y la inclusión de la expresión “en los términos de la legislación brasileña” para definir a los cónyuges en la nueva redacción del artículo<sup>7</sup>, acaban por excluir las uniones homoafectivas –que son permitidas por disposiciones normativas, pero no constan en una ley en sentido estricto–, como alerta la Defensoría Pública da União (DPU, 2017).

Diferente es el caso de la Ley Municipal de Políticas Públicas para la Población Inmigrante de São Paulo, donde sí se incluye una perspectiva de género. Shuña y Carbassa (2020) reconocen que la ley presenta grandes avances en la construcción y operacionalización de políticas con perspectiva de género –respeto a las especificidades de género y orientación sexual, paridad participativa de mujeres en el *Conselho Municipal de Imigrantes*, asistencia social e interculturalidad en el sistema de salud y en el atendimento de víctimas de violencia de género, inclusión de mujeres egresadas del sistema prisional, programas de economía solidaria e incentivo al deporte

---

7 Mediante el Decreto N.º 9.199 de reglamentación de la Ley de Migração (BRASIL, 2017).

y al ocio—. Sin embargo, al analizar los sentidos que se atribuyen a las palabras ‘género’ y ‘mujer/es’ afirman:

Muitas vezes a mulher que aparece é uma mulher cis, heterossexual e em constante vulnerabilidade, apagando sua identidade de gênero e sexualidade, tanto quanto suas possibilidades de agência (SHUÑA; CARBASSA, 2020, p.168).

De esta manera, las mujeres migrantes continúan apareciendo como grupo vulnerable y sujetos pasivos en la participación de los procesos migratorios. Siguiendo a Magliano y Domenech, podría decirse que a la vez que se prioriza la necesidad de modificar la vulnerabilidad a la que son sometidas las mujeres migrantes y potenciar sus aportes a los países de origen y destino, no se discute “el modelo social, económico, político y cultural dominante que ha profundizado, legitimado y reproducido desigualdades de género” (2009, p.59).

### 3. Reflexiones finales

Sin duda, la adopción de una perspectiva humanitaria en los marcos legales es un gran avance para el respeto y garantía de derechos de la población migrante, pero ello no necesariamente significa incorporar la dimensión de género. Por otra parte, en los casos que sí lo hace, se adopta una postura victimista y estereotipada que no siempre corresponde con las realidades de las mujeres y disidencias sexuales.

La falta de sensibilidad sobre este tema en las políticas migratorias, no sólo profundiza la exclusión, la explotación y la marginación social de las migrantes, sino que también fomenta la persistencia de estereotipos respecto a su rol en las migraciones (MAGLIANO; DOMENECH, 2009; MOREIRA, 2019). Por este motivo, se torna fundamental desarrollar un enfoque de género crítico e interseccional para contemplar y comprender la diversidad de experiencias, trayectorias y agencias de las mujeres migrantes en los marcos legales.

### Referencias

BRASIL, **Lei Nº 13.445**, de 24 de Mayo de 2017. Instituye la Ley de Migración. 2017. Disponible en: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015.../2017/lei/13445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015.../2017/lei/13445.htm) Acceso en: 31.ago.2022.

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. **Nota Técnica a respeito da regulamentação da Nova Lei de Migração**. Brasília, 14.nov.2017.

FELDMAN-BIANCO, B. Democracia y Derechos Humanos amenazados: Políticas migratorias nacionales y políticas globales en Brasil, de Lula a Bolsonaro (2002-2019). **Desde la Región**. n. 59. Medellín, 2019. Disponible en: <https://region.org.co/index.php/revista59/paz/item/432-democracias-y-derechos-humanos-amenazados>. Acceso en: 09.nov.2020

GUIZARDI, M.; GONZÁLEZ TORRALBO, H.; STEFONI, C. De feminismos y movilidades. Debates críticos sobre migraciones y género en América Latina (1980-2018) **Rumbos TS**, Santiago de Chile, año XIII, n. 18., p. 37-66, 2018.

MAGLIANO, M.J. Interseccionalidad y migraciones: potencialidades y desafíos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 23(3): 406, p. 691-712, 2015.

MAGLIANO M.J.; DOMENECH, E. Género, política y migración en la agenda global: transformaciones recientes en la región sudamericana. **Migración y desarrollo**. Ciudad de México, v.12, p. 53-68, 2009.

MARINUCCI, R. Feminização das migrações. **REMHU- Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.** Brasília, v. 15, n. 29, 2018.

MOREIRA, V. S. Migrações Femininas e a Nova Lei de Migrações: uma análise sobre a ausência da perspectiva de gênero na nova lei. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v.4, n.4, p.50–67, 2019.

OIM. **Informe sobre las Migraciones en el Mundo**. Suiza: OIM, 2021.

PISCITELLI, A. 2008. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, Goiás: v.11, n.2, p. 263-274, 2008.

SÃO PAULO **Lei Municipal Nº 16.478**. Diário Oficial do Município. República Federativa do Brasil. 7 de julho de 2016.

SERRA, C; AMORIM, D. A inconsistente e discriminatória política brasileira de controle de fronteiras durante a pandemia, **Migramundo**, 02.jun.2021. Disponible en: <https://migramundo.com/a-inconsistente-e-discriminatoria-politica-brasileira-de-controle-de-fronteiras-durante-a-pandemia/>. Acceso: 31.ago.2022.

SHUÑA, R.; CARBASSA, N. Política Municipal para a População Imigrante: reflexões a partir de uma perspectiva de gênero. In:PRIOLI CORDEIRO, M. et al. **Pesquisas em psicologia e políticas públicas II**, São Paulo: IPUSP, 2020, p.158-175.

VILLARREAL, M. Portas não tão abertas: a política migratória brasileira no contexto latino-americano. Rio de Janeiro, **COLETIVA**, out.nov.dez.jan 2018-2019.

**REFUGIADOS VENEZUELANOS COM DEFICIÊNCIA:  
refúgio e interseccionalidade sob as lentes da comunicação e do  
jornalismo humanitário<sup>8</sup>**

**VENEZUELAN REFUGEES WITH DISABILITIES:  
refuge and intersectionality under the lens of communication and  
humanitarian journalism**

**REFUGIADOS VENEZOLANOS CON DISCAPACIDAD:  
refugio e interseccionalidad bajo el lente de la comunicación y el  
periodismo humanitario**

Amanda Christina Pereira Sorio Ganzarolli<sup>9</sup>

**Resumo:** Segundo o Global Report de 2021 (UNHCR, 2021), o mundo registrou 27,1 milhões de pessoas em situação de refúgio e 4,4 milhões de venezuelanos fora do seu país. No Brasil, entre abril de 2018 e junho de 2022, a Operação Acolhida assistiu 78.767 venezuelanos que foram interiorizados em 844 municípios. Porém, estatísticas e informações sobre pessoas com deficiência em situação de refúgio ainda são escassas. Neste contexto, o objetivo desta pesquisa de mestrado é identificar de que maneira a comunicação e o jornalismo humanitário inclusivo podem descortinar e contribuir para o enfrentamento da violação de direitos fundamentais e seus impactos na vida de pessoas com deficiência, especificamente com Transtorno de Espectro Autista (TEA), que estão diante do deslocamento forçado. Para isso, o estudo recorre ao referencial teórico nos campos do direito internacional humanitário, da comunicação institucional, do jornalismo humanitário, da filosofia política, da sociologia contemporânea e da psicologia social, amparado em autores como Morin, Bauman, Arendt, Moscovici, Andreucci, Bunce, Liesen, Couldry, Honneth, Maia, Fraser, Scott, Victor, Wright, Yuval-Davis e os estudos interdisciplinares sobre a pessoa com deficiência em Sassaki. A metodologia compreende a revisão sistemática da literatura, análise de conteúdo de veículos de imprensa e entrevista em profundidade com refugiados venezuelanos autistas. Entre os resultados parciais, a pesquisa observou a escassez de dados, informações e notícias sobre pessoas com deficiência em situação de refúgio, assim como de políticas públicas para o seu acolhimento.

**Palavras-Chave:** jornalismo humanitário. refugiados venezuelanos. refugiados autistas

**Keywords:** humanitarian journalism. Venezuelan refugees. autistic refugees

**Palabras clave:** periodismo humanitario. refugiados venezolanos. refugiados autistas.

<sup>8</sup> Trabalho apresentado no VIII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 24 a 26 de outubro de 2022.

<sup>9</sup> Jornalista e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Membro do grupo de pesquisa Jornalismo Humanitário e Media Interventions, e-mail: aamandaganzarolli@gmail.com.

## 1. Pessoa em situação de refúgio com deficiência

A temática do refúgio tem demandado atenção à conjugação *voice, listening e belonging*, na acepção de Marjoribanks (2018), condição primária para nortear abordagens midiáticas humanizadas que contribuam para o acolhimento das pessoas que se viram diante da migração forçada. Essa conjugação é ainda fundamental para a preservação da identidade das pessoas em situação de refúgio, pois ao tratá-las como um ser único, suas particularidades, anseios e demandas são apagadas. Segundo o Global Report de 2021 (UNHCR, 2021), com dados de 2020, o mundo registrou um total de 89,3 milhões de pessoas em migração forçada. Vale salientar que destes 89,3 milhões, 27,1 milhões são refugiados e 4,4 milhões são pessoas da Venezuela deslocadas fora do seu país. No Brasil, a Operação Acolhida resultou na assistência de 78.767 venezuelanos interiorizados em 844 municípios brasileiros, entre abril de 2018 e junho de 2022. Neste contexto, o presente trabalho tem como objeto de estudo o papel social do jornalismo e da comunicação, amparados nos preceitos do humanitarismo, para impedir a opacidade da pessoa com deficiência em situação de refúgio, mais, especificamente, com Transtorno do Espectro Autista (TEA), visando inibir sua invisibilidade midiática, política e social. O objetivo é identificar de que maneira a comunicação e o jornalismo humanitário inclusivo podem descortinar a falta de acesso a direitos básicos como saúde, moradia e educação e seus impactos na vida de pessoas em deslocamento forçado com autismo - cujas estatísticas inexistem ou são escassas. Para isso, o estudo recorre ao referencial teórico nos campos do direito internacional humanitário, da comunicação institucional, do jornalismo humanitário, da filosofia política, da sociologia contemporânea e da psicologia social amparados em Morin (2011), Bauman (2016), Arendt (2021), Moscovici (2015), Andreucci (2014), Bunce (2018), Liesen (2020), Couldry (2012), Honneth (2003), Maia (2018), Fraser (2006), Scott (2018), Victor (2020, 2021), Wright (2018), Yuval-Davis (2011) e os estudos interdisciplinares sobre a pessoa com deficiência em Sassaki (2002). A metodologia compreende três principais procedimentos: a revisão sistemática da literatura, análise de conteúdo e entrevista em profundidade. A revisão bibliográfica foca nos campos do referencial teórico. A análise de conteúdo terá como objeto as reportagens em seu formato digital, publicadas ao longo dos meses de abril, instituído pela ONU para a comemoração do Dia Mundial de Conscientização Sobre o Autismo, entre 2017 e 2022, com duas palavras-chave, “refugiados com deficiência” e “autismo”, nos veículos o *Estado de S.Paulo*, *Folha de S.Paulo*, *O Globo*, *G1*, *Jornalistas Livres* e *Brasil de Fato*.

A entrevista em profundidade, por sua vez, volta-se para 10 famílias venezuelanas com filhos com autismo e 5 autistas venezuelanos adultos que estejam em situação de refúgio. Ao analisar as condições precárias nas quais as famílias venezuelanas chegam ao país, este trabalho se concentra em identificar como ocorre a representação, ou sub-representação, midiática dos refugiados com deficiência pelas agências de comunicação e seu impacto na imprensa brasileira e na vida de pessoas com autismo. A pesquisa considera o fato de que o deslocamento forçado, a ausência de uma rotina, fundamental para o bem-estar dos autistas, o contato acentuado com pessoas diferentes e a falta de acesso a terapias durante as diversas locomoções forçadas, que provocam episódios de estresse na pessoa autista, têm um impacto negativo no desenvolvimento de pessoas com deficiência. A opacidade do tema na mídia e a escassez de dados sobre o tema, por sua vez, reforçam a importância desta pesquisa não apenas para a área da comunicação e do jornalismo humanitário inclusivo, mas também para os campos da saúde, das políticas públicas e do direito humanitário.

## Referências

ACNUR. **Legislação – UNHCR ACNUR Brasil**. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/acnur-no-brasil/legislacao/>>. Acesso em: 26 abr. 2022.

ANDREUCCI, Ana Claudia (Org). et al. **Direitos Humanos: Perspectivas e reflexões para o século XXI**. São Paulo: Ed LTr, 2014.

## A ECONOMIA CRIATIVA COMO UM CAMINHO VIÁVEL PARA A VINCULAÇÃO FÍSICA E SIMBÓLICA<sup>10</sup>

### THE CREATIVE ECONOMY AS A VIABLE PATH FOR PHYSICAL AND SYMBOLIC LINKAGE

### LA ECONOMÍA CREATIVA COMO VÍA VIABLE DE VINCULACIÓN FÍSICA Y SIMBÓLICA

Conceição de Souza<sup>11</sup>

**Resumo:** Este trabalho teve o objetivo de apresentar a Economia Criativa como uma estratégia viável para o desenvolvimento socioeconômico dos imigrantes-refugiados que fixaram residência na cidade do Rio de Janeiro (RJ), de maneira especial os que garantem sua subsistência por meio da produção e comercialização da gastronomia típica de seus países de origem. São vários os motivos que levam as pessoas a migrarem e independentemente de qual seja, todos são perpassados pela questão econômica., uma vez que a produção da subsistência faz parte da realidade de todos os que se encontram na posição de migrante. O fato de chegarem sem perspectiva de geração de renda é um problema de subsistência para eles e um problema socioeconômico para a cidade. Numa economia de baixo crescimento há a premente dificuldade de gerar emprego para mais essa parcela da população, além da população local. Nesse sentido, acreditamos que o fomento à Economia Criativa pode apresentar-se como uma estratégia viável, capaz de facilitar a integração socioeconômica desse grupo de pessoas e ainda dinamizar a economia local.

**Palavras-chave:** Economia Criativa. Imigrantes-refugiados. Desenvolvimento econômico. Vinculação.

**Key words:** Creative economy. Immigrant-refugees. Economic development. Binding.

**Palabras clave:** Economía Creativa. Inmigrantes-refugiados. Desarrollo Económico. Vinculación.

<sup>10</sup> Trabalho apresentado no VIII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 24 a 26 de outubro de 2022.

<sup>11</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – PPGCOM-UERJ. Email: [conceicaosouza6614@gmail.com](mailto:conceicaosouza6614@gmail.com).



## Introdução

A sociedade contemporânea apresenta uma complexa realidade no que tange à cena geopolítica internacional e que impacta na economia e na rotina de cidades do mundo. Uma das consequências mais relevantes é o aumento do fluxo internacional de pessoas, incluindo os imigrantes-refugiados para todas as partes do mundo. Ao chegarem ao novo lugar, até então uma terra estranha, essas pessoas precisam vincular-se socioeconômica e culturalmente no local de destino como parte do processo de desenvolvimento da nova territorialidade. Entendemos que essa vinculação é fundamental para que esse grupo de pessoas conquiste seu direito à cidadania.

Chegando à sociedade de acolhimento, essas pessoas veem-se diante da necessidade de se adequarem às leis e práticas sociais locais, negociando, diariamente, espaços físicos e simbólicos. O fato de chegarem sem perspectiva de geração de renda é um problema de subsistência para eles e um problema socioeconômico para a cidade. Numa economia de baixo crescimento econômico há a premente dificuldade de gerar emprego para mais essa parcela da população, além da população local.

Este trabalho objetivou apresentar a Economia Criativa como um caminho que possibilite a vinculação socioeconômica e cultural dos imigrantes-refugiados, vítimas de diásporas forçadas e que escolheram a cidade do Rio de Janeiro como destino, de maneira especial os que garantem sua subsistência por meio da produção e comercialização da gastronomia típica de seus países de origem. Além disso, acreditamos que essa estratégia seja capaz de dinamizar a economia local.

A Economia Criativa possui relação com as atividades que envolvem a produção e distribuição de produtos e serviços em que a criatividade e o capital intelectual são os principais recursos, o que faz com que essas atividades sejam permeadas por valores simbólicos. O intuito é propiciar o crescimento socioeconômico por meio da criatividade e da inovação, principalmente tratando-se de uma parcela da população excluída e estigmatizada, como é o caso dos imigrantes-refugiados que migraram para a cidade.

A Economia Étnica, que faz parte da economia criativa, tem como foco os grupos de imigrantes que se inserem economicamente na sociedade de acolhimento por meio de uma atividade étnica, ou seja, uma atividade relacionada ao país de origem. De acordo com os pesquisadores que se debruçam sobre o tema, o principal motivo para a escolha desse tipo de atividade deve-se ao fato da dificuldade de acesso desse grupo de pessoas ao mercado econômico primário, sendo, portanto, uma alternativa ao desemprego (WALDINGER, 1985).

A metodologia para a coleta de dados foi a observação participante, em razão do entendimento de que uma das formas de se realizar a pesquisa é ir a campo e observar as interações, sendo ainda uma produtiva maneira de entrar em contato com o universo a ser pesquisado. Essa metodologia possui a capacidade de amalgamar a experiência empírica com a articulação das teorias e dos conceitos estudados na revisão bibliográfica.

### **A questão migratória no Brasil e no mundo**

“O imigrante é atóxico, sem lugar, deslocado, nem cidadão, nem estrangeiro, nem totalmente do lado do mesmo, nem totalmente do lado do outro.” (SAYAD, 1998, p. 11)

A questão migratória é de ordem transnacional, própria de uma sociedade globalizada. Como fenômeno pós-estado-nação e por isso mesmo, marcada pela ruptura entre questões nacionais e identitárias, é preciso que sejam levados em consideração aspectos culturais, territoriais e linguísticos, indo além da questão das fronteiras formais (ELHAJJ, 2010). Para Sayad (1998), a migração é um fato social total, uma vez que extrapola as fronteiras do cotidiano e influencia as ações humanas, nos espaços público e privado.

Como sujeito híbrido por excelência, o imigrante-refugiado é um símbolo do sujeito contemporâneo, ao mesmo tempo nativo e estrangeiro, cosmopolita e de lugar nenhum, configurando-se como um objeto de reflexão para entender os fenômenos sociais e políticos que marcam a contemporaneidade, fazendo surgir, ainda, maior compreensão de si e do outro.

Para o ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados), os refugiados são pessoas que escaparam de conflitos armados ou perseguições. Normalmente, vivem numa intolerável situação de periculosidade, em que, em muitos casos, a única solução é cruzar fronteiras internacionais e buscar a segurança, nem sempre possível, em outros países onde passam a ser consideradas refugiadas.

### **Economia criativa**

A Economia Criativa possui relação direta com o desenvolvimento econômico das sociedades contemporâneas, em que o capital intelectual é um fator cada vez mais relevante na criação de propostas de valor e bens simbólicos. Dessa forma, atividades relacionadas às artes, à cultura, à gastronomia e também às novas mídias estão dentro do escopo desse conceito.

Figueiredo (2015) em sua definição de Economia Criativa chama a atenção para sua capacidade de mobilizar, de forma produtiva, o conhecimento, a cultura e a criatividade, sendo o principal atributo do produto ou serviço resultante é o valor simbólico, uma vez que sua origem é cultural e cognitiva, não material.

No Brasil, a atenção às atividades relacionadas à Economia Criativa teve início em 2011, com a criação da Secretaria de Economia Criativa (SEC), órgão ligado ao já extinto Ministério da Cultura. Para essa secretaria o fomento à Economia Criativa é importante para o desenvolvimento do país, mas lembra que não se pode perder de vista a preocupação de aumentar o acesso da população a bens e serviços culturais.

Também interessada nesse fomento, a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN, realizou, em 2016, um mapeamento do setor no Brasil. O documento divulgou que o núcleo da indústria criativa no país é formado por 239 mil empresas, responsável por 2,7% do produto interno bruto nacional, o que equivale a R\$155 bilhões. São Paulo e Rio de Janeiro são os estados que mais se destacam.

Interessa a esse trabalho a gastronomia como uma das áreas que fazem parte da economia criativa. Importante ressaltar que o impacto do tema da comida nas sociedades vai além da perspectiva biológica. Seus aspectos sociais e culturais dão origem a inúmeros sistemas alimentares de ordem histórica, ecológica, cultural, social e econômica. Evidenciados por vários aspectos de culturas distintas, esses sistemas alimentares apresentam-se como sistemas simbólicos em que os códigos socioculturais presentes são responsáveis pelo estabelecimento das relações dos homens entre si e do homem com a natureza.

No caso dos imigrantes-refugiados que buscam sua subsistência por meio da produção e comercialização de comidas de seus locais de origem, a comida é um símbolo identitário e de pertença, utilizada de forma diacrítica por essas pessoas como um símbolo de identidade assumida e reivindicada. Cada lugar possui seus próprios pratos-emblemas, possuindo intrinsecamente uma narrativa que expressa pertencimento e identidade.

Da perspectiva econômica, é possível considerar essas pessoas como uma classe criativa, participantes de uma economia étnica, uma vez que ao produzirem sua subsistência com a gastronomia típica de seus países de origem, elas partilham um ethos comum, agregando valor econômico e simbólico por meio da criatividade, haja vista que em muitos casos é necessário ressignificar as receitas ou pela falta de ingredientes ou para adaptar o prato ao gosto da população local. Entendem-se por

classe criativa as pessoas que mediante suas atividades laborais agregam valor econômico por meio da criatividade e de atributos simbólicos (FLORIDA, 2011).

O fomento à Economia Criativa, com políticas públicas voltadas para o setor pode melhorar os resultados econômicos do Estado. Cremos que as iniciativas devem proporcionar o reconhecimento desse grupo de pessoas, minorias excluídas e estigmatizadas, como uma classe criativa, priorizando a profissionalização e a capacitação. Isso pode acarretar aumento da qualidade de vidas, tornando tais vidas mais criativas, inovadoras e produtivas.

### **Conclusão parcial**

O trabalho apresentou o fomento da Economia Criativa como um caminho viável para facilitar a vinculação física e simbólica dos imigrantes-refugiados que fixaram residência na cidade do Rio de Janeiro. Embora o Rio Criativo, órgão do estado do Rio de Janeiro, desenvolva projetos bastante relevantes, nenhum deles privilegia a população de imigrantes-refugiados. Melhorar a qualidade de vida dessas pessoas, tornando-as mais capacitadas e produtivas ajudaria a dinamizar a economia local. Além do mais, possibilitaria o desenvolvimento de uma nova urbanidade, abrindo caminho para a produção de novos imaginários e representações, proporcionando um exercício cotidiano de mútuos, plurais e polifônicos aprendizados.

### **Referências**

ELHAJII, M. Rio de Janeiro-Montreal: conexões transnacionais/ruídos interculturais. **Fronteiras – estudos midiáticos**. Setembro/dezembro 2010.

FIGUEIREDO, J. L. **Economia Criativa, cidade criativa e desenvolvimento**. In: TEIXEIRA e CORRÊA **Economia Criativa**. Rio de Janeiro: E-papers, 2015. p. 27-47

FLORIDA, R. **A ascensão da classe criativa**. Porto Alegre: L&PM, 2011.

HOWKINS, J. **Economia criativa: como ganhar dinheiro com ideias criativas**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2013.

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP. 1998.

WALDINGER, R. Ethnic business and occupational mobility in advanced societies - **Sociology**, v. 19, n. 4, p. 586-597, 1985.

**PALESTINOS NA AMÉRICA LATINA:  
da cobertura da mídia aos processos comunicacionais para a  
preservação da cultura, da história e da luta por reconhecimento<sup>12</sup>**

**PALESTINIANS IN LATIN AMERICA:  
from media coverage to communication processes for the  
preservation of culture, history and the struggle for recognition**

**PALESTINOS EN AMÉRICA LATINA:  
de la cobertura mediática a los procesos de comunicación para la  
preservación de la cultura, la historia y la lucha por el  
reconocimiento**

Ahmad Alzoubi<sup>13</sup>

**Resumo:** Esta pesquisa, decorrente de uma tese de doutorado em andamento, tem como objeto de estudo a diáspora palestina na América Latina na perspectiva do jornalismo humanitário e de paz, nos processos comunicacionais e nas trocas culturais que permitem a preservação da cultura e da luta por reconhecimento. O objetivo da pesquisa é investigar como a comunidade palestina na América Latina tem se sobreposto à sua representação na mídia regional e criado seus próprios meios, processos e trocas comunicacionais e culturais para a preservação de sua cultura, sua identidade e sua luta por reconhecimento. Para alcançar o objetivo proposto, será adotado uma metodologia composta por quatro procedimentos: 1. Revisão sistemática da literatura nos principais campos deste estudo, como a história e as teorias da diáspora palestina, o jornalismo internacional, humanitário e de paz, as relações internacionais e a história da América Latina e da Palestina; 2. Análise de conteúdo da cobertura jornalística das questões palestinas, nos últimos cinco anos, com foco em três veículos brasileiros Folha de S.Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo, fundamentada em Bardin (1979); 3. Entrevista em profundidade com ativistas da causa palestina, dirigentes de instituições que representam os palestinos, meios de comunicação dirigidos à causa palestina; e 4. Pesquisa quantitativa com palestinos na América Latina, contemplando três gerações.

**Palavras-Chave:** Palestina. Diáspora na América Latina. Jornalismo humanitário e de paz.

**Keywords:** Palestine. Diaspora in Latin America. Humanitarian and peace journalism.

**Palabras clave:** Palestina. Diáspora en América Latina. Periodismo humanitario y de paz.

<sup>12</sup> Trabalho apresentado no VIII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 24 a 26 de outubro de 2022.

<sup>13</sup> Ahmad Sad Alzoubi, editor do Monitor do Oriente Médio. Mestre em Finanças pela Al Albayt University, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo, membro do grupo de pesquisa Jornalismo Humanitário e Media Interventions e-mail: [ahmad.alzoubi@monitordooriente.com](mailto:ahmad.alzoubi@monitordooriente.com).

## 1. A Diáspora palestina na América Latina

Um recorrente reconhecimento do Estado palestino por países sul-americanos, entre 2010 e 2011, chamou a atenção internacional. Fato esse que levou a Autoridade Nacional Palestina (ANP) a apresentar uma demanda formal para o reconhecimento da Palestina como membro titular das Nações Unidas, na sessão da Assembleia Geral da ONU em setembro de 2011 (BAEZA, 2011). E o gesto dos Estados sul-americanos, que se apresentavam como uma região promissora para o desenvolvimento de novas relações diplomáticas, faz-se presente até os dias de hoje.

Grandes comunidades palestinas em cerca de 14 países são repletas de potenciais ministros, parlamentares, pessoas influentes, pessoas ricas, empresários, indústria e agricultura. Estimativas indicam que existem cerca de 600 milionários de origem palestina entre o Chile e o Brasil (SALAH, 2019). Porém, segundo Abderl Hai (2020), grande parte dos refugiados palestinos e comunidades palestinas na América Latina está concentrada no Chile, apesar de não haver estatísticas precisas disponíveis sobre isso. Ao caminhar pelas ruas do Chile, é possível sentir o cheiro e o sabor da Palestina em muitos lugares. O país abriga o Clube Palestino, uma das instituições palestinas mais importantes da região e o Clube Esportivo Palestino, um dos mais importantes do futebol clubes chilenos (ABDEL HAI, 2020).

O marco inicial do processo de imigração da comunidade palestina é o ano de 1948, com a chamada *Nakba*<sup>14</sup>, imigração em massa ocorrida após a Declaração de Independência do Estado de Israel e a guerra árabe-israelense que se inicia subsequentemente. Para além da primeira onda de imigração após 1948, outros movimentos de imigração ocorrem após conflitos entre Palestina e Israel na segunda metade do século XX, sobretudo após a Guerra dos Seis Dias de 1967, o Massacre de Sabra e Chatila em 1982 e a Primeira Intifada, em 1987 (JARDIM, 2006).

No entanto, o interesse do Brasil para a questão palestina aparece apenas nos primeiros anos da presidência de Luis Inácio Lula da Silva, entre 2003 e 2011. E a nomeação, em 2004, de um embaixador em Ramallah é o primeiro gesto político nesta direção. Logo, a decisão de instalar um escritório de representação nos territórios ocupados é anunciada em dezembro de 2003, durante a turnê de Lula aos países árabes da região, a primeira no Oriente Médio desde a visita do Imperador Dom Pedro

---

<sup>14</sup> Nakba é uma palavra árabe (النكبة) que significa "catástrofe" ou "desastre" e designa o êxodo palestino de 1948, quando pelo menos 711.000 árabes palestinos, segundo dados da ONU, fugiram ou foram expulsos de seus lares, em razão da guerra civil de 1947-1948 e da Guerra Árabe-Israelense de 1948. O êxodo palestino marca o início do problema dos refugiados palestinos, um dos principais elementos do conflito árabe-israelense (ONU, c2021).

II, em 1876. Menos de dois anos depois, a organização da Cúpula América do Sul - Países Árabes (ASPA)<sup>15</sup>, em 2005, permite consolidar e aprofundar a relação com a ANP (JARDIM, 2006).

Os países latino-americanos já apoiaram a Palestina e a sua causa, e é importante manter esse apoio por meio da organização de um forte lobby palestino ou dos árabes, cujos números variam de 13 milhões a 30 milhões (ANAB, 2021). Isso porque a América Latina inclui 33 Estados Membros das Nações Unidas, constituindo 17% de seus membros. Esta região geopolítica é composta por três sub-regiões: Caribe, América Central e América do Sul, que juntos constituem 8,4% da população mundial, e 8,1% do Produto Interno Bruto mundial (PIB) estimado pelo Fundo Monetário Internacional (CONARE, c2021). De acordo com a ONU (c2021), cerca de 50.000 no Brasil, além de comunidades significativas na Argentina, Peru, Nicarágua, Colômbia, Guatemala e outros. A maioria dos palestinos são das áreas de Belém, Beit Jala, Beit Sahour e das aldeias de Ramallah.

O trabalho palestino e a comunicação com a pátria têm circunstâncias e custos. A distância, a dificuldade e os altos custos de transporte e viagens para a América Latina, a falta de competências voltadas para a questão palestina na região, a barreira do idioma, onde o principal é o espanhol ou o português, como no Brasil, enquanto a maior parte dos escritos e as ferramentas de comunicação de mídia estão em árabe ou inglês. Por outro lado, os sucessos políticos, econômicos, sociais e midiáticos alcançados pelos palestinos podem ser considerados importantes cases para a causa da Palestina e sua justiça em nível internacional, é claro, com a devida visibilidade e atenção.

Apesar do reconhecimento e conquistas da comunidade palestina em solo latino-americano, os desafios e obstáculos ainda são vivenciados nas diferentes esferas sociais como a inclusão no mercado de trabalho e educação. Nesse ponto, a cobertura midiática tem um papel importante tanto para dar visibilidade à pauta da comunidade palestina quanto, de forma negativa, criar estereótipos e ampliar a discriminação em relação ao imigrante palestino.

A forma como esses personagens são representados nessas pautas é fundamental para conferir visibilidade à agenda social dessa minoria. Um dos principais elementos que contribuem para a estereotipização desses indivíduos é a narrativa midiática. Nos anos 1940, os teóricos críticos Max Horkheimer e Theodor Adorno, na

---

<sup>15</sup> A Cúpula América do Sul - Países Árabes é uma conferência inter-regional que compreende a União de Nações Sul-Americanas, a Liga dos Estados Árabes e os 34 países que participam destas organizações.

obra clássica *A Dialética do Esclarecimento*, que por décadas foi um símbolo da crítica severa à atuação dos meios de comunicação, explicam que “no mundo da produção em série, a estereotipia – que é seu esquema – substitui o trabalho categorial. O juízo não se apoia mais numa síntese efetivamente realizada, mas numa cega subsunção” (HORKHEIMER e ADORNO, 1985, p. 188).

Nessa perspectiva, Traquina (2005, p. 26) discorre sobre o papel da imprensa na construção das narrativas sociais sob a justificativa de que “jornalistas são participantes ativos na definição e na construção das notícias, e, por consequência, na construção da realidade”.

A abordagem insuficiente da agenda dos movimentos causa um processo natural de exclusão, pois os indivíduos acabam adquirindo conhecimento sobre tais questões sociais por meio da mídia. (HARRIS, 2002). As narrativas midiáticas também podem contribuir para a disseminação de estereótipos que promovem uma visão excludente e dificultam a luta por reconhecimento dessa minoria. Desse modo, Maia (2018), discute a influência da mídia na luta por reconhecimento de grupos minoritários:

A construção da identidade e os conflitos relacionados com o reconhecimento social, os litígios na esfera pública para a reivindicação de direitos de indivíduos e grupos, a mobilização e a aprendizagem social em seu sentido amplo, e finalmente, os processos de institucionalização e governança não podem ser totalmente explicados sem que o papel dos media nessas dinâmicas seja levado a sério. Para alguns, os media minam os processos democráticos e a concretização da justiça” (MAIA, 2018, p. 71).

Nesse contexto, o objetivo da pesquisa é investigar como a comunidade palestina na América Latina tem se sobreposto à sua representação na mídia regional e criado seus próprios meios, processos e trocas comunicacionais e culturais para a preservação de sua cultura, sua identidade e sua luta por reconhecimento. Objetiva-se ainda identificar os recursos e estratégias comunicacionais dos palestinos na Palestina e na diáspora na América Latina para a preservação da cultura, da história e da luta por reconhecimento.

Por isso, o suporte do jornalismo humanitário, na acepção de Victor (2021), Scott, Bunce e Wright (2018), e de paz, fundamentado em Youngblood (2021), entre outros autores dos dois campos, pode contribuir para uma representação dos palestinos que supere a sub-representação histórica da mídia, analisando os processos comunicacionais da diáspora palestina para dar visibilidade aos membros de destaque de sua comunidade no campo da ciência, da mídia, da política.



## Referências

ABDEL HAI, W. Relações de Israel com a América Latina, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3jEeXHI>. Acesso em: 10/11/2021.

JARDIM, D. F. Os imigrantes palestinos na América Latina. **Estudos avançados**, v. 20, p. 171-181, 2006.

MAIA, R. C. M. **Mídia e lutas por reconhecimento**. São Paulo: Ed. Paulus, 2018.

SALAH, M. **Os Palestinos da América do Sul: O Gênio Desaparecido**, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2ZnFYru>. Acesso em: 10/11/2021.

SCOTT, M; BUNCE, M; WRIGHT, K. (2018). **The state of Humanitarian Journalism**. Norwich, England: University of East Anglia. Disponível em: <[http://humanitarian-journalism.net/wpcontent/uploads/2018/10/7\\_Humanitarian-News-Report.pdf](http://humanitarian-journalism.net/wpcontent/uploads/2018/10/7_Humanitarian-News-Report.pdf)>.

VICTOR, C. (2021). Jornalistas e a lesão moral na pandemia – comunicação de riscos antes do jornalismo humanitário e de paz. In: VICTOR, C; SOUSA, C.M. **A pandemia na sociedade de risco: perspectivas da comunicação**. Campina Grande/PB: EDUEPB.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo**. Porque as notícias são como são. Florianópolis: Ed. Insular, vol. 1, 2005.

YOUNGBLOOD, S. (2021). A cobertura da Covid-19 e a solução do Jornalismo de Paz. In: VICTOR, C.; SOUSA, C. **A pandemia na sociedade de risco: perspectivas da comunicação**. Campina Grande/PB: EDUEPB, 2021.

**IMAGENS INDESEJÁVEIS:  
Água Prateada, um autorretrato da Síria<sup>16</sup>**

**UNWANTED IMAGES:  
Silver Water, a Syria self-portrait**

**IMÁGENES NO DESEADAS:  
Agua de plata, un autorretrato de Siria**

Mariana Teixeira Elias<sup>17</sup>

**Resumo:** A comunicação propõe a análise do documentário *Água Prateada, um autorretrato da Síria* (2014) de Wiam Bedirxan e Ossama Mohammed como ponto de partida para a discussão de um novo estilo cinematográfico no campo dos documentários, o de filmes com a temática do refúgio contemporâneo realizados pelos próprios refugiados, considerados "pessoas indesejáveis" no contexto geopolítico contemporâneo (AGIER, 2008).

**Palavras-Chave:** Imagem. Refúgio. Documentário.

**Keywords:** Image. Refuge. Documentary.

**Palabras clave:** Imagen. Refugio. Documental.

---

<sup>16</sup> Trabalho apresentado no VIII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 24 a 26 de outubro de 2022.

<sup>17</sup> IA/Unicamp, doutoranda em multimeios, [marianateixeiraelias@gmail.com](mailto:marianateixeiraelias@gmail.com)

## 1. Imagens Indesejáveis

“Água Prateada”, um autorretrato da Síria” (2014), começa com o seguinte aviso: “Este é um filme feito com 1001 imagens. Gravado por 1001 homens e mulheres sírios. E eu. Eu vi”. Realizado pelos cineastas sírios Ossama Mohammed e Wiam Simav Bedirxan, o filme dá voz às próprias vítimas, fazendo uso de imagens reais, gravadas por centenas de sírios que assumem o papel que antes era dado apenas a consagrados fotógrafos de guerra. As fotografias eram um meio de tornar acontecimentos catastróficos “mais reais” aos olhos daqueles que costumam ignorá-los; “olhem, dizem as fotos, é assim. É isto que a guerra faz. E mais isso, também isso a guerra faz. A guerra dilacera, despedaça. A guerra esfrangalha, eviscera. A guerra calcina. A guerra esquarteja. A guerra devasta” (SONTAG, 2003). Com o advento dos equipamentos multifuncionais capazes de captar imagens – pequenos, leves e equipados com câmeras filmadoras –, o vídeo toma parte da função que, anteriormente, era destinada à fotografia, e torna possível o testemunho e sua disseminação por qualquer um que tenha acesso a estes aparatos eletrônicos.

Água Prateada é dividido por capítulos que mesclam imagens encontradas online por Mohammed, editadas em um processo de found footage – vídeos-testemunhos amadores, feitos a partir de celulares, com baixa resolução e textura pixelada – com as feitas por Simav dentro do cerco. Enquanto as dele, distante do front, trazem cenas explícitas – planos abertos de pessoas mortas em meio a ruínas e escombros, closes em rostos ensanguentados, homens sendo torturados –, as dela, paradoxalmente em meio ao front, são contemplativas – planos de ruas desertas, a paisagem dos prédios destruídos, crianças em escolas improvisadas, animais que vagam perdidos pelo que antes era uma cidade. A junção das duas perspectivas, desses olhares de dentro e de fora da guerra, potencializa o filme e fixa sua narrativa em imagens como um ato de resistência e denúncia, o testemunho da câmera em primeira pessoa funciona como uma “estrutura de transição entre memória e história” (RICOEUR, 2007), pois os narradores são as próprias vítimas, os sujeitos indesejáveis (AGIER, 2008), que atestam ter vivenciado a experiência, fornecendo credibilidade ao testemunho, transformando os filmes em documentos que auxiliam a compreensão histórica dos fatos, auxiliando na construção de uma história que

caminha pelas bordas, pelas margens, além das fronteiras, ou seja, “uma história no contrapelo da denominada história oficial” (MACIEL, 2019).

Sujeitos indesejáveis produzem imagens indesejadas? Partimos da hipótese de que – assim como os sujeitos que as produzem –, suas imagens também são “indesejáveis”. Algo que fica patente quando analisamos a distribuição e a divulgação do filme e nos deparamos com a tímida circulação e conseqüentemente, com a pouca visibilidade por ele alcançada. É necessário questionarmos o porquê da invisibilidade dessas imagens, assim como Susan Sontag quando indaga seu leitor a respeito da recepção de imagens da guerra: “o que a representação da crueldade provoca em nós? Somos insensibilizados – ou mesmo incitados – à violência?” e continua, “Nossa percepção da realidade terá sido desgastada pelo bombardeio diário dessas imagens? Ainda nos importamos com o sofrimento de povos distantes em regiões vitimadas pela guerra?” (SONTAG, 2003). Sobre isso, Jean Comolli reflete que “sabemos muito bem o quanto, de tanto ver, não vemos mais, e quantos dilúvios de sangue, de ouro e de excrementos é preciso juntar ao visível para que ele seja apenas percebido” (COMOLLI, 2008).

A pesquisa se articula sobretudo pela análise do documentário, levando em consideração o respectivo contexto histórico em que as imagens foram produzidas e colaborando para a delimitação de um estilo cinematográfico com a temática do refúgio, fomentando a discussão sobre o tema e tornando visíveis as narrativas dos indesejáveis.

## Referências

**Água Prateada, um autorretrato da Síria.** Título original: Ma'a al-Fidda. Dirigido por Ossama Mohammed e Wiam Simav Bedirxan. França, Síria, Estados Unidos e Líbano, 2014. 92 minutos, áudio em árabe.

AGIER, Michel. **Gérer les indésirables: Des camps de réfugiés au gouvernement humanitaire.** Paris: Flammarion, 2008.

AGIER, Michel. **Indésirable, un concept politique.** França, 12 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://aoc.media/analyse/2022/01/11/indesirable-un-concept-politique/> Acesso em: 1 de fevereiro de 2022.

COMOLLI, Jean-Louis. **Ver e poder. A inocência perdida: cinema, televisão, ficção, documentário.** Tradução: Augustin de Tugny, Oswaldo Teixeira e Ruben Caixeta. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

MACIEL, Ana Carolina Delfim de Moura. **Memória e Direitos Humanos: O conflito sírio em sons e imagens.** 2019. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/artigos/direitos-humanos/memoria-e-direitos-humanos-o-conflito-sirio-em-sons-e-imagens>. Acesso em: 19 mar. 2021.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. Tradução: Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

TENÓRIO LUNA, SABRINA. **Found footage e documentário: construções e dimensões da imagem**. DOC On-line, Portugal, 13dez2012 [http://www.doc.ubi.pt/13/dossier\\_sabrina\\_silva.pdf](http://www.doc.ubi.pt/13/dossier_sabrina_silva.pdf)

**PARA UM ESTUDO DA DIÁSPORA ORTODOXA NO BRASIL<sup>18</sup>**  
**TOWARDS A STUDY OF THE ORTHODOX DIASPORA IN BRAZIL**  
**HACIA UN ESTUDIO DE LA DIÁSPORA ORTODOXA EM EL BRASIL**

Álvaro Maximiliano Pino Coviello<sup>19</sup>

**Resumo:** O objetivo é estudar a diáspora das igrejas ortodoxas no Brasil contemporâneo. As chamadas "Igrejas Católicas do Oriente" chegaram com as migrações. Seus membros possuem identificação com o país de emigração e com o país de acolhimento. Ao mesmo tempo, seus filhos nascidos no Brasil herdaram a fé e a cultura das nações de origem. Por outro lado, há "convertidos" que participam de ritos religiosos identificados com nações das quais não fazem parte. Existem intersecções de múltiplas identidades que dialogam ou se contradizem no pessoal e no comunitário. Através da teoria da Comunicação Intercultural espera-se analisar o fenômeno desde uma perspectiva construtivista e com metodologia etnográfica. Por meio da análise de documentos para reconstrução histórica, da observação participante, de entrevistas e de questionários, espera-se fazer descrições e interpretações que colaborem com os estudos da Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. Esta é a primeira abordagem para escrever o projeto de pesquisa.

**Palavras-Chave:** Comunicação Intercultural. Migrações. Direitos Humanos.

**Keywords:** Intercultural Communication. Migrations. Human Rights.

**Palabras clave:** Comunicación Intercultural. Migraciones. Derechos Humanos.

---

<sup>18</sup> Trabalho apresentado no VIII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 24 a 26 de outubro de 2022.

<sup>19</sup> Aluno do doutorado do Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social- Eicos, bolsita CAPES. Instituto de Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Sociais- CFCH da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, membro do grupo de pesquisa DIASPOTICS: Migrações Transnacionais e Comunicação Intercultural, *Lic. en Comunicaciones Sociales*, UCASAL (Argentina), *Master in Technologie per la Comunicazione* UNT-UNICA (Argentina-Itália), apino@ufrj.br.

## Problematização

Quando os migrantes chegaram/chegam ao Brasil, trouxeram/trazem sua cultura, sua língua, sua comida e também sua fé. Em alguns casos, eram/são ortodoxos. Isso fez com que, ao se estabelecerem no Brasil, construíssem seus templos para praticar sua fé. A Igreja Ortodoxa, seguindo Ware (2006), está organizada nos quatro patriarcados antigos: Constantinopla, que é o patriarcado de honra com sede na Grécia (mas antigamente na hoje Istambul); de Alexandria, com sede no Egito; de Antioquia, composta por sírios e libaneses e de Jerusalém, na Palestina. Elas ocupam um lugar especial por serem fundadas – dito pelas mesmas – diretamente pelos apóstolos de Jesus. Também tem outras nove Igrejas autocéfalas: Rússia, Sérvia, Romênia, Bulgária, Geórgia, Chipre, Grécia, Polônia e Albânia. Depois, há outras Igrejas “autônomas”, mas não “autocéfalas”: da República Tcheca e Eslováquia, Sinai, Finlândia, Japão, China. E Igrejas “não reconhecidas”: da América, dos russos fora da Rússia, da Ucrânia. Todas elas têm uma diáspora, sobretudo nas Américas do Norte, Central e do Sul e na Oceânia. Um total aproximado de 200 milhões de fiéis (quase a metade está na Rússia).

Os migrantes identificaram a comunidade religiosa com o país de origem, o que causou um efeito de fé nacional. Esses migrantes tiveram filhos brasileiros, que herdaram de seus pais ou avós a fé e as tradições do país de origem. Este fenômeno das Igrejas Orientais Católicas é denominado “diáspora ortodoxa”. Pertencer a elas trouxe contradições existenciais, processos de reconfiguração interna, resistência à cultura do lugar, incompreensão daqueles que optaram pela fé, mas não mantêm raízes com os países de onde a igreja migrou. Há também um desafio para essas igrejas que, sem deixar seus patriarcados de origem, procuram uma identidade própria no Brasil e na América. A Igreja Ortodoxa – ao contrário da Igreja Romana que proclamou o latim como língua oficial – sempre usou a língua vernácula. No entanto, ao chegar à América, ela continuou usando a língua vernácula do país de origem dos migrantes. Esta situação fez, por exemplo, que pessoas que não falam árabe ou ucraniano assistissem a liturgias nessas línguas. Por outro lado, sendo uma diáspora com uma pequena população que ocupa lugares distantes, não tem os templos ou sacerdotes necessários para atender essas pequenas comunidades, razão pela qual se aprofundou a vida nos altares domésticos que já era um costume desses fiéis.

Manter a união entre esses membros é um desafio que hoje com as redes sociais digitais é possível. A pandemia da Covid-19 aprofundou o uso das redes sociais digitais nas comunidades ortodoxas. Isso potenciou a webdiáspora que, seguindo a ElHajji e Escudero (2016, p. 334), enquanto espaço de “práticas sociais e subjetivas dos imigrantes e comunidades diaspóricas, contribui necessariamente na produção de marcas e rastros existenciais individuais e coletivos no plano subjetivo e simbólico”. Outro aspecto a destacar é que quem pratica a fé, mas não é descendente desses países ou é “convertido”, ou seja, a fé não vem de dentro da família, tem problemas de integração nessas comunidades. Se misturam aspectos globais e locais, além de problemáticas multiculturais como a memória social, as ocupações e os deslocamentos que serão analisados nesta encruzilhada existencial.

A pergunta central provisória é: Quais são as características das diásporas ortodoxas no Brasil? Outras perguntas a serem respondidas são: O que é uma diáspora religiosa? Como esse fenômeno é interpretado na Igreja Ortodoxa? Quais comunidades ortodoxas existem no Brasil? Essas comunidades são apenas para migrantes? Que outros ortodoxos as compõem? Podem ser identificadas características específicas de cada uma dessas igrejas no Brasil? Uma vez respondidas estas questões a um nível geral, se poderiam selecionar algumas situações de comunicação intercultural que se querem analisar em profundidade?

Um objetivo provisório poderia ser: caracterizar a diáspora ortodoxa no Brasil. E como objetivos operacionais possíveis: descrever os processos migratórios das Igrejas Ortodoxas que hoje estão no Brasil; caracterizar as comunidades da diáspora ortodoxa no Brasil; analisar aspectos específicos da (re) existência ortodoxa no Brasil.

## **1. Referencial teórico e metodológico**

A pesquisa está situada na Comunicação Intercultural, o diálogo entre sujeitos ou grupos com suas particularidades culturais. “Nossa compreensão distingue o multiculturalismo da interculturalidade a partir do diálogo como componente primordial do segundo em detrimento do primeiro” (ÁVILA, 2018, p. 5). O fenômeno é complexo, o que requer, seguindo a Sodré (2014), uma concepção de comunicação estreitamente associada à lógica da cultura como um todo. Retomando a Ávila (2018, p.5), “se o intercultural é este diálogo entre diferentes culturas ou formas de percepção, o multicultural é o reconhecimento da diversidade cultural sem a pressuposição de um diálogo fundante, existente na interculturalidade”.

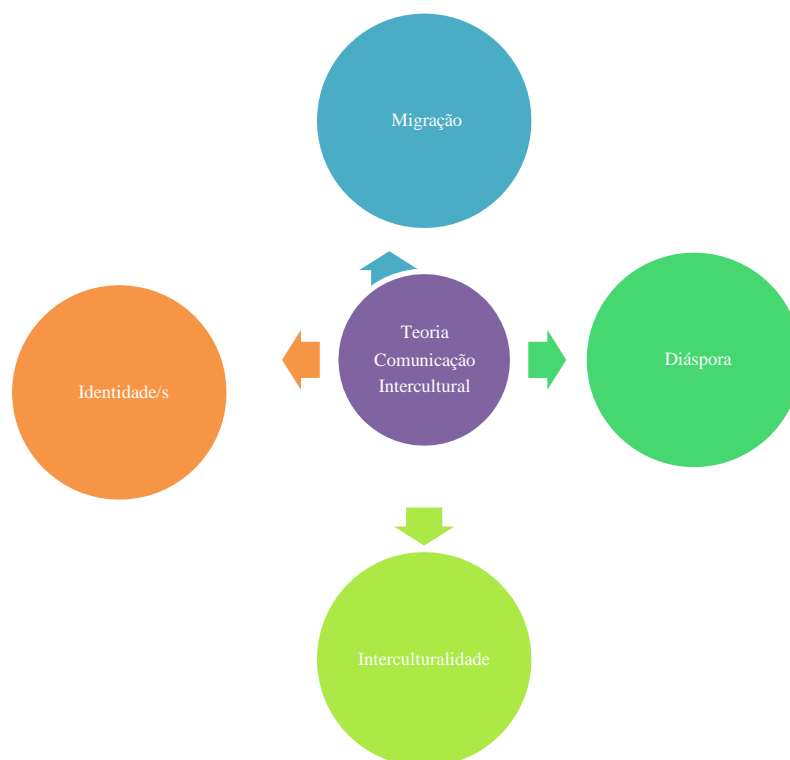


Se pesquisa sobre diásporas, Hall (2003, p. 33) afirma que o conceito de diáspora “está fundado sobre a construção de uma fronteira de exclusão e depende da construção de um ‘Outro’ e de uma oposição rígida entre o dentro e o fora. Porém, as configurações sincretizadas da identidade cultural requerem a noção derridiana de *différance*”. As diásporas constituem conjuntos de grupos de pessoas que migraram em diferentes momentos. Sayad (1998, p. 15 *apud* Escudero, 2017, p. 20) afirma que “todo itinerário do imigrante se dá, de certa forma, em um ‘itinerário epistemológico’, ou seja, no cruzamento de todos os campos das Ciências Humanas e Sociais” por isso não se pode deixar de ter uma visão interdisciplinar do estudo.

Uma diáspora vive entre um lugar (espaço/tempo/cultura/valores/etc.) e outro; o sujeito precisa, como afirma Schütz (2010), empreender um processo de leitura e interpretação dos padrões sociais, tendo como referencial os seus próprios. O espaço tem muito de ‘espaço nostálgico’ sobre ele. ElHajji e Escudero (2016, p. 347) refletindo sobre Sayad (1998) entendem como “um lugar aberto a todas as nostalgias, carregado de emoção e afetividade; ao contrário do ‘espaço social’ que representaria um espaço contínuo, um conjunto de lugares indiferentes e intercambiáveis entre os quais podemos ir e vir física e mentalmente”.

O processo de globalização, entre outros fatores do ecossistema social, faz, de acordo com Hall (2006, p. 12), que “o sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas”. E, por outro lado, “esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma ‘celebração móvel’” (HALL, 2006, p. 12 -13). Na globalização, afirma Appadurai (2015), os fluxos informacionais exercem papel central na configuração de imaginários e das construções identitárias. A FIGURA 1 explica a perspectiva teórica e os principais conceitos a desenvolver que vão operar sobre o trabalho de campo.

FIGURA 1 - A teoria com os principais conceitos a desenvolver



FONTE: O AUTOR (2022).

A teoria da Comunicação Intercultural se aplica sobre um estudo de campo da diáspora das Igrejas Ortodoxas que podem ser canônicas e não canônicas, ou seja, reconhecidas entre elas ou não, no Brasil do século XXI. Elas estão integradas por ortodoxos/as que chegaram ao Brasil como migrantes; por brasileiros nativos que herdaram a fé desde o berço; e pelos conversos que são aqueles que adaptaram a fé mas antes possuíam outra ou não possuíam. Podem dar-se casos de dupla migração: de pais e ser converso ou que ainda não se autorreconheçam como fieis ortodoxos, mas sua forma de vida o testemunha que serão analisados na pesquisa como outras existências e resistências explicadas desde a Comunicação Intercultural na permanente ressignificação dos sujeitos. O QUADRO 1 procura ilustrar o dito:

## QUADRO 1 - A TEORIA NO TRABALHO DE CAMPO

**Objetos, sujeitos e contextos explicados pela teoria****Diáspora de Igreja/s Ortodoxa/s**

- Canônicas e não canônicas
- no Brasil do século XXI.

**Ortodoxo/a/s**

- em Brasil (migrantes) e brasileiros (nativos)
- de origem (desde a família) e conversos (migrantes de Fé).

**(re) existências dos sujeitos**

- permanente resignificação
- explicada pela Comunicação Intecultural.

FONTE: O AUTOR (2022).

A pesquisa se enquadra no paradigma construtivista, naturalista e interpretativo (Hernández Sampieri, Fernández e Baptista, 2010). O investigador constrói conhecimento a partir da interação com o meio ambiente. O método será da prática etnográfica com técnicas como a análise de documentos para a reconstrução histórica, a observação participante (o que vai gerar diários de acompanhamento para o relato de observações), entrevistas gravadas e questionários. As entrevistas serão analisadas por meio da estratégia da Semiótica da Desconstrução de Derrida<sup>203</sup> (1998).

Os possíveis capítulos podem estar referidos a: *História e cartografia de uma Fé com várias Igrejas e multiplicidade de identidades* (com a análise de documentos); *As características contemporâneas das diásporas ortodoxas no Brasil* (com o relato de

<sup>20</sup> O trabalho busca consistência em tudo, por isso um argelino exilado na França também é tomado como base. Outros pensadores que também têm a experiência de serem migrantes que integram a teoria são: Abdelmalek Sayad, argelino que se mudou para a França; o hindu Arjun Appadurai, que mora nos Estados Unidos da América; Mohammed ElHajji, marroquino naturalizado brasileiro; Stuart Hall, jamaicano radicado na Inglaterra. Não se trata de uma autosegregação de autores migrantes, mas a experiência de ser migrante se encontra no pensamento, nas pesquisas deles. A fala é intercultural pela existência mesma.

observações); *(re) Existências ortodoxas no século XXI* (entrevistas gravadas e questionários).

## 2. Expectativa de resultados

Se espera identificar as comunidades da diáspora ortodoxa no Brasil, mas o estudo da caracterização das (re) existências se aprofundará em um ou dois casos. Talvez possam ser: a comunidade ortodoxa ucraniana da cidade de Curitiba no Paraná e/ou a comunidade ortodoxa árabe no Rio de Janeiro.

## Referências

APPADURAI, Arjun. **Après le colonialisme**: les conséquences culturelles de la globalisation. Paris:Payot, 2015.

ÁVILA, Otávio. Conceitos fundamentais dos estudos migratórios e a comunicação intercultural. Simpósio “CULT-12 – Migrações transnacionais e comunicação intercultural: as práticas sociais e seu valor simbólico”, VI Congresso Internacional do Núcleo de Estudos das Américas. Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 27 a 31 de agosto de 2018. Disponível em: [https://www.academia.edu/39319477/Conceitos\\_fundamentais\\_dos\\_estudos\\_migrat%C3%B3rios\\_e\\_a\\_comunica%C3%A7%C3%A3o\\_intercultural](https://www.academia.edu/39319477/Conceitos_fundamentais_dos_estudos_migrat%C3%B3rios_e_a_comunica%C3%A7%C3%A3o_intercultural) Acesso em: 24 ago. 2022.

DERRIDA, Jacques. **Márgenes de la Filosofía**. [1994] Trad. Carmen González Marín. 2da. ed. Madrid: Cátedra, 1998.

ELHAJJI, Mohammed; ESCUDERO, Camila. WEBDIÁSPORA: Migrações, TICs e memória coletiva. **Revista Observatório**, v. 2, n. 5, p. 334-363, 25 dez. 2016. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/2401/9351> Acesso em: 24 ago. 2022.

ESCUDERO, Camila. Comunidades em festa: a construção e expressão das identidades sociais e culturais do imigrante nas celebrações das origens / Camila Escudero. Rio de Janeiro, 2015. 247f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Rio de Janeiro, 2017.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro, 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. A questão multicultural. In: SOVIK, Liv (Org.). **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto.; FERNÁNDEZ, Carlos y BAPTISTA, Pilar. **Metodología de la investigación**. 5ta.edición. México D.F.: McGraw Hill Interamericana, 2010.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração**. São Paulo: Edusp, 1998.

SCHÜTZ, Alfred. O Estrangeiro: Um ensaio em Psicologia Social. **Revista Espaço Acadêmico**, anoX, n. 113, p. 117-129, out. 2010. Disponível em: <https://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/11345> Acesso em: 24 ago. 2022.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum**: notas para o método comunicacional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

WARE. Timothy. **La Iglesia Ortodoxa**. Buenos Aires: Ángela, 2006.

**RELATOS DE MULHERES MIGRANTES:  
Conversatorios como proposta de comunidade virtual**

**NARRATIVES OF MIGRANT WOMEN:  
Conversatorios as the proposition of a virtual community**

**RELATOS DE MUJERES MIGRANTES:  
Conversatorios como propuesta de comunidad virtual**

Amanda Figueiredo Falcomer Meneses<sup>21</sup>

Kathleen Damaris Chamorro Pablo<sup>22</sup>

Luiza Guimarães Vasconcelos<sup>23</sup>

Manuela Flores de Almeida<sup>24</sup>

**Resumo:** El presente trabajo presenta la propuesta y trayectoria del proyecto “Relatos de mujeres migrantes”, el cual se desarrolló a través de los Conversatorios, ruedas de conversación virtuales, las cuales tuvieron como público-alvo mujeres migrantes hispanohablantes residentes en su mayoría en Brasil. Como resultado de la intervención, son descritos aprendizajes y reflexiones que la experiencia ha brindado al equipo. Ya que, además de servir a un trabajo de investigación, los encuentros suplieron la la necesidad de espacios virtuales seguros para las participantes donde podrían relacionarse e intercambiar experiencias, nuevas direcciones son reveladas y el grupo adopta el objetivo de consolidación de las prácticas empíricas descritas en cuanto metodología consolidada y susceptible a difusión.

**Palavras-Chave:** Mulheres migrantes. Comunidade virtual. Pandemia Covid-19.

**Keywords:** Migrant women. Virtual community. Covid-19 pandemic.

**Palabras clave:** Mujeres migrantes. Comunidad virtual. Pandemia Covid-19.

<sup>21</sup>Universidade de Brasília, Graduação do Instituto de Psicologia, amanda.falcomer@gmail.com

<sup>22</sup>Universidade de Brasília, Mestre - Programa de Clínica e cultura, k.damaris.chamorro@gmail.com

<sup>23</sup>Universidade de Brasília, graduação - Instituto de Psicologia, luhg.vasconcelos@gmail.com

<sup>24</sup>Universidade de Brasília, graduação - Instituto de Psicologia, manuelaflores.alm@gmail.com

## Introducción

En los últimos años, la pandemia de COVID-19 ha presentado nuevos desafíos a la comunidad migrante, además de haber agravado significativamente antiguos desafíos, como la precariedad en la inserción al mercado laboral, a pesar del papel de los migrantes en la economía global, como enfatiza Sassen (2003). Eso se puede verificar en el último informe de la OIM (2022), donde se indica que el COVID-19 puede haber frenado el crecimiento de la población migrante internacional en dos millones. Además, el Informe Especial de la COVID-19 de la Comisión Económica para América Latina (2020) ubica a esta población en la lista de los grupos más afectados por el COVID-19.

“Las personas migrantes se ven afectadas por el cierre de las fronteras, las dificultades de desplazamiento y el incremento del desempleo. [...] Estos problemas se agudizan [...] ante el posible aumento de la xenofobia y la discriminación y el racismo en contra de los migrantes.” (UNICEF, 2020)

La convivencia social, un aspecto importante de la garantía del bienestar en el proceso migratorio, ha sido una de las áreas en donde se agravaron las dificultades. Dado que la dependencia de medios virtuales para el contacto social ha crecido en los últimos dos años debido a la contingencia de salud, es importante mencionar que hasta el 2019, 66.7% de la población de América Latina tenían acceso a internet, y el tercio restante contaba con un acceso limitado y en otros casos sin acceso ninguno (CEPAL, 2020).

El presente trabajo tiene como objetivo principal describir la trayectoria del proyecto “Relatos de Mujeres Migrantes”, dado durante los años 2021-2022, conducido a través de los llamados Conversatorios, ruedas de conversación virtuales con mujeres migrantes de habla hispana. Serán abordadas también las conclusiones, aprendizajes y nuevas perspectivas obtenidas a partir de esa experiencia.

Esa modalidad de encuentros virtuales tiene su origen durante el desarrollo de una investigación del Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica y Cultura de la Universidad de Brasília. Las actividades coincidieron con la implementación de restricciones en cuanto a actividades presenciales, como medida de contención de la transmisión de Covid-19, de forma que fueron necesarias modificaciones en el plan de trabajo original, el cual prevía actividades presenciales de colecta de datos en la forma de talleres de grupo. Es así que los conversatorios surgen, por lo tanto, como una estrategia de aproximación hacia la comunidad de mujeres migrantes

hispanohablantes. De esta forma, en el espacio de los conversatorios se establece un vínculo con potenciales participantes para la colecta de datos, ante la necesidad de realizar esta actividad de forma totalmente virtual.

Curiel (2014) resalta el compromiso ético que tienen las ciencias sociales en relación a la creación de herramientas metodológicas y políticas acorde a la realidad. Siguiendo esta línea Baro (1996) menciona que la actuación del psicólogo debe estar en función a la población que atiende, teniendo como horizonte la transformación de su contexto.

## **1. La experiencia de los Conversatorios**

Los encuentros se dieron semanalmente los sábados. Su divulgación fue realizada de forma gradual en grupos de una red social conocida (Facebook). Dichos grupos estaban conformados por migrantes de diversos países de Latinoamérica que residían en diversas localidades de Brasil. Previo al conversatorio, se publicaba una invitación en cada grupo donde indicaba la fecha, horario, el perfil de las personas participantes. Asimismo las publicaciones incluían un enlace que las dirigía a un formulario de inscripción. A las personas inscritas, se les era enviado el enlace para acceder al encuentro de la semana, que se daba a través de una plataforma de reuniones virtuales (Zoom). En total, fueron 37 encuentros realizados, en los cuales algunas participaban frecuentemente y otras de forma esporádica.

Los encuentros duraban entre una y dos horas, y eran iniciados con una presentación del equipo, proyecto, objetivos y normas de convivencia del espacio a las nuevas participantes. En los primeros encuentros, eran presentadas actividades guiadas y preguntas provocadoras, las cuales abrían paso a una discusión de temas específicos. Entre tanto, la dinámica fue variando con base en la experiencia adquirida. Progresivamente, se fue observando un proceso de creciente identificación por parte de las participantes, de manera que pasaron a ocupar una posición cada vez más activa y autónoma. Así la dinámica de los encuentros tomó un formato más orgánico, y se percibió que ya no eran más necesarias las estructuras y propuestas previamente construidas.

Otro proceso que se dio con el curso de los encuentros y en el contacto con las narrativas de las participantes, fue la percepción de que, además de responder a una necesidad del proceso de investigación y colecta de datos, los Conversatorios revelaron la existencia de una demanda por espacios virtuales seguros para que interacción. Eso se percibió también a través de la constatación de que muchos

servicios ofrecidos actualmente a migrantes hispanohablantes en Brasil no tienen sus actividades conducidas en español, de manera que por diversas veces las participantes indicaron la importancia de un espacio de convivencia en que pudieran hablar tranquilamente de sus vivencias en su lengua materna.

## **2. Aprendizajes y búsqueda por próximos pasos**

Actualmente, se comprende que los Conversatorios constituyen la oferta de un espacio de convivencia. Partiendo desde un proceso fundamentalmente empírico, uno de nuestros objetivos actuales consiste en la consolidación metodológica de los Conversatorios, así como la viabilización de su difusión. Dado eso, una de las prioridades ha sido la búsqueda por el fortalecimiento teórico como forma de establecer bases para una descripción metodológica robusta, que pueda replicarse tanto en el contexto virtual cuanto en el presencial, además de realizarse con diversos públicos-alvos.

Los fundamentos han sido ubicados, sobre todo, en la literatura del área psicosocial. Además de constituir una modalidad de grupo de convivencia, creemos que los Conversatorios cargan lo potencial para ser desarrollados e implementados en cuanto una tecnología social, guiándonos por el concepto que trae Herrera (1970, p.36) acerca de este como “conjunto de presupuestos o paradigmas generados endógenamente que puedan servir como marco básico para desarrollar tecnologías destinadas a sus propias necesidades y aspiraciones”

Dentro de esta misma lógica De Jesús y Acosta (2013) apuntan hacia una utilización de tecnologías para la inclusión social basándose en que las personas deben estar en un proceso constante de acción y reflexión, creando así una interacción entre las tecnologías y los individuos, permitiendo, de esta forma, crear una sociedad más justa, ya que, como se ha observado, la pandemia acentuó las desigualdades ya existentes.

Ya con relación a la modalidad virtual, considerando el contexto pandémico, constatamos que las formas de convivencia en comunidad han sido profundamente afectadas por las medidas restrictivas del contacto interpersonal, de manera que los



medios digitales han adquirido un mayor protagonismo como herramienta de interacción social. Con base en eso, hoy día, más que nunca, comprendemos a la tecnología como derecho, y no privilegio, de manera que la inclusión digital debe permear la discusión de acciones de promoción de bienestar y garantía de derechos. A partir de la experiencia con el grupo virtual y conociendo el hecho de que una gran parte de los migrantes se encuentran en situación de vulnerabilidad socioeconómica, el debate sobre el privilegio digital, lo que incluye el acceso a dispositivos electrónicos y a red de internet de calidad, debe considerarse fundamental.

Además del proceso de fundamentación descrito, otras iniciativas han permeado las acciones recientes del grupo, entre ellas la búsqueda de mentoría por parte de profesionales del área psicosocial que actúan en el Sistema Único de Asistencia Social brasileiro, así como de docentes de la Universidad de Brasilia. También se han creado puentes con instituciones que trabajan con migrantes y refugiados viendo posibles alianzas para generar acciones conjuntas. En cuanto a la participación en eventos científicos nacionales e internacionales, ha brindado oportunidad para intercambios con otros investigadores y profesionales interesados en el estudio y la oferta de servicios relacionados con la experiencia migratoria, lo que posibilita la circulación de ideas y recursos teórico-metodológicos, bien como la construcción colectiva de nuevos caminos.

## Referencias

BARÓ, M. **O papel do psicólogo**. Estudos de Psicologia, 2(1), 7-27. 1996.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL). **Informe Especial COVID-19 No 3: El desafío social en tiempos del COVID-19**. Disponível em: [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45527/5/S2000325\\_es.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45527/5/S2000325_es.pdf). Acesso em 18 dez. 2020.

CURIEL, O. **Género, raza, sexualidad: debates contemporáneos**. Colombia: Universidad del Rosario. Disponible en [http://www.urosario.edu.co/urosario\\_files/1f/1f1d1951-0f7e-43ff-819f-dd05e5fed03c.pdf](http://www.urosario.edu.co/urosario_files/1f/1f1d1951-0f7e-43ff-819f-dd05e5fed03c.pdf) [28 de enero de 2015].

HERRERA, A. (org.). **América Latina: ciencia y tecnología en el desarrollo de la sociedad**. Santiago de Chile: Ed. Universitaria, 1970. Capítulo: Notas sobre la ciencia y la tecnología en el desarrollo de la sociedad, p.11-36.

DE JESUS, V.; COSTA, A. **Tecnologia social: breve referencial teórico e experiências ilustrativas**. Tecnologia social, políticas públicas, 2013.

OIM. **Informe sobre las Migraciones en el Mundo 2022**. ONU Migración, 2022.

UNICEF (Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia), **“La pandemia de COVID-19 podría devastar la vida de las poblaciones de refugiados, migrantes y desplazados internos si no se toman medidas internacionales urgentes”**,  
Disponibile en: <https://www.unicef.org/es/comunicados-prensa/covid-19-podria-devastar-vida-de-refugiados-migrantes-desplazados>. Acceso en 23 de agosto del 2022.

SASSEN, Saskia. **Contra geografías da globalização** – Gênero e cidadania nos circuitos fronteiriços, Traficantes de Sueños, 2003.

**O CAMINHAR DE UM GUINEENSE:  
o circular entre países para a formação acadêmica<sup>25</sup>**

**THE PATH OF A GUINEAN:  
the moving between countries for academic training purpose**

**EL CAMINO DE UN GUINEANO:  
el circular entre países para la formación universitaria**

Mamadú Cissé<sup>26</sup>  
Carla Craice da Silva<sup>27</sup>

**Resumo:** Atualmente, as migrações têm sido estudadas mais do que foram em todos os momentos da história, isto, em parte, se deve à intensificação das mobilidades humanas e à própria mediatização desses processos, mas também podemos mencionar a extensão do leque de ciências, campos de estudos, setores da sociedade e da governança que têm se interessado pela compreensão dos fluxos da mobilidade humana. Neste contexto, o texto aqui proposto tem seu foco voltado para os fluxos migratórios africanos e busca observar até que ponto as trajetórias da mobilidade numa dimensão micro subvertem ou aprofundam as tendências estruturais. Para tal, serve-se dos levantamentos feitos a partir de bibliografias e elas também foram utilizadas como base da análise de uma entrevista concedida por um migrante da Guiné-Bissau. Posteriormente, sugerimos que as trajetórias migratórias analisadas a partir de aportes metodológicos e teóricos baseados na dimensão micro podem trazer novas e divergentes leituras das que são feitas em situações mais gerias e macro. Logo, estas leituras focadas em experiências individuais poderão trazer contribuições e ampliar o escopo de análises, ponderações e cuidados que precisamos tomar ao lidarmos com generalizações presentes em grandes tendências migratórias.

**Palavras-Chave:** Migrações africanas. Trajetória migrante. Migrações internacionais

**Keywords:** African migrations. Migrant trajectory. International migration.

**Palabras clave:** Migraciones africanas. Trayectoria migrante. Migraciones Internacionales.

<sup>25</sup> Trabalho apresentado no VIII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 24 a 26 de outubro de 2022.

<sup>26</sup> Estudante do curso de Licenciatura em Ciências Sociais e bacharel em Humanidades, ambos pela UNILAB/BA. Voluntário na PDMIG–África do Coração e ProMigra/USP. E-mail: [mamaducisse@aluno.unilab.edu.br](mailto:mamaducisse@aluno.unilab.edu.br)

<sup>27</sup> Professora nos cursos de Licenciatura em Ciências Sociais e Humanidades na UNILAB/BA. Doutora em Demografia pela UNICAMP. E-mail: [carlacs@unilab.edu.br](mailto:carlacs@unilab.edu.br)

## 1. Introdução

Os primeiros fluxos da mobilidade humana no continente africano são anteriores à época da ocupação colonial europeia. Aliás, a intramobilidade e porosidade das fronteiras africanas que até hoje definem o caráter das migrações no continente remontam à época dos grandes impérios e reinos africanos. Na verdade, mais recentemente estas características não apenas se mantêm, como tais fluxos dentro do continente se intensificam como apontaram Bacchi, Devillard e Noack (2016). Apesar do aspecto midiático e análises exógenas ao continente reforçarem um olhar alarmante de uma saída massiva de pessoas do continente, algo não confirmado pelos dados.

Cabe mencionar que tem sido registrada uma virada nestas grandes tendências teóricas, essencialmente no que diz respeito ao alto impacto que aspectos socioculturais, da tradição, religião e dentre outros fenômenos nas migrações que fogem do escopo pautado mais pela racionalidade dos custos e vantagens mais econômicas (SAYAD, 1998). Neste contexto, é relevante analisar como visões endógenas podem proporcionar contribuições às abordagens em escala macro; nomeadamente aportes microsociológicos com base na trajetória individual de um migrante e em como as nuances dessa trajetória evidenciam que o *status quo* teórico dos debates podem não dar conta desses contextos migratórios específicos. Deste modo, este trabalho busca refletir sobre as nuances e complexidades de uma trajetória migratória africana para um país do Sul Global e posteriormente para o Norte Global, ampliando os olhares que vão além das já bem estabelecidas abordagens: Sul-Sul ou Sul-Norte.

## 2. Aportes teóricos e opções metodológicas

Neste trabalho, parte-se do olhar das trajetórias e projetos de vida que no fundo são fragmentos constituintes dos grandes fluxos (DEBERT, 1986). É isso que propomos, fazer problematizações analíticas de uma trajetória migrante que diverge dos modelos holísticos e tendencialmente exógenos às complexidades migratórias observadas no continente e fora dele.

Por um lado, já é sabido que a maior parte da mobilidade dos africanos se dá no próprio continente<sup>28</sup>.

Por outro lado, precisamos observar o paradoxo presente nos discursos que reforçam a visão alarmista e hostil que as mídias reproduzem ao tratarem dos migrantes africanos ao mesmo tempo que criam uma narrativa única associada às travessias do Mediterrâneo e numa suposta “invasão” dos migrantes africanos ao continente europeu. Isto tem como efeito imediato a reprodução de um olhar “securitizado” que reforça a xenofobia, cristalização de sentimento nacionalista e hostilidades com base em exclusão racial, de classe, gênero, origem territorial etc. Foucault ajuda a compreender a operação em que os órgãos estatais decidem – por meio de modelos seletivos baseados em biopoder e biopolítica (FOUCAULT, 1997) – que grupos são bem-vindos/nocivos para suas sociedades.

Pensando nessas particularidades do contexto em análise, dentre os fatores preponderantes ao se discutir a migração podemos citar os motivos socioculturais que são extremamente relevantes para as instituições sociais africanas tais como: peregrinações religiosas, estudos, relações entre as etnicidades, casamentos e demais eventos socioculturais de caráter total que envolvem outras inúmeras atividades paralelas para sua efetivação como: comércio, questões laborais, refugiados climáticos e os tradicionais conflitos geopolíticos entre as várias fronteiras propiciadas pela histórica Conferência de Berlim.

A literatura evidencia que a migração Sul-Sul possui elementos de trocas culturais, remessas imateriais, fluxos intra-regionais e outras categorias relativamente novas e disruptivas perante o quadro da securitização e xenofobia das sociedades do Norte Global (PEIXOTO, 2004). Neste sentido, nosso foco problematizará aproximações e disparidades entre elementos de uma trajetória migratória Sul (Guiné-Bissau) para Sul (Brasil) e posteriormente para Norte Global (Portugal), como forma de captar as possíveis dimensões que escapam quando se concentra na abordagem de um único eixo: Sul-Sul ou Sul-Norte, como tem sido majoritariamente verificado na literatura.

## 2.1. O olhar à trajetória migrante

Para debater a trajetória migrante em questão, vale salientar que destacaremos duas dimensões fundamentais: os relatos do sujeito com base no método da “narrativa

---

<sup>28</sup> Em 2017, só na África subsaariana, por exemplo, 75% dos migrantes fizeram esse movimento dentro do continente. Disponível em: <<https://bit.ly/2XW3msL>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

da trajetória migrante”; e um olhar aos subsídios proporcionados ao discutirmos as migrações africanas dentro de um contexto Sul-Sul-Norte. Em seguida, prosseguiremos com a apresentação da trajetória migrante de Dominique<sup>29</sup> que foi coletada por meio de entrevista semiestruturada de forma virtual.

Entrando no oitavo ano desde que deixou seu país de origem, Dominique, na casa dos seus 30 anos de idade, conta que no seu modo de ver: todos nós somos, de alguma forma, migrantes; que migrar significa muitas coisas e é motivada por diversos aspectos, a depender de cada indivíduo.

No caso dele, as motivações foram constituídas pelo desejo de mudar sua realidade pessoal e familiar. Ao longo das nossas conversas, ele lembra ter pensado em várias possibilidades, inclusive virar jogador de futebol, para fazer com que este sonho se torne realidade, mas acabou apostando em fazer essa mudança da Guiné-Bissau para o Brasil e depois para Portugal buscando uma formação acadêmica sólida que lhe dessas mais possibilidades de conseguir trabalhar na área/carreira escolhida e se realizar pessoalmente. Embora a opção por cursar faculdade no exterior fosse dela, a decisão final levou em consideração os conselhos e apoio de seus familiares que sempre acreditaram e apoiaram sua decisão.

Dentre outras facetas de sua experiência enquanto homem, cisgênero, negro e migrante por motivos estudantis, ele diz ter feito estes movimentos sempre sozinho e no máximo acompanhado de alguns colegas e amizades que ele foi fazendo no decorrer dessas trajetórias. Fato este que demonstra uma limitação do conceito de redes sociais *a priori*, ou seja, antes da pessoa migrar, por um lado, e por outro lado, reforça uma outra forma de construção das redes sociais migratórias, aquela construída durante o pleno processo de mobilidade.

A questão de ele ser africano e negro ficou mais evidenciada nos tempos que ele vivenciou no Brasil e em Portugal do que em seu país de origem. Voltando aos relatos do Dominique, ingressar numa instituição europeia sendo proveniente de um contexto acadêmico africano (Guiné-Bissau) e posteriormente sul-americano (Brasil) – ou seja, ambos do sul global – criou certas barreiras, desconfianças e hesitações nos primeiros momentos de interações acadêmicas no curso do mestrado. Tanto no Brasil quanto em Portugal, estes elementos apareceram com maior ou menos intensidade em cada um dos casos, sendo que no Brasil o impacto foi menos difícil de lidar na medida que os suportes dados pelos serviços universitários e a integração na sua rede de amizades

---

<sup>29</sup> Nome fictício.

com colegas estudantes acabaram fazendo o papel da rede social de acolhimento e integração.

Já na realidade portuguesa, além das questões apontadas, Dominique menciona ser mais lento o processo da integração, embora sem passar por conflitos relevantes, uma vez que os fluxos e dinâmicas de trabalho/estudos acabam criando muitos desencontros das horas de lazer, o que limita os momentos e oportunidades em que as redes sociais de acolhimento, interação e integração poderiam ser desenvolvidas. Abre-se aqui a necessidade de considerar outras dimensões antes de definir uma determinada realidade social enquanto mais ou menos aberta para acolhimento e integração dos migrantes, dado que varia de acordo com experiência de cada sujeito.

### **Considerações finais**

As contribuições colocadas aqui pretendem servir de um reforço à interpretação de que sendo as migrações um campo interdisciplinar, multifacetadas, diversificadas e cuja formulação – de seus sentimentos e compreensões enquanto fenômeno social – são inacabadas, seus aportes metodológicos e teóricos também precisam seguir este esquema.

Isto porque uma vez que a maior variedade e amplitude nestas abordagens pode render contributos profícuos a esse campo de estudos que cada vez mais precisa acompanhar a dinamicidade dos fluxos da mobilidade humana. No caso da discussão e provocações aqui lançadas, propomos que se vá além de leituras Sul-Sul ou Norte-Sul, avançando em direção a um olhar mais aproximado da complexidade inerente a estes processos.

Nesta lógica, o empreendimento de mobilizar discussões a partir de uma trajetória individual não deve ser visto como um esforço minúsculo para atender às demandas investigativas tão amplas quanto as migrações, mas sim, que a adoção desta linha precisa ser encarada enquanto mais um dentre várias possibilidades para o entendimento do fenômeno em debate.

Na verdade, todas as grandes tendências começam pela sobreposição de várias e diversificadas trajetórias individuais; pelo que o entendimento do macro passa, necessariamente, pela leitura eficaz e rigorosa do micro. E a nossa proposição para esta discussão foi justamente um esforço nesta direção.

Em síntese, sublinhamos a pertinência de ir além dos marcos focados no contexto interno do Sul ou deste para o Norte. Para futuros desdobramentos e esforços

investigativos, assumimos e consideramos ser relevante que os próximos avanços nesta agenda de pesquisa dispensem uma atenção redobrada em direção à integração destes diversos e complexos eixos migratórios que aparecem em trajetórias dos indivíduos, e este fato mais que justifica sua mais ampla incorporação pela literatura especializada na área.

## Referências

BACCHI, A.; DEVILLARD, A.; NOACK, M. **Estudo sobre as políticas de migração na África Ocidental**. (CEDEAO/OIM). 2. ed. Áustria, jan. 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/3kKJToF>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

DEBERT, G. Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral. In: CARDOSO, R. **A aventura antropológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FOUCAULT, M. **A vontade de saber**. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

HIERRO, L. **A maioria dos africanos não migra para onde você (talvez) pense**. El País, Madrid, 16 de jan. de 2018. Disponível em: <[https://elpais.com/elpais/2018/01/11/planeta\\_futuro/1515674435\\_555866.html](https://elpais.com/elpais/2018/01/11/planeta_futuro/1515674435_555866.html)>. Acesso em: 23 jun. 2019.

PEIXOTO, João. “As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas”, **SOCIUS Working Papers**, Lisboa, nº 11: 2-36, 2004. Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2037/1/wp200411.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2021.

SAYAD, A. **Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo, Edusp, 1998.



## DISCUTINDO IDENTIDADE ATRAVÉS DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS E DA COPA DOS REFUGIADOS E IMIGRANTES<sup>30</sup>

### DISCUSSING IDENTITY THROUGH MIGRATORY FLOWS AND THE REFUGEE AND IMMIGRANT CUP

### DISCUTIENDO LA IDENTIDAD A TRAVÉS DE LOS FLUJOS MIGRATORIOS Y LA COPA DE REFUGIADOS E INMIGRANTES

Guilherme Silva Pires de Freitas <sup>31</sup>

**Resumo:** *Este trabalho busca analisar o conceito de identidade através da migração e das práticas de esporte e lazer, destacando a Copa dos Refugiados e Imigrantes. Campo de pesquisa interdisciplinar, o estudo dos fluxos migratórios é bastante amplo para discussões, como por exemplo, o conceito de identidade que afeta construções identitárias dos migrantes e refugiados os obrigando a reconstruir suas relações em um mundo globalizado. Através da competição busca-se refletir sobre como este tipo de atividade esportiva pode impactar nas identidades destes indivíduos, fortalecer as redes sociais entre essas pessoas em situação de refúgio no país e intensificar o fator de comunidade. O torneio de futebol ainda reforça o protagonismo dos refugiados que idealizaram, organizam e disputam a competição. E paradoxalmente, no torneio os refugiados representam seus respectivos países, os mesmos dos quais tiveram de fugir para preservar suas vidas, o que ajuda a fortalecer suas identidades migrantes.*

**Palavras-Chave:** *Identidade. Fluxos migratórios. Copa dos Refugiados e Imigrantes.*

**Keywords:** *Identity. Migratory flows. Refugees and Immigrants Cup.*

**Palabras clave:** *Identidad. Flujos migratorios. Copa de Refugiados e Inmigrantes.*

<sup>30</sup> Trabalho apresentado no VIII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 24 a 26 de outubro de 2022.

<sup>31</sup> Doutorando em Mudança Social e Participação Política na Escola de Artes, Ciências e Humanidade da Universidade de São Paulo (EACH/USP). E-mail: [guilhermespfreitas@usp.br](mailto:guilhermespfreitas@usp.br).

## 1. Introdução

A situação do refúgio no mundo é um fato muito discutido atualmente e tende a ser um dos principais assuntos de estudos ao longo do século XXI. A razão desta afirmação se deve ao cenário dos deslocamentos forçados, que vem crescendo ininterruptamente. Números mais recentes divulgados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) mostram que ao fim de 2021 havia no mundo 89,3 milhões de pessoas em situação de deslocamento forçado. Porém, este número subiu devido ao recente êxodo de ucranianos e o Acnur estima que ao fim de 2022 os deslocados sejam 101,1 milhões (UNHCR, 2022, p. 5-7). O número é alarmante, mas há poucas demonstrações concretas por parte de governantes em resolver a situação de forma objetiva. Por exemplo, impedem a entrada de refugiados em seus territórios ao invés de pensar em uma forma de integrá-los a suas sociedades e economias. Esse comportamento vai de encontro a crítica que Castles (2010, p. 14) faz quando afirma que governantes adotam políticas com visões de curto prazo e medidas simplórias para resolver uma questão complexa.

O Brasil divulgou através do Comitê Nacional do Refugiado (Conare) que ao fim de 2021 havia 60.011 refugiados vivendo no país (JUNGER; et al, 2022, p. 26). Em comparação com outros países que acolhem refugiados, trata-se de um número tímido. Porém, os pedidos de refúgios seguem crescendo ano após ano, mas devido a burocracia muitos refugiados permanecem como solicitantes de refúgio em uma situação permanente de incerteza.

Esse sentimento de indefinição (BAUMAN, 2007, p. 43-44) acompanha muitas vezes o migrante, impactando sua identidade e o processo de inclusão a nova sociedade para onde busca refúgio. Este trabalho visa discutir o conceito de identidade através da migração e das práticas de esporte e lazer, com destaque para a Copa dos Refugiados e Imigrantes, torneio de futebol onde os refugiados são os protagonistas.<sup>32</sup>

## 2. Migração e identidade

Diversos autores definem a identidade como algo em constante transformação, sendo híbrida, líquida e transitória (BAUMAN, 2001; HALL, 2014). De fato, a identidade

---

<sup>32</sup> A Copa dos Refugiados e Imigrantes é um torneio amador de futebol idealizado e organizado desde 2014 pela ONG Pacto pelo Direito de Migrar (PDMIG), formada por refugiados. No evento os deslocados representam seus respectivos países em uma espécie de Copa do Mundo, que tem como objetivo mobilizar refugiados e chamar atenção para a causa do refúgio através do esporte.

esta sujeita a mudanças devido influências externas, como por exemplo, efeitos da globalização. Este fenômeno encurta o tempo e as distâncias, aproximando culturas, povos e estilos de vida (HALL, 2014, p. 40). Essa compactação global atinge o fator identitário das pessoas, seja devido as influências externas, seja devido aos deslocamentos feitos por indivíduos que ao chegarem a um novo lugar precisam compreender e assimilar hábitos da nova cultura local.

Glick Schiller, Basch e Szanton Blanc (2019) afirmam que o migrante que passa por todo este processo torna-se um transmigrante. Segundo as autoras, este termo significa que:

Os transmigrantes são imigrantes cujas vidas diárias dependem de interconexões múltiplas e constantes por meio de fronteiras internacionais e cujas identidades públicas estão configuradas em relação a mais do que um Estado-nação [...]. Eles não são hóspedes temporários ou residentes de curta permanência porque se estabelecem e vêm a se incorporar à economia e às instituições políticas, as localidades e os padrões da vida diária do país em que residem. Contudo, ao mesmo tempo, eles estão comprometidos com outros lugares no sentido de que mantêm conexões, constroem instituições, conduzem transações e influenciam eventos locais e nacionais nos países dos quais emigraram (GLICK SCHILLER; BASCH; SZANTON BLANC, 2019, p. 349-350).

Trata-se de um sujeito dotado de uma “identidade plural” (WOODWARD, 2014, p. 22), onde a identidade é impactada tanto pela globalização, quanto pela migração. Aguiar (2021, p. 29) aponta que migrantes, e principalmente refugiados, estão em constante movimento e reconstruindo suas relações com o espaço onde buscam proteção para suas vidas, em um processo que ela chama de reterritorialização. Este processo de ter que “começar do zero” é comum para diversos tipos de migrantes, em especial os refugiados que não traçam planos. Trata-se de uma carga psicológica pesada e que afeta estas pessoas, principalmente suas construções identitárias.

É um fato que os fluxos migratórios são um deslocamento físico de pessoas pelo globo, mas eles acabam influenciando a construção identitária dos migrantes, seus descendentes e de quem passa a conviver com eles. Sayad (1998, p. 15) aponta que além do espaço físico que os deslocamentos produzem, também acabam se refletindo em outras áreas, principalmente social, econômica, política e cultural. E o esporte, por ser um fenômeno sociocultural, é outra opção para estudar as migrações.

### **3. Identidade através do esporte: a Copa dos Refugiados e Imigrantes**

Os estudos do esporte na área das ciências humanas e sociais datam meados do século XX, principalmente com a difusão da sociologia do esporte (FREITAS, 2022, p. 3-4). Bourdieu (2007) foi um dos primeiros pesquisadores a estudar o esporte na área sociológica através da sua teoria dos campos ao notar que o esporte não estava alheio a sociedade. Ele observou alguns fatores que faziam com que indivíduos se socializassem através da prática esportiva.

Além da socialização, a identidade também acaba sendo impactada pelas práticas de esporte e lazer. Como exemplo, temos no Brasil a Copa dos Refugiados e Imigrantes. O evento futebolístico nasceu através do esforço e união dos próprios refugiados que enxergaram na atividade esportiva uma forma de chamar a atenção da sociedade para suas situações de deslocados internacionais. E um dos fatores mais impactantes que este torneio conseguiu atingir foi reforçar a identidade migrante.

No torneio, os refugiados são os principais protagonistas. Foram eles os idealizadores da competição em 2014 e responsáveis por mobilizar, reunir e atrair sujeitos nas mesmas condições para participar de um “Mundial de refugiados”. Com o tempo o projeto recebeu atenção de entidades públicas e privadas, mas a organização sempre ficou a cargo dos próprios deslocados internacionais.

Este papel central, somado ao fato de apenas refugiados poderem atuar nas partidas fortaleceu mais ainda esta identidade de se reconhecer como refugiado. Através do futebol, estes deslocados encontraram uma forma para ampliar suas redes de apoio e também ajudar na reconstrução de suas vidas. É simbolicamente uma comunidade imaginada que de acordo com o pensamento de Anderson:

[...] é imaginada por que mesmo os membros das mais minúsculas das nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar de todos os seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles. [...] ela é imaginada como uma comunidade porque, independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal. (ANDERSON, 2008, p. 32).

A ideia de comunidade também se reflete no universo do futebol. Definido por Giulianotti (2010, p. 42) como uma das grandes instituições culturais, a modalidade tem a capacidade de gerar uma imaginária comunidade de milhões que se torna mais real na forma de um time de onze pessoas (HOBBSAWM, 2013, p. 197). A oportunidade que estes refugiados têm, mesmo que de forma não oficial, de poderem ouvir o hino nacional, representar a bandeira de seus respectivos países, de onde tiveram que fugir para preservar suas vidas, tem um poder simbólico tremendo.

A unidade entre estes migrantes também é muito importante para o fator de identidade. Afinal, estão longe de casa, na maioria das situações sem a presença dos familiares, compreendem pouco do idioma local e os costumes são diferentes. Ao se reconhecerem como refugiados se fortalecem e utilizam o esporte como um instrumento para essa união.

#### **4. Considerações Finais**

Como visto a situação dos deslocamentos forçados no mundo é algo bastante dramático e urgente. Além das inúmeras adversidades políticas e sociais que estes fluxos migratórios geram, a questão da identidade é um importante tema para discussão. Afinal, o indivíduo passa por diversos obstáculos em sua jornada que irão se refletir em sua nova realidade e em sua identidade como migrante.

E ações como a Copa dos Refugiados e Imigrantes, que dão protagonismo ao refugiado através da prática de esporte e lazer, fortalecem essa identidade migrante e são um exemplo de como é possível aprofundar esses estudos identitários e interdisciplinares através do campo das migrações e do esporte.

## Referências

- AGUIAR, M. E. **Prática médica e imigração: o caso dos refugiados sírios na cidade de São Paulo**. Tese (Doutorado em Ciências). 366p. Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2021.
- ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BAUMAN, Z. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BOURDIEU, P. **A Distinção**: a crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- CASTLES, S. Entendo a migração global: Uma perspectiva desde a transformação social. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, Ano XVIII, n. 35, p. 11-43, jul./dez. 2010.
- FREITAS, G. S. P. de. A Sociologia do Esporte reflete cada vez mais as questões da sociedade. In: BETTINE, M. A.; FREITAS, G. S. P. de. (Org.) **Estudos Interdisciplinares em Sociologia do Esporte**: v.2. São Paulo: Ludens. p. 3-11, 2022.
- GIULIANOTTI, R. **Sociologia do futebol**: dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões. São Paulo: Nova Alexandria, 2010.
- GLICK SHILLER, N.; BASCH, L.; SZANTON BLANC, C. De imigrante a transmigrante: teorizando a migração transnacional (tradução). São Paulo, **Cadernos CERU**, v. 30, n. 1, p. 349-394, 2019.
- HOBBSBAWM, E. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. São Paulo: Paz e Terra, 2013.
- JUNGER, G.; et al. **Refúgio em Números: 7ª Edição**. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Comitê Nacional para os Refugiados. Brasília, DF: OBMigra, 2022.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.
- SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EdUSP, 1998.
- UNHCR. **Global Trends: forced displacement in 2021**. Copenhagen: Statistics and Demographics Section UNHCR Global Data Service. 2022.
- WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: DA SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, p. 7-72, 2014.

**O JAPONÊS NA VITRINE:  
Foujita no Rio de Janeiro** <sup>33</sup>

**THE JAPANESE ON THE WINDOW:  
Foujita in Rio**

**JAPONÉS EN LA VITRINA:  
Foujita en Río de Janeiro**

Luiz Vinicius Rodrigues dos Santos<sup>34</sup>

**Resumo:** *Nascido em Tóquio em 1886, Tsuguharu Foujita é um dos nomes mais expressivos da modernidade no Japão. De Paris a Nova Iorque, a presença do artista era um evento por onde ele passasse, e não diferiria no Brasil. Durante sua curta estadia em 1931-1932, aquele japonês tão singular foi o principal assunto das mais diversas colunas dos jornais cariocas, uma verdadeira celebridade, que será eventualmente referenciado como artista. Lembrando aos brasileiros que também era um pintor, ao fim de sua estadia Foujita inaugura uma exposição tanto quanto controversa, que apresenta ao público carioca um Brasil diferente daquele que eles vivem, um Brasil que foi apenas visto pelos olhos Foujita.*

**Palavras-Chave:** *Rio de Janeiro. Nipo-brasileiros. Arte Moderna.*

**Keywords:** *Rio de Janeiro. Japanese-Brazilians. Modern Art.*

**Palabras clave:** *Rio de Janeiro. Japoneses-brasileños. Arte Moderno.*

<sup>33</sup> Trabalho apresentado no VIII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 24 a 26 de outubro de 2022.

<sup>34</sup> Graduando em História da Arte pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, [luizvrs21@gmail.com](mailto:luizvrs21@gmail.com).

## 1. Foujita, vida e obra

A estadia de Foujita no Brasil foi um acontecimento de grandes proporções, tanto para a cena artística quanto para os demais cidadãos nipo-brasileiros. Dito isso, esta pesquisa, que faz parte do trabalho de conclusão de curso da graduação em História da Arte, tem por objetivo a análise da estadia de Foujita no Rio de Janeiro, sua repercussão midiática na época e a discussão acerca das percepções deixadas pelo artista através do levantamento de fontes bibliográficas e visuais. Nesse sentido, na pesquisa debatem-se aspectos como a imigração japonesa no Brasil, os trânsitos migratórios dos artistas e o impacto disso em suas produções e nas produções do local em que esteve.

A história da imigração japonesa no Brasil tem seu despontar no Rio de Janeiro. Para além da chegada do acrobata Manji Takezawa (falecimento em 1918), as primeiras colônias agrícolas de famílias japonesas aconteceram na região das Baixadas Litorâneas, marcando o início da comunidade nipônica em solo fluminense. As colônias fluminenses se mostraram investimentos improdutivos, o que levou as famílias a abandonarem a região, migrando para a capital do estado. Yuzaburo Yamagata talvez seja o caso de maior sucesso dentre os que migraram para o Rio de Janeiro, apesar de não prosperar no meio agrícola, Yamagata vai empreender na produção de sal e escolas de pescas que lhe renderão bons frutos.

Com o final da primeira década do séc. XX, a migração japonesa no Rio de Janeiro acaba sendo eclipsada pelo evento que é a chegada do Kasato Maru, deixando São Paulo sob controle da narrativa da imigração japonesa no Brasil. Em virtude da sua condição de capital, e a tensão político-social do entre guerras, começa a se formar no Rio de Janeiro uma comunidade diaspórica plural. A diáspora de cérebros de Santa Teresa é constituída por imigrantes do leste europeu ao leste asiático, e é em meio a efervescência multicultural de seus habitantes que começa a surgir um novo núcleo japonês no território fluminense. Em espaços como o Hotel Internacional, a Pensão Mauá e o ateliê de Kaminagai, reuniam-se artistas nacionais e estrangeiros a fim de trocar experiências e atualizações das vanguardas. Uma verdadeira comunidade cultural, tal qual a Escola de Paris.

Em meio aos nomes que vão construir a história da comunidade artística japonesa no Rio de Janeiro destaca-se Tsuguharu Foujita (1886 – 1968). Nascido em Tóquio, viveu sua infância e parte de sua juventude no Japão, até mudar-se para Paris em 1913,

onde se tornou um dos expoentes da modernidade japonesa. Desde criança, Foujita, demonstrou interesse pelas artes, como o mesmo relatou em diversos momentos sua iniciação no fazer artístico se deu através da observação da natureza, desenhando vegetação e insetos. Outros objetos de interesse do artista incluíam a reprodução de desenhos presentes em peças de cerâmicas e cenas de guerra. Em 1910, Foujita começa a frequentar a Escola Imperial de Belas Artes de Tokyo, espaço onde era multiplicado o ensino da pintura *yōga*<sup>35</sup>, considerado um “fora do lugar”, conquistando o desafeto de seus mestres por não seguir as orientações impostas, além de encontrar dificuldade de integrar espaços expositivos, sendo constantemente recusado no Salão Oficial do Japão. Percebendo não haver espaço para seu filho crescer na cena artística japonesa naquele momento, o pai de Foujita o envia a Paris para que ele possa desenvolver-se livremente enquanto artista. É na capital cosmopolita do mundo que Foujita entra em contato com as vanguardas e conhece nomes da cena artística parisiense como Picasso e Léger.

Ascendendo ao patamar que tanto almejava, Foujita torna-se não apenas sucesso de crítica, como também de vendas, figurando em galerias de todo mundo, e suas obras tornam-se peças-chave para qualquer um que aspira ter uma apreciável coleção moderna.

Foujita chega ao Rio de Janeiro em 1931, incentivado por Portinari, a quem conheceu em Paris. Fugindo da tensão do entre guerras que pairava sob a Europa, antes de vir para o Brasil, o artista volta a sua terra natal, se deparando com um cenário não muito diferente do qual ele tinha deixado. A chegada de Foujita no Brasil será um evento de proporções jamais vistas. Todos estão curiosos para conhecer o japonês a quem Paris se rendeu, que expõe do Japão a Nova Iorque. Muito se especulou sobre quais cenas da paisagem e do povo brasileiro estampariam as telas do excêntrico japonês.

Foujita, o magico do pincel, esse artista japonês que, fatigado das glórias parisienses, veio à América do Sul, batido pelo desejo de conquistar novos assumptos e novos matizes para as telas que lhe consagraram o nome e dilatam a fama.<sup>36</sup>

<sup>35</sup> Significando, literalmente, pintura ao estilo ocidental, a pintura *yōga* buscava conciliar os temas e técnicas japonesas a materiais e linguagens ocidentais, em especial ao Romantismo, Neoclássico e Art Nouveau. A *Yōga* faz parte da tentativa de instaurar no Japão academias aos moldes ocidentais, o projeto acabou sendo um insucesso, e a *yōga* acabou sendo preterida em relação a *nihonga*, que para o público da época representava melhor o que deveria ser uma pintura “japonesa”.

<sup>36</sup> Uma reunião de arte e cortezia. Diário de Notícias, Rio de Janeiro. 20 de Novembro de 1931. ed. 518.



O frenesi midiático que foi Foujita durou toda sua estadia. A princípio, muito se especulava de quais obras seriam expostas, todos estavam curiosos para ver esse artista fora do lugar que era uma verdadeira zebra: enquanto alguns tratam como um artista de yōga, identificando em sua obra elementos que flutuam entre o acadêmico ocidental e um certo “tradicionalismo japonês” vindo do universo das gravuras ukiyo-e, outros vão atribuí-lo o rótulo de expressionista. E sendo, e não sendo, tudo que lhe atribuem, em simultâneo, como diz Aracy Amaral, Foujita não se curva aos modismos da Escola Paris, encontrando um estilo peculiar e sensível (AMARAL, 2006, p. 65).

Mas logo a empolgação sobre “Foujita, o pintor” se perdeu, para se falar de “Foujita, a personalidade”. O samba que Foujita dançou, o que Foujita tem a dizer da arquitetura brasileira, o ônibus que pegou, para onde passeou, as colunas dos jornais ocupavam-se de cada detalhe da vida de Foujita, uma verdadeira celebridade que tinha cada um de seus passos notificados nos principais jornais cariocas, não importava a edição. Para o Brasil, Foujita era como um de seus quadros, um objeto em exposição.

Foujita era objeto de curiosidade da sociedade da época, com sua franja, seus óculos e suas roupas extravagantes, todos queriam ver o japonês, sua existência era algo extraordinário. A mídia esqueceu que aquele japonês que atraía olhares ao caminhar despreziosamente pela Cinelândia, também era um pintor, e que em sua exposição o que estava a mostra eram suas telas e não ele, para que assim a mesma não descambasse no fracasso de vendas que foi.

Apesar de breve, a passagem de Foujita pelo Brasil é um marco importante para a presença japonesa no Brasil. Uma inegável inspiração para muitos artistas nipo-brasileiros posteriores, como Kaminagai, Shiró, Nagasawa entre outros. Outros frutos da passagem de Foujita que perduram, incluem “notas de rodapé” nas soluções adotadas por Portinari e Ismael Nery, suas tão controversas cenas brasileiras presentes no museu de Akita. É também por sugestão de Foujita, que o Brasil conhece outro expoente da pintura nipo-brasileira, Tadashi Kaminagai. Componente da diáspora de cérebros que floresce em Santa Teresa, Kaminagai começa a desenvolver-se como artista ainda em Paris, aprendendo através da observação de diversos artistas, entre eles Foujita, com quem desenvolve uma amizade.

Um exponencial da modernidade, Foujita foi um referencial tanto para os artistas japoneses quanto para os não-japoneses. O artista vem ao Brasil na condição de *dekasegui*, enquanto a geração *Kasato Maru* e os primeiros colonos no território Fluminense aderiam ao trabalho no campo e acabavam estabelecendo raízes no Brasil, Foujita chega buscando vender suas obras, para então voltar para sua casa. O evento

"Foujita no Brasil" é uma peça-chave tanto para os estudos de dinâmicas migratórias, quanto para a arte das vanguardas.

## Referências

AMARAL, A. Foujita no Brasil: pesquisa em andamento. In: **Textos do Trópico de Capricórnio: Artigos e Ensaíes (1980-2005): Modernismo, Arte Moderna e o Compromisso com o Lugar**. São Paulo: Editora 34, 2006. p. 65.

INOE, M. F. M. As relações Brasil-Japão e a Tutela empresarial na imigração para o Brasil: veículo da riqueza. **Navegar**, vol. 3, nº 5, Jul.- Dez. 2017. p. 179-201

SASAKI, E. M. Uma Cartografia Carioca da Cultura Japonesa no Início do Século XXI. **Principia** (Rio de Janeiro), v. 31, p.85-92, 2015.

SAFRAM, W. Diaspora in Modern Societies Myths of Homeland and Return. **Diaspora A Journal of Transnational Studies** 1-1 p.83-99. 2011.

Three Movements You've Never Heard Of: Yōga Painting, Nabis, Juste Milieu. Artspace, 2017.  
Disponível em: <[Three Movements You've Never Heard Of: Yōga Painting, Nabis, Juste Milieu | Art for Sale | Artspace](#)>.

Uma reunião de arte e cortezia. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro. 20 de Novembro de 1931. ed. 518.

**QUADRINHOS, MIGRAÇÃO E MEMÓRIA:  
uma análise de *graphic memoirs* de autoras migrantes<sup>37</sup>**

**COMICS, MIGRATION AND MEMORY:  
an analysis of autobiographical graphic memoirs by migrant authors**

**HISTORIETAS, MIGRACIÓN Y MEMORIA:  
un análisis de *graphic memoirs* de autoras migrantes**

Ludmila e Silva Masih<sup>38</sup>

**Resumo:** O presente trabalho propõe uma análise de *graphic memoirs* de teor autobiográfico escritas por mulheres e que tem como temática central experiências migratórias. Tendo como objetivo entender a escolha pelo formato dos quadrinhos para narrar relatos e memórias pessoais sobre migração, a pesquisa busca ainda refletir sobre as ferramentas e as possibilidades criativas e expressivas desse formato. Tendo como referencial teórico os estudos de El Refaie (2012) e Chute (2010) sobre *graphic memoirs*, foi realizada uma análise de duas obras: *Persépolis* (2007) de Marjane Satrapi e “O Melhor que Podíamos Fazer” (2017) de Thi Bui. Ao longo da pesquisa, foi possível perceber que características intrínsecas dos quadrinhos, como a sua natureza fragmentada e a utilização de imagens para a auto ilustração, são ferramentas que permitem aos autores novas possibilidades narrativas e expressivas em suas obras autobiográficas sobre migração.

**Palavras-Chave:** *Graphic memoirs*; Migração; Autobiografia.

**Keywords:** *Graphic memoirs*; Immigration; Autobiography.

**Palabras clave:** *Graphic memoirs*; Migración; Autobiografía.

<sup>37</sup> Trabalho apresentado no VIII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 24 a 26 de outubro de 2022.

<sup>38</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais da Universidade de São Paulo. Email: [ludmilamasih@usp.br](mailto:ludmilamasih@usp.br).

## 1. INTRODUÇÃO

A popularização das chamadas *graphic novels*<sup>39</sup> representou uma transformação no universo das histórias em quadrinhos no fim do século XX. Tradicionalmente um produto consumido por crianças e jovens, as HQs passaram a ser também lidas pelo público adulto com a publicação de obras de temáticas mais densas a partir dos anos 80 (CELESTINO; LUCAS, 2014). Nesse contexto, um subgênero das *graphic novels* é especialmente popular<sup>40</sup>: o das obras de memórias e de relatos autobiográficos, também conhecidas como *graphic memoirs*.

Dentre as temáticas trabalhadas nesses quadrinhos autobiográficos, a migração destaca-se como um tema notavelmente recorrente: são muitas as obras que relatam a diáspora numa perspectiva pessoal, com os autores narrando suas histórias de deslocamentos migratórios. Um exemplo desse tipo de publicação é a obra “Maus” (1980) de Art Spiegelman: uma das pioneiras do subgênero e a única *graphic novel* vencedora do prêmio Pulitzer até a atualidade, o quadrinho é um relato de não-ficção que une texto e ilustração para contar sobre a experiência de migração da família do autor.

Nesse contexto, o presente trabalho propõe refletir sobre a escolha pelo formato dos quadrinhos para narrativas de memórias sobre migração. Considerando a quantidade significativa de obras desse tipo, esta pesquisa tem o intuito de compreender o que atrai a este formato os autores que contam seus relatos migratórios: quais características, por exemplo, desse tipo de publicação representam novas possibilidades criativas e expressivas para esses escritores e quais suas influências no produto final? Para isso, foi realizada uma análise de um pequeno corpus de títulos formado pelas obras “Persépolis” (2007) de Marjane Satrapi e “O Melhor que Podíamos Fazer” (2017) de Thi Bui à luz de estudos sobre *graphic memoirs* e autobiografia de autoras como El Refaie (2012) e Chute (2010).

---

<sup>39</sup> Neste trabalho, utiliza-se o termo em inglês “graphic novel” por conta do não-consenso da tradução ideal do termo para o português. Santiago Garcia discute o assunto em sua obra “A Novela Gráfica” (2012).

<sup>40</sup> Na plataforma literária Goodreads, por exemplo, mais de 700 obras são identificadas como a maior parte delas publicadas a partir dos anos 2000, com um boom mais recente desde 2009. Disponível em: <https://www.goodreads.com/shelf/show/graphic-memoir>. Acesso em: 20 ago. 2022.

## 2. **GRAPHIC MEMOIRS: A REPRESENTAÇÃO DA MEMÓRIA**

Halbwachs (1999) define a memória como um processo social de reconstrução do passado vivenciado por um determinado indivíduo. Para o autor, a preservação da memória é uma preocupação central da humanidade que desenvolveu, ao longo dos séculos, formas de registrar hábitos, práticas culturais e acontecimentos de formas diversas, desde pinturas rupestres até projetos arquitetônicos.

Nesse contexto, a literatura destaca-se como uma forma importante de preservação do passado e da memória individual e coletiva. As autobiografias, mais especificamente, são exemplos mais claros das tentativas dos autores de registrar vivências pessoais a partir da escrita. Apesar de ter se consolidado como um gênero literário no século XVIII, a popularização das autobiografias aconteceu com as mudanças sociais e políticas nos Estados Unidos nas décadas de 60 e 70, quando a ideia de narrar suas próprias histórias se tornou mais democratizada e alcançou pessoas comuns (EL REFAIE, 2012).

Essa maior liberdade em relação aos relatos autobiográficos permitiu que mais obras deste tipo fossem produzidas e publicadas, inclusive no formato de histórias em quadrinho: as chamadas de *graphic memoirs*. De fato, é a partir do século XXI que acontece um boom na publicação de quadrinhos autobiográficos, o que fez emergir questionamentos sobre a escolha das HQs para narrar memórias pessoais (CELESTINO; LUCAS, 2014).

Nesse contexto, El Refaie (2012) aponta o uso das ilustrações como um aspecto dos quadrinhos que é enriquecedor para a contação de memórias, por trazer mais legitimidade para os relatos. Por se tratar de uma representação das memórias que estão sendo narradas, as ilustrações que compõem as *graphic novels* dão uma maior sensação de imersão na história e de aproximação ao autor e às situações por ele descritas. Além disso, alguns aspectos como o tipo do traço utilizado e o uso de cores têm, por si só, significados que podem ser relevantes para a narrativa.

A auto ilustração, isto é, o desenho de si mesmo feito pelos autores, também é apontada como um elemento particular atraente das *graphic memoirs* por permitir que os escritores não apenas narrem suas histórias a partir de seu ponto de vista, mas também que efetivamente coloquem-se visualmente dentro das memórias que estão sendo retratadas.

Outra característica das *graphic memoirs* em comparação às autobiografias em prosa é relacionada à sua formatação em quadrinhos sequenciais. Para Chute (2010), esse formato, que é o mesmo das HQs em geral, dialoga bem com a natureza fragmentada dos relatos pessoais, que muitas vezes são baseados em memórias dos autores que costumam ser tal como a vivência dos fatos, fragmentárias e caóticas. Ela explica:

A forma dos quadrinhos tem uma relação peculiar não só com memória e autobiografia em geral, mas também com narrativas de desenvolvimento. (...) O cartunista Chris Ware sugere que quadrinhos são “uma possível metáfora para memória e recordação”. As imagens nos quadrinhos aparecem em fragmentos, assim como elas aparecem na própria recordação: essa fragmentação, em particular, é traço proeminente nas memórias traumáticas. A arte de combinar palavras e imagens juntas numa narrativa pontuada por pausas e ausências, como é feito no quadrinho, também é uma imitação do processo das lembranças<sup>41</sup> (CHUTE, 2010, p. 4, tradução nossa).

Retomando o pensamento de Chute (2010), as *graphic memoirs* são, portanto, apontadas por ela como uma boa escolha para as narrativas autobiográficas, uma vez que o caráter fragmentado, que poderia representar uma dificuldade para os relatos pessoais, é inerente aos quadrinhos. A autora sugere, ainda, que as *graphic novels* são um formato especialmente rico para os relatos pessoais que são relacionados às experiências vividas na infância ou que narram episódios marcantes, justamente pelo aspecto fracionado dessas memórias, como é o caso de narrativas sobre migração.

### 3. MEMÓRIA E MIGRAÇÃO NOS QUADRINHOS

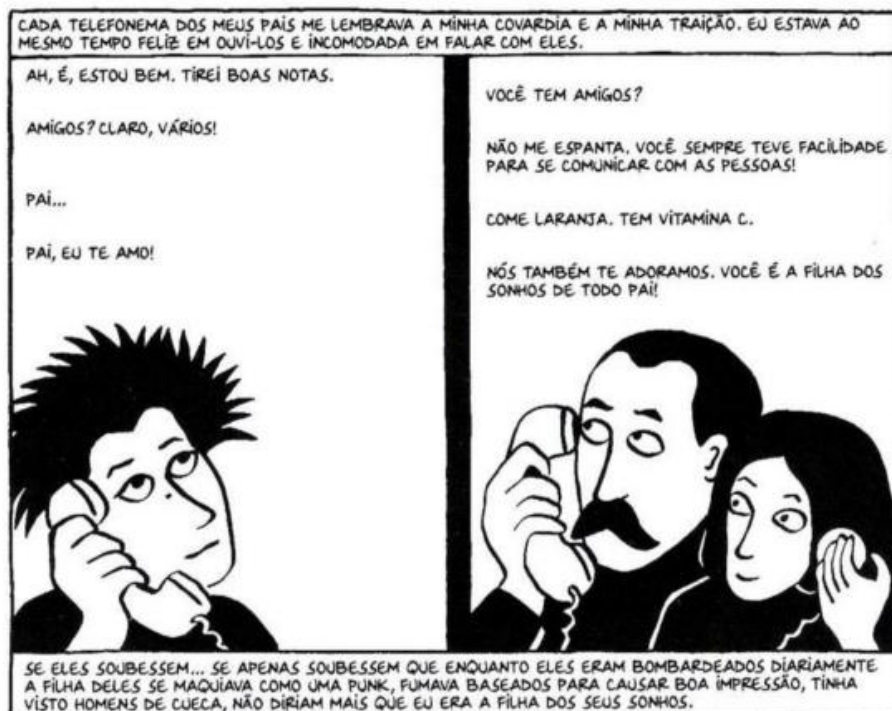
As *graphic memoirs* sobre migração representam uma possibilidade de representação e de construção das imagens dos imigrantes e de suas histórias. Nas obras em análise, o formato dos quadrinhos permite que os autores se apropriem de elementos característicos das HQs para contar suas narrativas migratórias: além das ilustrações, a flexibilidade e o dinamismo na ordem temporal e espacial das *graphic*

---

<sup>41</sup> Original: “The form of comics has a peculiar relationship not only to memoir and autobiography in general, as I will note, but also to narratives of development. (...) Cartoonist Chris Ware suggests that comics itself is “a possible metaphor for memory and recollection” (xxii). Images in comics appear in fragments, just as they do in actual recollection; this fragmentation, in particular, is a prominent feature of traumatic memory.<sup>12</sup> The art of crafting words and pictures together into a narrative punctuated by pause or absence, as in comics, also mimics the procedure of memory”.

*novels* beneficiam os relatos pessoais sobre deslocamentos migratórios, os quais muitas vezes se passam em diferentes locais e momentos (MCNICOL, 2018, p. 283). Um exemplo disso está numa cena de “Persépolis” (2007), na Figura 1, na qual Satrapi conversa “lado a lado” com os pais que estão em outro continente.

Figura 1: Ligação



Fonte: Persépolis (2007)

Para McNicol (2018), o hibridismo texto-imagem das *graphic novels* oferece uma forma de lidar com a possível incerteza das memórias relacionadas à migração, seja esta incerteza relacionada ao trauma do deslocamento ou devido ao momento em que ele aconteceu, como mostra a Figura 2. Segundo a autora, o formato dos quadrinhos tem a possibilidade de desafiar a convenção natural das noções de progresso e de sequência das histórias sem que elas se tornem inteligíveis

Figura 2: Memórias



Fonte: Persépolis (2007)

A flexibilidade na apresentação tempo-espço das *graphic novels* é perceptível, por exemplo, na forma em que várias perspectivas podem ser mostradas ao mesmo tempo, mesmo que elas não se situem na mesma situação geográfica/espacial ou mesmo temporal, o que possibilita maior liberdade criativa para os autores, sem a necessidade de manter a linearidade. O exemplo a seguir, na Figura 3, demonstra como essa ferramenta pode ser utilizada nas *graphic memoirs*: em “O Melhor que Podíamos Fazer” (2017) a autora faz uma espécie de “pulo” temporal espacial, voltando ao passado quando seu pai era criança e estava no Vietnã.



Figura 3: Pulo temporal-espacial



Fonte: O Melhor que Podíamos Fazer (2017)

McNicol (2018) retoma as ideias de Chute (2012) e El Refaief (2012) sobre o diálogo entre HQs e relatos migratórios e conclui:

Portanto, em quadrinhos, o sentido não emerge apenas pela virtude da sequência lógica dos quadros, mas também pelas ligações associativas através de páginas ou mesmo através de um trabalho completo. Além disso, a composição de HQs atua nas conexões íntimas entre as nossas experiências de tempo e espaço que são tão centrais nas narrativas migratórias 6 (MCNICOL, 2018, p. 284, tradução nossa).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a análise das *graphic memoirs* previamente citadas, é possível perceber a riqueza das histórias em quadrinhos e as muitas possibilidades que este formato traz, sobretudo por causa da utilização de ilustrações combinadas ao texto. Algumas características principais das *graphic novels* dialogam bem com aspectos particulares do gênero literário das autobiografias, sobretudo as que falam sobre a temática migratória, o que explicaria a grande quantidade e o sucesso das obras de relatos pessoais que são publicados neste formato.

A natureza intrinsecamente fragmentada dos quadrinhos é uma das características que os aproxima das memórias sobre migração, que podem ser

traumáticos ou podem acontecer ainda na infância, situações que tornam as lembranças ainda menos claras e coerentes. Por serem muitas vezes baseados em lembranças, as narrativas de cunho pessoal podem ser fracionadas e caóticas, o que é condizente com o formato das *graphic novels*, no entanto, essa ausência de linearidade não é um problema para as HQs.

Além disso, a possibilidade de autorrepresentação nas ilustrações que acompanham os quadrinhos é outra ferramenta que enriquece as produções. As *graphic memoirs* permitem que os autores migrantes possam representar a si mesmo e contar suas experiências com a ajuda dos desenhos, que muitas vezes funcionam como um outro nível de significação das histórias.

## REFERÊNCIAS

BUI, T. **O Melhor que Podíamos Fazer**. São Paulo: Nemo, 2017.

CELESTINO, J; & LUCAS, R. Quadrinhos Autobiográficos: diferenças de gêneros e as apresentações de si. In: *Comunicologia*: Brasília. v. 7. p. 311 - 332, 2014.

CHUTE, H. **Graphic Women: life narrative and contemporary comics**. New York: Columbia UP, 2010.

EL REFAIEF, E. **Autobiographical Comics: life writing in pictures**. Jackson: University Press of Mississippi, 2012.

GARCÍA, S. **A Novela Gráfica**. São Paulo, Martins Fontes, 2012.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1999.

MCNICOL, S. Telling Migrant Women's Life Stories as Comics. *Journal of Graphic Novel and Comics*: Manchester. v. 9. p. 279- 292, 2018.

SATRAPI, M. **Persépolis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

**ESTUDANTES BISSAU-GUINEENSES EM LISBOA-ISCSP:  
motivações, desafios cotidianos, redes de sociabilidades e  
perspectivas futuras<sup>42</sup>**

**BISSAU-GUINEAN STUDENTS IN LISBON-ISCSP:  
motivations, daily challenges, sociability networks and  
prospects**

**ESTUDIANTES DE BISSAU-GUINEA EN LISBOA-ISCSP:  
motivaciones, desafíos diarios, redes de sociabilidad y  
perspectivas de futuro**

Antonio Gislailson Delfino da Silva<sup>43</sup>

**Resumo:** Este trabalho discute aspectos das experiências de estudantes bissau-guineenses no ensino superior português, com destaque para as motivações para ingressar no ensino superior em Portugal, os desafios cotidianos vivenciados, as redes de sociabilidades e as perspectivas futuras de estudantes do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. Metodologicamente, trabalhou-se com pesquisa e análise bibliográfica e documental, aplicação de inquéritos por questionário e entrevistas semiestruturadas. O trabalho se estrutura nos seguintes tópicos: Motivações para estudar em Portugal e no ISCSP; *Nô bim Studa* (Nós viemos estudar): dificuldades cotidianas e permanência no ISCSP; As redes e modelos de sociabilidade e solidariedade dos/as estudantes bissau-guineenses do ISCSP; Os amigos, o tempo livre e o lazer; E depois? Retornara Guiné-Bissau ou continuar em Portugal?

**Palavras-Chave:** Estudantes bissau-guineenses. ISCSP. Ensino Superior e Cooperação Internacional.

**Keywords:** Bissau-Guinean Students. ISCSP. Higher Education and International Cooperation

**Palabras clave:** Estudiantes de Bissau-Guinea. ISCSP. Educación Superior y Cooperación Internacional

<sup>42</sup>Trabalho apresentado no VIII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 24 a 26 de outubro de 2022.

<sup>43</sup> Sociólogo. Professor da Universidade Lusófona da Guiné-Bissau- ULG. Doutorando em Estudos Africanos pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Estudos Internacionais, Lisboa, Portugal. [antoniogislailson@gmail.com](mailto:antoniogislailson@gmail.com)/ [antonio\\_delfino@iscte-iul.pt](mailto:antonio_delfino@iscte-iul.pt)

## 1. Introdução

Este trabalho é um recorte da minha dissertação de mestrado intitulada “*Fidjus di Tchon na Terra di Djintis*”<sup>44</sup>: As experiências de Integração Social e Acadêmica de estudantes Bissau-guineenses do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas”. Durante a pesquisa, foi analisada a mobilidade internacional de estudantes oriundos de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) que frequentam o ensino superior em Portugal, tendo como foco as experiências sociais e acadêmicas de estudantes Bissau-guineenses vinculados ao ISCSP, da Universidade de Lisboa, em Portugal.

Portugal e os PALOP mantêm uma relação próxima. Na década de 1970, após as descolonizações, as relações com esses países foram estreitadas através da efetivação de acordos de cooperação, englobando, entre outros, os domínios científico e cultural, inclusive prevendo o acesso “nas instituições de ensino bem como a possibilidade de concessão de bolsas de estudos” (JARDIM, 2013, p. 15). Assim, nota-se que a presença dos/as estudantes oriundos/as dos PALOP para Portugal está relacionada, também, a instrumentos resultantes dos acordos de cooperação entre os países.

## 2. Motivações para estudar em Portugal e no ISCSP

No que diz respeito aos motivos e decisões que levam os/as estudantes Bissau-guineenses a buscarem formação superior em Portugal, Monteiro (2018), em sua dissertação de mestrado, destaca que o método mais utilizado na literatura para identificar os motivos que levam os estudantes internacionais a estudar no exterior é o modelo *push-pull* (empurrar-puxar). Quanto aos motivos *push*, Monteiro (2018) destaca que, numa primeira fase, os/as estudantes são “empurrados/as” para realizar um programa de mobilidade por razões diversas (política, econômica, educacional e entre outras), que o estimulam a escolher um país estrangeiro para continuar os estudos. Em seguida, esses mesmos estudantes são “puxados/as” para

---

<sup>44</sup> No crioulo/kriol e/ou na língua guineense, apesar de não ser uma língua oficial do país, e por consequência não tem ainda um estatuto oficial, uma tradução que mais se aproxima do contexto é: “Filhos de Guiné-Bissau na Diáspora ou na terra do outro”.

um determinado destino, ou seja, têm em conta os motivos *pull* que estão relacionados com motivos de atração do país-destino e da instituição de acolhimento (GONZALEZ; MESANZA; MARIEL, 2011; MAZZAROL; SOUTAR, 2002).

Referente aos fatores e às motivações para a tomada de decisão de prosseguir os estudos superiores em Portugal, os/as estudantes Bissau-guineenses entrevistados/as destacaram dois fatores fundamentais nessa tomada de decisão: por um lado, a família e, por outro lado, a decisão individual.

Quanto à escolha de estudar em Portugal, o prestígio das universidades portuguesas, a carência de universidades superiores de qualidade na Guiné-Bissau e a língua portuguesa foram citadas como razões que motivaram a escolha do país. Nota-se, portanto, que a carência de universidades superiores de qualidade em Guiné-Bissau, na avaliação dos estudantes entrevistados, faz com que busquem formação superior no exterior. Referente à escolha do ISCSP, enquanto instituto de formação superior, de um lado, a qualidade de ensino e do curso pretendido foram fatores de preferência para a tomada de decisão. Por outro lado, a disponibilidade de vagas também foi citada como motivo de escolha.

### **3. *Nô bim Studa* (Nós viemos estudar): dificuldades cotidianas e permanência no ISCSP**

A transição para o ensino superior significa, segundo Jardim (2013, p. 81), “uma nova etapa para qualquer estudante. Muitas vezes não significa apenas um novo espaço, novos colegas e Professores e novos planos curriculares, poderá ir bem mais além destas ‘novidades’”. Assim, os/as estudantes são confrontados/as a viver e a lidar em ambientes totalmente diferentes daquele que viviam anteriormente, ainda no país de origem. Ainda, sobre essa transição, Almeida, Soares e Ferreira (2001, p. 6) destacam que é bastante desafiadora a transição do ensino secundário para o ensino superior, haja vista que “exige que os jovens se confrontem com múltiplas e complexas tarefas e as resolvam de uma forma mais ou menos bem-sucedida para que, assim, possam progredir (obtendo sucesso e satisfação académicas)”.

Quanto ao acolhimento e recepção, foi possível constatar o papel importantíssimo do Núcleo de Estudantes Africanos (NEA), do ISCSP, sendo que, segundo os/as entrevistados/as, o núcleo sempre esteve preocupado com os/as estudantes e disponibilizando-se para ajudar, na medida do possível, no que fosse

preciso. Porém, por parte do instituto, os/as estudantes citaram que não receberam nenhum tipo de acolhimento e nem recepção.

Durante o percurso acadêmico, os/as estudantes são confrontados/as a vivenciar e a conviver com uma nova realidade, na maioria das vezes, diferente daquela imaginada quando ainda no país de origem. Assim, essa nova realidade com que o/a estudante se depara impõe desafios a superar (JARDIM, 2013). Além disso, Duque (2012, p. 7) destaca que, se inicialmente a vinda para um país europeu passa por uma fase de “encantamento”, através do contato com uma nova realidade, posteriormente, aquele sonho pode esmorecer, gerando-se um inevitável tempo de confronto entre costumes e valores.

Durante a pesquisa, dividimos as dificuldades de adaptação em dois períodos: 1º – as dificuldades já sentidas pelos/as estudantes e 2º – as dificuldades sentidas no momento da entrevista. Quanto ao primeiro período, constatou-se que as dificuldades financeiras, o ritmo de trabalho, considerando o contexto de trabalhador-estudante, a compreensão da língua portuguesa e o relacionamento com colegas portugueses foram, inicialmente, situações problemáticas e grandes desafios no percurso acadêmico dos/as estudantes. Quanto às dificuldades sentidas no momento da entrevista, é curioso destacar que as dificuldades financeiras e o ritmo de trabalho – trabalhador-estudante – mantiveram-se presentes na fala dos/as estudantes, evidenciando questões estruturais que afetam sobremaneira o cotidiano vivenciado.

#### **4. As redes e modelos de sociabilidade e solidariedade dos/as estudantes bissau-guineenses do IS CSP**

No que diz respeito às redes, Kelly (2008, p. 219, *apud* TRUZZI, 2008, p. 203) evidencia que:

[...] referente as funções sociais das redes, (define-as) como “agrupamentos de indivíduos que mantêm contatos recorrentes entre si, por meio de laços ocupacionais, familiares, culturais ou afetivos”. Além disso, são formações complexas que canalizam, filtram e interpretam informações, articulando significados, alocando recursos e controlando comportamentos.

Um aspecto importante que deve ser considerado é que devemos analisar as redes na perspectiva das relações entre os indivíduos, ou seja, o ponto fundamental é identificar, a partir de cada indivíduo, as suas redes de relações. Truzzi (2008, p.214) entende que, fazendo essa análise, o conceito de redes concebe a sociedade como um conjunto de relações, e introduz uma dimensão da estrutura social

entendida como estrutura de relações, o que é bastante diferente de imaginá-la como estruturada segundo categorias agregativas.

#### 4.1 Os amigos, o tempo livre e o lazer

Relativamente aos/as estudantes Bissau-guineenses, Quintino (2004, p. 299) destaca que os guineenses se inserem num sistema de sociabilidade recíproca e que renovam os laços entre parentes e amigos. Segundo a autora, são nesses modelos de sociabilidade que a comensalidade, o *djumbai*, a música e a dança e as etiquetas que regulam as sociabilidades são formas dinâmicas de celebração da etnicidade e um meio através do qual os guineenses realinham as suas diferenças, negociam a sua cultura e produzem o discurso identitário. Assim, quanto aos/as estudantes, notou-se, através da pesquisa, que o tempo livre e o tempo de lazer são momentos em que eles/as praticam a sociabilidade e, também, em alguns casos, a solidariedade.

Quanto ao tempo livre, os/as estudantes participam e realizam diversas atividades, entre elas: atividades alusivas à Semana de África, Independência de Guiné-Bissau e participação no NEA. Através delas, os/as estudantes discutem temáticas específicas sobre o continente e o país de origem, mas, por outro lado, constituem e reiteram formas de se socializar, principalmente, com os amigos presentes. Constitui ainda uma forma de “amenizar” a saudade da Guiné-Bissau, através das músicas e danças, do vestuário e da gastronomia.

Quanto ao lazer, as atividades acontecem, na maioria das vezes, fora do instituto. As atividades desportivas são uma das práticas usadas pelos estudantes. Alguns discentes bissau-guineenses fazem parte da seleção de futebol da Associação de Estudantes do ISCSP-AEISCSP. Além disso, passeios, encontros e ao ar livre, com intuito de aproximar os/as estudantes veteranos/as dos recém-chegados/as, configurando formas de sociabilidade por parte dos/as estudantes e, ao mesmo tempo, momentos de lazer.

### 5. E depois? Retornar a Guiné-Bissau ou continuar em Portugal?

Também buscamos também conhecer quais são os planos e intenções dos/as estudantes após finalizar a formação superior ao nível da licenciatura (graduação) em Portugal, no ISCSP. Assim sendo, a maioria dos/as entrevistados/as destacaram que pretendem prosseguir para o mestrado, seja em Portugal ou até mesmo em outros

países da Europa. Nesse sentido, um entrevistado afirmou que: *Eu pretendo prosseguir com o mestrado, mas não em Portugal. Quero estudar na Inglaterra, que é para desenvolver mais o meu inglês* (Entrevistada A, 27 anos, Relações Internacionais).

Nota-se, portanto, que o objetivo de alguns estudantes é prosseguir os estudos superiores, ou seja, o mestrado, em Portugal ou em outro país da Europa. No entanto, nessas perspectivas futuras, o retorno à pátria é citado como oportunidade de contribuir para o progresso do país. A ideia de retornar e buscar colocar em prática tudo que foi ensinado no exterior, com o intuito de mudar a situação do país, está muito relacionado ao que Cerase (1974) define como o retorno inovador (*return of innovation*), que se refere aos migrantes que retornam com o intuito de colocar em prática todas as experiências adquiridas no exterior, com vista a contribuir para o desenvolvimento do país de origem. Logo, retornar para Guiné-Bissau, após concluir o mestrado, está nos planos dos/as entrevistados/as.

Sayad (2000, *apud* FERNANDES; CASTRO, 2013, p. 112) salienta que o retorno é parte integrante do processo migratório, sendo que, o sonho de rever a terra que deixou é, em muitos casos, o alento para suportar situações difíceis que são justificadas pela possibilidade de completar o projeto migratório e atingir o objetivo traçado no momento da partida. Entretanto, essa visão do local de origem e mesmo o projeto inicial vão se transformando com o tempo e podem ter a sua conclusão adiada ou mesmo abandonada.

## Referências

ALMEIDA, L.; SOARES, A. P.; FERREIRA, J. **Adaptação, rendimento e desenvolvimento dos estudantes no Ensino Superior**: construção/validação do questionário de vivências académicas. Braga: Universidade do Minho, 2001.

CERASE, F. Expectations and Reality: A Case Study of Return Migration from the United States to Southern Italy. **The International Migration Review**, v. 8, n. 2, p. 245-262, 1974.

DUQUE, E. J. Representações e Expetativas dos estudantes universitários dosPALOP. In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 7., 2012. **Anais** [...]. Porto: Universidade do Porto, 2012.

FERNANDES, D.; CASTRO, M. C. G. Migração e crise: o retorno dos imigrantes brasileiros em Portugal. **REMHU**, v. 21, n. 41, p. 99-116, 2013.



GONZALEZ, C. R.; MESANZA, R. B.; MARIEL, P. *The determinants of international student mobility flows: an empirical study on the Erasmus programme. Higher Education*, v. 62, n. 4, p. 413-430, 2011.

JARDIM, B. R. D. **Estudantes PALOP no Ensino Superior Português: das Necessidades Sentidas aos Apoios Prestados**. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2013.

MONTEIRO, R. M. A. **Motivos dos estudantes internacionais para realizar mobilidade de estudos de curta duração na U. Porto**. Dissertação (Mestrado em Gestão de Serviços) – Faculdade de Economia, Universidade do Porto, Porto, 2018.

QUINTINO, M. C. R. **Migrações e etnicidade em terrenos portugueses: Guineenses estratégias de invenção de uma comunidade**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa, 2004.

TRUZZI, O. Redes em processos migratórios. **Tempo Social**, v. 20, n. 1, p. 199-218, 2008.

**ALFABETIZAÇÃO PARA HAITIANOS:  
notas de uma pesquisa<sup>45</sup>**

**LITERACY FOR HAITIANS:  
Notes from a survey**

**ALFABETIZACIÓN PARA HAITIANOS:  
Notas de una búsqueda**

Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho<sup>46</sup>

**Resumo:** Este texto compõe parte de minha experiência enquanto pesquisadora e professora alfabetizadora de imigrantes haitianos e haitianas na cidade de Cascavel, localizada no interior do Paraná. Seguindo o método proposto por Paulo Freire de temas geradores, a partir de uma educação libertadora, em conjunto com um grupo de professores, organizamos aulas de alfabetização e um grupo de pesquisa dedicado em trabalhar voluntariamente com imigrantes nesta região. As linhas abaixo refletem todo esse processo de pesquisa, de convívio e de troca de aprendizagens de experiências diversas que construímos no decorrer deste um ano em que iniciamos este projeto.

**Palavras-Chave:** Alfabetização; Imigração haitiana; Educação Libertadora.

**Keywords:** Literacy; Haitian immigration; Liberating Education.

**Palabras clave:** Literatura; Inmigración haitiana; Educación liberadora.

<sup>45</sup> Trabalho apresentado no VIII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 24 a 26 de outubro de 2022.

<sup>46</sup> Professora Adjunta do Departamento de História da Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT, campus de Cuiabá. Email para contato: [johieda@hotmail.com](mailto:johieda@hotmail.com)

## 1. Educação e experiência

As reflexões propostas neste texto são resultantes de um projeto de pesquisa e extensão que é executado há mais de um ano, do qual refere-se à aulas de alfabetização para imigrantes haitianos e haitianas na cidade de Cascavel, localizada na região oeste do Paraná.

No Brasil, até janeiro de 2019 havia 11.231 refugiados legais e mais 161.057 mil solicitações de reconhecimento da condição de refugiado em trâmite, entre os principais solicitantes estavam os sírios, os venezuelanos e os haitianos. Segundo o relatório anual OBMigra (2019) entre 2011 e 2018 foram concedidas 59.729 autorizações de residência a imigrantes pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg), entre eles, a maioria haitianos.

Neste processo de imigração e refúgio, perda e luta por direitos, as mulheres ocupam um espaço ainda mais vulnerável. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) em 2019 havia cerca de 117 milhões de mulheres imigrantes e refugiadas no mundo vivendo sobre as mais variadas dificuldades, desde violência doméstica, exploração de trabalho e tráfico ilegal de pessoas.

De 2016 à 2020 efetuei minha pesquisa de doutorado da qual tinha como tema a imigração haitiana para o Paraná. Desde então, estabeleci vínculos com estes imigrantes que viviam principalmente na cidade de Cascavel. Durante a elaboração de minha tese, efetuei mais de cinquenta entrevistas. A cidade de Cascavel deu-se devido ao fato de ser a segunda maior cidade com presença de imigrantes haitianos no Paraná de 2010 até o ano de início da pesquisa (2016).

Algo que permaneceu evidente em todas as entrevistas foi a dificuldade da compreensão do Português. No entanto, conforme conhecia mais imigrantes, percebia que não era apenas da forma gramatical da língua portuguesa que falavam, mas daquilo que se remete à linguagem do cotidiano. Desde palavras como “top” até aspectos mais distintos como os valores de aluguel, preços no mercado e os direitos trabalhistas.

Além disso, entrevistei assistentes sociais que lidavam com os imigrantes e entre as principais dificuldades relataram a não compreensão do *kreyòl*. Elemento do qual, fazia com que não conseguissem compreender as principais necessidades das famílias imigrantes que procuravam auxílio.

Deste modo, em junho de 2021, quando ainda estávamos em restrições de aulas presenciais devido a pandemia do covid-19, eu e mais outros dois colegas professores

da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, campus de Marechal Cândido Rondon, ministrávamos as aulas pelo *google meet* para cerca de vinte imigrantes haitianos que se reuniam na casa de um professor para que pudessem ter acesso às aulas.

De imediato percebemos que havia a necessidade da elaboração de um material que seguisse o método que havíamos combinado de trabalhar nas aulas de alfabetização: a educação libertadora, proposta por Paulo Freire. Grosso modo, esse método visa evidenciar palavras-chave que fazem parte do cotidiano de nossos alunos, no caso dos haitianos e haitianas, a maioria trabalhava no setor industrial, então lidávamos com palavras que remetessem à suas experiências de trabalho, mas também sobre sua cultura – haitiana, o processo de imigração e de vida no Brasil, dentre demais aspectos.

A partir de março de 2022 as aulas começaram a ocorrer de maneira presencial, aos sábados das 9h ao meio-dia. Eu e mais outros colegas, nos dirigíamos por cerca de uma hora para chegar à cidade de Cascavel (pois vivíamos em Marechal Cândido Rondon-PR, onde se localiza o curso de História) e ministrávamos as aulas. Para nossa surpresa, quando iniciamos o processo de nivelamento para abertura dos cursos, tivemos mais de cinquenta alunos interessados.

Entendendo a necessidade de formação para futuros professores que pudessem ministrar as aulas no método proposto para o curso, organizamos um grupo de estudos que se reunia todas as segundas-feiras para debater além de aspectos práticos das aulas, textos de Paulo Freire.

A partir das reflexões propostas em “Pedagogia do oprimido” de Paulo Freire, pudemos concordar a semelhança do trecho abaixo com as experiências dos imigrantes quando o autor diz que:

A desumanização, que não se verifica, apenas, nos que têm sua humanidade roubada, mas também, ainda que de forma diferente, nos que a roubam, é distorção da vocação do ser mais. É distorção possível na história, mas não vocação histórica. (...) esta somente é possível porque a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é porém, destino dado, mas resultado de uma “ordem” injusta que gera violência dos opressores e esta, o ser menos. (FREIRE, 1987, p.19)

Assim, buscamos em nosso projeto entender estes imigrantes como sujeitos de suas histórias, que vivem mediante as possibilidades e as circunstâncias de uma vida marcada pela imigração. Na maioria dos casos, sobrevivem àquilo que Sassen (2016) definiu como “expulsões”, ou seja, condições de extrema violência e miséria, que tornam o caminho do refúgio e da imigração como uma das únicas escolhas possíveis.

Deste modo, as aulas de Português tornaram-se um espaço de convívio em variados aspectos. Efetivá-las na universidade, possibilitou um acolhimento necessário a estas pessoas que por tantas vezes são tratadas com desprezo em nossa sociedade. Prova disso, foi de que, na última atividade de nivelamento em julho de 2022 foi possível a organização de quatro turmas, sendo que, a primeira de nível básico possui aproximadamente 40 alunos e as demais em torno de 20 a 25 imigrantes.

Ao pesquisarmos acerca de qual material poderíamos utilizar, identificamos que, embora existam cartilhas elaboradas por grupos de acolhimento a imigrantes, faltava algo que retratasse as experiências específicas deste coletivo para o qual dávamos as aulas. Sendo assim, além das aulas, organizamos em conjunto cartilhas que fossem apropriadas aos níveis de Português das divisões das turmas. Assim, em nosso grupo de pesquisa, aqueles que não possuíam a experiência da sala de aula, poderiam contribuir com a elaboração dos materiais.

## 1.2. Considerações finais

O envolvimento em todos os processos permitiu com que este projeto pudesse ser desenvolvido não apenas enquanto extensão, mas principalmente como pesquisa participante. Nas lições em que relacionávamos as experiências vividas no Brasil com as que traziam do Haiti, foi possível de aprendermos consideravelmente acerca deste país. Corro o risco de dizer que, tanto quanto o que havíamos aprendido em livros sobre a história do Haiti.

Este projeto ainda se encontra em andamento. No entanto, minha contribuição deixou de ser como professora alfabetizadora e ministradora de aulas, para de auxiliar na elaboração dos materiais, pois, mudei do Estado do Paraná para o Mato Grosso. Em Cuiabá, onde resido atualmente, há a presença visível no cotidiano da cidade de imigrantes haitianos e haitianas, elemento do qual, me faz refletir sobre a continuidade deste projeto em território pantaneiro.

## Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

SASSEN, Saskia. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

## **A MOBILIDADE OCUPACIONAL DAS/DOS MIGRANTES BRASILEIRAS/OS NA ÁUSTRIA <sup>47</sup>**

## **THE OCCUPATIONAL MOBILITY OF BRAZILIAN MIGRANTS IN AUSTRIA**

## **LA MOVILIDAD OCUPACIONAL DE LOS MIGRANTES BRASILEÑOS EN AUSTRIA**

Claudia Pires de Castro<sup>48</sup>

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é apresentar os resultados de uma pesquisa realizada no ano de 2021 com cento e vinte e nove brasileiros com o objetivo de entender se há mobilidade ocupacional entre esses migrantes e, caso ela exista, identificar qual é o tipo de mobilidade: ascendente, descendente, horizontal ou lateral. Para compreender a mobilidade ocupacional desses migrantes brasileiros na Áustria, aplicamos um questionário online com perguntas fechadas de escolha simples, múltiplas e escala likert. Para análise dos dados utilizamos análise estatística descritiva e inferencial. A partir das análises, identificamos uma tendência de mobilidade ocupacional lateral ou descendente na chegada desses migrante à Áustria, bem como uma diferença entre a mobilidade ocupacional entre homens e mulheres.

**Palavras-Chave:** *Migração. Mobilidade ocupacional. Migrante brasileiro.*

**Keywords:** *Migration. Occupational mobility. Brazilian migrant.*

**Palabras clave:** *Migración. Movilidad ocupacional. migrante brasileño.*

<sup>47</sup> Trabalho apresentado no VIII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 24 a 26 de outubro de 2022.

<sup>48</sup> Universidade de Viena. Mestre em Comunicação e Mestranda em Ciência Política pela Universidade de Viena. Membro Acadêmico do Brazilian Research and Studies Center (BraS). [claudiapires.br@gmail.com](mailto:claudiapires.br@gmail.com).

As migrações são um tema recorrente dentro das ciências sociais, nos debates políticos e no pensamento cotidiano. No cenário da mobilidade do século XXI e apesar do aumento dos controles fronteiriços, especialmente nos países desenvolvidos, os fluxos internacionais de pessoas têm se intensificado.

Segundo Margolis (2013), a migração nos últimos anos é diferente das décadas de 1960 e 1970, quando os brasileiros foram exilados de sua terra natal devido ao regime militar e por razões políticas; nas últimas três décadas houve uma nova forma de exílio: o exílio por razões econômicas. Margolis afirma que em 1990 cerca de 1,3 milhões de brasileiros desapareceram do censo, com a suposição de que viviam fora do Brasil, e em 2009 mais de 3 milhões viviam no exterior. Estes brasileiros se estabeleceram em 112 países.

Entre os vários desafios para os migrantes internacionais está a integração no mercado de trabalho do país de acolhimento. Neste panorama, duas questões são fundamentais. A primeira questão diz respeito à medida em que o capital humano pode ser transferido do país de origem para o país de acolhimento. A segunda questão é sobre as trajetórias de carreira pós-migração, ou seja, se ocorre uma mudança nas oportunidades de emprego depois que os migrantes passam algum tempo no país de acolhimento.

Como o objetivo de entender como a mobilidade ocupacional dos migrantes brasileiros muda durante sua vida na Áustria, realizamos uma pesquisa que foi inicialmente apresentada no seminário *Geschlecht und Politik: Geschlecht, Migration und Versicherheitlichung* da Universidade de Viena e que agora está sistematizada no presente trabalho.

Mobilidade ocupacional refere-se a muitas mudanças ou movimentos de trabalhadores no mercado de trabalho. Há uma variedade de noções de mobilidade ocupacional, o que reforça a necessidade de delinear com que mobilidade estamos lidando. Neste estudo abordaremos a mobilidade ocupacional a partir da perspectiva intrageracional, que está relacionada a mobilidade dentro de uma única geração, ou seja, durante a própria vida de uma pessoa. (KEISTER E SOUTHGATE, 2012). As ocupações são organizadas em escalas que possibilitam verificar a direção da mudança. São tipificadas na literatura a mobilidade vertical – ou mobilidade ascendente ou descendente – e a mobilidade horizontal. A mobilidade ascendente diz respeito a uma melhoria de status e mobilidade descendente refere-se a uma deterioração do status. Já a mobilidade horizontal ou lateral tem relação com um movimento que não é nem melhor nem pior, mas sim para os lados ou no mesmo nível.

Para os propósitos do nosso estudo, ainda que nem todas as dimensões sejam aqui abordadas, importa também ressaltar a questão da mobilidade geográfica, relacionada aos fluxos, composição etária e sexual e o sentido da movimentação populacional (campo/cidade, regional/internacional).

Portanto, esse trabalho trata da seguinte questão de pesquisa (QP):

QP: Como a mobilidade ocupacional dos migrantes brasileiros muda durante a vida como migrantes na Áustria e qual é o papel do gênero na mobilidade ocupacional desses migrantes?

Com base no marco teórico delineado pela literatura (FIHEL, KACZMARCZYK E OKÓLSKI, 2006; ROTH E EKBERG, 2006; MASSEY, ARANGO, HUGO, KOUAOUCCI E PELLEGRINO, 1998, VONO-DE-VILHENA E VIDAL-COSO, 2012; CHISWICK, LEE E MILLER, 2005; VIDAL-COSO E MIRET-GAMUNDI, 2014 e REYNERI E FULLIN, 2011), bem como uma observação cotidiana que gostaríamos de testar sem base literária, apresentamos nossas hipóteses:

H1.1.: Ao chegar no país de acolhimento - Áustria - os migrantes brasileiros experimentam uma mobilidade ocupacional descendente em comparação com a realidade em que viviam e trabalhavam no Brasil.

H1.2.: Hoje, os migrantes brasileiros que vivem na Áustria há menos de cinco anos ainda têm uma mobilidade ocupacional descendente em relação ao Brasil, mas uma mobilidade ascendente em relação à sua chegada à Áustria.

H1.3.: Após 5 anos na Áustria, os migrantes brasileiros ainda têm uma mobilidade ocupacional descendente em relação ao Brasil, mas uma mobilidade ascendente tanto em relação à chegada da Áustria e quanto atualmente.

H1.4.: A mobilidade ocupacional ascendente é menos provável para os migrantes brasileiros que possuíam uma profissão com atividade altamente qualificada no Brasil.

H2.1.: Ao chegar no país de acolhimento - Áustria - As mulheres migrantes brasileiras experimentam mobilidade ocupacional descendente em comparação com os migrantes brasileiros homens.

H2.2.: As mulheres migrantes brasileiras têm pouca mobilidade profissional ascendente em comparação com os homens migrantes brasileiros.

O estudo abordou a mobilidade ocupacional dos migrantes brasileiros na Áustria, oferecendo um panorama da mobilidade ocupacional desses migrantes em diferentes épocas: quando deixou o Brasil, quando chegou à Áustria, após cinco anos morando na Áustria (em alguns casos) e hoje



O trabalho de pesquisa utilizou um método de pesquisa quantitativa, sendo um estudo com amostragem aleatória simples, onde a população foi selecionada com base nos dados do *Statistics Austria* (STATISTIK AUSTRIA, 2021) e a amostra foi calculada utilizando-se a fórmula de Slovin. Os dados foram coletados por meio de um questionário online. No período de 27.07.2021 a 01.09.2021 foi disponibilizado um post - com um link para o questionário - em oito grupos fechados do Facebook de brasileiros residentes na Áustria. Todos os participantes eram voluntários e tinham acesso ao aviso de privacidade. O software IBM SPSS STATISTICS 25 foi utilizado para análise de dados.

Participaram do estudo 129 brasileiros residentes na Áustria. 80,6% feminino (n=104), 19,4% masculino (n=25). A idade dos participantes dos estudos foi entre 18 e 64 anos (M=37,03, SD=9,23). Em termos de permanência na Áustria, 31,0% vivem mais de 6 anos (n=40), 14% vivem 5 anos (n=14), 20,2%, de 3 a 4 anos (n=26), 14,7% de 1 a 2 anos (n=19), 23,3% menos que 1 ano (n=30).

A maior parte da amostra consistiu em pessoas casadas ou em União estável, num total de 63,6% (n=82), enquanto 27,9% (n=36) solteiras/os, 7% (n=9) divorciadas/os e 1,6% viúvas/os (n=2). A maior parte da amostra era constituída por pessoas com cidadania brasileira, um total de 75,2% (n=97), 24,8% têm dupla cidadania (n=32). Entre os participantes com dupla cidadania, a maioria, 56,3%, tem cidadania brasileira e cidadania de um país pertencente à área de Schengen (exceto Áustria) (n=18), 43,8% têm cidadania brasileira e austríaca (n=14).

Quanto às razões pelas quais os participantes migraram para a Áustria; 34,9% responderam por motivos familiares ou pessoais (n=45); 12,4% para estudar (n=16); 12,4% porque encontrou um novo emprego na Áustria (n=16); 12,4% para ter uma vida melhor / razões financeiras (n=16); 10,1% porque é - ou alguém da família é - expatriado, ou seja, foi transferido pela empresa em que trabalha no Brasil (n=13); 4,6% tinha família e/ou amigos na Áustria (n=6) e 13,2% não responderam à pergunta (n=17).

Verificou-se que 44,2% (n=57) dos migrantes brasileiros possui mobilidade lateral ao chegar à Áustria, porém outros 44,2% (n=57) desses migrantes possui mobilidade descendente, o que não confirma a hipótese H.1.1. A hipótese H.1.2. também não pode ser confirmada após a avaliação dos dados coletados.

Já a hipótese H.1.3 pode ser parcialmente confirmada, pois a analisar a mobilidade ocupacional dos migrantes brasileiros nos três períodos – saída do Brasil & 5 anos na Áustria, chegada na Áustria & 5 Anos na Áustria e atualmente/hoje & 5 Anos na Áustria – o teste de Friedman apontou que existe uma diferença significativa. Porém, ao

realizarmos o teste post-hoc Durbin-Conover verificamos que há diferença estatisticamente significativa somente quando comparamos a mobilidade ocupacional saída do Brasil & 5 anos na Áustria com a mobilidade ocupacional chegada na Áustria & 5 Anos na Áustria.

Outro aspecto interessante observado foi que a mobilidade ascendente é menos provável para os migrantes brasileiros com ocupação de formação altamente qualificada no Brasil, confirmando a hipótese H.14.

Por fim, em relação as hipóteses H.2.1. e H.2.2. verificou-se que as mulheres migrantes brasileiras têm pouca mobilidade ocupacional ascendente em relação aos homens migrantes brasileiros, especialmente quando comparamos a atual mobilidade ocupacional ascendente com a mobilidade ocupacional ascendente ao sair do Brasil.

O estudo trás muitas informações interessantes sobre a mobilidade ocupacional dos migrantes brasileiros na Áustria como a dificuldade de mobilidade ocupacional ascendente para migrantes com formação altamente qualificada e o papel do gênero na conquista de uma mobilidade ocupacional, independente se na chegada ou após algum tempo de residência no país de acolhimento; como também certas limitações dentro da pesquisa, como a baixa participação das migrantes brasileiros e dos migrantes brasileiros na pesquisa e o tamanho da amostra - o que, dado caráter exploratório da investigação, não a compromete. Apesar destas limitações, os resultados revelam algumas novas questões ou questões que incentivam a continuidade deste trabalho.

Um estudo mais intensivo das mulheres migrantes brasileiras seria interessante, especialmente porque, com base em dados da Statistics Austria, elas compõem 63% da população brasileira na Áustria. Mereceria atenção compreender melhor os motivos deste recorte migratório específico, com a realização de novas pesquisas a respeito das relações entre mobilidade ocupacional e integração. Ademais, o aprofundamento das comparações com a experiência de mobilidade ocupacional de migrantes brasileiros de outros países permitiria identificar tendências estruturais nestes processos migratórios: em particular a caracterização mais exata das importantes relações entre mobilidade ocupacional e maternidade, mobilidade ocupacional e casamento intercultural.

## Referências

CHISWICK, B. R.; LEE, Y. L.; & MILLER, P. W. A longitudinal analysis of immigrant occupational mobility: A test of the immigrant assimilation hypothesis. **International Migration Review**, 39(2), 332-353, 2005.

FIHEL, A.; KACZMARCZYK, P.; OKÓLSKI, M. **Labour mobility in the enlarged European Union: international migration from the EU 8 countries** (No. 14/72). CMR working papers, 2006.

KEISTER, LISA. A.; SOUTHGATE, DARBY. E. **Inequality: A contemporary approach to race, class, and gender**. Cambridge University Press, 2012.

MARGOLIS, MAXINE L. **Goodbye, Brazil: emigrantes brasileiros no mundo**. Kindle Edition, 2013.

MASSEY, D. S., ARANGO, J., HUGO, G., KOUAOUCCI, A., & PELLEGRINO, A. **Worlds in motion: understanding international migration at the end of the millennium**. Clarendon Press, 1998.

REYNERI, EMILIO; FULLIN, GIOVANNA. Labour market penalties of new immigrants in new and old receiving West European countries. **International Migration**, 49(1), 31-57, 2011.

ROOTH, DAN-OLOF; EKBERG, JAN. Occupational mobility for immigrants in Sweden. **International Migration**, 44(2), 57-77, 2006.

STATISTIK AUSTRIA. **Bevölkerung nach Staatsangehörigkeit und Geburtsland - Bevölkerung am 1.1.2021 nach detaillierter Staatsangehörigkeit und Geschlecht bzw. Altersgruppen**, 2021.  
[https://www.statistik.at/web\\_de/statistiken/menschen\\_und\\_gesellschaft/bevoelkerung/bevoelkerungsstruktur/bevoelkerung\\_nach\\_staatsangehoerigkeit\\_geburtsland/index.html](https://www.statistik.at/web_de/statistiken/menschen_und_gesellschaft/bevoelkerung/bevoelkerungsstruktur/bevoelkerung_nach_staatsangehoerigkeit_geburtsland/index.html)

VIDAL-COSO, ELENA; MIRET-GAMUNDI, PAU. The labour trajectories of immigrant women in Spain: Are there signs of upward social mobility? **Demographic Research**, 31, 337-380, 2014.

VONO-DE-VILHENA, DANIELA; VIDAL-COSO, ELENA. The impact of informal networks on labour mobility: Immigrants' first job in Spain. **Migration Letters**, 9(3), 237, 2012.

**ENSINO DE PORTUGUÊS PARA REFUGIADOS EM SÃO PAULO:  
coleta e análise de dados<sup>49</sup>****TEACHING PORTUGUESE FOR REFUGEES IN SÃO PAULO:  
data collection and analysis****ENSEÑANZA DE PORTUGUÉS PARA REFUGIADOS  
EN SÃO PAULO:  
recogida y análisis de datos**

Ana Carolina Faleiros Camargo Moreno<sup>50</sup>

**Resumo:** *Uma integração bem-sucedida de migrantes em uma nova comunidade deve passar pela aquisição da língua local. No Brasil, embora as autoridades federais tenham se destacado no cenário internacional, na primeira metade da década de 2011, pela permissão da entrada de cidadãos estrangeiros, inclusive com programas de visto humanitário, não há políticas públicas oficiais para garantir o acesso dos beneficiários desses programas ao ensino de português. Às crianças está disponível a rede de escolas públicas, mas, para as pessoas adultas, o aprendizado depende primariamente de iniciativas voluntárias. Esta pesquisa procurou mapear algumas dessas iniciativas na Região Metropolitana de São Paulo, usando uma metodologia quali-quantitativa de coleta e análise de dados. Entre novembro de 2016 e junho de 2017, foram encontrados pelo menos 650 migrantes, em sua maioria refugiados, entre os estudantes de aulas ministradas por mais de 130 professores, todos atuando de forma voluntária em sete cursos nas cidades de São Paulo, Cajamar e Carapicuíba.*

**Palavras-Chave:** *Português. Ensino. Migração.*

**Keywords:** *Portuguese. Teaching. Migration.*

**Palabras clave:** *Portugués. Enseñanza. Migración*

<sup>49</sup> Trabalho apresentado no VIII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 24 a 26 de outubro de 2022.

<sup>50</sup> Graduada em jornalismo pela Universidade de São Paulo (2006) e concluinte do curso de letras (português-francês) pela Universidade de São Paulo (2022). Trabalho produzido para as disciplinas TGI I e TGI II. [carolmoreno@gmail.com](mailto:carolmoreno@gmail.com)

## 1. Introdução

Em um cenário mundial de aumento de migrações forçadas por motivos políticos, sociais e climáticos, o Brasil se destaca por uma abordagem inovadora de concessão de vistos humanitários a estrangeiros na condição de refugiados e solicitantes de asilo. Dados oficiais mostram que, entre 2010 e 2015, o país registrou um aumento de 2.868% no número de pedidos de refúgio. Em abril de 2016, o Brasil tinha uma população refugiada de 8.731 pessoas de 79 nacionalidades diferentes (CONARE, 2016). Embora esta população seja alvo de programas de incentivo à integração social e empregatícia, como isenção de taxa para a emissão de documentos e permissão de trabalho, não existe uma política nacional sistemática de oferecimento de aulas de português como língua estrangeira para refugiados.

Eles dependem principalmente de parcerias, em geral isoladas, entre organizações da sociedade civil e instituições acadêmicas, com pequeno respaldo e apoio financeiro do poder público, para terem acesso a instrumentos de comunicação que garantam seu pleno estabelecimento na comunidade local. Este projeto propõe um trabalho de coleta e análise quali-quantitativa de dados do ensino de português para refugiados na cidade de São Paulo, por meio da aplicação de formulário semi-estruturado com professores e/ou coordenadores de aulas presenciais, na tentativa de identificar e caracterizar o movimento atual de ensino de PLE a refugiados na cidade.

O presente trabalho é o resultado da coleta e análise quali-quantitativa de dados do ensino de português para refugiados na cidade de São Paulo, por meio da aplicação de formulário semi-estruturado com professores e/ou coordenadores de aulas presenciais, na tentativa de identificar e caracterizar o movimento atual de ensino de PLE a refugiados na cidade.

## 2. Resultados principais

Entre novembro de 2016 e junho de 2017, o questionário foi aplicado com oito pessoas atuando como professoras ou coordenadoras de sete cursos nas cidades de São Paulo, Cajamar e Carapicuíba. O resultado do mapeamento encontrou, para o período analisado, pelo menos 650 migrantes, em sua maioria refugiados, entre os estudantes de aulas ministradas por mais de 130 professores, todos atuando de forma voluntária. As nacionalidades mais frequentes são haitiana, congoleza, síria e colombiana.

Embora todos os cursos tenham sido idealizados por iniciativas da sociedade

civil, e nenhum deles cobrar pelas aulas, e sim, no máximo, pelo valor de custo da impressão do material didático, suas formas de organização diferem. As parcerias mais frequentes são com entidades religiosas. Em um caso, há patrocínio privado e, em outro, parceria institucional com a prefeitura municipal.

O material didático é, sem sua maioria, de elaboração própria a partir de outras materiais, ou a apostila “Pode Entrar”, elaborada pela PUC-SP para a Acnur. Apenas um curso contava com apoio pedagógico direto de uma universidade. Além disso, embora a sede das iniciativas se concentre na região central de São Paulo, há aulas oferecidas na Grande São Paulo e nas periferias da capital, num esforço de garantir maior frequência dos estudantes.

## Referências

ACNUR. **Refugee Resettlement: An International Handbook to Guide Reception and Integration**, 2002. Disponível em <http://www.unhcr.org/3d9860057.html>. Acesso em 16 de dezembro de 2016.

BAENINGER, R. (2010). **Estrangeiros autorizados a trabalhar no Brasil**. In: CENTRO de GESTÃO e ESTUDOS ESTRATÉGICOS, Doutores 2010: Estudos da demografia da base técnico-científica brasileira. Brasília: CGEE. Disponível em [http://www.cgee.org.br/hotsites/downloads/tabelas\\_pdf/Doutores2010\\_cap5.pdf](http://www.cgee.org.br/hotsites/downloads/tabelas_pdf/Doutores2010_cap5.pdf). Acesso em 16 de dezembro de 2016.

BATISTA, M. C.; ALARCÓN, Y. G. L. **Especificidades do Ensino de PLE**. Revista da SIPLE, ano 3, n. 1, maio 2012. Disponível em [http://www.siple.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=235:6-especificidades-doensino-de-ple&catid=64:edicao-4&Itemid=109](http://www.siple.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=235:6-especificidades-doensino-de-ple&catid=64:edicao-4&Itemid=109). Acesso em 16 de dezembro de 2016.

CONARE. **Relatório Refúgio no Brasil**. Dados de abril de 2016. Disponível em <http://www.acnur.org/t3/portugues/recursos/estatisticas/dadossobre-refugio-no-brasil/>. Acesso em 16 de dezembro de 2016.

ROTTA, A. M. **Do intercultural ao desenvolvimento da Competência Intercultural na formação de professores de Português Língua Estrangeira**. 2016. 317 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

VILLEN, Patricia. **Polarização da demanda atual de trabalho imigrante no Brasil**. In: 1º Fórum do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH - Unicamp, 2014, Campinas. Polarização da demanda atual de trabalho imigrante no Brasil, 2014. Disponível em <http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt5/polarizacao.pdf>. Acesso em 16 de dezembro de 2016.

## Anexo I – Questionário

### PARTE 1 (DADOS PESSOAIS)

1.1 Qual é o seu nome completo? (*pergunta obrigatória*)

1.2. Sobre qual curso você vai falar na pesquisa? (Se você for professor/a particular de português para refugiados, por favor explique aqui) (*pergunta obrigatória*)

1.3. Qual é o seu envolvimento no curso? (*pergunta obrigatória*) ( ) Professor/a

do curso

( ) Coordenador/a pedagógico/a do curso

( ) Coordenador/a administrativo/a do curso

1.4. Qual é o seu e-mail de contato? (*pergunta obrigatória*)

1.5. Qual é o seu telefone de contato?

## PARTE 2 (PARTE INSTITUCIONAL)

2.1. Quando o curso foi criado?

2.2. Quais são as organizações e entidades envolvidas?

2.3. Qual é o grau de envolvimento dessas organizações? (Por exemplo: oferecimento do espaço, custeio de materiais e serviços, coordenação pedagógica etc.)

## PARTE 3 (PARTE ORGANIZACIONAL)

3.1. Quantos professores e professoras dão aulas no curso atualmente (novembro/2016)?

3.2. Quantos alunos e alunas estão matriculados/as no curso (novembro/2016)? 3.3. Quais são os dias e horários do curso?

3.4. Quais são os custos mensais de manutenção do curso?

3.5. Existe algum tipo de cobrança dos alunos e alunas? Se sim, qual?

3.6. Existe algum tipo de ajuda de custo aos alunos e alunas, como doação de material didático, transporte ou alimentação? Se sim, qual?

3.7. Os professores e professoras são pagos/as para dar aulas no curso? Se sim, quanto?

3.8. Os professores e professoras recebem algum tipo de ajuda de custo para dar aulas no curso, como transporte e alimentação? Se sim, qual?

## PARTE 4 (PARTE PEDAGÓGICA)

4.1. Qual é o material didático utilizado pelo curso?

4.2. Quantos alunos por turma tem o curso, em média?

4.3. Qual é a duração de cada aula?

4.4. O curso é apenas de nível iniciante (A1?), ou há diferentes turmas de acordo com o nível?

4.5. Quantos professores e professoras do curso têm algum tipo de formação (em curso ou completa) em letras e/ou educação - bacharelado e/ou licenciatura?

4.6. Quantos professores e professoras do curso têm algum tipo de formação (em andamento ou completa) específica em ensino de português como língua estrangeira?

4.7. Quantos professores ou professoras já tinham experiência em ensino de português para estrangeiros antes de dar aulas no curso

4.8. Antes de iniciar as aulas, os professores e professoras passam por algum tipo de formação prévia oferecida pela coordenação do curso? Se sim, especificar qual.

(Por exemplo: reunião de elaboração ou explicação dos planos de aula, palestras e/ou discussões sobre ensino de português língua estrangeira, indicação de leituras teóricas sobre o tema.)

4.9. Como é feita a avaliação do aprendizado dos alunos e das alunas?



**O QUE É SER IMIGRANTE?**  
**Os significados da experiência migratória para os imigrantes brasileiros em Portugal<sup>51</sup>**

**WHAT IT MEANS TO BE AN IMMIGRANT?**  
**The meanings of the migratory experience for Brazilian immigrants in Portugal**

**¿QUÉ ES SER INMIGRANTE?**  
**Los significados de la experiencia migratoria para los inmigrantes brasileños en Portugal**

Patricia Posch<sup>52</sup>

**Resumo:** Este artigo aborda as conexões existentes entre os discursos, a memória coletiva e a experiência individual na constituição e manutenção dos sentidos de “ser imigrante”. O tema é abordado do caso da migração brasileira para Portugal nos últimos anos, sendo o material de análise as Histórias de Vida de brasileiros e brasileiras que migraram para Portugal a partir de 2015 e viviam, na altura da pesquisa empírica, em alguma cidade na Região Norte do país. Além do modo de vida provisório, foram encontradas, nas narrativas dos imigrantes sobre suas experiências de migração, referências ou alusões a outros sentimentos e sentidos relacionados à sua condição enquanto imigrantes, como a autoimposição de uma necessidade de fazer a vida no novo país de residência “dar certo”, a resignificação afetiva das relações sociais, o crescimento de um sentimento de autonomia e as implicações de se assumir positivamente a vida no novo país.

**Palavras-Chave:** Migrações. Histórias de vida. Representação.

**Keywords:** Migrations. Life Stories. Representation.

**Palabras clave:** Migraciones. Historias de vida. Representación.

<sup>51</sup> Trabalho apresentado no VIII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 24 a 26 de outubro de 2022.

<sup>52</sup> Doutoranda em Estudos Culturais pela Universidade do Minho, Portugal. Mestre em Cultura e Comunicação. E-mail: [patriciaposch@gmail.com](mailto:patriciaposch@gmail.com)

## 1. Introdução

Seja na interação entre dois amigos de longa data ou em situações em que hierarquias sociais estão mais claramente demarcadas, o poder social se faz presente. Uma das principais vias para a execução do poder social é a instituição de uma visão de mundo que se torne hegemônica. Essa possibilidade se abre ao constatar-se que, sendo a própria existência de natureza abstrata, uma das formas de se tornar o mundo inteligível é por meio da atribuição de sentido e significado à materialidade e às experiências de vida. É nessa esfera em que encontramos os sistemas simbólicos, definidos por Bourdieu (2001) como estruturas organizadas que atuam como mecanismos por meio dos quais o mundo material se torna cognoscível e dotado de significado. Segundo o autor, esses sistemas têm um papel fundamental na integração social, uma vez que é por meio deles que se constituem consensos sociais capazes de sustentar a manutenção das estruturas sociais vigentes. Tornam-se mecanismos silenciosos que, resguardando uma íntima conexão com o contexto social e cultural em que se inserem, pressupõem uma cumplicidade entre aqueles que o instituem e aqueles que fazem uso dele em sua vida cotidiana.

O conhecimento socialmente compartilhado sobre as migrações não escapa à essas estruturas de construção do saber, sendo por meio delas que os processos migratórios e seus sujeitos são representados. Tome-se como exemplo Simmel (1983), que, olhando para a questão do estrangeiro a partir de uma ótica crítica sobre a cultura moderna e tendo a figura do comerciante como um exemplo do indivíduo estrangeiro à um grupo social, expõe a sua visão sobre a relação social do estrangeiro na comunidade de acolhimento. O seu contributo tem sido de grande valia para o estudo das migrações, sobretudo porque foi ele um dos primeiros autores a conceituar o estrangeiro não como aquele indivíduo cujo encontro com um determinado grupo social acontece no âmbito de seu trânsito pelo mundo, mas sim aquele que "chega hoje e amanhã fica" (SIMMEL, 1983, p. 182), explicitando toda uma nova dinâmica relacional entre ele e o grupo social de chegada e que acaba por acarretar reverberações em diversas dimensões sociais. Mais recentemente, Tedesco (2016), por exemplo, enumerou alguns autores modernos que buscaram entender a condição migrante no que diz respeito às dinâmicas e interações sociais. Para além desse saber científico, incluem-se neste grande arcabouço simbólico sobre as migrações outras narrativas e discursos que vão sendo construídos ao longo dos anos e por meio dos quais a percepção vai ganhando sentido. No entanto, por, muitas vezes, não levarem em conta a diversidade cultural inerente ao

fenômeno migratório, esses discursos acabam por promover o que Sayad (2011, p. 178) chamou “domesticação” e “redução da alteridade e da heterogeneidade”, o que acaba por ter consequências na integração dos imigrantes na sociedade de acolhimento.

Foi com atenção a esse ponto em específico que o artigo aqui apresentado se desenvolveu. Ele é direcionado pela indagação sobre as conexões existentes entre os discursos, a memória coletiva e a experiência individual na constituição e manutenção dos sentidos de “ser imigrante”, entendendo serem esses sentidos que, por sua vez, dotam de significado a vida e as vivências do indivíduo que migra. A questão é explorada por meio de um estudo do caso da imigração brasileira em Portugal, bem como pela reorientação do agenciamento para os próprios imigrantes. A importância de olhar para o individual e para a singularidade é justificada pelo olhar de Lyotard (2009) sobre o conhecimento pós-moderno, que entende ser um movimento muito mais horizontal do que vertical, buscando-se na pluralidade de manifestações e possibilidades contemporâneas umas às outras, a sua força enquanto discurso e enquanto instâncias que permitem conhecer e representar o mundo.

O material da análise foram Histórias de Vida de brasileiros e brasileiras que migraram para Portugal a partir do ano de 2015 e viviam, na altura da pesquisa empírica, em alguma cidade na região Norte do país. A definição dos recortes na amostra permitiu tanto estudar o tema em relação a um fluxo migratório recente quanto colocar a pesquisa alinhada às mudanças geográficas observadas na composição populacional da comunidade brasileira em Portugal, que colocam em destaque o crescimento da Região Norte como destino de eleição dos migrantes brasileiros.<sup>53</sup> Em termos de metodologia de análise, os relatos foram organizados de forma temática, sendo os trechos relacionados ao tema da pesquisa analisados a partir a ótica a Análise Crítica do Discurso. Essa abordagem foi considerada assertiva para o objetivo em questão por sua proposta de unir tanto a análise do material discursivo em si como da cultura que o engloba, estando-se atento também práticas sociais relacionadas ao discurso.

Além do modo de vida provisório, um aspecto já explorado por autores como Sayad (1998), foram encontradas, nas narrativas que constituem as Histórias de Vida dos imigrantes brasileiros em Portugal que participaram da pesquisa empírica,

---

<sup>53</sup> Em 2021, o distrito de Viana do Castelo apresentou um crescimento do número de residentes estrangeiros de 21,7% em relação ao ano anterior. Ainda na Região Norte, os distritos de Porto, Braga e Viseu também apresentaram um crescimento significativo – 10,4%, 11,9% e 12,1%, respectivamente –, especialmente se comparados ao distrito com a maior densidade de população estrangeira documentada naquele ano, Lisboa, cujo crescimento foi de 3,2% (SEF, 2022).

referências ou alusões a diversos outros sentimentos e sentidos relacionados à sua condição enquanto imigrantes. Foi identificada, por exemplo, a autoimposição de uma necessidade de fazer a migração “dar certo”, o que significa fazer com que a vida no novo país de residência aconteça de forma sustentável. Outro ponto mencionado pelos imigrantes foi a ressignificação das relações afetivas tanto com aqueles que permaneceram no Brasil, que passa a ser reavaliada e valorizada, quanto aqueles com os quais estabelecem relações sociais em Portugal, em muitos dos casos adquirindo um caráter orientado muito mais pelo funcionalismo do que pelo laço afetivo. Também foi feita referência às possíveis implicações de se assumir positivamente a vida no novo país, como um possível esquecimento por parte do círculo social no país da origem ou mesmo o surgimento de um involuntário sentimento de traição à sua pátria natal.

Essas e outras caracterizações da condição do imigrante, ainda que apareçam aqui diretamente relacionadas ao caso em análise, contribuem para que se possa traçar um horizonte mais amplo sobre processos migratórios e as suas influências na vida daqueles que o empreendem. Afinal, é, justamente, o discurso marginalizado, esse “centro silencioso e silenciado do circuito marcado por essa violência epistêmica”, como referiu Spivak (SPIVAK, 2010, p. 54), que mais pode dizer sobre o que é ser imigrante.

## Referências

- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 2001. Originalmente publicada em 1989.
- FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- GLASER, B. G.; STRAUSS, A. L. *The discovery of Grounded Theory: strategies for qualitative research*. Londres: Aldine Transaction, 1967.
- LECHNER, E. Migração, pesquisa biográfica e emancipação social: Contributo para a análise dos impactos da pesquisa biográfica junto de migrantes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 85, n. 85, p. 43–64, 2009. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/rccs/336>>. Acesso em: 14 dez. 2017.
- LYOTARD, J.-F. **A Condição Pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009. Originalmente publicada em 1979.
- MARTINO, L. M. S. **Teoria da Comunicação: ideias, conceitos e métodos**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- MORALES, L. A. C.; ZÁRATE, U. A. R. Sobre los conceptos de inmigrante y frontera: aproximaciones desde un planteamiento socio-fenomenológico. **Revista de filosofía open insight**, v. 7, n. 11, p. 47–73, 2016.
- SAYAD, A. **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- SAYAD, A. **La doble ausencia: de las ilusiones del emigrado a los padecimientos del inmigrado**. Barcelona: Anthropos Editorial, 2011.
- SEF. **Relatório de Imigrantes, Fronteiras e Asilo 2021**. Oeiras: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Disponível em: <<https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2021.pdf>>. Acesso em: 4 set. 2022.
- SIMMEL, G. O estrangeiro. In: FILHO, E. DE M. (Ed.). **Simmel**. São Paulo: Ática, 1983. p. 182–188. Originalmente publicado em 1908.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TEDESCO, J. C. O estrangeiro/imigrante na modernidade: horizonte de tensões externas e internas. Síntese de algumas concepções de Simmel, Elias/Scotson e Freud. **Revista de Ciências Sociais**, v. 47, n. 2, p. 287–312, 2016. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/6305>>. Acesso em: 16 abr. 2019.

**ESCRITAS MIGRANTES E ESCRITAS REFUGIADAS COMO  
FORMAÇÃO E IDENTIDADE DE MULHERES NA DIÁSPORA:  
Refúgio na educação<sup>54</sup>**

**MIGRANT AND REFUGEE WRITINGS AS FORMATION AND IDENTITY  
OF WOMEN IN THE DIASPORA:  
Refuge in education**

**ESCRITOS INMIGRANTES Y ESCRITOS REFUGIADOS COMO  
FORMACIÓN E IDENTIDAD DE LAS MUJERES EN LA DIÁSPORA:  
Refugio en la educación**

Rosane Pereira Marques<sup>55</sup>

**Resumo:** O presente trabalho acadêmico objetiva compreender a potência das escritas migrantes, considerando-as como instrumento de formação de identidade, construção e fortalecimento da educação, bem como refúgio para, principalmente, mulheres negras, que migram em busca de conhecimento, qualificação e visibilidade. Essa análise visa compreender o desenvolvimento da escrita, investigando a contribuição desta na história da educação. Desta forma, busca-se entender a visibilidade e as contribuições destas escritas potentes no contexto da educação, sobretudo, em situações de vulnerabilidade e também as questões que perpassam gênero, xenofobia, racismo e, sobretudo, a importância da educação para mulheres e meninas - que ocorre paralelamente à feminização da migração.

**Palavras-Chave:** Educação e Formação. Gênero. Migração.

**Keywords:** Education and Training. Gender. Migration.

**Palabras clave:** Educación y formación. El género. La migración.

<sup>54</sup> Trabalho apresentado no VIII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 24 a 26 de outubro de 2022.

<sup>55</sup> Assistente social vinculada a Infraero, doutoranda em educação pela UERJ, e-mail para contato: [rosanepereiramarques@yahoo.com.br](mailto:rosanepereiramarques@yahoo.com.br).

## 1. Introdução

Escrever é um ato libertador, revolucionário e de uma potência poderosa. Escrever é trazer memórias, destacar expressões da questão social e, ao mesmo tempo, denunciar e celebrar. Existem ainda as escritas que rompem a barreira do silêncio e das fronteiras, como é o caso das escritas migrantes. Quando essas escritas trazem no contexto o fortalecimento da formação e identidade, principalmente no caso de mulheres negras migrantes, há nas palavras e na educação uma espécie de refúgio.

Entende-se por refugiados aquelas pessoas cujos países, territórios e locais de moradias sofrem perseguições, provocadas por múltiplas determinações, relacionadas à etnia, religião, nacionalidades, pertencimento a determinado grupo social, posicionamento político, dentre outros e, por estes motivos, são obrigadas a migrarem para outros países, atrás de refúgio. Por isso, ficam impedidas de retornar aos seus locais de origem, devido à grave violação dos direitos humanos, em curso naqueles territórios. Os migrantes e refugiados são considerados subalternos e não tem direito a se expressar. A situação do refúgio já é de extremo risco social, no caso de uma mulher negra e de origem africana ou latina, esta situação é gravada com um deslocamento forçado.

Em conluio ao exposto, como o ato de escrever pode ser um refúgio, no sentido de acolhimento e pertencimento?

## 2. O conceito de gênero dentro da situação de refúgio - Feminização da migração

O tema debatido é de fundamental importância nas últimas décadas, em especial a situação de mulheres migrantes e refugiadas, que tem despertado atenção das organizações internacionais, movimentos sociais e pesquisadores acadêmicos. Essa visibilidade da mulher na migração se caracteriza como a feminização da migração. A feminização da migração indica que a mulher passou a ter maior evidência nas dinâmicas migratórias. Miranda (2009, p. 24) descreve "a feminização da migração como resultado de uma recomposição do capital à escala mundial.". A mulher sai do espaço privado e vai para o público, ou seja, para o mercado de trabalho.

O enfoque no estudo de gênero, em relação às teorias migratórias, contribui para maior visibilidade e na elaboração de políticas sociais, voltadas para mulheres

migrantes e refugiadas. É importante ressaltar que devem estar interligadas a outras categorias, como a etnia, classe social, religião e condição migratória. Uma mulher refugiada ou migrante de pele branca é tratada de forma igual a uma refugiada ou migrante de pele negra?

Kosminsky (2007, p 786) insere a categoria gênero combinada com abordagens das questões étnicas e culturais assinalando que "na década de 1990, os temas família e gênero foram incorporados aos estudos migratórios e isso provocou importantes rupturas onde a variável gênero contribui para as mudanças do lugar social da mulher nas pesquisas migratórias.". Ela começa a ser deslocada das margens periféricas para o centro de pesquisas.

No mundo todo, as desigualdades de gênero são uma das violações mais persistentes dos direitos humanos. A discriminação contra as mulheres e meninas é causa e consequência do deslocamento forçado e da apátrida. Ao discutir o conceito de gênero, é fundamental traçar uma relação com categorias como classe, raça, etnia e geração. A questão de gênero está interligada nas diversas expressões.

É importante ressaltar que não há hierarquização entre as opressões. Segundo Helena Hirata (2014), a interseccionalidade é vista como uma das formas de combater as opressões múltiplas e imbricadas, portanto, como instrumento de luta política. É neste sentido que Patricia Hill Collins (2014), considera a interseccionalidade ao mesmo tempo um projeto do conhecimento e uma arma política, ela diz respeito às "condições sociais de produção de conhecimento". Em consonância, Danièle Kergoart (2012, p. 20) afirmou a "necessidade de pensar conjuntamente as dominações a fim de, justamente, não contribuir para sua reprodução."

As narrativas cruzam fronteiras e idiomas, fortalecendo mulheres, principalmente mulheres negras, ao redor do mundo, em uma conjuntura de crise econômica e de pandemia, levando a um pensamento reflexivo.

### **3. A educação como refúgio e a migração como instrumento importante na continuação de educação e o corpo negro, como objeto de exclusão deste sistema de educação**

É necessário compreender a importância da educação como refúgio, em um momento tão delicado que é a migração, principalmente quando é uma mulher negra, escrevendo com uma visão que rompe com a histografia tradicional e, assim, trazendo uma história com narrativa decolonial, nos acontecimentos em que envolvem questões



como racismo, xenofobia, patriarcado e gênero sejam compreendidos e analisados como instrumentos da herança colonizadora - que se mantém sólida.

Uma educação antirracista e decolonial é importante para um caminho de resistência e também para desconstruir padrões, conceitos e perspectivas, impostos aos povos subalternizados. Essa mudança de dinâmica, ocasiona escritas potentes e importantes representantes.

Segundo Nilma Limo Gomes (2003, p. 174):

O corpo localiza-se em um terreno social conflitivo, uma vez que é tocado pela esfera da subjetividade. Ao longo da história, o corpo se tornou um emblema étnico e sua manipulação tornou-se uma característica cultural marcante para diferentes povos. Ele é um símbolo explorado nas relações de poder e de dominação para classificar e hierarquizar grupos diferentes. O corpo é uma linguagem e a cultura escolheu algumas de suas partes como principais veículos de comunicação (...). O entendimento da simbologia do corpo negro e dos sentidos da manipulação de suas diferentes partes, entre elas, o cabelo, pode ser um dos caminhos para a compreensão da identidade negra em nossa sociedade. Pode ser, também, um importante aspecto do trabalho com a questão racial na escola que passa despercebido pelos educadores e educadoras. Em torno da manipulação do corpo e do cabelo do negro existe uma vasta história. Uma história ancestral e uma memória.

Nas últimas décadas, escritoras africanas descrevem o que as mulheres vivenciam nos conflitos: As migrações forçadas e a fuga desta rotina de medo. A escritora Scholastique Mukasonga, descreve no livro *A mulher de pés descalços*, os conflitos, guerras, as opressões de gênero e a limpeza étnica como estratégias de remoção e/ou eliminação de um determinado grupo, devido às inúmeras condições e manifestações de violência a que são submetidas.

Segundo Godoy (2006, p. 64), com o intuito de colonizar e explorar de colonizar e explorar a África,

as nações europeias violaram todos os limites morais que normalmente regulariam o exercício do poder. Para Arendt a destruição do consentimento dos cidadãos se deu por meio de decisões administrativas encobertas e manipulações imperialistas da fragilidade dos princípios de direitos humanos para governar as relações e da instrumentalização do Estado-nação para ganância das classes burguesas.

Desta forma, verifica-se uma sociedade marcada por uma colonização, extremamente violenta e discriminatória, que fomentou divergências étnicas como tática para expropriação das riquezas, em favor da metrópole.

#### 4. Considerações finais

As escritas migrantes e escritas refugiadas descrevem o processo de deslocamentos migratórios no seu maior fluxo desde a Segunda Guerra Mundial. Escritoras africanas, de variadas nacionalidades, surgem na cena da literatura internacional, descrevendo com seus textos esta situação de vulnerabilidade e risco social.

Essas escritas, que têm como pano de fundo a construção de uma sociedade sobre bases racistas e padrões de dominação masculina – produtora e reprodutora do machismo – emerge num processo de retrocesso ainda mais agudo, quando se estabelecem alianças políticas com líderes religiosos fundamentalistas, atuantes na política parlamentar nacional, recrudescendo as políticas sociais com a violação dos direitos humanos historicamente conquistados, sobretudo em relação aos setores mais atingidos pela discriminação e opressão.

Assim, destaca-se a relevância primordial do ato de escrever, enquanto refúgio e forma de identificação, na sobrevivência e resistência de mulheres negras refugiadas. Ou seja, a palavra refúgio está relacionada à educação, adquirindo o significado de lugar considerado seguro, para nele algo ou alguém se refugiar. O refúgio, nesse sentido, ganha um duplo significado e supera as limitações impostas pela sociedade capitalista, que consiste exclusivamente em viver ou morrer. Ao escrever, a mulher negra refugiada renasce, se encontra com a ancestralidade, com as lembranças vividas em outrora. O ato de escrever retoma a infância vivida no país de origem, as cores, sabores e sons que a terra natal proporcionou ou, ainda, permite sentir a presença de familiares que não migraram. Todo esse cenário é proporcionado pela escrita enquanto refúgio.

#### Referências

COLINS, Patricia Hill. **Intersectionality: a Knowledge Project for a decolonizing world?** Comunicação ao Colóquio Internacional Intersectionnalité et Colonialité: Debats contemporains, Université Paris Diderot, 2014.

GODOY, G. G. **O direito do outro e outro direito: cidadania, refúgio e seus avessos.** In: Cadernos de debates Refúgio, Migrações e Cidadania, V .10 n.1. Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, 2015.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores/as:** Um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. Universidade Federal de Minas Gerais Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p. 167-182, jan./jun. 2003.

HIRATA, Helena. **Dossiê - Trabalho e Gênero: Controvérsias.** TempoSoc 26(1). Jun 2014. Gênero, Classe e Raça interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais.

KERGOAT, Danièle. **Ouvriers = ouvrières? Propositions por une articulation por une articulation Théorique de deux variables: sexe et classe sociale.** Critique de l'Économie Politique, 5: 65- 97, nova série, 1978.

KOSMIMSKY, E. **Por uma etnografia feminista das migrações internacionais:** Dos estudos de aculturação para os estudos de gênero. Ver Estud Fem., v15, n3, p 773-804, 2007.

MIRANDA, J. **Mulheres migrantes em Portugal: Memórias, dificuldades de integração e projetos de vidas.** Lisboa: ACIDI, 2009.

## UM OLHAR PARA A MIGRAÇÃO FEMININA A PARTIR DAS METAMORFOSES IDENTITÁRIAS DE UMA MULHER AFRICANA NO BRASIL<sup>56</sup>

### A LOOK AT FEMALE MIGRATION FROM THE IDENTITY METAMORPHOSIS OF AN AFRICAN WOMAN IN BRAZIL

### UNA MIRADA A LA MIGRACIÓN FEMENINA A PARTIR DE LAS METAMORFOSIS IDENTITARIA DE UNA MUJER AFRICANA EN BRASIL

Suélen Cristina de Miranda<sup>57</sup>

**Resumo:** Tendo em vista a universalização das experiências migratórias, esse texto baseia-se na Psicologia Social Crítica visando contribuir com a desnaturalização da personagem “migrante” e o combate a quantificação e a invisibilização das mulheres migrantes. A partir da narrativa de uma imigrante africana no Brasil, demonstrou-se a busca pela autonomia como principal motivação para o projeto migratório feminino, o atravessamento dos múltiplos padrões de opressão na constituição das (im)possibilidades vivenciadas por cada singularidade, bem como a transnacionalidade promovida pela recriação identitária a partir da tradição e sua tradução às novas relações. Como a emancipação humana está inscrita na realidade e na existência cotidiana, essa referência é fundamental para a construção de uma sociedade pluricultural, baseada na solidariedade, no respeito às diferenças e no reconhecimento de direitos, independentemente da dimensão da cultura ou da nacionalidade.

**Palavras-Chave:** Migração Feminina. Identidade. Narrativa.

**Keywords:** Female Migration. Identity. Narrative.

**Palabras clave:** Migración Femenina. Identidad. Narrativo.

<sup>56</sup> Trabalho apresentado no VIII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 24 a 26 de outubro de 2022.

<sup>57</sup> Doutoranda e mestre no Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: [suca\\_miranda@hotmail.com](mailto:suca_miranda@hotmail.com).

Tendo em vista a universalização das experiências migratórias, esse texto objetiva contribuir com a desnaturalização da personagem “migrante”, deslocando o olhar analítico para sua vivência singular e os efeitos articulados dos atravessamentos interseccionais. Para tanto, baseia-se na Psicologia Social Crítica para combater a quantificação e a invisibilização das mulheres migrantes a partir de narrativas “que buscam restituir a carga subjetiva do processo migratório e conjugá-la à história do feminino em geral e suas lutas para conquistar o direito à fala e à expressão de um ponto de vista próprio sobre o mundo” (MAIA; DOMINGUES, 2017, p. 88). Devido a brevidade da proposta, essas vozes serão aqui representadas pela narrativa de Kinah.

Kinah se localiza enquanto mulher africana, imigrante no Brasil desde 2014, quando tinha 24 anos de idade. Evidencia a importância da socialização primária em sua constituição identitária, apresentando a personagem “*menina-bandida*” como manifestação de uma infância descrita como difícil, devido a condição financeira da família e a rigidez cultural. Já a adolescência da “*menina-migrante-artista*” é marcada por uma migração heterônoma, até a decisão de não mais seguir as imposições, seguida da opção pelo teatro como caminho de construir um sentido emancipatório para si.

Impedida pela coerção familiar, a “*filha-modelo*” se vê obrigada a abandonar a vida artística para terminar os estudos regulares, fazer a graduação escolhida pelo pai e trabalhar onde determinado. Transformada em igualdade absoluta, a narradora não consegue lidar por muito tempo com a manipulação identitária necessária para se adaptar às expectativas cristalizadas e estabelece a migração como possibilidade. Logo, a busca pela autonomia foi a principal motivação para o seu projeto migratório, como modo de se libertar da colonização paterna pelo distanciamento físico.

A “*mulher-migrante-determinada*” escolhe o Brasil como destino, mas descreve as dificuldades enfrentadas como evidência de que o país não acolhe os imigrantes na integralidade dos direitos, de modo que a suposta abertura mascara uma gestão estatal que reduz ao mínimo as condições para uma inserção digna, enquanto naturaliza a inseparabilidade entre cidadania e nacionalidade. Vale destacar que, apesar das críticas envolvendo a inexistência de políticas públicas eficazes, a dificuldade burocrática atrelada ao gênero, a exploração no mercado de trabalho e a opressão justificada pelo *status* de provisório-definitivo, a narradora considera que o Brasil recebe bem os imigrantes.

A esse respeito, Kinah analisa a reprodução dos valores patriarcais e machistas que restringem as mulheres migrantes ao papel de “acompanhante familiar”, fazendo com que a mulher que migra sozinha ainda seja associada aos estigmas de “desonra” ou “demérito”. Isto porque, apesar da migração feminina existir há tempos, a mulher era generalizada pela experiência masculina, de modo que o recente estudo específico ainda não foi capaz de modificar sua invisibilidade na academia, na legislação, nas políticas públicas e nas relações cotidianas (PERES, 2016).

Além disso, essa vivência é atravessada pela subordinação aos múltiplos padrões de opressão a que estão submetidas, como a situação legal, a dificuldade com a língua e o desconhecimento dos códigos socioculturais do país receptor (CRENSHAW, 2002). Nesse tocante, denuncia as impossibilidades que são impostas às mulheres migrantes quanto à ausência de direitos e à falta de assistência, deixando-as mais vulneráveis às limitações do mercado de trabalho, à informalidade das poucas oportunidades disponíveis e à conformação de nichos étnicos.

Às humanidades vetadas de cidadania, resta o empreendedorismo por necessidade, que se apresenta como única forma de sobrevivência diante das privações impostas (BULGACOV *et al.*, 2010). A consequência é a segregação desse grupo e o decorrente aumento dos riscos de discriminação, exploração e violência. Por isso, Kinah se coloca como uma figura de “referência” entre elas, se posicionando enquanto fonte de saber e suporte, de modo a demonstrar tendências identitárias que abram novas possibilidades ao grupo social e contribuam com o fortalecimento de uma identidade coletiva positiva.

Todavia, a narradora também se viu obrigada a se render à política identitária etnocêntrica – que ignora a história pregressa do indivíduo e o reduz à estigmatização de “imigrante trabalhador inferior” –, abdicando de sua formação universitária, para se dedicar a um “trabalho de imigrante”, a limpeza na construção civil: “[...] *Trabalhei de tudo mesmo pra poder sobreviver. [...] Eu trabalhava na obra, era muito pesado, porque eu não tinha o que fazer porque eu precisava, né? [...] Eu entendo por que é isso a imigração, a gente começa de baixo até ir pra cima [...]*”.

A existência de um projeto de futuro impede que Kinah se acomode passivamente diante das imposições, fazendo com que invista em um curso técnico de contabilidade até trabalhar com atendimento. Sai do emprego para se dedicar a um voluntariado e vê no empreendedorismo uma opção de conciliar renda e o “*prazer de dividir o que sabe e de onde vem*”. O reconhecimento obtido permite a valorização de

sua singularidade e o consequente desenvolvimento da autoestima: *“você se sente feliz porque é algo diferenciado, você não é aquilo que todo mundo faz”*.

Não obstante, a *“migrante-empREENDEDORA-ENGAJADA”* teve que lidar com as condições históricas e sociais que a cercam, como a necessidade de sustento e a dificuldade de obtenção de renda com as atividades empreendedoras, estabelecendo-as como *“secundárias”*: *“Eu trabalhei com empreendedorismo, [...] mas eu vi que tem que ter outro trabalho porque não dá pra sustentar, é um dia sim, um dia não [...]. E sempre informal, sempre na sombra (risos). Você fica sem fazer nada porque você é mais vulnerável [...]”*. Explicita, assim, como a inseparabilidade entre capitalismo, racismo e sexismo garante a desigualdade de fato (SANTOS, 2020) e a exploração dos imigrantes, ao estabelecer sua inferiorização e a aceitação tácita das condições ofertadas pela necessária sobrevivência no país que agora é seu *“credor”*, pelo suposto acolhimento (SAYAD, 1998).

Nesse momento, Kinah se diferencia dos demais pela manutenção de sua utopia emancipatória como meta visada, expressa na resistência às heteronomias e na busca por uma integração em posição de igualdade e não de subalternidade, de todas as pessoas como pertencentes à comunidade humana, independentemente das suas diferenças, que deixam de ser sinônimos de desigualdade. Para isso, escolhe cursar Pedagogia e, enquanto não finaliza a graduação, constrói outros projetos em seu cotidiano e segue reinventando o futuro. Logo, a *“migrante-pedagoga-política”* sabe que para concretizar sua pretensão identitária precisa transformar as determinações exteriores em autodeterminação (CIAMPA, 2005).

A opressão vivenciada gerou uma conscientização do lugar diferenciado que a *“marginalidade”* proporciona para confrontar padrões hegemônicos naturalizados (COLLINS, 2016), bem como uma energia utópica de não mais se render à conformidade esperada. Nessa perspectiva, Kinah demonstra consciência quanto às necessárias mudanças políticas no Brasil e o quanto a educação é o melhor caminho para desnaturalizar valores tão arraigados na sociedade, como o machismo e o racismo, contestando a versão una e apolítica da história. Ademais, reconhece que a transformação precisa ser global, via atuação em organizações internacionais por exemplo, ainda que, para isso, precise ser naturalizada brasileira.

Seguindo esse pensamento, a narradora evidencia a transnacionalidade promovida pela recriação identitária a partir da tradição e sua tradução às novas relações, que libera das amarras de pertencer lá ou cá: *“Por isso que eu falo toda vez, ‘somos todos imigrantes’, ‘somos todos cidadãos do mundo’”*. Por fim, como a

emancipação humana está inscrita na realidade e na existência cotidiana (ALMEIDA, 2017), essa referência se mostra de fundamental importância para a construção de uma sociedade pluricultural, baseada na solidariedade, no respeito às diferenças e no reconhecimento de direitos, independentemente da dimensão da cultura ou da nacionalidade.

## Referências

ALMEIDA, J. A. M. Identidade e Emancipação. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v. 29, e170998, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29170998>. Acesso em: 1 ago. 2022.

BULGACOV, Y. L. M. *et al.* Atividade empreendedora da mulher brasileira: trabalho precário ou trabalho decente? **Psicologia Argumento**, Porto Alegre, v. 28, n. 63, p. 337-349, out/dez. 2010. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/index.php/pa?dd99=pdf&dd1=3935>. Acesso em: 24 ago. 2022.

CIAMPA, A. C. **A estória do Severino e a história da Severina**: um ensaio de psicologia social. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 2005.

COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 31, n. 1, p. 99-127, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100006>. Acesso em: 19 jul. 2022.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 25 jul. 2022.

MAIA, J.; DOMINGUES, C. Mulheres Migrantes e a perspectiva de gênero. *In*: SIMPÓSIO DE PESQUISA SOBRE MIGRAÇÕES, V, 2017, Rio de Janeiro. **Caderno de Resumos**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017. Disponível em <https://forumdeimigracaodotorg.files.wordpress.com/2018/07/e-book-v-simpc3adsio-de-migrac3a7c3b5es-2017.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2022.

PERES, R. G. Imigração e Gênero: as mulheres haitianas no Brasil. *In*: BAENINGER, R. *et al.* (org.). **Imigração haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. p. 253-266.

SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Edições Almedina, 2020. 32 p.

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. Tradução de Cristina Murachco. São Paulo: EDUSP, 1998. 299 p.



**CONVERSAS COM REFUGIADOS:  
interações de um campo social heterotópico <sup>58</sup>**

**CONVERSATIONS WITH REFUGEES:  
interactions of a heterotopic social field**

**CONVERSACIONES DE REFUGIADOS:  
interacciones de un campo social heterotópico**

Caroline Godoi de Castro Oliveira<sup>59</sup>

**Resumo:** O presente estudo pretende lançar sobre o fenômeno do refúgio um olhar holístico que compreenda a relação das vidas concretas com as normas abstratas. Para tanto, são analisados, do modo transversal, o aporte teórico, os elementos normativos e as experiências concretas de refugiados, atribuindo a estas o ponto central da pesquisa desenvolvida, que se baseia precisamente na diversidade de vivências no refúgio. Com a realização de entrevistas, investigou-se como fatores subjetivos de origem, condição socioeconômica e raça podem interferir na concretização de direitos e no grau de acolhimento experimentados por refugiados e solicitantes de refúgio. Não há um padrão homogêneo que rege a experiência do refúgio em virtude da complexidade imanente a esse campo social, aqui retratada pela alegoria da heterotopia, que representa as múltiplas e distintas formas de atravessar o refúgio e por ele ser atravessado.

**Palavras-Chave:** Direitos humanos. Refúgio. Heterotopia.

**Keywords:** Human rights. Refuge. Heterotopy.

**Palabras clave:** Derechos humanos. Refugio. Heterotopía.

<sup>58</sup> Trabalho apresentado no VIII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 24 a 26 de outubro de 2022.

<sup>59</sup> Doutoranda e Mestra em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Professora de Direito Constitucional e de Direito Internacional na Faculdade Estácio de Curitiba. Advogada.

## 1. Linhas introdutórias

Em alusão ao título da obra *Conversas de Refugiados*, de Bertolt Brecht (BRECHT, 2017), a presente pesquisa, correspondente à dissertação de mestrado defendida pela autora, se baseia precisamente na diversidade de experiências no refúgio, aqui abrangendo tanto aqueles que têm reconhecido o *status* de refugiado, quanto aqueles que aguardam a decisão de seu pedido, para lançar sobre o fenômeno um olhar holístico que compreenda a relação das vidas concretas com as normas abstratas.

Com o objetivo de investigar a multidimensionalidade das experiências de refugiados e solicitantes de refúgio, foram ouvidas as experiências de pessoas nacionais de Guiné-Bissau, República Democrática do Congo, El Salvador, Venezuela e Síria, a respeito do acesso a algumas categorias de direitos fundamentais, tais como acesso à documentação, moradia, colocação profissional e integração social. Tendo como enfoque central a vivência dos sujeitos, foi possível avaliar como fatores subjetivos de origem, condição socioeconômica e raça podem interferir nestes processos.

A respeito da metodologia da pesquisa empírica, o questionário foi elaborado de forma semiestruturada, com a finalidade de proporcionar espaços para as narrativas espontâneas, observando os parâmetros e exigências da ética em pesquisa. A abordagem foi qualitativa, com a realização de entrevistas a 20 adultos, refugiados e solicitantes de refúgio, homens e mulheres com idade entre 19 e 44 anos, provenientes dos países supra referidos. Os entrevistados e entrevistadas foram eleitos a partir da base de dados própria da pesquisadora, e foi estabelecido o critério de que residissem no Brasil há pelo menos um ano, uma vez que o objeto da pesquisa demanda uma certa vivência no país<sup>60</sup>.

Os fluxos migratórios fazem parte da história da humanidade, e em contextos de crise acabam sendo acentuados<sup>61</sup>. O expressivo contingente de pessoas deslocadas denota a importância de uma análise a respeito da concretude destas vidas em

---

<sup>60</sup> O projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Paraná, e no ato da entrevista os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, autorizando a utilização de seu conteúdo na presente pesquisa, observando-se o sigilo de seus dados.

<sup>61</sup> Segundo o Relatório de Migração Global de 2020, há no mundo mais de 272 milhões de imigrantes, refugiados e solicitantes de refúgio. Disponível em: <https://publications.iom.int/books/world-migration-report-2020> (acesso em 24/08/2021).

movimento. Um exame puramente normativo e teórico não é capaz de revelar a dimensão das múltiplas realidades envolvidas nas situações de refúgio, e por esta razão a pesquisa realizada se pautou essencialmente na vivência de refugiados e solicitantes de refúgio.

O objetivo precípua da realização da pesquisa nesses moldes se consubstancia na avaliação dos atuais fluxos migratórios a partir de uma perspectiva pautada nas vivências daqueles que experimentam essas diásporas na condição de busca pelo amparo do refúgio, sendo as narrativas desses indivíduos o meio para vislumbrar uma amostra da multidimensionalidade dessas experiências, sobretudo no que tange ao acesso a direitos básicos.

Os três eixos que sustentam a pesquisa realizada são a pesquisa empírica, correspondente às entrevistas realizadas com 20 refugiados, refugiadas e solicitantes de refúgio; a análise normativa dos instrumentos nacionais e internacionais voltados à população refugiada; e, por fim, os marcos teóricos pertinentes para tratar da pluralidade dessas vivências. A centralidade foi atribuída ao eixo das narrativas dos entrevistados e entrevistadas, tendo sido os marcos teóricos eleitos a partir dessas, e não o contrário. O protagonismo das experiências concretas, para além do vislumbre de sua pluralidade, diz respeito ao reconhecimento da autoridade narrativa daqueles que buscam por refúgio (HAYDU, 2017, p. 113).

## **2. Desenvolvimento da pesquisa**

Partindo da premissa inicial de que há uma latente distinção de direitos fundamentais quando se compara o acesso de nacionais e estrangeiros, a hipótese que advém como um desdobramento é de que há também significativas distinções no que tange ao exercício de direitos por parte da população em situação de refúgio, havendo tantas experiências de refúgio quanto existem refugiados e refugiadas. Investiga-se também o fato de essas assimetrias decorrerem de fatores subjetivos, tais como a origem, raça e condição socioeconômica. Pretende-se, assim, encarar a complexidade que se encontra latente nessas questões, examinando as múltiplas dimensões de acesso a direitos e integração social que permeiam o caminho das vidas em trânsito.

Com a definição do refúgio como um campo social heterotópico, posto que aproxima posições antagônicas, são examinados os elementos que o delimitam. O direito circunscreve o campo do refúgio por meio das normas que definem quem pode ser considerado refugiado, o trânsito que lhes é permitido nas relações com o meio exógeno (qual seja, a sociedade de acolhimento), bem como o grau de acesso a direitos que lhes será outorgado.

A fim de fornecer um panorama dos mecanismos que delimitam o campo do refúgio, são considerados os mecanismos de proteção internacional dos direitos dos refugiados nos âmbitos normativos global, regional e local. Empreende-se uma análise acerca do contexto de internacionalização dos direitos humanos, e de sua irradiação em sistemas regionais e na legislação interna, enfatizando-se os aspectos positivos e as deficiências desses instrumentos, consoante sua repercussão na experiência concreta dos participantes das entrevistas. Foram analisados os relatos dos entrevistados e entrevistadas acerca do procedimento da solicitação de refúgio e ao direito à unidade familiar, contrapondo as disposições legais à realidade dos refugiados.

Após a definição do campo e da apresentação dos elementos que o delimitam, é feita a análise das relações entre o campo do refúgio e o espaço que lhe é exógeno, o meio social que o contorna e atravessa. Essas interações podem ser mediadas por pressupostos de alteridade e hospitalidade ou, de forma reversa, pautadas na edificação de barreiras. Nesse contexto, a ausência do vínculo de pertencimento que por definição caracteriza o refúgio revela algumas tensões imanentes às interações entre o campo e o meio externo. A cisão entre indivíduo e cidadão e a perpetuação da temporariedade de uma condição duradoura são alguns dos fatores que imputam à condição de refúgio um distanciamento que dificulta o acesso a determinados bens e direitos dispostos na sociedade de acolhimento. As categorias das entrevistas examinadas neste capítulo dizem respeito à colocação profissional, à percepção da igualdade e acolhimento e à existência de associações de imigrantes ou refugiados, bem como sobre a participação em tal sorte de mobilização.

Confrontar a teoria com a prática é um importante mecanismo para se avaliar o caminho percorrido e as distâncias ainda a percorrer no que diz respeito à efetivação dos direitos fundamentais dos refugiados. Ainda que não sejam dadas respostas, a contextualização e os questionamentos críticos podem oferecer a possibilidade de que se trilhe um percurso direcionado cada vez mais à realização das garantias fundamentais e ao acolhimento e integração das vidas humanas que aqui aportam.

Se, por um lado, não há muros nas fronteiras, por outro, ainda há muito que avançar para que seja possível dizer que existem pontes. Os obstáculos coexistem com as formas de acesso, e isso revela que a condição de refúgio se circunscreve em espaços essencialmente heterotópicos.

### 3. Conclusões

A hipótese de que a pluralidade é imanente às experiências não foi apenas confirmada, mas em muito superada. As heterotopias não apenas se alocam no interior deste campo social, mas também permeiam todas as suas relações, do acesso a direitos formalmente garantidos às interações humanas.

Este campo social atravessa territórios e, nestes trajetos, é atravessado pelos múltiplos aspectos que permeiam esses espaços, sendo simultaneamente um movimento e o seu vetor ao perpassar a origem, o trajeto e o destino.

As conversas com refugiados que orientam esta pesquisa demonstram que o refúgio constitui um exercício de mobilidade não apenas entre localidades, mas também entre posições e espaços metafóricos. Sua complexidade condensa diferentes formas de interação que podem ir da alteridade à hostilidade, seu caráter heterogêneo aproxima sujeitos de diversas origens que passam por experiências múltiplas e opostas, de modo que configura um campo social essencialmente heterotópico.

### Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983.

BRECHT, Bertolt. **Conversas de refugiados**. São Paulo: Editora 34, 2017.

FOUCAULT, Michel. Outros espaços. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). **Ditos e Escritos III**. Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. 2ª ed.

HAYDU, Marcelo. **Refugiados congoleses na cidade de São Paulo**: processo migratório e itinerários terapêuticos. Tese. Departamento de Saúde Coletiva da Universidade Federal de São Paulo. São Paulo: Unifesp, 2017.

## Configuración del haitianismo mediante la historia de vida de un inmigrante haitiano residente al sur de Chile<sup>62</sup>

## Shaping Haitianness through the life story of a Haitian immigrant living in southern Chile

## Moldando o Haiti através da história de vida de um imigrante haitiano que vive no sul do Chile

Rodolfo Hlousek Astudillo<sup>63</sup>

**Resumen:** La configuración [discursiva] del haitianismo a través de la historia de vida de un inmigrante haitiano residente en la ciudad de Temuco, región de La Araucanía, al sur de Chile, permitiría contextualizar al sujeto de estudio en el país receptor -despejado de los discursos mediatizados en circulación por empresas "comunicacionales"- ayudándonos a levantar categorías tales como diáspora o mudanza, política de asociación (o memoria colectiva, red), saber (considerando el saber ser y el saber estar), solidaridad (expresadas en las remesas transnacionales), espiritualismo y, desde lo jurídico, la negritud (o cimarrón), enunciada en el artículo 13 y 14 de la constitución de 1805, pilar de república de Haití. Desde la perspectiva de Simmel y su noción de Extranjero (1983, 2012) y, usando, la historia de vida y la etnografía, definidas de Ferraroti (2007) y, Geertz (1973, 2011), permitirá dicha configuración cultural. El relato biográfico se enmarca en un contexto de época, desde el 2017 al 2022, años de asentamiento en Chile de nuestro entrevistado<sup>64</sup>.

**Palabras clave:** Diáspora. Extranjero. Haitianismo.

**Keywords:** Diaspora. Foreigner. Haitianism.

**Palavras-Chave:** Diáspora. Estrangeiro. Haitianismo.

<sup>62</sup> Trabalho apresentado no VIII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 24 a 26 de outubro de 2022.

<sup>63</sup> Doutorando em Comunicação na Universidade de la Frontera - Universidade Austral de Chile. Email: [r.hlousek01@ufromail.cl](mailto:r.hlousek01@ufromail.cl)

<sup>64</sup> Con este comentario quiero indicar que no son 5 años de entrevista(s). Sino que son 5 años de residencia de nuestro entrevistado - como migrante - en Chile.

## 1. Introducción

Durante los diez últimos años, uno de los colectivos de migrantes que han arribado a Chile, han sido de haitianas y haitianos. La recepción ha instalado consigo discursos elaborados por empresas comunicacionales, presentando al país como solidario frente al mundo, realizando una acción humanitaria hacia la nación del Caribe, la que es descrita como la nación más empobrecida del continente; razón por lo cual han comenzado a circular textos informativos que describen a Haití de modo afectada entre muchos motivos, por desastres naturales, corrupción (o negociación política), secuestros, trata de personas. De acuerdo a ello, la población del país receptor, ha leído el arribo de éstos como una migración forzada, encarnando el racismo, la segregación espacial, aporofobia, discriminación social y laboral, estigmatizaciones, instalando una imagen dentro de un contexto internacional de modo desastroso para el valor universal de la democracia debido a sus tensiones internas. Como consecuencia, la reacción pública informativizada por diferentes medios ha menoscabado la historia de la República, cuya capital es Puerto Príncipe, ubicada en la Isla La Española, en el Caribe Insular, desconociéndose la tradición de un país cuya consigna es: L' Union Fait La Force. De este modo, va reproduciéndose un talante negativo, en torno a esta nación. Lo que se puede inferir es una tensión entre dos lógicas de mundo, dividiendo el relato de mundo entre blancos y negros, países en vías de desarrollo y países con economías empobrecidas, países centralizados y países periféricos. No obstante, no se ha analizado desde una voz de un sujeto haitiano los efectos de acontecimientos pasados, como la Guerra Fría y la instalación de una racionalidad Neoliberal sobre países llamados occidentales, o del bloque occidental. Es así que la investigación en desarrollo, tiene como objetivos: - contextualizar al sujeto de estudio en el país receptor, - reconocer sus características culturales transferidas al sur del mundo, así también - revelar sus condiciones y habilidades de adaptación y su descripción y análisis en torno al país que lo acoge, configurándose un discurso desde el haitianismo mediante la historia de vida de un inmigrante haitiano residente en la ciudad de Temuco, capital de la región de La Araucanía, a 670 kilómetros al sur de la capital nacional: Santiago de Chile. Esto permitiría conocer los valores acendrados en la República caribeña, reflejadas en la Constitución de 1987, con enmiendas en el año 2012. El estatuto, en su Capítulo 1, Artículo 1, señala: "Haití es una república indivisible, soberana,

independiente, libre, democrática y solidaria.”<sup>65</sup> La pesquisa zanja entonces una diferencia entre las diversas mediatizaciones del sujeto estudiado y, al reverso, las condiciones y perspectiva del mismo sujeto residiendo en el sur de Chile.

## 2. El Extranjero

La configuración del discurso en torno a la migración se ancla definitivamente ante la relación con los otros. De este modo, el extranjero, lo sentimos próximo cuando compartimos, “una misma naturaleza nacional, social, profesional y genéricamente humana.” (Simmel, 2012, p. 24). Al mismo tiempo, esos “rasgos no pertenecen sólo a él y a nosotros, sino que son propios de muchas personas.” (2012, p. 24). Así también, actitudes, discursividades públicas, instituciones, medios de comunicación a escala informativa y redes, es decir, elementos que permiten la estructuración social. No obstante, la llegada de un extranjero configura un espacio, tiempo y un efecto de reflexión como nación y sujetos de derecho. El extranjero es un sujeto vívido de desplazamiento, en este caso, desde el Caribe hacia el sur de América, frente a diferentes situaciones de mundo; el sujeto configura, no se transforma, es decir, no pone en riesgo su identidad, mientras elabora una apreciación, unas estrategias de supervivencia o de mantenimiento en el territorio investido de una racionalidad o una idea de nación. Al decir de Sabigo (2012), el extranjero es “*una forma social (...)* se trata de un nivel específico de relación, una forma particular de *ser con otros*.” (Simmel, en Sabigo, 2012, p. 11).

### 2.1. Discurso del Haitianismo

Según Rojo (2011) los discursos “autorizados” en torno a la migración y producidos por medios de comunicación y cristalizados muchas veces en los debates parlamentarios, son capaces de influir nuestra cotidianeidad, porque genera un impacto en nuestro modo de ver y proceder en el mundo. El Haitianismo, toma distancia a un discurso globalizado. Siendo este un concepto acuñado por la historiografía, para referirse a la turbación de la élite ante la emancipación de la población haitiana, registrado en relatos de viajeros, cartas, periódicos y en diferentes documentos.

### 2.2. Diás

---

<sup>65</sup> Documento disponible en: [https://www.constituteproject.org/constitution/Haiti\\_2012.pdf?lang=es](https://www.constituteproject.org/constitution/Haiti_2012.pdf?lang=es)



Son diferentes los casos de asentamiento en Chile, pudiendo distinguir contextos diferentes, por años, por olas de desplazamiento y por políticas gubernamentales. Ciertamente que la razón predominante es la fuente laboral, razón por la cual se ven insertados en diferentes ámbitos. Al referirse a la diáspora y a los casos de haitianos, éstos, se encuentran en la base de la escala socioeconómica, respondiendo a las demandas laborales, pudiéndose observar en diferentes campos, tales como: agricultura, turismo, construcción y servicios. Esta recepción responde a decisiones políticas y empresariales articuladas en diferentes países, ya sea dentro de Sudamérica, o más específicamente, en el Cono Sur. El fenómeno de la migración es definido como una diáspora, según Cédric (2012), son cuatro los criterios para definir una diáspora:

a) la dispersión espacial, b) la existencia de una identidad propia de las personas diasporizadas, c) la organización interna de la diáspora que producen interacciones multifacéticas entre sus polos y d) vínculos simbólicos o concretos significativas para las personas de origen. Esta definición permite al autor adoptar una perspectiva global, dinámica y relacional del fenómeno y observar las dimensiones históricas, políticas y económicas que participan en la estructuración del espacio migratorio haitiano. (Cédric, 2012, p. 11).

La diáspora no es dispersa o desordenada, tampoco podemos asegurar que es espontánea, sino que más bien se afina en un significado del ser en la diáspora: un *saber ser en la diáspora*. Es decir, con estrategias o un proyecto político en su movilidad, considerándose sujetos de derecho, tras una vida plena.

### 3. Apartado metodológico

La pesquisa tiene un carácter metodológico cualitativo, transversal, definido también como una investigación observacional. El sujeto del estudio tiene una residencia en Chile de 5 años (2017- 2022), para lo cual se usará como técnicas de investigación, la historia de vida y la etnografía. En tanto, la primera define al hombre no como un dato, “sino como un proceso, y que las leyes que tienen que ver con él (...) válidas en cualquier contexto e intemporales.” (Ferraroti, 2007, p. 21). A su vez, la etnografía es adoptada, porque interpreta, “el flujo del discurso social y la interpretación consiste en rescatar lo dicho en ese discurso de sus ocasiones perecederas; (...) permite fijarlo en términos susceptibles de consulta.” (Geertz, 2011, p. 32). Los criterios empleados para determinar al entrevistado han sido: ser hablante de español, residente en Chile, en la ciudad de Temuco, con diversas actividades sociales. Hasta el momento, una de las respuestas obtenidas, el sujeto describe su diáspora como se enuncia a continuación:

Yo llegué a Chile en julio de 2017. La razón [fue] porque yo perdí mi trabajo; cuando yo estuve allá [estaba] por terminar el tercer año en periodismo. Perdí mi trabajo, no podía seguir la carrera. Yo empecé como presentador y reportero en una radio, algo que me podría pagar la carrera -porque era muy caro- en ese momento y (...) decidí dejar el país en el momento que perdí mi trabajo. Yo tenía una hermana que vivía en Chile, ahora está en Haití, [ella] (...) me invitó a vivir a Chile y yo le dije cómo me voy a vivir a Chile si las actividades que estoy haciendo, porque yo también soy fundador de una organización que se llama Misión por la protección de los niños en la ciudad donde yo viví, era así, era una protección de niños, entonces yo le dije tú sabes tantas actividades que tengo, no quiero salir, me dijo que después de un año yo podría viajar a mi país, ahora voy a cumplir cuatro años hasta mi residencia definitiva. Ya en junio de 2017 yo acepté con la invitación y ella me compró el pasaje y en julio llegué a Chile, el 5 de julio de 2017 (...). La mayor relación era por el trabajo que yo tenía [y] que perdí. Esa es la mayor razón, pero también tenía algunas otras cosas, porque yo en la radio trabajé, tenía un programa político, entonces empecé a tener algunas persecuciones, pero no era la mayor razón (...) era por el trabajo que perdí.<sup>66</sup>

#### 4. Resultados esperados

Establecer comunicación entre el sujeto biografiado y la sociedad receptora; atender a sus problematizaciones en tanto migrante en Chile; los procesos identitarios y diaspóricos, conocer la configuración cultural del haitianismo, los flujos de circulación, lógicas de asociatividad o redes de apoyo, prácticas culturales, tanto a nivel individual como colectivo.

#### Referencias

AUDEBERT, Cédric. **La diáspora haitiana. Territorios y redes transnacionales**. Presses universitaires de Rennes. Colección: Géographie sociale, 2012.

[CONSTITUTE] **Constitución de Haití, 1987, con enmiendas hasta el 2012**. Capítulo I: de la República de Haití. Artículo 1. 2012. (Haití).

FERRAROTI, Franco. **La historia de vida como método**. Convergencia, revista de ciencias sociales, Vol. 14, Universidad Autónoma del Estado de México, 2007.

GEERTZ, Clifford. **La interpretación de las culturas**. Gedisa editorial, 2011.

MARTÍN ROJO, Luisa. **El análisis crítico del discurso**. Fronteras y exclusión social en los discursos racistas. Análisis del discurso. Manual para las ciencias sociales. Editorial UOC, 2003.

SIMMEL, Georg. **El extranjero**. Sociología del extraño. Ediciones Sequitur, Madrid, España, 2012.

<sup>66</sup> Entrevista realizada el año 2021. No fue presencial, debido al contexto de confinamiento que exigió el Ministerio de Salud del Gobierno de Sebastián Piñera, en Chile.

## OS EFEITOS DA PANDEMIA DO SARS-COV-2 (COVID-19) EM ESTUDANTES E PESQUISADORES INTERNACIONAIS PRESENTES NA UNIVERSIDADES BRASILEIRAS <sup>67</sup>

## THE EFFECTS OF THE SARS-COV-2 (COVID-19) PANDEMIC ON INTERNATIONAL STUDENTS AND RESEARCHERS AT BRAZILIAN UNIVERSITIES

## LOS EFECTOS DE LA PANDEMIA DE SARS-COV-2 (COVID-19) EN LOS ESTUDIANTES E INVESTIGADORES INTERNACIONALES DE LAS UNIVERSIDADES BRASILEÑAS

Damaris Ester Carvalho dos Santos<sup>68</sup>

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Luciana Romano Morilas<sup>69</sup>

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cynthia Soares Carneiro<sup>70</sup>

**Resumo:** O Brasil é um país que envia mais universitários do que recebe, revelam os indicadores estatísticos da UNESCO. Portanto, destaca-se a importância de entender o fenômeno de cooperação internacional acadêmica. Atualmente, já passa de um ano do início da pandemia mundial do (Covid-19). Desta forma, torna-se importante entender como os estudantes em mobilidade acadêmica enfrentaram essa situação. O objetivo deste trabalho é investigar as políticas institucionais de acolhimento aos alunos internacionais. Para este fim, adotar-se-á a técnica de entrevista semiaberta, com roteiro de questões norteadoras baseadas no problema de pesquisa. Posteriormente, será feita a transcrição e análise de conteúdo com o uso da técnica de Bardin. A partir dos achados da pesquisa, espera-se contribuir para a academia científica, tendo em vista a reduzida quantidade de estudos que abordem esse tema.

**Palavras-Chave:** mobilidade acadêmica. políticas institucionais. Covid-19.

**Keywords:** academic mobility. institutional policies. Covid-19.

**Palabras clave:** movilidad académica. políticas institucionales. Covid-19.

<sup>67</sup> Trabalho apresentado no VIII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 24 a 26 de outubro de 2022.

<sup>68</sup> Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FEA-RP/USP), graduanda em administração, [damaris@usp.br](mailto:damaris@usp.br)

<sup>69</sup> Livre docência Professora Associada FEA-RP/USP, [morilas@fearp.usp.br](mailto:morilas@fearp.usp.br)

<sup>70</sup> Professora da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto (FDRP-USP), [cynthia.carneiro@usp.br](mailto:cynthia.carneiro@usp.br)

## 1. Introdução

Esta pesquisa é parte de um estudo mais amplo iniciado em 2020 (registrado no Comitê de Ética em Pesquisa sob o nº CAAE 33567920.0.0000.5407) para identificar os impactos das medidas sanitárias adotadas durante a pandemia provocada pelo vírus SARS-COV-2 (Covid-19), aos alunos e pesquisadores internacionais presentes nas universidades brasileiras.

O Brasil é um país “exportador líquido”, pois envia mais alunos para realização de estudos acadêmicos do que recebe, apresentando a taxa de mobilidade de saída 0,9 superior à taxa de mobilidade de entrada 0,3. Recentemente, em 2021, há 81.882 estudantes brasileiros estudando no exterior. Os destinos mais procurados são: Argentina, Portugal e os Estados Unidos. A quantidade de alunos imigrantes hospedados no Brasil é de 21.803, com destaque para pessoas vindas da Angola, da Colômbia e do Peru (UNESCO, 2021).

No início de 2020, a OMS decretou a pandemia e, no intuito de conter os avanços do novo vírus, instituições de ensino superior em todo o globo bloquearam suas portas para proteção, fato que afetou 3,9 milhões de estudantes internacionais e estrangeiros que estavam em mobilidade, impactando as pesquisas em andamento, o cronograma acadêmico e a aprendizagem. Com isso, o aluno, como um indivíduo fora do seu país de origem, ficou à mercê das políticas de acolhimento e segurança do país estrangeiro (OCDE, 2021).

Existe uma escassez de pesquisas no Brasil sobre as necessidades dos estudantes internacionais com relação a sua adaptação, suas relações sociais e impactos da imigração na sua saúde física e mental (GIRARDI, 2015), apontando para a importância deste estudo. Este trabalho pretende conhecer mais a fundo esses alunos estrangeiros, a fim de estreitar relacionamentos com as instituições parceiras, identificar possíveis barreiras que impedem o intercâmbio de conhecimento, criar políticas Institucionais para esse fenômeno social, localizar os ‘campi’ universitários que precisem de intervenção mais urgente com os alunos estrangeiros; e por fim, mapear esses profissionais qualificados que poderão ser absorvidos e integrados no mercado local.

## 2. Objetivos

O objetivo geral é avaliar a atual situação dos estudantes e pesquisadores estrangeiros nas universidades brasileiras, após mais de um ano de permanência de

protocolos de isolamento social para enfrentamento à pandemia SARS-CoV 2, em contraposição aos dados coletados em 2020.

São objetivos específicos:

1) Verificar as principais dificuldades dos estudantes e pesquisadores estrangeiros no Brasil em razão da situação prolongada pela pandemia do SARS-CoV-2 (COVID19), com atenção especial às políticas públicas governamentais e universitárias;

2) Verificar se há embaraços burocráticos relativos especialmente à condição de não nacional, com eventual criação de barreiras ou de facilitação para a regularização da situação no país;

3) Avaliar a adequação das medidas tomadas pela universidade de origem e de destino para auxiliar nos projetos de permanência no Brasil.

### 3. Metodologia

Adotou-se a técnica de entrevista semiaberta, com um roteiro de questões norteadoras semiestruturadas baseadas no problema de pesquisa. Foi realizado um contato institucional via e-mail com todas as IES mapeadas no Brasil convidando-as para participarem da pesquisa, totalizando 88 universidades. Foi criado um formulário para os alunos interessados consentirem com a pesquisa e deixarem suas informações de contato para agendamento das entrevistas. A seleção dos participantes foi realizada com a estratégia bola de neve dos próprios alunos entrevistados.

As entrevistas foram realizadas virtualmente com o auxílio do *Google Meet*. As gravações foram transcritas de forma fiel à fala dos entrevistados, não recorrendo ao uso do tradutor de idiomas. Todos os participantes tiveram suas identidades preservadas, sendo identificados por números. As entrevistas duraram em média de 45 a 60 minutos. Subsequentemente, foram sumarizadas as respostas para compilação dos dados e análises, seguindo a técnica de Bardin, que consiste em: pré-análise, exploração do material e por fim a inferência.

Em razão do alto número de IES no Brasil, como critério de inclusão, optou-se pela realização da pesquisa junto a estudantes e pesquisadores vinculados a universidades públicas estaduais e federais. Para tanto, foi utilizada a lista encontrada no Ranking Universitário da Folha de São Paulo (2019), à falta de dados acessíveis junto ao Ministério da Educação. Como critério de exclusão foram considerados todos os pesquisadores e alunos de IES privadas.

#### 4. Resultado e discussões

Ao todo foram entrevistados 26 estudantes internacionais que vivenciaram a pandemia no Brasil durante os anos de 2020 a 2021. Foi possível representar as nações do Continente africano, asiático e América Latina, sobressaindo o país da Colômbia. Em relação ao tipo de mobilidade, os alunos buscam o Brasil para a realização de Pós-Graduação, o perfil desses jovens se destaca por serem da faixa dos 21-30 anos, do sexo feminino e estado civil solteiros. A Universidade que lidera o ranking com a maior quantidade de alunos internacionais é a USP, seguida da Unesp e da Unifal.

1) Experiência com a Polícia Federal: no Brasil foi visto como um atendimento muito ruim, a comunicação falha, as informações do site são desatualizadas, tempo de atendimento insatisfatório, ausência de colaboradores que dominam o inglês e espanhol, dificuldade no agendamento. No decorrer das entrevistas, ficou perceptível que a principal barreira enfrentada pelos alunos foi o idioma. Notou-se que os alunos ajudados pelos amigos residentes no país não tiveram dificuldades para a obtenção de vistos, assim como os outros alunos sem apoio que sentiram desgaste emocionalmente.

2) Política de acolhimento nas IES: essa prática não acontece de forma homogênea em todos os campi. Os principais responsáveis pelo primeiro acolhimento foram os amigos conterrâneos que já estavam no Brasil, e apenas uma minoria passou pelo programa de apadrinhamento promovido pela própria instituição.

3) Apoio oferecido pelas IES: poucas Universidades enviaram e-mail para o levantamento dos alunos vulneráveis para o envio de equipamentos e modems, muitos aos alunos desconhecaram essa prática.

4) Permanência no Brasil ou o retorno ao país de origem: nesse tema, após o término do programa, 11 (44%) são favoráveis ao retorno para seus lares, e apenas oito (32%) pensaram em continuar no Brasil e assim realizarem a progressão dos estudos. Apenas dois (8%) ficaram em dúvida e quatro (16%) não falaram sobre esse assunto.

5) Motivação para estudar no Brasil: indicação de professores, amigos e familiares, sonho pessoal, facilidade na obtenção de visto, programa de cooperação internacional, busca por vivência internacional e relevância da pesquisa científica brasileira.

6) Relacionamento social: O relacionamento com os colegas de classe e de pesquisa foi agradável. O relacionamento com os professores foi considerado muito bom. O relacionamento com os tutores se tratando dos alunos PEC-G não foi considerado satisfatório. A experiência como

estudante e pesquisador foi encarada como rápida integração nas atividades do programa.

## 5. Conclusões

O fomento de políticas públicas voltadas aos estudantes internacionais, bem como despertar nas universidades o desejo da criação de estruturas para acolhimento a esse público, torna-se essencial. A jornada dos estudantes é complexa durante sua mobilidade existe a preocupação de permanência na Universidade; além de barreiras linguísticas e culturais.

Esses alunos se deslocam devido à relevância do Brasil na academia científica, infraestrutura nos laboratórios e o incentivo à pesquisa. Porém, notou-se a ausência de uma rede de apoio, e principalmente a falta de protagonismo dos escritórios de relações internacionais. Por isso, é de suma importância que as instituições desfaçam algumas barreiras impostas de exclusão, xenofobia e racismo, olhando para o pluralismo e estabelecendo projetos de inserção social e reconfiguração das relações para que esses estudantes alcancem o êxito em sua jornada acadêmica e social (BERTOLDO, 2020).

Em suma, há poucos grupos de acolhimento aos alunos internacionais presentes nas IES, indicando falta de infraestrutura nas Universidades, que não estão preparadas para receber esse fluxo migratório ao Brasil. Contudo, o mais importante é que haja uma mudança interna dessas universidades, com a criação de departamentos, ou até mesmo a reestruturação dos já existentes. Com esta pesquisa, espera-se sensibilizar e promover a reflexão das Universidades, quanto às políticas de acolhimento voltada aos alunos internacionais.

## Referências

BAENINGER, R. et al. **Migrações Internacionais e a pandemia de Covid-19**. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo / Unicamp, 2020. p. 373 – 380.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Ed. 70, 2016. p. 93-107.

BERTOLDO, J. (2020). **Protagonismos migrantes na universidade pública brasileira: do direito à educação superior aos desafios da interculturalidade**. *Périplos: Revista De Estudos Sobre Migrações*, 4(1). Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra\\_periplos/article/view/30950](https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/view/30950). Acesso em 24 ago.2022.

CUNHA, Miguel & REGO, Arménio & CUNHA, Rita & COSTA-CABRAL, Carlos & MARQUES, Carlos & GOMES, Jorge. **Manual de Gestão de Pessoas e do Capital Humano**. 3.ed. Lisboa: Edições Sílabo, 2012.

FORTUNATO, E. M. **Integração de refugiados no Brasil: a construção de políticas públicas e a visão dos refugiados sírios.** [s.l: s.n.].

GIRARDI, J. DE F. **Impactos psicológicos da imigração voluntária: a experiência de universitários imigrantes.** [s.l: s.n.].

**Histórico da pandemia de COVID-19 - OPAS/OMS | Organização Pan-Americana da Saúde.** Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 22 nov. 2021.

PADILLA, B.; FRANÇA, T. Mobilidade científica e imigração qualificada: situando o debate. **Fórum Sociológico**, n. 27, p. 7–10, 201.

PERETTI, J. M.. **Recursos Humanos.** 3.ed. Lisboa: Edições Sílabo, 2012.

**UNESCO UIS. Global Flow of Tertiary-Level Students.** Disponível em: <http://uis.unesco.org/en/uis-student-flow>. Acesso em: 15 nov. 2021.

WALTERS, William. Reflections on Migration and Governmentality. **Movements. Journal for Critical Migration and Border Regime Studies.** v. 10, n. 8, p. 457, 1997. Disponível em: <https://movementsjournal.org/issues/01.grenzregime/04.walters--migration.governmentality.html> Acesso em 12.jun.2021.



**REFÚGIO, FRONTEIRAS CERRADAS E PANDEMIA DE COVID-19:  
Uma relação de escassa atenção jornalística em Roraima<sup>71</sup>**

**REFUGE, CLOSED BORDERS AND COVID-19 PANDEMIC:  
A relationship of scarce journalistic attention in Roraima**

**REFUGIO, FRONTERAS CERRADAS Y PANDEMIA DE COVID-19:  
Una relación de escasa atención periodística en Roraima**

Liana Silva de Lima<sup>72</sup>  
Vângela Maria Isidoro de Moraes<sup>73</sup>

**Resumo:** Este trabalho que alinha questões pertinentes aos campos da comunicação, migração e direito, analisa a cobertura webjornalística do portal G1 Roraima, no período 2020-2021, com foco sobre o tema da migração transnacional. A pesquisa investiga as bases de construção das notícias sobre as ações de fechamento das fronteiras Brasil-Venezuela impostas pelo Governo Federal, no cenário da pandemia de covid-19. De que maneira uma das expressões do jornalismo local, situado em área de fronteira internacional, tratou o arranjo dessas questões? O levantamento provoca uma reflexão sobre o papel que o jornalismo exerce no processo da garantia de direitos aos migrantes e refugiados. Os indicadores apontam para uma escassa problematização na produção das notícias diante da fricção entre o que determina a Lei de Refúgio no Brasil e as estratégicas portarias e decretos que recrudescem o sofrimento social dos que são forçados a migrar.

**Palavras-Chave:** Fronteira Brasil-Venezuela. G1 Roraima. Pandemia.

**Keywords:** Brazil-Venezuela border. G1 Roraima. Pandemic.

**Palabras clave:** Frontera Brasil-Venezuela. G1 Roraima. Pandemia.

<sup>71</sup> Trabalho apresentado no VIII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 24 a 26 de outubro de 2022.

<sup>72</sup> Acadêmica da Universidade Federal de Roraima, graduada em Comunicação Social – Jornalismo, [elianasilvarr@gmail.com](mailto:elianasilvarr@gmail.com).

<sup>73</sup> Docente da Universidade Federal de Roraima, pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia na Universidade Federal do Amazonas, doutora em Sociologia, [vangela.morais7@gmail.com](mailto:vangela.morais7@gmail.com).

## 1. Introdução

O direito a refúgio está previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Pelo Estatuto dos Refugiados de 1951 e em seu Protocolo de 1967, refugiado é o indivíduo forçado a se deslocar do seu país de origem devido a um fundado temor de perseguição baseado na raça, nacionalidade, religião, posicionamento político ou pertença a determinado grupo social.

O Brasil, historicamente, tem participado de tratados e convenções que reconhecem a dignidade dos refugiados. A Lei de Refúgio (9474/1997) destaca ainda, como uma das razões para a sua solicitação, a grave e generalizada violação dos direitos humanos sofrida pelo migrante em seu país; estende a condição de refugiado ao núcleo familiar do solicitante e, mesmo que o ingresso do imigrante se dê de forma não documentada, isso não impede que seja iniciado o processo de solicitação de refúgio.

Desde 2017, o estado de Roraima passou a receber um fluxo intenso de venezuelanos fugindo de uma séria crise econômica e política instaurada no país. Em 2019, o Comitê Nacional de Refugiados reconheceu a condição de grave e generalizada violação de direitos humanos na Venezuela, permitindo o reconhecimento de milhares de venezuelanos solicitantes de refúgio no Brasil.

Sob o argumento da pandemia de Covid-19, o governo brasileiro publicou a portaria 120/20, em 18 de março de 2020, autorizando o fechamento parcial da fronteira Brasil-Venezuela. Mesmo que outras nacionalidades fronteiriças indicassem índices mais altos de infectados, esta foi a primeira fronteira cerrada no país e a medida destacou a suspensão dos serviços de solicitação de refúgio e a deportação de quem infringisse a determinação.

Com efeito, o Governo brasileiro passou a ignorar a gravidade da situação imposta à população da Venezuela, agravada pelo contexto de pandemia; os imigrantes, impedidos de regularizar sua situação, passaram a ingressar em território brasileiro por vias alternativas e sem acesso ao abrigo emergencial da Operação Acolhida<sup>74</sup> e a outros direitos básicos. Serra; Amorim; Nakano e Almeida (2021) alertam

---

<sup>74</sup> A Operação Acolhida foi criada em Roraima pelo Governo Federal em 2018 e está estruturada sob três pilares: ordenamento de fronteira e documentação, acolhimento e assistência humanitária e interiorização.

que a portaria 120/20, por suas restrições e penalidades, está em desacordo com trechos importantes da Lei 9.474/97.

A presente pesquisa está circunscrita a esse conflito de natureza legal dos acontecimentos descritos, elegendo o jornalismo como campo principal de observação, por ser a mídia um dos atores centrais na construção de uma realidade que deve atinar para o cumprimento ou o desrespeito aos direitos de migrantes e refugiados.

Na prática, o discurso jornalístico estrutura-se em torno de um conjunto de textos, imagens, citações, títulos, diagramação, além de uma série de outros procedimentos editoriais que articulam estilos próprios, introduzindo suas respectivas expressividades e estruturando e sugerindo outras configurações. Em outros termos, o jornalismo conecta uma multiplicidade de vozes, sentidos e códigos diferenciados, os quais fazem, fizeram ou passarão a fazer parte do imaginário em que o mesmo se constitui. (GADINI, 2007, p. 80).

O jornalismo é uma fonte de informação documental capaz de atribuir sentidos ao cenário proposto. A análise da cobertura envolveu o período de seis meses depois da publicação da portaria 120/20 (que autoriza o fechamento da fronteira entre Brasil e Venezuela) e cinco meses antes da publicação da portaria 665/2021, onde se dispôs sobre a abertura parcial desta mesma fronteira.

## **2. G1 Roraima: fechamento da fronteira, pandemia e a lei de refúgio**

O período inicial da pandemia foi conturbado, afetando inclusive o processo de produção de notícias por parte dos jornalistas que também precisaram se adaptar para produzir pautas na quarentena. Os acontecimentos relacionados a mortes e infecções subiram ao topo da cobertura pelos critérios de noticiabilidade explorados por Traquina (2001), se sobrepondo e invisibilizando temáticas que deveriam seguir pertinentes, como a migração venezuelana e refúgio.

A busca das expressões Roraima-Venezuelanos/ Roraima-Fronteira-Fechamento-Venezuela/ e Roraima-Solicitações de refúgio localizou, na primeira fase da pesquisa no portal G1 Roraima, 1810 referências nos textos jornalísticos. Desse total, apenas 28 referências se vinculavam ao tema de interesse, cerca de 1,5% da amostra. Na segunda fase, sem a busca da palavra fechamento, foram 1797 referências, com 37 delas relacionadas ao tema, significando 2,1% da amostra.

As notícias e reportagens selecionadas demonstram um esforço de neutralidade, se abstendo de utilizar recursos sugestivos, como trocadilhos, que podem fomentar uma mentalidade preconceituosa nos leitores. Nota-se mais essa característica diante da primeira portaria de fechamento de fronteira, prevalecendo o texto conciso e o caráter mais informativo.

Em diversos trechos, as notícias e reportagens analisadas listam decisões, pedidos, disposições e punições judiciais com relação ao fechamento da fronteira, porém, em nenhum dos casos foi identificado um esforço em apontar as irregularidades frente à lei de refúgio.

### 3. Considerações finais

Desta maneira, a cobertura jornalística do fechamento da fronteira e o direito ao refúgio no contexto da pandemia da COVID-19, realizada pelo G1 Roraima em 2020 e 2021, apesar de relatar importantes acontecimentos, não destaca para o público a possibilidade da ilegalidade das disposições e penalidades impostas nas portarias frente à Lei de Refúgio, gerando um efeito atenuante diante da gravidade desse contexto. Diante da escassa cobertura sobre o fechamento da fronteira, limitada ao padrão factual, faz-se necessário instigar nos jornalistas uma mentalidade inquieta diante de circunstâncias deste tipo, afinal a apuração necessária para levantar o comparativo proposto seria relativamente simples. Uma oportunidade que ajudaria a pluralizar versões que tendem, na mídia local, a criminalizar a migração e atribuir uma representação nociva à imagem de pessoas migrantes e refugiadas, pelo recorte da velada ou escancarada aporofobia, como trata Adela Cortina (2017).

[...] o processo de fabricação da informação jornalística configura-se como um espaço público de lutas micropolíticas no qual diversas forças sociais, políticas e econômicas disputam, pela construção discursiva, a produção de sentido sobre a realidade social. (AGUIAR, 2007, p. 12).

Tomando esse campo de disputa de narrativas, acreditamos, sem imputar exclusividade nessa responsabilidade, que as reações do público poderiam ser diferentes se no exercício diário do jornalismo houvesse uma cultura profissional voltada a mitigar as conjunturas de violações de direitos à população migrante.

### Referências

AGUIAR, Leonel Azevedo de. **Os valores-notícia como efeitos de verdade na ordem do discurso jornalístico**. In: Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação – NP de Jornalismo. 7., 2007, Santos. Resumo... Santos: Intercom, 2007, p. 1-12

BRASIL. **Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências**. Brasília, 1997.

CORTINA, Adela. **Aporofobia, a aversão ao pobre: Um desafio para a democracia**. São Paulo: Contracorrente, 2020.

GADINI, Sérgio Luiz. Em busca de uma teoria construcionista do jornalismo contemporâneo: a notícia entre uma forma singular de conhecimento e um mecanismo de construção social da realidade. **Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia**. n. 33, p. 79-88, ago. 2007.

SERRA, C. C; AMORIM, D. A. D; NAKANO, J. M. Y; ALMEIDA, V. B. F. D. O novo coronavírus e as migrações no Brasil: a instrumentalização da pandemia para a implementação de uma política discriminatória e utilitarista de controle de fronteiras no país. **TRAVESSIA - Revista do Migrante**. v. 2, n. 91, p. 13-34, ago. 2021.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2001.

**COMUNICAÇÃO DE RISCO E JORNALISMO:  
a nomeação na mídia dos deslocados devido às Mudanças  
Climáticas<sup>75</sup>**

**RISK COMMUNICATION AND JOURNALISM:  
the nomination in the media of those displaced due to Climate  
Change**

**COMUNICACIÓN DE RIESGO Y PERIODISMO:  
la nominación en los medios de los desplazados por el  
Cambio Climático**

Nádia Silva Moragas<sup>76</sup>

**Resumo:** Os indivíduos forçados a se deslocarem internamente em função de eventos climáticos extremos encontram-se dependentes de ajuda do próprio Estado que falhou em protegê-los em primeira instância. Uma prática jornalística que não naturalize os desastres, reconheça a inequidade social dos riscos e a capacidade de reflexividade de cada sociedade (GIDDENS, 1991; 2009) pode contribuir com a justiça social e auxiliar nas ações de governança para adaptação e resiliência das comunidades mais vulneráveis às Mudanças Climáticas. Neste artigo, apresentamos os resultados de pesquisa empírica sobre a nomeação dos indivíduos deslocados em conteúdos jornalísticos tradicionais e alternativos, no ano de 2018. A falta de reconhecimento legal destes indivíduos reflete nas produções e não contribui para a construção de uma opinião pública lúcida sobre a urgência desta problemática que já uma Crise Humanitária do século 21. A Comunicação de riscos (VICTOR, 2015) e o Jornalismo Humanitário (SCOTT, 2017) evidenciam caminhos produtivos para a mitigação dos desastres, bem como orientam a prática jornalística de maneira a contribuir para a construção de conteúdos que representem com mais precisão a realidade vivida por estes indivíduos.

**Palavras-Chave:** Migração Climática. Comunicação de Risco. Jornalismo.

**Keywords:** Climate Migration. Risk Communication. Journalism.

**Palabras clave:** Migración Climática. Comunicación de Riesgos.

<sup>75</sup> Trabalho apresentado no VIII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 24 a 26 de outubro de 2022.

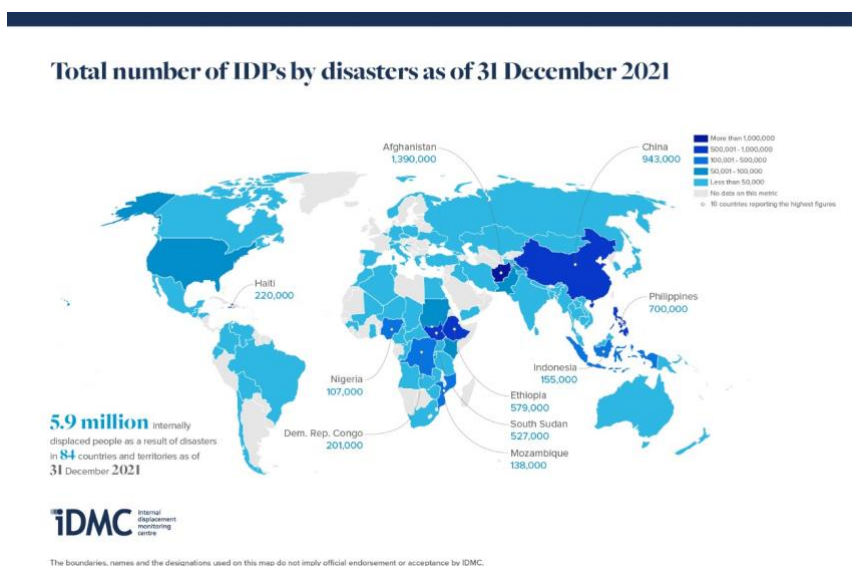
<sup>76</sup> Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia. Pesquisadora. Membro do grupo de pesquisa HumanizaCom: Jornalismo Humanitário e Media Interventions da Universidade Metodista de São Paulo. nadiamoragas@gmail.com.

## 1. A migração forçada por extremos climáticos nas produções jornalísticas

A cobertura midiática sobre as consequências das Mudanças Climáticas (MCs) de causa antropogênica, especificamente aos deslocamentos forçados devido a desastres, tende a ser factual. Os eventos são noticiados apenas no momento de sua ocorrência, a problemática não passa pela contextualização ou aprofundamento necessários para ser compreendida em sua complexidade. Os indivíduos que se deslocam não encontram respaldo legal que os confira garantias fundamentais.

O jornalismo desempenha papel crucial na evidenciação da urgência de reconhecimento legal destes indivíduos para a construção de ações de governança que contemplem às necessidades destes grupos bem como os auxiliem na sua adaptação nas comunidades onde passarão a residir.

O índice de deslocamento global nunca esteve tão alto. O Internal Displacement Monitoring Center (IDMC, 2020) registrou 33,4 milhões de deslocamentos internos decorrentes de conflitos e desastres, em 145 países e territórios, no ano de 2019. Os desastres relacionados ao clima contabilizaram 23,9 milhões de novos deslocamentos. Nas Américas, os dados referem-se a 1.545.000 novos deslocamentos internos. Em 2020, os desastres representaram  $\frac{3}{4}$  dos novos deslocamentos.



**Figura 1** – Mapa com número total de deslocados por desastres em 2022.  
**Fonte:** IDMC, 2022.

A nomenclatura para designar os indivíduos forçados a abandonar seu local de origem, temporária ou permanentemente, no contexto das Mudanças Climáticas ainda

é imprecisa. A definição de refugiado não contempla os deslocados em função dos extremos climáticos, bem como a de migrantes também não reconhece as particularidades deste tipo de deslocamento, ou seja, não estão assegurados a estes indivíduos direitos já conquistados, por exemplo, aos indivíduos amparados pelo Estatuto dos Refugiados, formalmente adotado na Convenção das Nações Unidas de 1951 (ONU, 2015, online).

A falta de precisão para designar estes indivíduos na comunicação desta problemática reflete, portanto, esta vulnerabilidade em termos legais e acaba por não contribuir como poderia para a construção de uma opinião pública lúcida sobre esta crise humanitária (VICTOR, 2016).

O jornalismo enquanto prática legitimada histórica e socialmente responsável por produzir e disseminar informação periodicamente sobre questões contemporâneas de interesse público (SCHUDSON, 2011) desempenha um importante papel ao dar visibilidade à problemática na esfera pública. O fato do jornalismo ser reconhecido enquanto instituição reflete a importância que a atividade conquistou nas sociedades nas quais lhe foi atribuída a tarefa de produzir uma construção discursiva do mundo na atualidade (GUERRA, 2003).

A sociedade de risco (BECK, 2010) apresenta três características: ela é globalizada, individualizada e reflexiva. O autor considera que o risco na sociedade atual é diferente do risco no período da revolução industrial, que estava limitado no espaço e tempo e a grupos específicos que tinham consciência do mesmo, o que os permitia escapar do risco ao deslocar-se no tempo/espaço. Na atualidade, os riscos podem ser ilimitados e indefinidos no tempo e espaço, atingem diversas comunidades que não necessariamente tem consciência da sua existência, torna-se cada vez mais difícil, senão impossível, escapar do risco, seria possível optar entre riscos. Hoje, o risco é indefinido, parte do local para o global com capacidade de atingir a todos, mesmo que de forma desproporcional. Inclusive, quando se trata de riscos associados às mudanças climáticas é preciso reconhecer que a frequência de desastres ambientais está maior devido as alterações no clima, mas também pelo aumentada iniquidade social.

A Comunicação de riscos é fundamental para a construção de comunidades resilientes: 1) oferece parâmetros que auxiliam a governança; 2) ajuda as agências competentes a promover ações de enfrentamento, prevenção, mitigação e/ou adaptação; 3) busca formas adequadas para informar o público em geral. Assim, é uma das mais importantes ferramentas para a redução do risco de desastres, é



condição necessária para garantir o direito de todos de participar dos processos de tomadas de decisão que impactam diretamente suas vidas, ou seja, é instrumento de democratização. Nesse sentido, carece da efetiva interação e diálogo entre interlocutores, buscando impedir a ampliação de ocorrências que ampliem socialmente o risco, como informações que geram pânico, desorientação e desconfiança (VICTOR, 2015).

O processo produtivo jornalístico tradicional envolve seleção, ordenação e nomeação (LAGE, 2005). A ação de nomear os “objetos de realidade” (SEIXAS, 2009) é crucial desde a elaboração à edição do conteúdo, configurando-se enquanto um fundamento do jornalismo (SANTANA, 2021).

Os indivíduos forçados a se deslocarem internamente em função dos eventos climáticos extremos encontram-se dependentes de ajuda do próprio Estado que falhou em protegê-los em primeira instância. Uma prática jornalística que não naturalize os desastres, reconheça a iniquidade social dos riscos e a capacidade de reflexividade de cada sociedade (GIDDENS, 1991; 2009) pode contribuir com a justiça social e auxiliar nas ações de governança para adaptação e resiliência das comunidades mais vulneráveis às Mudanças Climáticas.

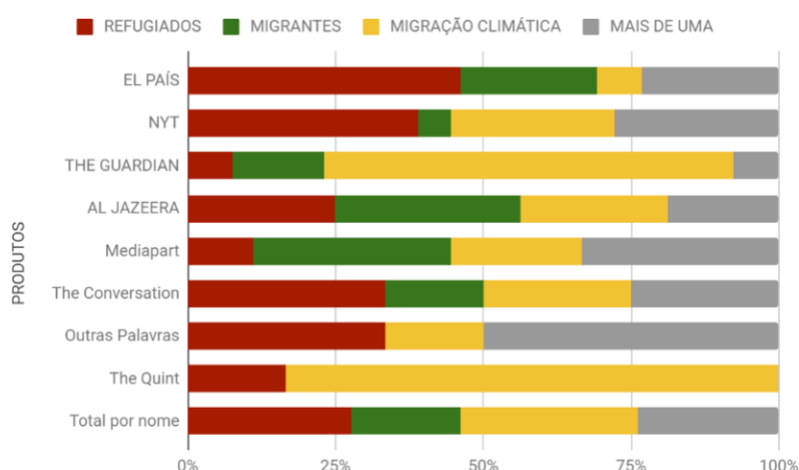
Muitas vezes as crises humanitárias ficam invisíveis ou opacas na esfera pública devido ao seu caráter contínuo, prolongado, o que é visto como naturalidade sem fator que rompa com o cotidiano, assim não são selecionadas para figurar na agenda midiática, porém a violação dos direitos humanos deveria ser vista como suficiente para se tornar noticiável pelo jornalismo. “Se nem todo fato ou acontecimento é uma notícia, a mesma lógica parece ser adotada ao falar sobre o sofrimento humano, uma vez que nem todas as dores do mundo são noticiadas” (VICTOR, 2018, p.100).

O Jornalismo Humanitário (SCOTT, 2017, online), proposta de prática norteada pelos princípios do humanitarismo, indica caminhos para a mudança necessária especialmente na maneira de enxergar como natural o sofrimento humano prolongado, na banalização daquilo que acontece com frequência. Ao reconhecer a natureza multifacetada da crise humanitária, esta prática emprega uma ética humanitária, entendida como “ética da bondade, da benevolência e simpatia, que se estendem universal e imparcialmente a todos os seres humanos”, na construção discursiva jornalística, quer dizer, busca desviar de narrativas que promovam o discurso de ódio e dos conflitos não produtivos.

## 1. A nomeação dos deslocados na mídia tradicional e alternativa

A pesquisa empírica a seguir é parte de nossa pesquisa doutoral (MORAGAS, 2019) e buscou identificar a nomeação dada aos deslocados em conteúdos jornalísticos publicados na mídia digital no ano de 2018 em produtos tradicionais: *The New York Times* (USA), *El País* (Espanha), *Al Jazeera* (Oriente Médio), *The Guardian* (Nigéria); e alternativas: *Mediapart* (França), *The Conversation* (Austrália), *The Quint* (Índia) e *Outras Palavras* (Brasil).

No decorrer da análise observamos que a migração muitas vezes apareceu como consequência das MCs e, por isso, passamos a nos atentar para a nomeação do fenômeno. Operacionalizamos esta análise a partir da identificação das palavras-chave utilizadas para a seleção da amostra, com 125 conteúdos. Foi confirmada nossa hipótese de que a nomeação dos deslocados ocorreria de modo indiscriminado. A falta de reconhecimento legal destes indivíduos prejudica a cobertura jornalística, na qual apareceu sem distinção o nome de refugiados (27,77%) e migrantes (18,25%), bem como no mesmo texto ambas nomenclaturas (23,80%). O fenômeno foi nomeado principalmente nos produtos provenientes de regiões cuja população está em êxodo, confirmando que a proximidade com o fato interfere na percepção do mesmo, a nomeação do fenômeno se deu em 30,15% dos casos.



**Figura 2** – Nomeação identificada nos conteúdos jornalísticos  
**Fonte:** MORAGAS (2019)

No *El País* (46,15%) e *The Conversation* (34,28%) predominou a nomeação refugiados. No *NYTimes* refugiados e mais de uma nomeação no mesmo conteúdo foram equivalentes, com 33,33%. No *Outras Palavras* em 50% dos casos foram

utilizados mais de uma nomeação. Já no *The Guardian* (69,23%) e *The Quint* (83,83%) o fenômeno foi nomeado. Por fim, no *Al Jazeera* predominou a nomeação migrantes com 31,25%.



**Figura 3** – O fenômeno migratório é nomeado em conteúdo do Al Jazeera

Acreditamos que nos países localizados em regiões cujas populações estão em êxodo a nomeação do fenômeno e dos deslocados como migrantes foi predominante pelo fato da proximidade geográfica com os efeitos das alterações do clima e os deslocamentos como consequência destes extremos proporcionar uma compreensão mais clara da relação causa e efeito, da conexão entre as alterações climáticas e suas consequências.

A partir desta breve pesquisa empírica foi possível constatar as consequências, na cobertura midiática, da falta de reconhecimento legal destes indivíduos forçados a se deslocar em razão de eventos climáticos extremos.

## Referências

BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco: rumo à outra modernidade**. São Paulo. Editora 34, 2010.

GUERRA, Josenildo. **O nascimento do jornalismo moderno: competências profissionais, a função e os usos da informação jornalística**. 2003. Disponível em: [http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003\\_NP02\\_](http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003_NP02_)

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GIDDENS, Anthony. **A política da mudança climática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. LAGE, Nilson. **Estrutura da Notícia**. São Paulo. Editora: Ática. 2005.

MORAGAS, Nádia. **Jornalistas e fontes no jornalismo pós-industrial: estudo empírico a partir da cobertura da migração climática em produtos digitais**. Tese. Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **AGENDA 2030. Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. [S. l.] : ONU, 2015. Disponível em: <https://www.undp.org/content/dam/brazil/docs/agenda2030/undp-br-Agenda2030-completo-pt-br-2016.pdf>

VICTOR, Cilene. **Comunicação de risco de desastres no contexto das mudanças climáticas: muito além do jornalismo**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. RJ. 2015.

VICTOR, Cilene. **Crise humanitária e os refugiados da guerra e do clima: dos protocolos internacionais às narrativas jornalísticas**. Líbero – São Paulo – v. 19, n. 37-A, p. 45-54, jul./dez. 2016.

VICTOR, Cilene. **A opacidade do sofrimento humano decorrente de desastres sob a perspectiva do jornalismo humanitário**. Revista Folios Faculdade de Comunicaciones, Universidade de Antioquia. Julio-diciembre. 2018.

SANTANA, Eder. **A nomeação como fundamento do jornalismo**. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia. 2021.

SCHUDSON, Michael. **The sociology of news**. 2.ed. New York/London: W.W. Norton & Company, 2011.

SCOTT, M. **What makes news humanitarian? The dilemmas of reporting on suffering**. In: Public Media Alliance. Maio de 2017. Disponível em: <https://www.publicmediaalliance.org/what-makes-news-humanitarian/>.

SEIXAS, Lia. **Redefinindo os gêneros jornalísticos**. Proposta de novos critérios de classificação. Livros Labcom. 2009.

**NARRAR PARA APOIAR, NARRAR PARA INSPIRAR:  
reflexões sobre o pertencimento em uma era de  
muros e conexões<sup>77</sup>**

**NARRATE TO SUPPORT, NARRATE TO INSPIRE:  
reflections on belonging in an era of walls and connections**

**NARRAR PARA APOYAR, NARRAR PARA INSPIRAR:  
reflexiones sobre la pertenencia en una era de muros y conexiones**

Júlia Afonso Lyra<sup>78</sup>

***Resumo:** Este trabalho é um recorte da nossa pesquisa de mestrado, que se propõe a compreender de que forma o tornar-se influenciador digital se constitui como um meio de negociação de pertencimento para migrantes venezuelanos no Brasil. Aqui, queremos refletir sobre o lugar do vínculo comunitário e da subjetividade migrante a partir de uma análise exploratória das plataformas de redes sociais Youtube e Instagram, escolhidas como campos de pesquisa em alinhamento à proposta de construir uma etnografia multisituada (MARCUS, 2012). Atentamos para como a atuação dos interlocutores se relaciona tanto a questões de ordem prática e utilitária, quanto ao desejo de pertencer e ser reconhecido na sociedade receptora, onde mediatizar a sua trajetória de vida, cultura e identidade estrangeiras se constitui como uma estratégia possível de atrair visibilidade e reconhecimento.*

***Palavras-Chave:** Etnografia multisituada. Pertencimento. Visibilidade.*

***Keywords:** Multisitude ethnography. Belonging. Visibility.*

***Palabras clave:** Etnografía multisituada. Pertenencia. Visibilidad.*

<sup>77</sup> Trabalho apresentado no VIII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 24 a 26 de outubro de 2022

<sup>78</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (PPGCOM-UFPE), [julia.lyra@ufpe.br](mailto:julia.lyra@ufpe.br).

## 1. Pertencimento 3.0

Em “Estrangeiros Residentes: Uma filosofia da migração” (2020), Di Cesare apresenta a contemporaneidade como a nova era dos muros (Ibid.: p.279). Segundo a italiana, a novidade não seriam tanto as barreiras construídas em zona de conflito, mas, antes, aquelas erigidas contra a “imigração clandestina”. São tempos em que se assiste ao reforço das fronteiras e à multiplicação das exigências de documentação com vistas a filtrar e selecionar os estrangeiros que poderão ser aproveitados como capital humano. Entretanto, é também em meio a crescente criminalização de categorias específicas que os fluxos migratórios têm adquirido novos contornos ante a intensa conectividade digital.

Se por um lado os dispositivos tecnológicos podem ser utilizados com vistas ao reforço fronteiriço, promovendo a hipervigilância e a expulsão de indocumentados, é também notável a sua serventia para o planejamento e execução de todas as etapas do projeto migratório. Assim, a facilidade de acessar, pesquisar e divulgar informações no contexto da diáspora remodela dinâmicas familiares, laborais e socioculturais diversas, facilitando a criação e o fortalecimento de conexões transnacionais. Evidencia-se, portanto, o papel primordial assumido pelas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) no estabelecimento e na consolidação dos múltiplos laços que são próprios às migrações.

Além de facilitar a inserção sociolaboral, os impactos das apropriações dessas mídias são também subjetivos, pois afetam a construção identitária e o valor que o migrante assume. Com o barateamento e a popularização das TICs, a internet passa a ser povoada por múltiplos projetos criados e gerenciados por tais sujeitos, cumprindo funções tão pragmáticas quanto compartilhar dicas de aluguel, emprego e custos de vida, assim como auxiliar na manutenção dos vínculos originários. Nesse sentido, ElHajji e Escudero (2015) recorrem ao conceito de webdiáspora para se referir a internet como um importante “espaço de reordenamento de experiências e práticas sociais e subjetivas dos imigrantes e comunidades diaspóricas” (Ibid., p.2).

No princípio dos anos 2020, iniciativas como sites, blogs, grupos e páginas voltadas para coletivos migrantes já não são mais inéditos e foram explorados pelos estudos situados na interface entre a área comunicacional e os estudos migratórios. Todavia, identificamos, através do ecossistema midiático mantido por venezuelanos vivendo no Brasil, um conjunto de perfis cujos conteúdos publicados escapam ao teor

exclusivamente comunitário. Tais ambiências publicizam narrativas de caráter íntimo e confessional, focados nos acontecimentos do cotidiano de quem migra, por sua vez, permeado pelas dores e delícias de conhecer e viver um outro universo cultural, diferente do qual estava acostumado.

Neste trabalho, queremos refletir sobre o lugar do vínculo comunitário e da subjetividade migrante a partir de venezuelanos cujas vozes não se dirigem apenas aos seus compatriotas e outras nacionalidades em diáspora, se não também a brasileiros. Trata-se de um recorte da nossa pesquisa de mestrado, que se propõe a compreender de que forma o tornar-se influenciador se constitui como um meio de negociação de pertencimento para tais migrantes no país. Desejamos, portanto, focar em como a atuação dessas personalidades se relaciona tanto a questões de ordem prática, no sentido de ajudar a resolver problemas e fornecer uma rede de apoio cara à sobrevivência da comunidade, quanto ao desejo de pertencer e ser reconhecido.

## **2. Migrantes influenciadores: entre acentos coletivos e individuais**

Para o presente resumo, realizaremos uma análise exploratória das plataformas Youtube e Instagram, escolhidas como campos de uma etnografia multisituada (MARCUS, 2012). Os perfis selecionados foram monitorados sistematicamente e acompanharam entrevistas feitas com os migrantes. Embora seus números de engajamento estejam longe de se equiparar ao das chamadas celebridades digitais, o fato de impactarem centenas e até milhares de usuários nos leva a fazer uma aproximação com o fenômeno. Ademais, ressaltamos que nem todos se enxergam como influencers e que na maioria dos casos a iniciativa de produzir conteúdo não foi apontada como um projeto financeiro a priori, sendo a visibilidade alcançada algo inesperado para os próprios.

Independentemente de adotar um tom mais informativo ou ser mais voltado para o entretenimento, identificamos que há em todos os canais do Youtube a recorrência de vídeos com orientações sobre como se instalar no país, sobretudo no que tange à documentação necessária, oferta de vagas de trabalho, abertura de contas bancárias, preços de aluguel e serviços públicos em geral. Os migrantes em destaque assumem, assim, um papel de referência na organização do projeto migratório, fornecendo, a partir do relato de seus casos bem ou mal-sucedidos, subsídios para que o seguidor tome a sua decisão e inicie a empreitada rumo a uma localidade específica.

Embora a dimensão prática seja expressiva na atuação dos venezuelanos, no sentido de apoiar seus compatriotas e demais migrantes que já estão ou pretendem vir para o Brasil, não se pode reduzir o papel da rede social ao mero utilitarismo. Considerando que tudo que é divulgado no Youtube vem acompanhado pela possibilidade de interação, entendemos que a plataforma também atua como um instrumento de formação e fortalecimento de vínculos. Nessa perspectiva, o gesto de narrar em primeira pessoa, compartilhando momentos, gostos e afetos, é o que dá organicidade às experiências, ao mesmo tempo em que torna comuns as diferenças, permitindo a criação de intimidade.

Assim como o Youtube, o Instagram cumpre um importante papel de apoio, troca de experiências e informações. Os temas abordados vão desde como solicitar a condição de refúgio a como retirar o cartão SUS, passando pela divulgação de materiais institucionais elaborados por entidades como a Acnur e a OIM e notícias sobre a situação da fronteira. A questão laboral também aparece com força nas postagens de alguns dos perfis analisados, seja a partir de vídeos com dicas sobre como conseguir um emprego ao compartilhamento de oportunidades como cursos de capacitação empresarial. Há, ainda, um trabalho de conscientização quanto aos direitos trabalhistas, como férias, 13º salário e licenças, e de prevenção ao tráfico de pessoas.

Para além de suprir uma demanda informacional, atentamos para o aspecto simbólico destas iniciativas. Uma busca simples no Google por “imigrantes venezuelanos” ou apenas “venezuelanos” expressa a recorrência de conotações negativas em torno do grupo, ao vincularem seus membros à semânticas que incluem o crime, a intolerância, a exploração, a pobreza e a fome, etc. Ainda que os obstáculos estejam presentes na fala dos influencers, verificamos que a realidade exibida não é aquela só de miséria e sofrimentos. Quando os problemas e vicissitudes relacionados à migração são falados, eles são mobilizados como componentes de uma retórica inspiracional (CASAQUI, 2017) que estimula os conterrâneos a serem valentes e fortes para poder enfrentar as batalhas do cotidiano.

O que se percebe é que, ao mesmo tempo em que desestabilizam discursos hegemônicos que situam o migrante como um problema, as narrativas construídas por estes sujeitos condensam outros enquadramentos oferecidos pela mídia. É a experiência e trajetória do indivíduo, visto como modelo de superação a ser seguido, replicado e admirado, que é tomada como referencial. Nesse sentido, o migrante aspirante a influenciador se aproxima do modelo do empreendedor, aquele que constrói



a si mesmo como empresa, e com isso mobiliza afetos (AMARAL e ZANFORLIN, 2019, p.3). Elabora-se, portanto, um tipo ideal: batalhador, grato por ter a oportunidade de recomeçar a vida neste lugar que, a princípio, não é “o seu” e disposto a cumprir o que dele se espera.

### 3. Considerações finais

O eu empreendedor surge como um indício do avanço neoliberal sobre a sociedade contemporânea, modificando as relações e a própria subjetividade. O ser humano é reduzido a *homo economicus* e o migrante segue sendo requerido como trabalhador - mas jamais como cidadão. Pois, como já nos alertava Sayad (1998), todas as características pelas quais se define e se identifica o migrante são derivadas do seu estatuto não só como “um alógeno, mas, mais do que isso, um ‘não-nacional’, que, a esse título, só pode estar excluído do campo político” (Ibid., p.58). É por tal condição que o migrante fica do lado de fora da fronteira da democracia, despojado de seus direitos, enfim, visto como um provisório, que não pode pertencer de fato e sim no máximo apenas ir e voltar.

Ao mesmo tempo, o estrangeiro como alguém “que vem hoje e amanhã pode permanecer” (SIMMEL, 2005, p.1) cada vez mais pede passagem. Ao fazê-lo, não está a reivindicar “um lugar ao sol”: quer tão somente um no qual possa *ser com* os outros (DI CESARE, 2020, p.339-340). E é em meio a essa busca por legitimação da sua presença que percebemos o migrante incorporando a figura do sujeito resiliente capaz de superar as adversidades. Nesse caminho, mediatizar a sua trajetória de vida, cultura e identidade estrangeiras se afirma como uma estratégia possível de atrair visibilidade e negociar pertencimentos. Contudo, há que se refletir sobre até que ponto a admiração dirigida ao influenciador venezuelano está condicionada pelas expectativas e anseios da sociedade brasileira, onde o menor “desvio de conduta” recai na negação aberta à diferença.

### Referências

CASAQUI, Vander. **Abordagem crítica da cultura da inspiração**: produção de narrativas e o ideário da sociedade empreendedora. E-Compós, v. 20, n. 2, p. 1-18, 2017.

DI CESARE, Donatella. **Estrangeiros Residentes**: Uma filosofia da migração. Âyiné, 2020.

ELHAJJI, Mohammed; ESCUDERO, Camila. **Webdiáspora**: migrações, TICs e memória coletiva. In: Compós 2015, 2015, Brasília. XXIV Compós: Brasília, DF. São Paulo: Compós, 201

MARCUS, George E. **Multi-sited ethnography**: five or six things I know about it now, in COLEMAN, Simon; VON HELLERMANN, Pauline (eds). *Multi-sited Ethnography: Problems and Possibilities in the Translocation of Research Methods*. London: Routledge, p.16-33, 2012.

SAYAD, Abdelmalek. **Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SIMMEL, Georg. **O estrangeiro**. Tradução de Mauro G. P. Koury. RBSE – Revista Brasileira da Sociologia da Emoção, v.4, n.12, p.265-271, dez. 2005.

ZANFORLIN, Sofia; AMARAL, Renata Maria do. **Empreendedorismo para migrantes**. E-Compós, vol. 22, n.1, 2019.

**A XENOFOBIA AOS IMIGRANTES VENEZUELANOS NO BRASIL  
COMO EXPRESSÃO DO ESTRANHAMENTO E O PAPEL DAS  
IDEOLOGIAS DO NACIONALISMO E INDIVIDUALISMO:  
considerações iniciais <sup>79</sup>**

**XENOPHOBIA TO VENEZUELAN IMMIGRANTS IN BRAZIL AS AN  
EXPRESSION OF STRANGEMENT AND THE ROLE OF THE  
IDEOLOGIES OF NATIONALISM AND INDIVIDUALISM:  
initial considerations**

**LA XENOFOBIA A LOS INMIGRANTES VENEZOLANOS EN BRASIL  
COMO EXPRESIÓN DE LA ENAJENACIÓN Y EL PAPEL DE LAS  
IDEOLOGÍAS DEL NACIONALISMO Y INDIVIDUALISMO:  
consideraciones iniciales**

Vinícius de Paula Ismael<sup>80</sup>

João Paulo Rosalin<sup>81</sup>

Ramon Spironello do Nascimento<sup>82</sup>

**Resumo:** O objetivo do presente trabalho consiste em apresentar algumas considerações iniciais a respeito da xenofobia sofrida pelos imigrantes venezuelanos no Brasil. Buscamos interpretar a problemática da xenofobia enquanto expressão do estranhamento das relações sociais em uma sociabilidade capitalista, na qual as ideologias do nacionalismo e do individualismo cumprem papel fundamental para promover o sentimento de aversão ao imigrante, em um contexto de crise estrutural do capitalismo em que o trabalho é intensamente precarizado e o imigrante é visto como uma ameaça ao brasileiro no acesso ao mercado de trabalho. Desta forma, iniciamos com uma contextualização do processo migratório venezuelano para o Brasil e as questões que dele emergem. Em sequência, realizamos algumas observações acerca dos conceitos de estranhamento e das ideologias do nacionalismo e do individualismo e suas implicações na xenofobia praticada contra os venezuelanos.

**Palavras-Chave:** Xenofobia. Alienação e estranhamento. Ideologia.

**Keywords:** Xenophobia. Alienation and estrangement. Ideology.

**Palabras clave:** Xenofobia. Alienación y enajenación. Ideología

<sup>79</sup> Trabalho apresentado no VIII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 24 a 26 de outubro de 2022.

<sup>80</sup> Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia - UNESP Rio Claro.  
vinicius.ismael@hotmail.com

<sup>81</sup> Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia - UNESP Rio Claro.  
jprosalin@hotmail.com

<sup>82</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia - UNESP Rio Claro.  
ramonspironellonasc@hotmail.com

## 1. Introdução

O processo migratório venezuelano, desencadeado em meados da década anterior, relaciona-se tanto aos problemas políticos e econômicos internos deste país como ao cenário internacional de expansão da financeirização do capitalismo, em crise estrutural, que se expressa na ofensiva imperialista sobre a América Latina. Essa ofensiva toma forma, em território venezuelano, nas diversas sanções econômicas aplicadas pelos Estados Unidos e potências da Europa na intenção de enfraquecer o governo e abrir caminho para reformas neoliberais promulgadoras da expansão do capital financeiro.

Tais sanções, em conjunto com a crise das *commodities* no referido período (refletida na queda do preço do petróleo, do qual a economia do país é extremamente dependente) promoveram a saída de grandes contingentes de venezuelanos de seu território, que se destinam sobretudo a outros países da América Latina, como Colômbia, Peru, Equador e Brasil. Em alguns desses territórios, como no brasileiro, a entrada de venezuelanos nos últimos anos tem sido muito mais significativa em relação a períodos anteriores.

Uma série de questões emergem desse complexo processo migratório para o Brasil, como o papel do Estado na gestão desse movimento; a problemática do refúgio e de sua concessão aos imigrantes; a mudança legislativa com a aprovação da Lei de Migração de 2017; a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho precarizado e impactado pelas reformas neoliberais; e as práticas de xenofobia direcionadas aos imigrantes, entre tantos outros desdobramentos desse processo (ISMAEL, 2021).

Para esta pesquisa, focamos em uma das problemáticas centrais que compõe a referida migração para o Brasil: *a xenofobia contra os imigrantes advindos da Venezuela*. Tendo em vista que a xenofobia é problema central dos movimentos migratórios no atual período do capitalismo, temos como objetivo central, responder o seguinte questionamento: *é possível interpretar a xenofobia praticada contra os imigrantes venezuelanos no Brasil enquanto manifestação do estranhamento das relações sociais e fomentada pelas ideologias do nacionalismo e individualismo?*

Em busca de esclarecimentos, acreditamos ser essencial compreender alguns dos principais elementos que compõem essa problemática. Entre eles, destacamos a necessidade de investigar a noção de *xenofobia* e como ela se configura no período

atual do capitalismo (com destaque para o caso dos imigrantes venezuelanos); analisar a *teoria da alienação/estranhamento* em Marx e outros autores que a estudam para entender como se estabelecem as relações sociais em uma sociedade capitalista e como podemos interpretar tais relações em uma sociedade de capitalismo tardio como o Brasil; estudar o conceito de *ideologia* e como ele toma forma nas ideias de nacionalismo e individualismo liberal, focando nos desdobramentos dessas ideologias, no atual período do capitalismo, sobre a questão migratória; compreender como, no atual período, se intensificam os processos de *alienação, estranhamento e fetichismo*, associados a crise estrutural do capital e a precarização do trabalho.

Neste sentido, estando em um pioneiro momento da pesquisa, traremos aqui alguns aspectos centrais já delineados pela nossa análise, mas que necessitarão de um maior aprofundamento futuro.

## 2. Estranhamento, ideologias e xenofobia

O conceito de estranhamento (*Entfremdung*) é abarcado por Marx inicialmente nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844*, nos quais o autor o explica como um processo característico do trabalho na sociabilidade capitalista. Se em sociedades pré-capitalistas o trabalho é atividade humana imprescindível, em que o indivíduo produz pelo trabalho, em consonância à natureza, produtos para sua necessidade, se objetivando enquanto ser social, no capitalismo o trabalho torna-se atividade estranhada, na qual o homem não produz para si, mas é separado do produto do seu trabalho, uma vez que seu trabalho se destina a produzir mercadorias, das quais não é dono. A propriedade privada se coloca como condição essencial para a generalização do trabalho estranhado.

Dito isso, Marx (2010) apresenta quatro formas de estranhamento, essencialmente conectadas entre si: 1) estranhamento do trabalhador com o *produto do seu trabalho*; não se reconhece no produto, estranho a ele; 2) estranhamento em relação à atividade produtiva, que não lhe oferece qualquer satisfação; 3) alienação do *ser genérico* do homem, da natureza humana e; 4) estranhamento do homem pelo próprio homem, não reconhece a humanidade como pertencente a um só gênero, e não reconhece o indivíduo como parte orgânica, está estranhado do outro, do seu semelhante.

Uma vez que o ser humano, estranhado, não reconhece a si e o outro como membros da humanidade, este é visto como ameaça. Na sociedade fundamentada na

*divisão do trabalho*, na *propriedade privada* dos meios de produção e na separação do homem dos seus meios de trabalho, este necessita competir com os outros pelo trabalho assalariado para sobreviver. Nesta sociedade, o *individualismo* é construído pela classe que detém os meios de produção como uma ideologia para consolidar a manutenção da propriedade privada. A ideologia consiste, como aponta Chauí (1994, p. 93-94) “na transformação das ideias da classe dominante em ideias dominantes para a sociedade como um todo, de modo que a classe que domina no plano material (econômico, social e político) também domina no plano espiritual (das ideias)”

Sobre a xenofobia, em primeira aproximação, podemos apontar que este conceito se define como “sentimento construído social e culturalmente (e que pode se manifestar nos indivíduos em maior ou menor grau) que cultiva a aversão à convivência próxima com estrangeiros, comunidade de imigrantes e alteridades internas à nação” (ROSA, 2017, p. 733). Parte de ideias reificadas que tornam negativa a diferença (cultural, racial etc.) que o imigrante possui. A aversão toma proporções mais violentas quando é apropriada por discursos políticos e veiculada nos meios de comunicação.

Albuquerque Junior (2016), por sua vez, relembra que embora a xenofobia tenha se originado há muito tempo, ela possui grande força no capitalismo global, sobretudo pela facilitação, através das tecnologias e meios de transporte, tanto dos fluxos de capitais como do crescimento dos movimentos migratórios. No Brasil, que embora constituído em grande parte pela presença de imigrantes, a xenofobia também tem crescido exponencialmente nas últimas décadas e é materializada nos vários casos de discriminação, perseguição e morte de imigrantes.

Trazendo, em sua análise, o papel central da noção de *nacionalismo* em relação à xenofobia, Rosa (2017) enfatiza que a definição de *nação* supõe um “nós” constituído a partir da existência dos “outros”. Desta maneira, a própria construção de uma identidade nacional produz também a possibilidade de desenvolvimento da xenofobia, da visão negativa do “outro”.

Para Albuquerque Junior (2016), com o surgimento dos Estados Nacionais, o nacionalismo torna-se mais um veículo da xenofobia, como o racismo e o etnocentrismo. Com as revoluções burguesas, a ideologia do *nacionalismo* passa a reger as políticas de Estado, é introjetada na população e substitui as antigas identidades territoriais (de um condado, burgo) pela nacional.

O discurso nacionalista exacerba a xenofobia sobretudo porque hierarquiza os indivíduos de nações diferentes, colocando nacionais de um determinado país como

inferiores aos do outro. O estrangeiro é visto como ameaça aos valores “nacionais”, um invasor que degenerará a *nação*, construída (reificada) socialmente, à nosso ver, uma ideologia construída pela classe dominante.

### 3. Resultados e considerações preliminares

Podemos evidenciar, até o presente momento da pesquisa, que dentro de uma realidade de crise do capitalismo, a ideologia dominante, através dos meios de comunicação e das classes políticas alinhadas à burguesia, defende não ser possível qualquer política social, que só o mercado pode garantir o desenvolvimento e só os estrangeiros solicitados pelo mercado são necessários para o país (LOPES, 2018). Para a ideologia neoliberal (com maior força no Brasil após o golpe de 2016) os imigrantes não “desejados” pelo mercado sobrecarregam os recursos do Estado (educação, saúde pública), tidos como “escassos”. O imigrante é encarado como ameaça à estabilidade econômica. O *nacionalismo* reafirma-se como arma ideológica que justifica a rejeição ao imigrante, todavia focalizado sobre o imigrante pobre advindo da periferia capitalista.

Sobre os venezuelanos no Brasil, vários casos de xenofobia têm sido registrados pela imprensa, sobretudo na cidade fronteiriça de Pacaraima e na capital de Roraima, Boa Vista. Sarmento e Rodrigues (2018) apontam que o preconceito aos venezuelanos baseia-se na ideia de que os mesmos causam impactos negativos por, supostamente, roubarem empregos dos nacionais e trazerem violência.

A associação dos venezuelanos ao crescimento da crise é argumento utilizado tanto pelo proletariado (cooptado pela ideologia propagada pela elite) como pela classe média e elite. A crescente perda de direitos pela classe trabalhadora, com uma intensificada precarização do trabalho, conduz a um apoio a políticos de extrema-direita, defensores de políticas de controle migratório.

A xenofobia aos imigrantes, sobretudo pobres, se aproxima do próprio ódio das elites sobre as populações pobres nacionais, algo que expressa a luta de classes em uma sociedade capitalista. Contudo, no caso dos imigrantes internacionais, o componente da nacionalidade, da *ideologia nacionalista*, agrava este problema.

Neste sentido, entendemos, do que se pôde averiguar até o presente momento da pesquisa, que uma vez que o ser social, *estranhado*, não se reconhece nos produtos do seu trabalho, não se reconhece enquanto membro do gênero humano, mas como membro de uma determinada nação, e que necessita, para poder sobreviver, competir,

em um mercado de trabalho cada vez mais precarizado, com outros trabalhadores, de nacionalidade diferente a dele, este ser social (no caso o trabalhador brasileiro) não reconhece o trabalhador venezuelano como ser social, enquanto pessoa também submetida ao trabalho estranhado, mas como um estranho, um *não-brasileiro* que irá competir com ele por um emprego, uma ameaça a sua identidade de brasileiro. O papel das ideologias do *nacionalismo* e do *individualismo*, reforçadas pelo capital e seus representantes no período recente, tem sido central para reproduzir a xenofobia aos imigrantes, sobretudo aos advindos da periferia do capitalismo e que necessitam de um emprego, a todo custo, para manter sua força de trabalho.

### Referências

ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. **Xenofobia**: medo e rejeição ao estrangeiro. São Paulo: Cortez, 2016.

CHAUÍ, M. S. **O que é ideologia**. 38ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ISMAEL, V. P. **Mobilidade espacial da força de trabalho no capitalismo contemporâneo**: estudo do processo migratório venezuelano para o Brasil (2013-2019). Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista - UNESP. Rio Claro. 2021.

LOPES, C. M. S. Uma janela de oportunidades: a migração venezuelana como fator de desenvolvimento. *In*: BAENINGER, R.; SILVA, J. C. J. (Coord.) **Migrações Venezuelanas**. Campinas: Nepo/UNICAMP, 2018. p. 104-125.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução Jesus Ranieri. [4. reimpr.]. São Paulo: Boitempo, 2010.

ROSA, R. M. Xenofobia. *In*: CAVALCANTI, L.; BOTECA, T.; TONHATI, T.; ARAÚJO, D. (Org.). **Dicionário crítico de migrações internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.

SARMENTO, G. G. S.; RODRIGUES, F. S. Entre a acolhida e o rechaço: breves notas sobre a violência e os paradoxos da migração venezuelana para o Brasil. *In*: BAENINGER, R.; SILVA, J. C. J. (Coord.) **Migrações Venezuelanas**. Campinas: Nepo/UNICAMP, 2018. p. 242-249.



**PRECONCEITO E XENOFOBIA:  
relatos de estudantes de países africanos do Ceará<sup>83</sup>**

**PREJUDICE AND XENOPHOBIA:  
reports of students from African countries in Ceará**

**PREJUICIO Y XENOFOBIA:  
informes de estudiantes de países africanos en Ceará**

Ablavi Victoire Adjalla<sup>84</sup>

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é relatar uma parte das vivências dos estudantes de países africanos no Ceará<sup>85</sup>, principalmente na cidade de Fortaleza e Redenção. O principal método utilizado é a entrevista em profundidade. Foram entrevistados sete estudantes de países africanos que moram no estado para entender os processos de migração de cada um e de cada país, assim como relatar suas experiências e vivências. Vivemos em uma época de muitas transformações, sejam elas boas ou ruins. Este trabalho, porém, pretende abordar como o continente africano e os seus povos são vistos pela maioria dos brasileiros. Por eu ser do Benin e estudante no Brasil, relatarei, ao longo do trabalho, a minha vivência também. Serão abordados os conceitos da migração, segundo Abdelmalek Sayad, e o conceito cultural e diaspórico elaborado por Stuart Hall e Frantz Fanon.

**Palavras-Chave:** África. Diáspora. Migração.

**Keywords:** Africa. Diaspora. Migration.

**Palabras clave:** Africa. Diáspora. Migración.

<sup>83</sup> Trabalho apresentado no VIII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 24 a 26 de outubro de 2022.

<sup>84</sup> Trabalho apresentado no VIII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 24 a 26 de outubro de 2022.

<sup>85</sup> Estado nordeste brasileiro. O Ceará foi o primeiro estado brasileiro a abolir a escravidão em 1886.

## 1. Introdução

*Mudar para um local de cultura distinta representa uma ruptura expressa desse quadro de referência, de sentido e pertencimento. A mudança de país impõe ao migrante múltiplas perdas, já que deixa para trás familiares, amigos, trabalho, ambiente físico, língua, normas sociais, locais conhecidos e memória social. Somado a isso, tem de ajustar-se a um novo local, aprender novos códigos sociais, pois sua forma de agir não mais corresponde ao entorno. O que antes era parte da rotina torna-se um desafio diário.*  
(Dantas, 2015, pp. 77).

A migração, segundo o dicionário on-line, é a movimentação de entrada (imigração) ou saída (emigração) de indivíduo ou grupo de indivíduos em busca de melhores condições de vida. Essa movimentação pode ser entre países diferentes ou dentro de um mesmo país. Por ecologia, é o deslocamento periódico de espécies de animais de uma região para outra, associado a mudanças cíclicas de características ambientais.

A imigração é, portanto, a “entrada de indivíduo ou grupo de indivíduos estrangeiros em determinado país, para trabalhar e/ou para fixar residência, permanentemente ou não”. Ainda de acordo com o dicionário, por analogia, a imigração é o estabelecimento de indivíduo ou grupo de indivíduos em cidade, estado ou região de seu próprio país, que não a sua de origem. Para Sayad, “um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito” (Sayad, 1998, p. 54).

A migração africana “forçada” para o Brasil não data de hoje, mas a migração livre dos estudantes de países africanos para o Brasil é recente. A criação do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC G), em 1965, assim como a Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), situada na cidade de Redenção (PA), marcada pela instituição da Comissão de Implementação, em 2008, apresentou-se como um indicador de aproximação efetiva

livre entre o Brasil e os países do Sul, principalmente os países do continente africano. Mas ao chegar no Brasil, a maioria dos estudantes de países africanos enfrentam diversas situações constrangedoras como choques culturais, preconceitos, racismo, xenofobia e algumas situações relacionadas aos seus países de origem.

Este trabalho, além de ser referente a um tema que venho pesquisando, pretende evidenciar algumas dessas situações que nós enfrentamos cotidianamente no estado do Ceará. Para tanto, entrevistei sete estudantes do continente africano, oriundos de sete países: Angola<sup>86</sup>, Benin<sup>87</sup>, Cabo Verde<sup>88</sup>, Congo<sup>89</sup>, Gabão<sup>90</sup>, Guiné Bissau<sup>91</sup> e São Tomé e Príncipe<sup>92</sup>. Todos eles estudam em Fortaleza ou Redenção. Após descobrir que nós, estudantes de países africanos, costumamos passar por situações muito parecidas e decidir produzir este trabalho, relatando as nossas vivências no Brasil, muitos estudantes tiveram receio de se abrirem para falar sobre os casos de racismo e xenofobia que enfrentam. A única maneira de deixá-los à vontade para falar sobre o assunto foi lhes garantindo que não teriam seus nomes verdadeiros expostos, se assim desejassem. Por isso, todos os nomes de estudantes utilizados neste trabalho são fictícios. Criei os nomes baseando-me nos nomes comuns em cada um desses sete países. Apesar de os nomes dos entrevistados serem fictícios, os relatos são reais.

---

<sup>86</sup> Angola tem uma população de aproximadamente 30 milhões de habitantes. O país alcançou a sua independência de Portugal em 11 de novembro de 1975. Além do português, língua oficial, Angola tem mais de 40 outras línguas, entre elas l'umbundo, kimbundo, kikongo, nganguela e quioko.

<sup>87</sup> Benin é um país francófono que conquistou sua independência da França em 1º de agosto de 1960. A capital do país é Porto Novo, chamada de Xógbonou pelos Goun e de Adjatché pelos Yorubás. Benin tem 12 províncias: Alibori, Atacora, Atlantique, Borgou, Collines, Couffo, Donga, Littoral, Mono, Ouémé, Plateau e Zou. O Benin tem cerca de 12 milhões de habitantes.

<sup>88</sup> Cabo Verde conquistou sua independência em relação a Portugal em 5 de julho de 1975. O país tem uma população estimada de 553 mil habitantes.

<sup>89</sup> O Congo ganhou sua independência da França em 15 de agosto de 1960. A capital do país é Brazzaville. O país possui aproximadamente 5,3 milhões de habitantes.

<sup>90</sup> Gabão também é um país da África Central, e, assim como o Congo, foi colonizado pelos franceses. O país tem cerca de 2 milhões de habitantes.

<sup>91</sup> Guiné Bissau proclamou a sua independência de Portugal em 24 de setembro de 1973. O país tem aproximadamente 1,7 milhões de habitantes.

<sup>92</sup> A República Democrática de São Tomé e Príncipe é formada por duas principais ilhas: São Tomé e Príncipe. A capital do país é São Tomé. Por ter sido colonizado pelos portugueses, seu idioma oficial é o português. A sua independência foi proclamada em 12 de julho de 1975. O país possui cerca de 212 mil habitantes.

## 2. Expectativa e Realidade

Em busca de novas experiências, muitos jovens de nações africanas migram para países ocidentais depois do ensino médio completo ou da graduação. Alguns — principalmente de países de língua portuguesa, a exemplo de Guiné Bissau, Cabo Verde, Moçambique, Angola e São Tomé e Príncipe — escolhem Portugal ou Brasil. Contudo, alguns francófonos e anglófonos também vão para esses dois países para estudar. Ao chegarem, a visão que tinham acerca desses lugares tende a mudar.

Para Sayad (2010), imigrar não é apenas se deslocar de um local para outro. “Emigrar e imigrar com sua história (sendo a imigração mesma parte integrante dessa história), com suas tradições, suas maneiras de viver, de sentir, de atuar, de pensar, com sua língua, sua religião, assim como todas as demais estruturas sociais, políticas e mentais de sua sociedade, não sendo as primeiras mais que a incorporação das segundas, em suma, com sua cultura” (Sayad, 2010, p. 22).

Antes de chegar ao Brasil, muitos de nós esperávamos encontrar uma pátria-irmã e, ao menos, ser bem-recebidos pelos 46,8% dos brasileiros que se declaram como pardos e pelos 9,4% que se percebem como pretos, segundo pesquisa de 2019 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

“Muita praia, só pessoas brancas, loiras com olhos azuis”. É assim que a estudante cabo-verdiana Amanda<sup>9310</sup> enxergava o Brasil, através das telenovelas brasileiras passadas no seu país. Como ela sempre quis estudar fora, depois do ensino médio completo, a jovem foi para a embaixada brasileira do seu país procurar uma oportunidade que a levasse a cursar a faculdade, o que sempre quis e que, segundo ela, tinha problemas estruturais no seu país: Arquitetura.

Nessa procura por uma oportunidade de realizar seu desejo, a estudante descobriu o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC- G) e logo se inscreveu. Depois de longo processo de seleção de “muitos meses” e de passar em um processo seletivo em Brasília, a estudante, que na época tinha 18 anos, se despediu de sua família, de seus amigos e de seu país para embarcar num voo direto para Fortaleza no dia 07 de março de 2013 com alguns amigos.

Mas o choque e a quebra de expectativas não acabaram nesse momento da chegada. Após se acomodar em um apartamento com os amigos com quem veio, ela

---

<sup>93</sup> Os nomes dos entrevistados utilizado neste trabalho são fictícios.

passou a ir para a faculdade e a conhecer melhor a cidade. Foi na Universidade Federal do Ceará que Amanda teve seu primeiro contato com os brasileiros. Além de ser a única negra da sua sala, era também a única estrangeira. Nos momentos de escolha dos grupos dos trabalhos, Amanda sempre ficava de fora. Ela afirma que a maioria dos alunos já tinha seus grupos definidos. “Eu não tinha espaço nesses grupos e até hoje não tenho. Eu me sinto isolada na faculdade.”

Permeada por expectativa e frustração, essa é a experiência que muitos sujeitos diaspóricos vivem ao deixar sua terra natal em direção a países com os quais se identificam em alguns aspectos, seja pelo idioma, seja pela formação histórica, seja pela questão racial.

Por uma perspectiva decolonial, diversos intelectuais diaspóricos buscaram compreender os impactos na vida desses migrantes em termos psíquicos, de representação e de identidade culturais. É o caso do sociólogo Stuart Hall, que deixou a Jamaica em direção ao Reino Unido e ali foi conduzido, por meio de representações sobre o negro, a uma “identidade caribenha”. Ou o caso do teórico Homi Bhabha, que migrou da Índia para a Inglaterra e ali conseguiu compreender a relação irônica que o indiano estabelece com o discurso colonial produzido pelos ingleses na Índia, sua ex-colônia.

### 3. África vista por alguns brasileiros

Quantas vezes alguns de meus colegas da USP me perguntaram quantos leões eu já havia caçado na minha vida e quantos instrumentos musicais eu tocava, como para dizer que todos os africanos convivem com os animais todos os dias e todos têm musicalidade no sangue para tocar vários instrumentos musicais tradicionais... E, quando eu respondia que nunca cacei um leão porque não era caçador, que não tocava nenhum instrumento musical porque não sou músico, eles ficavam de boca aberta e não entendiam como eu poderia ser uma exceção.

*Kabengele Munanga, antropólogo congolês naturalizado brasileiro, professor da Universidade de São Paulo (USP)*

Os brasileiros costumam se referir ao continente africano como sendo um único país. Por meio de referências genéricas e frequentemente preconceituosas, o mundo ocidental produziu uma imagem homogeneizante sobre o povo africano. Apesar das proximidades históricas, culturais e geográficas, diversos aspectos definem, de modo muito peculiar, os 54 países independentes que formam o terceiro maior continente em território e o segundo maior em população. Essas são as Áfricas, no plural. A falta de informação dos brasileiros a respeito do continente africano foi um dos aspectos que mais me chocou. A lista de perguntas constrangedoras é vasta: “Lá tem mar? Tem clubes, tem campeonato? Como vocês vivem lá? Como chegou ao Brasil? De moto? Lá tem carros? Tem avião? Veio pra cá pra trabalhar? Aqui é melhor, né? Tem água potável?”. Essas são algumas das perguntas que, diariamente, brasileiros nos fazem sobre nosso continente de origem, a África, quase sempre compreendido como um lugar indivisível, homogêneo. Quase todos os estudantes de países africanos que entrevistei relataram ouvir perguntas constrangedoras da maioria dos brasileiros quando informam de onde vieram.

Deixamos pessoas que amamos, bem como nossas culturas, costumes e tradições, para estudar e, assim, acabamos por conhecer outras pessoas e nos adaptarmos a novos costumes. O emigrado, de acordo com Sayad, é o homem de dois lugares, de dois países, tem que pôr um pouco aqui e um pouco ali [...] seu corpo está aqui, sua cabeça está aqui - e não pode ser de outra maneira já que seu suor está aqui - mas todo o resto, seu espírito, seu coração, seu olhar está ali. [...] Esta é a situação da emigração: um aperto [uma situação opressiva para eles]. (Sayad, 2010, pp. 96-97)

Muitos de nós entram nessa aventura sem sequer entender uma frase da língua do país com que tanto sonhamos e que é constantemente idealizado pelos meios de comunicação de nossos países de origem. Mas, uma vez no Brasil, enfrentamos e aturamos situações inimagináveis. Nunca pensei que alguém me perguntaria se, “na África”, eu “dormia nas árvores, junto com os animais”.

Para muitos de nós, é triste e revoltante a maneira como parte considerável dos brasileiros costuma imaginar o continente africano. São olhares que muitas vezes se limitam aos problemas socioeconômicos destacados pela mídia ocidental de modo estereotipado. Claro, os problemas existem, mas eles não dizem tudo sobre nós.

“Como diz Nelson Mandela, nenhuma criança no mundo nasce odiando outras crianças por causa das diferenças de cor da pele, os fazem porque elas são educadas

pelos adultos de suas sociedades para não valorizar outras culturas, a diversidade e as diferenças que constituem a riqueza coletiva da humanidade”. Essa é a avaliação do antropólogo congolês Kabengele Munanga, professor da Universidade de São Paulo (USP).

Naturalizado brasileiro, Munanga considera que os imaginários negativos dos brasileiros sobre a África “são exibidos pela imprensa escrita e falada, pelos livros didáticos e pela educação em geral”. Para o pesquisador, a África seria vista no Brasil de modo positivo “se, desde a infância, através da educação e da socialização, os brasileiros tivessem acesso às imagens positivas da África no plano histórico, cultural, religioso, da ciência e da tecnologia, da filosofia e visão do mundo e do cosmos”. Ao contrário disso, os produtos culturais brasileiros “só mostram a fauna, a flora, as guerras, as pobreza, doenças, sofrimentos, atrasos e nada mais, como se a África fosse só isso”, critica.

Munanga destaca a curiosa relação que o Brasil estabeleceu com o tráfico negreiro e com a população negra que se firmou no país a partir do processo escravagista. Apesar de ser tão colônia quanto outros territórios igualmente coloniais, o Brasil estabeleceu uma relação simbólica de poder em que ele seria uma suposta metrópole receptora de mão de obra escrava. Esse fenômeno ajuda a explicar o imaginário brasileiro sobre o continente africano.

## **Considerações finais**

A migração, mesmo não sendo um tema novo, continua sendo um tema necessário. Existem várias formas de migrar: as livres e as forçadas. Mas, de qualquer forma, migramos para aprender, conhecer o novo. Nós, estudantes de países africanos que, de uma forma ou outra, decidimos sair para continuar os estudos no Brasil, na expectativa de que, devido à história da escravidão e pelo fato de a maior parte da população ser negra, seríamos bem acolhidos pelos brasileiros, acabamos vivenciando situações constrangedoras como racismo, xenofobia e preconceito. Decidi produzir esse trabalho porque é necessário que nossas histórias sejam contadas por nós mesmos, pois afinal de contas, somos nós por nós mesmos. Como diz um provérbio africano: Até que os leões inventem as suas próprias histórias, os caçadores serão sempre os heróis das narrativas de caça.

## Referências

Cor ou raça. Disponível em: <://educa.ibge.gov.br/iovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidade e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

Gourvenement de la republique du Benin. Disponível em < <https://www.gouv.bj/> >

Governo de Cabo Verde. Disponível em <https://www.governo.cv/>

Gourvenement du Congo. Disponível em <https://gouvernement.cg/>

Governo de Angola. Disponível em <https://governo.gov.ao/ao/>

Dias, Gustavo; Bogus, Lucia; Pereira, José Carlos Alves; Batista, Dulce. **A contemporaneidade do pensamento de Abdemalek Sayad**. Capes: São Paulo, 2020.

OSMARIA, Rosa; MALOMALO, Bas ílele. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira e os desafios da integração perante o racismo contra os/as estudantes africanos/as no Ceará, 2016.



**AYMARAS E QUECHUAS NA CIDADE DE SÃO PAULO:  
sociabilidades e sintonías interétnicas migrantes<sup>94</sup>**

**AYMARAS AND QUECHUAS IN THE CITY OF SÃO PAULO:  
Migrant interethnic sociabilities and syntonies**

**AYMARAS Y QUECHUAS EM LA CIUDAD DE SÃO PAULO:  
sociabilidades y sintonias interétnicas migrantes**

Cristina de Branco<sup>95</sup>

**Resumo:** Entre os nascidos no território do recente Estado Plurinacional da Bolívia e da atual República do Peru, residentes na cidade de São Paulo, existem pessoas que se autodeclaram como aymaras e/ou quechuas. Pela ausência da intersecção de dados étnico-raciais e migratórios, pouco se sabe sobre este setor populacional. Ao mesmo tempo, a diferença do que acontece, por exemplo, em Buenos Aires, aqui estas pessoas não integram organizações étnico-políticas através das quais se representem enquanto aymaras e/ou quechuas migrantes. No entanto, desde a virada do milênio, na cidade de São Paulo, notamos a circulação de grupos de música e dança autóctones com forte referência de repertório procedente de territórios de maioria aymara e quechua, nos departamentos do ocidente boliviano e sudeste peruano. Ao acompanhar alguns destes conjuntos ativos na capital paulista, reparamos que tanto pessoas aymaras e quechuas, como seus descendentes, convivem sem que a diferença étnica pontue dinâmicas de tensão ou exclusão. A partir da pesquisa doutoral em curso, baseada na observação participante e realização de entrevistas, pretendo discorrer sobre sociabilidades interétnicas aymaras e quechuas tecidas pelas redes e relações migratórias em São Paulo.

**Palavras-Chave:** Migração indígena andina. Migração boliviana. São Paulo.

**Keywords:** Andean indigenous migration. Bolivian migration. São Paulo.

**Palabras clave:** Migración Indígena andina. Migración boliviana. São Paulo.

<sup>94</sup> Trabalho apresentado no VIII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 24 a 26 de outubro de 2022.

<sup>95</sup> ISCTE/NOVA-Lisboa/CRIA. doutoranda, [cristinadebranco@gmail.com](mailto:cristinadebranco@gmail.com).

Por ruas e praças da cidade de São Paulo, escutamos aymara e quechua, entre diferentes sotaques hispano-americanos, vemos elementos indígenas andinas que permeiam os trajes, as festas e as feiras bolivianas da capital, ouvimos de quando em quando *moseñadas*, *tarkeadas*, *sikuriadas*<sup>96</sup>, entre outros estilos musicais de referência altiplânica, vindos de povoados e pequenas cidades aymaras e quechuas do alto dos Andes bolivianos e peruanos. Num dia de *Todos los Santos*, num primeiro de novembro, no Cemitério da Vila Formosa, ou nas Alasitas, em finais de janeiro, no Parque Dom Pedro II ou no Largo da Penha, circulam *yatiris*<sup>97</sup> bendizendo, mediando relações entre as três dimensões da *Pacha*<sup>98</sup>. Se multiplicam as evidências de que entre aqueles normalmente vinculados às comunidades bolivianas e peruanas, migrantes em São Paulo, encontramos pessoas que falam aymara e quechua, vindos provavelmente de regiões de maioria populacional aymara ou quechua. Como Iara Xavier (2012) e Sidney da Silva (2008, 2012) mencionaram pontualmente em suas publicações, existem pessoas aymaras e quechuas, nascidas na Bolívia (e, acrescentamos, no Peru), imigrantes em São Paulo. Se coincidirmos alguns instrumentos estatísticos, nos damos conta de que possivelmente esta presença não caracteriza um remanescente e sim uma parte considerável desse setor migrante.

Levando em conta apenas o contingente boliviano, somados até abril de 2022, os bolivianos e bolivianas já são mais de 103 mil residentes na capital de São Paulo (NEPO-UNICAMP 2022). Nos censos bolivianos de 2012, mais de 40% da população se autodeclarou “indígena originário”, dos quais 70% aymaras e/ou quechuas (INE 2012). Através do mesmo instrumento estatístico, se comprovou que os departamentos andinos do ocidente da Bolívia são aqueles com maior proporção de população indígena. Ora, os integrantes dos conjuntos autóctones ativos hoje em dia na cidade são majoritariamente vindos de províncias destes departamentos. Falam e cantam em

---

<sup>96</sup> *Moseñada* é um estilo musical protagonizado pelos *moseños*, flautas andinas procedentes de povoados do Departamento de La Paz (Bolívia). *Tarkeada* é um estilo musical pautado pelas *tarkas*, flautas andinas autóctonas de povoados do Departamento de La Paz e de Oruro (Bolívia). *Sikuriadas* são diferentes estilos musicais coincidentes pelo protagonismo da tocada do *siku*, aerofono semelhante a flauta de pan, tocado em vários departamentos andinos da Bolívia, Peru, Chile e Argentina.

<sup>97</sup> *Yatiris* são mediadores comunitários e espirituais aymaras, próximos a figura do xamã.

<sup>98</sup> Nas cosmogonias aymara e quechua, *Pacha* denomina o todo tempo-espaco, dividido em três partes concêntricas, o *Hanan Pacha*, o *Kay Pacha* e o *Uku Pacha* que, por sua vez, designam respectivamente a dimensão de cima (do celestial e ancestral), a dimensão dos vivos (do aqui e agora) e a dimensão de baixo (dos mortos, das sementes e do que virá).

aymara e/ou quechua, tocam e dançam músicas referenciadas nestas mesmas regiões, e normalmente realizam alguns rituais andinos, como a *ch'alla*<sup>99</sup>.

Percebemos que estes conjuntos autóctones altiplânicos são constituídos por uma maioria de aymaras e, pontualmente, por pessoas e famílias quechuas. Conforme mapeado por Xavier Albó (2009), na Bolívia, por entre as grandes regiões aymaras, se intervêm zonas quechuas pontilhadas pelo território, principalmente nos departamentos de Potosí, Oruro e Cochabamba. No Peru, diante do mapeamento do mesmo autor, vemos que é no departamento de Puno que mais convivem pessoas aymaras, também em conexão com comunidades quechuas. Portanto, desde as regiões de origem destas pessoas, se dão confluências interétnicas que explicam o casamento entre aymaras e quechuas (seja entre os pais dos imigrantes, seja entre os imigrantes), a tamanha incidência do bilinguismo aymara e quechua e a autodeclaração de algumas pessoas como aymaras e simultaneamente quechuas. Notamos também a grande partilha de práticas rituais, termos linguísticos, narrativas e entendimentos cosmogônicos que certamente fortalecem esse convívio interétnico secular (Palomino 1998). Em situação migratória, estes laços parecem se reafirmar diante de uma nova medida de diferença colocada pela pertença a um setor minoritário diante de uma maioria nacional brasileira. Como acontece também em Buenos Aires, os aymaras e quechuas se reúnem em suas muitas sinergias linguísticas, rituais e étnico-culturais diante de um contexto no qual eles personificam a alteridade migrante (Mardones 2019). No mesmo sentido, parece prevalecer na cotidianidade desses grupos em São Paulo discursos de fraternidade e parceria entre aymaras e quechuas, mais que de diferença e cisão entre eles.

No entanto, por vezes, escutamos colocações histórico-políticas que denotam algumas tensões transgeracionais. Embora os relatos insistam numa narrativa expansionista inca marcada pela negociação e intercâmbio cultural e epistêmico entre os quechuas e as outras sociedades originárias da região, alguns aymaras, integrantes desses conjuntos, mencionam a resistência “milenar” dos aymaras diante das ofensivas incas, bem como se referem à maior antiguidade dos aymaras, descendentes dos tiwanacotas, em relação aos quechuas. Por outro lado, de maneira ainda mais pontual, se dão discursos críticos sobre a aymarização da Bolívia desde a vitória eleitoral do Movimento al Socialismo, liderado pelo aymara Evo Morales e hoje representado por Luis Arce e seu vice-presidente, David Choquehuanca, grande referente político e

---

<sup>99</sup> *Ch'alla* é um ritual aymara e quechua de conexão e agradecimento a *Pacha* (comumente chamada de *Pachamama*, visto que é o todo temporal-espacial que nos gesta, nos supre e nos desintegra e transcende), muito realizado antes de apresentações importantes para cada grupo.

intelectual aymara. De qualquer forma, esses discursos de diferença não parecem resultar em qualquer prática repressiva ou repulsiva no âmbito das dinâmicas internas desses grupos.

Por fim, conforme o caminhar etnográfico vem comprovando, o discurso de diferença mais comum entre os integrantes desses conjuntos autóctones e entre um conjunto e outro tem um cariz insistentemente localista, mais do que étnico. Ou seja, parece ser mais intensa a referência à autoctonia no sentido específico do local geográfico-cultural em questão, do que à aymaras, ou quechuas. Por exemplo, nenhum destes grupos inclui em seus nomes as palavras “aymara” ou “quechua”, enquanto mais de metade destes conjuntos se distinguem pela referência aos seus povoados de origem explícita em seu nome, como os Qhantati Ururi de Conima - Base Brasil (mencionam Conima, pequena cidade do lado peruano do Lago Titicaca) e os Huaycheños de Corazón (de Huaycho, localidade no Departamento de La Paz, Bolívia). Ainda que essa diferenciação localista por vezes tenda para um tom de rivalidade e competitividade entre os conjuntos, a interconexão enquanto bolivianos, peruanos e representantes de autoctonias andinas parece superar quaisquer tensões internas e se tornar em argumento para retomadas de relações pessoais e entre grupos e para dinamização interna dos conjuntos.

## Referências

ALBÓ, Xavier. **Movimientos y poder indígena en Bolivia, Ecuador y Perú**. CIPCA. Cuadernos de investigación. No 71. La Paz. 2009.

Instituto Nacional de Estadística (INE). *Censo Nacional de Población y Vivienda*. Estado Plurinacional da Bolívia. 2012.

MARDONES, Pablo. **Migramos y nos dimos cuenta de que éramos indios. La migración aymara-quechua en Buenos Aires, Argentina**. In *Migraciones en las Américas*, Nájera, Lindstrom & Giorguli (eds.), El Colegio de México, Ciudad de México, 2019.

Observatório das Migrações em São Paulo. Banco Interativo - Números da imigração internacional para o Brasil, 2020-22 (jan.-abr.). Campinas, SP: Observatório das Migrações em São Paulo - NEPO-UNICAMP. Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/numeros-imigracao-internacional/>. Acesso em: 31/10/2022

PALOMINO, Rodolfo. **Examen de la teoria aymarista de Uhle**. In INDIANA Vol. 15, Berlin. 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.18441/ind.v15i0> Acesso em: 31/10/2022

SILVA, Sidney Antônio. **Faces da latinidade: hispano-americanos em São Paulo**. In Textos Nepo n. 55, Fev. 2008.

SILVA, Sidney Antônio. **Bolivianos em São Paulo. Dinâmica cultural e aspectos identitários.** In Imigração boliviana no Brasil, Baeninger, Rosana (coord.), Campinas, Núcleo de Estudos de População (NEPO), 19-34. 2012.

XAVIER, Iara Rolnik. **A inserção socioterritorial dos migrantes bolivianos. Uma leitura a partir da relação entre projetos migratórios, determinantes estruturais e os espaços da cidade.** In Imigração boliviana no Brasil, Baeninger, Rosana (coord.), Campinas, Núcleo de Estudos de População (NEPO), 109-15. 2012.

**A Ressonância da Opinião Pública nas Políticas Migratórias<sup>100</sup>****The Resonance of Public Opinion in Migration Policies****La Resonancia de la Opinión Pública en las Políticas Migratorias**

Nathan Simões<sup>101</sup>

**Resumo:** Este estudo busca analisar a saliência da opinião pública como ator político de influência nos processos decisórios de elaboração e condução das políticas migratórias. Para isso, irá averiguar se há relação entre a supracitada ressonância da opinião pública nas instâncias de poder e a formulação de legislações e políticas em migrações e refúgio. Os objetos de análise centrais serão (i) o papel das opiniões públicas domésticas nas políticas migratórias dos EUA e da Europa e (ii) a influência da opinião pública internacional na execução das soluções duradouras para refugiados em Organismos Internacionais e Estados.

**Palavras-Chave:** Opinião Pública; Políticas Migratórias.

**Keywords:** Public Opinion; Migration Policies.

**Palabras clave:** Opinión Pública; Políticas Migratorias.

<sup>100</sup> Trabalho apresentado no VIII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 24 a 26 de outubro de 2022.

<sup>101</sup> Mestrando em Políticas Públicas, Direitos Humanos e Cidadania na Universidade Federal da Paraíba (UFPB); [nathancsimoes97@gmail.com](mailto:nathancsimoes97@gmail.com)

## 1. Introdução

Opinião pública é a expressão de grupos organizados, manifestações espontâneas, pesquisas, eleições, comícios, debates em reuniões sociais, meios de comunicação, dentre outros; a qual designa formas diversas de manifestação da coletividade. É um fenômeno com origem em processos de discussão coletiva sobre temáticas de relevância pública (KRAMER, 1999), o qual incluir a agenda de migrações e refúgio.

Nesse sentido, pode-se evocar o relacionamento da atividade da política com os meios de comunicação e a opinião pública, em destaque nos processos de deliberação pública e participação democrática. As autoridades em posições de poder e comando selecionam, priorizam e [des]enfatizam dados e opiniões para assegurar credibilidade e legitimidade aos seus *rationales* de atuação. Concomitantemente, os profissionais de cobertura política preconizam uma veiculação com informantes estratégicos da mídia e do jornalismo para ensejar rumos na governança democrática que orientem uma preocupação cívica com a participação popular e sua relevância nos processos político-decisórios. Em suma, as estratégias de comunicação e a opinião pública são instrumentos políticos (KRAMER, 1999).

O processo de tomada de decisões e implementação de políticas migratórias é atravessado por uma multiplicidade de atores sociais, a exemplo da opinião pública e dos veículos midiáticos. Devemos entender as políticas migratórias como políticas públicas (SICILIANO, 2013), tendo como premissa uma relação entre a ressonância da opinião pública nas instâncias de poder e a formulação de legislações e políticas em termos de migração e refúgio.

## 2. Estados Unidos e Europa: opiniões públicas e sua incidência na condução de políticas migratórias

O caso da política migratória estadunidense é emblemático. Segundo estudo do *Migration Policy Institute*, há diferença na condução desse tipo de política pública antes e depois dos atentados terroristas de 11/9/2001, em virtude de procedimentos como a imigração seletiva, o sistema de vistos e a adoção de medidas de integração (ou de contenção) dos imigrantes à sociedade dos Estados Unidos (EUA) – em nível subnacional. Assim, fica expressa a relevância das questões de segurança pública, política externa e, a destacar no presente trabalho, a opinião pública doméstica na determinação da política migratória do país (SICILIANO, 2013).

Decorre do fenômeno migratório uma potencialidade, no contexto estadunidense, ao binômio trabalho e mão de obra estrangeira, visto que há elevado grau de complexidade e diferenciação entre os inúmeros trabalhadores migrantes nos EUA. Isso projeta diferentes percepções, por parte da opinião pública doméstica, a respeito das práticas democráticas experienciadas no país – dados os *diferentes* cidadãos coabitando – e de eventuais riscos à manutenção de um mínimo consenso social acerca dos níveis de aceitação aos migrantes no território, comumente condenados por discursos xenofóbicos (CARDOSO, 2002).

Somado à conotação racista e discriminatória da opinião pública doméstica, um aspecto significativo da sua saliência na política migratória dos EUA se vincula à questão securitária. Após os atentados de 11 de setembro de 2001, importantes jornais e veículos de comunicação do país destacaram que, dentre os suspeitos sequestradores dos aviões lançados contra as torres do World Trade Center e do Pentágono, encontravam-se (i) Hani Hanjour, imigrante saudita que alegou intenções de estudar inglês em uma Universidade de San Francisco, mas que nunca compareceu às aulas; e (ii) Walled Alsheri, o qual se formou em ciência aeronáutica, em 1997, na Universidade Aeronáutica Embry-Riddle (Flórida). Ambos os casos sequer representam números relevantes para as estatísticas, por exemplo, de 514.723 migrantes estudando no país entre 1999 e 2000 (somando ao país aproximadamente US\$ 12.3 bilhões). Contudo, de acordo com Cardoso (2002), “para a opinião pública, a exceção pode servir à regra”, de modo que a variável *segurança nacional* se torna, para essa, uma ferramenta útil para legitimar uma rigidez das legislações migratórias no país, embora passe a, efetivamente, conferir margem a interpretações islamofóbicas.

Pode-se também observar o caso da Itália, país no qual pesquisas de opinião foram efetuadas no início dos anos 2000, e percebeu-se que o aumento do número de imigrantes fora associado diretamente a queixas de insegurança pública. Nesse contexto, vale ressaltar que

um dos partidos da coalizão de centro-direita que governa o país – a Liga do Norte – propôs um projeto de lei transformando em delito a “permanência clandestina em território italiano”; a Força Itália do premiê Silvio Berlusconi é apoiada pela Liga Norte (LN) e a Aliança Nacional (AN), e caracterizam-se na questão da imigração por posições claramente xenófobas. (Declarações do premiê Silvio Berlusconi, logo após os atentados terroristas de 11 de setembro aos Estados Unidos, reforçaram tal percepção, ao declarar ser a civilização ocidental superior às demais.) (CARDOSO, 2002, p. 122).



Na França, há uma política de nacionalidade que, ao contrário dos EUA, que concentra esforços restritivos na fronteira externa, ao longo das últimas décadas adotou medidas que questionam a fronteira interna entre cidadãos e estrangeiros e estrangeiros em condições regulares e em condições irregulares. A política migratória francesa torna-se cada vez mais restritiva e racista, à medida que escanteia o movimento *beur*, o qual questiona a concessão de nacionalidade para os imigrantes de segunda geração (Arts. 23 e 44 do Código Civil), e assume alterações legislativas, nos anos de 1993 e 1998, oriundas em parte das propostas da extrema-direita de eliminação das modalidades de *jus soli* (cidadania de nascimento no território). Daí emerge um debate sobre as condições necessárias para um indivíduo ser considerado francês, nos âmbitos político e de opinião pública, questionando a política de nacionalidade francesa (REIS, 2006).

Dessa forma, no território francês, a profusão de novas legislações – em sua maioria dotadas de conteúdo restritivo – provocou movimentações dos *sans-papiers*. Tais indivíduos se engajaram ferrenhamente na esfera sociopolítica, em especial durante a década de 1990, e organizaram manifestações no intuito de sensibilizar a opinião pública e o governo francês a respeito de seu status migratório- jurídico. Nesse aspecto, o movimento dos *sans-papiers* foi bastante incipiente, no sentido de que trouxe ao debate público a migração como um direito humano (REIS, 2006).

Em suma, a relação da França (e de países europeus como um todo) em se tratando de imigrantes tende a postular uma política migratória voltada à securitização e eventual criminalização das migrações, além de retratar estrangeiros como ameaça transnacional à integridade física e cultural do país. Isso se corrobora em aferições racistas, xenófobas e segregacionistas na opinião pública e na vida política francesas, a exemplo do episódio de outubro de 2005. Na data, moradores de periferias francesas, na maioria *beurs*, manifestaram-se contra os retrocessos de políticas e legislações migratórias, chegando, inclusive, a espaços públicos, como a *Place de La Republique* (Paris). O então primeiro-ministro Sarkozy referiu-se aos manifestantes como *racaille* (escória) e determinou a expulsão indiscriminada de todos os estrangeiros suspeitos de envolvimento nos protestos (REIS, 2006), configurando expressamente violações ao direito internacional e aos direitos humanos dos migrantes e gerando cisões na opinião pública.

### **3. Opinião pública internacional como ator responsivo em migrações e refúgio**

Em contrapartida, vê-se uma linha de raciocínio otimista quanto ao papel da opinião pública, em sua abrangência global, no cumprimento do Direito Internacional dos Refugiados (DIR). Há saliência positiva dessa no que diz respeito à propulsão das soluções duradouras para refugiados e ao engajamento de diferentes atores internacionais na proteção dos direitos humanos de migrantes voluntários e deslocados forçados.

Funcionários do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR, 2016) aferiram que “os atletas que integram a inédita Equipe Olímpica de Refugiados acreditam que a participação deles nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro mudará a visão da opinião pública internacional sobre o refúgio e o deslocamento forçado”. Esse posicionamento ilustra a associação entre opinião pública e linhas de formulação de políticas migratórias. Isto é, aquela, caso perceba processos migratórios que protejam os direitos humanos de refugiados como positivos ao fomento social, cultural e econômico dos Estados receptores, pode constituir um ator político de considerável saliência nestas, com vistas a engajar tais políticas no desenvolvimento humano e acolhimento de migrantes (MÁRMORA, 2010).

Os recentes debates na Assembleia Geral da ONU acerca das relações entre desenvolvimento e migrações e a importância dos novos tipos de fluxos migratórios para as instituições públicas e privadas dos Estados vêm conquistando atenção da comunidade internacional (NEULAND, 2007). E, nesse sentido, academia, mídia e governos captam a influência das opiniões públicas doméstica e mundial no que diz respeito à atuação de OIs e Estados para o acolhimento de refugiados. Isso ocorre (i) ou a partir de constrangimentos internacionais a Estados que descumprem o DIR, que é o caso da Hungria, (ii) ou na construção imagética de modelos de referência no que diz respeito à consecução das soluções duradouras, tais como o Canadá.

No primeiro caso, Organizações Não Governamentais (ONGs) como a Human Rights Watch vêm criticando as condições desumanas dos centros de recepção a refugiados na Hungria, as arbitrariedades policiais perpetradas contra migrantes e a cerca de 175 quilômetros separando o território húngaro da Sérvia (EL PAÍS, 2015). Entidades da sociedade civil que denunciam tais violações aos direitos humanos exercem influência nos discursos propagados na mídia internacional, nas opiniões

públicas de outros países e nos pronunciamentos de delegações em Conferências Internacionais e veiculam constrangimentos internacionais. Logo, atores não estatais transnacionais contribuem, via desígnios de influência política aos demais agentes, para se inserirem nos processos sociais globais e auxiliarem Estados, opiniões públicas (domésticas e mundial) e Ols a criarem consensos e pressões em torno de problemas sociais de ordem planetária (VILLA, 1999).

Em relação à segunda ocorrência, é muito emblemática a influência do funcionamento do sistema de refúgio canadense a países como o Brasil. Em julho de 2016, durante reunião entre Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE-Brasil) e Consulado do Canadá, a então coordenadora-geral do CONARE comparou as conjunturas brasileira e canadense em termos dos novos paradigmas de migrações e refúgio, salientando a influência desta para aquela. Pode-se destacar a operacionalização da política canadense de reassentamento de refugiados e os insumos disponibilizados pelo país para a integração local (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, 2016).

#### 4. Considerações finais

Sendo assim, a partir dos casos analisados, **sim**, a opinião pública, seja no seu espectro doméstico, seja em seus desdobramentos internacionais, exerce influência na formulação e condução de políticas migratórias e nas ações multilaterais em migrações e refúgio. Logo, a opinião pública assume papéis de ressonância positivos ou negativos nas legislações e políticas migratórias e na execução das soluções duradouras do ACNUR, vindo a ser um ator político de extrema relevância para as relações internacionais.

#### Referências

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR). Para Equipe Olímpica de Refugiados, Rio 2016 mudará percepção sobre refúgio. Disponível em: <https://bit.ly/3QT2AWu>. Acesso em 22 de ago. 2022.

\_\_\_\_\_. Soluções duradouras. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3Kky2uD>. Acesso em 22 de ago. 2022.

CARDOSO, A. Migrações Internacionais: os blocos regionais e a mobilidade mundial de mão-de-obra. 2002. São Paulo em Perspectiva, 16(2): 112-124.

EL PAÍS. Hungria fecha fronteira e criminaliza entrada ilegal de refugiados. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3R1JvRT>. Acesso em 22 de ago. 2022.

KRAMER, P. Mídia, Opinião Pública e Política. 1999. **Revista de Sociologia e Política**, nº 13: 175-177.

MANZUR, T. Opinião Pública e política externa do Brasil do Império a João Goulart: Um balanço historiográfico. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Vol. 42, No. 1, p. 30-61, 1999.

MÁRMORA, L. **Modelos de Gobernabilidad Migratoria**: La perspectiva política en América del Sur. 2010. Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana. Brasília, ano XVIII, nº 35, julho/dezembro, p. 71-92.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA (MJ). Cônsul canadense compartilha experiência sobre refúgio e migrações. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3QKJlyB>. Acesso em 22 de ago. 2022.

NEWLAND, K. **A New Surge of Interest in Migration and Development**. 2007. Disponível em: <https://bit.ly/3pHYzZa>. Acesso em 22 de ago. 2022.

REIS, R. Migrações: casos norte-americano e francês. 2006. **Estudos Avançados** 20 (57), p. 59-74.

SICILIANO, A. **A Política Migratória Brasileira: Limites e Desafios**. Dissertação de Mestrado. 2013. Orientação: Profa. Dra. Deisy Ventura. São Paulo: Universidade de São Paulo.

VILLA, R. Formas de Influência das ONGs na Política Internacional Contemporânea. **Revista de Sociologia e Política**, nº 12, junho de 1999, p. 21-33.

**ACESSO À ORDEM JURÍDICA JUSTA E OS GRUPOS REFUGIADOS:  
justiça e inclusão pelo idioma<sup>102</sup>****ACCESS TO A FAIR LEGAL ORDER AND REFUGEE GROUPS:  
justice and inclusion through language****ACCESO A UN ORDEN LEGAL JUSTO Y GRUPOS DE REFUGIADOS:  
justicia e inclusión a través del lenguaje**

Pedro Teixeira Pinos Greco<sup>103</sup>

**Resumo:** Esse texto deseja aprofundar o estudo dos grupos refugiados, enfatizando o direito dessa população buscar a justiça dentro do território brasileiro, com ênfase nas questões ligadas ao idioma português. Dito isso, vamos desdobrar o acesso à justiça ou acesso à ordem jurídica justa, em sua acepção mais ampla, enquanto direito humano de toda pessoa, independentemente de nacionalidade ou status migratório, sendo que nessa senda vamos nos orientar pelas lições de Mauro Cappelletti e Bryant Garth. Em paralelo, vamos reverberar as balizas teóricas que perpassam o exame dos agrupamentos refugiados, tendo como ponto de partida a situação de vulnerabilidade desse coletivo, consoante Hannah Arendt. No que tange à metodologia adotaremos a lógica dedutiva, fazendo uma análise bibliográfica, especialmente centrada nos Direitos Humanos e no Direito Processual Civil, em interdisciplinaridade, além de tangenciar outras cátedras das ciências humanas, tendo como referências normativas a Constituição da República de 1988, a Lei brasileira do Refúgio (Lei nº 9.474/1997), a Lei de Migração (Lei nº 13.455/2017) e os tratados internacionais que versam sobre os assuntos em evidência.

**Palavras-Chave:** Acesso à justiça. Grupos de refugiados. Direitos Humanos.

**Keywords:** Access to justice. Refugee groups. Human rights.

**Palabras clave:** Acceso a la justicia. Grupos de refugiados. Derechos humanos.

<sup>102</sup> Trabalho apresentado no VIII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 24 a 26 de outubro de 2022.

<sup>103</sup> Doutorando em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ. Mestre em Direitos Humanos e Políticas Públicas pelo NEPP-DH/UFRJ. Pós-graduado em Direito Privado pela UCAM. Pós-graduado em Direito Público pela UCAM. Especialista em Direito Privado pela Fesudeperj. Especialista em Direito Público pela Fesudeperj. Bacharel em Direito pela FND/UFRJ. Analista Jurídico da DPERJ. Advogado. Membro do IAB. Email: pedrotpgreco@gmail.com

## 1. Recorte do nosso objeto de estudo

Nesse redigido objetivamos tecer comentários sobre o acesso à justiça que é ofertado aos grupos refugiados. Para cumprir essa tarefa precisaremos detalhar esses macro temas, em separado e depois em conjunto, para que possamos melhor entender os seus propósitos, tendo como farol a mais bem acabada salvaguarda dos direitos humanos das populações refugiadas.

No que diz respeito à metodologia do presente redigido ele levará em conta o método dedutivo, abarcando a leitura dos atos regradores. Ao mesmo tempo, vamos abraçar os patamares constitucional, supralegal, legal em giro nacional e em vertente internacional, sendo que ainda nos apropriaremos dos escritores das ciências humanas, que verticalizam um escopo plural e tolerante, estando Boaventura de Sousa Santos (1996, p. 253) na vanguarda dessa pauta tolerante e aberta às diferenças. Em função disso, haverá um aprofundamento de textos que esmiúçam o acesso à ordem jurídica justa, outrossim, haverá uma investigação atenta dos pensadores que tratam dos agrupamentos refugiados para que possamos após esse esforço mostrar com mais propriedade a nossa visão.

A justificativa para escrever esse compilado está lastreada no objetivo de conferir um melhor e mais dilatado acesso à justiça aos coletivos refugiados, que são presumidamente vulneráveis devido às eventuais diferenças culturais, étnicas, religiosas, linguísticas e demais situações. Em ideia secundária, ressaltamos que hoje o Brasil enfrenta fenômenos xenofóbicos e racistas em relação a esses povos como lembram Gislene Santos e Caio da Silveira Fernandes (2018, p. 144/145), por isso o enfrentamento a essas concepções excludentes e segregadoras também se apresenta como uma fundamentação pertinente dessa pesquisa.

Dessa forma, tencionamos colaborar com o debate acadêmico por meio de reflexões ligadas diretamente ao universo dos refugiados e ao seu direito de obter uma resposta estatal judicial e/ou extrajudicial e/ou por meio de métodos adequados de solução de conflitos (MASC's) e/ou a partir do *jus postulandi* dentro dos juizados especiais, ambicionando aqui um bom apaziguamento do tecido social em que essas pessoas de origem refugiada estejam inseridas, marchando de forma mais vigilante por questões que giram em torno do idioma português, como realçado por Lúcia Maria de Assunção

Barbosa e Bruna Pupatto Ruano (2016, p. 333/334) que viram ser esse um dos gargalos do sistema de justiça em relação às comunidades refugiadas no Brasil.

Em síntese, temos perante nós um recorte instigante que pretendemos conduzir inspirados por ideias inclusivas e humanitárias, para que possamos construir um raciocínio em que todas as agremiações refugiadas possam se sentir protegidas pelos meios de acesso à ordem jurídica justa, aspirando nesse quadro que exista uma efetiva pacificação social.

## **2. Inspirações teórico-humanísticas**

Por conseguinte, faz-se necessário firmar uma das nossas referências teóricas que será Hannah Arendt (2013, p. 7/8), dado que ela nos mostra, em um artigo atemporal, as adversidades enfrentadas por esses grupos. Com isso, vale salientar que a condição do refúgio é uma imposição, ou seja, não existe livre arbítrio em não se tornar um refugiado, sendo esse um status que lhe é determinado por força das circunstâncias (conflito bélico declarado, guerra civil, perseguições étnicas/religiosas/raciais/culturais/políticas, dentre outros motivos previstos na respectiva Convenção internacional e na Lei brasileira do refúgio).

Ainda com esse âmago, Hannah Arendt (2004, p. 343) desdobra questões que versam sobre a desumanização seletiva de algumas pessoas para que elas possam ser consideradas descartáveis, como também lembrou Helion Póvoa Neto (2008, p. 396), sendo esse tipo de ocorrência comum em governos totalitários. Desse jeito, para esses ideólogos autocráticos a figura do refugiado poderia ser desprezada e/ou mercantilizada, visto que ele teria, supostamente, um espaço subalterno nas suas escalas de importância.

Em averiguação completa, a crítica ao sistema de justiça em relação às pessoas também são itens que tencionamos incluir em nosso construto, e para isso a visão de Franz Kafka (1979, p. 52/53) é valiosa para que tenhamos ponderações analíticas de como a entrega da justiça pode ser, não raro, elitista e excludente. Desse jeito, visamos o repúdio à burocratização da justiça, estando esses seres humanos em situações que podem ser labirínticas, resultando em uma ausência de resposta concisa e direta para a resolução das suas questões, como relatado por Kafka em sua alegoria literária.

Em compreensão paralela, Albert Camus (1999, p. 4/5) versa sobre a filosofia do absurdo, explicitando a teoria de que o ser humano vive em um mundo que lhe será,

possivelmente, insensível, comungando de uma falta de humanidade e por isso devemos rechaçar essas indiferenças. Nesse ritmo, notamos que a obra de Camus pesa negativamente sobre as instituições jurídicas e o modo com que elas podem agravar a situação do ser humano, colocando-o diante de um aparato de justiça que pode ser rígido e opressor.

Com essas problematizações anotadas passaremos em esquadrinho o acesso à ordem jurídica justa e assim no que diz respeito especificamente a esse direito humano é impreterível que conheçamos Mauro Capeletti e Bryan Garth (1988, p. 8) que deram notoriedade a noção de que deve existir uma disponibilização igualitária de justiça a todos, em um viés de democratização da justiça, em nada importando condições pessoais como, por exemplo, nacionalidade ou rubrica imigratória. Consequentemente, as colocações desses autores são preciosas, servindo como arrimo para inúmeros estudiosos das ciências humanas, podendo-se dizer que esse trabalho conhecido como “*Projeto Florença*” é proeminente até os dias presentes, como acentuaram Caio Cezar Paiva e Tiago Fensterseifer (2019, p. 43).

Em suma, temos uma tarefa hercúlea posta, porque, muitas vezes, tratamos com acidez o corpo social dos refugiados, sem contar que a nossa justiça pode ser, às vezes, encastelada. Isso demonstraria uma atribulação para que possamos repercutir provocações pertinentes na análise do acesso à justiça dos solicitantes de refúgio e dos refugiados, tendo como arquétipo nessa missão as colocações de Rudolf Von Ihering (2003, p. 60/61) que retratou a necessidade de lutarmos pelo direito e nesses nossos apontamentos verteremos essa peleja para que os coletivos refugiados possam acessar a ordem jurídica justa, nas suas mais distintas faces, de forma correta e satisfatória, independentemente da língua que eles pratiquem.

## Referências

ARENDT, Hannah. **Nós, os refugiados**. Tradução: Ricardo Santos, Universidade da Beira Interior Covilhã, 2013.

ARENDT, Hanna. **Origens do totalitarismo**. Tradução: Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção e RUANO, Bruna Pupatto. Acolhimento, sentidos e práticas de ensino de português para migrantes e refugiados, na Universidade de Brasília e na Universidade Federal do Paraná. **Refúgio e hospitalidade** / Organização de José Antônio Peres Gediél e Gabriel Gualano de Godoy. — Curitiba: Kairós Edições, 2016.

CAMUS, Albert. **O estrangeiro**. Tradução: Valerie Rumjanek. 19 tiragem. Rio de Janeiro: Record, 1999



IHERING, Rudolf von. **A luta pelo direito**. Tradução Mário de Méroe. São Paulo: Centauro, 2003.

KAFKA, Franz. **O processo**. Tradução: Torrieri Guimarães. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

PÓVOA, Helion Neto. O erguimento de barreiras à migração e a diferenciação dos “direitos à mobilidade”. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana - REMHU**, Brasília, v. 16, p. 394-400, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Uma cartografia simbólica das representações sociais: prolegômenos a uma concepção pós-moderna do direito. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. São Paulo, ano 4, n. 13, p. 253-277, jan/mar. 1996.

SANTOS, Gislene e Caio da Silveira Fernandes. Algumas questões sobre o transnacionalismo migratório. **Migrações na América Latina contemporânea: processos e experiências humanas**. Gislene Santos e Nádia P. Floriano (Orgs.) Curitiba: Ed. UFPR, 2018.

**ESTUDO SOBRE O POVO WARAO EM RIBEIRÃO PRETO: diferenças culturais e impasses trazidos pelas instituições brasileiras<sup>104</sup>**

**STUDY ABOUT THE WARAO PEOPLE IN RIBEIRÃO PRETO: cultural differences and impasses brought by Brazilian institutions**

**ESTUDIO SOBRE EL PUEBLO WARAO EN RIBEIRÃO PRETO: diferencias culturales e impases provocados por las instituciones brasileñas**

Ana Clara Fernandes de Souza<sup>105</sup>

Cynthia Soares Carneiro<sup>106</sup>

**Resumo:** Este trabalho teve início com uma pesquisa bibliográfica acerca da população Warao e sua imigração para o Brasil. A partir de documentos disponibilizados pelo ACNUR – Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados - e por instituições brasileiras a respeito da vivência dessa comunidade no Brasil, faz-se um caminho de apresentação: quem são os Warao e como estão no Brasil? A pesquisa foi motivada pela vinda de um grupo dessa etnia para a cidade de Ribeirão Preto. Por meio de uma observação participante, foram realizadas audiências com o Ministério Público de São Paulo, reuniões com Secretários do Governo Municipal para que, junto dessas instituições, fosse realizado um plano de ação para a acolhida dessas famílias na cidade.

**Palavras-Chave:** Warao. Refugiados venezuelanos. Direito e cultura.

**Keywords:** Warao. Venezuelan refugees. Law and culture.

**Palabras clave:** Warao. Refugiados venezolanos. Derecho y cultura.

<sup>104</sup> Trabalho apresentado no VIII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 24 a 26 de outubro de 2022.

<sup>105</sup> Graduanda da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto – FDRP/USP, bolsista de Iniciação Científica do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/CNPq, membro do Grupo de Estudos Migratórios e apoio a Trabalhadores Imigrantes (GEMTI) FDRP/USP. Email: [ana\\_souza@usp.br](mailto:ana_souza@usp.br)

<sup>106</sup> Professora de Graduação e Pós-Graduação da FDRP-USP. Bacharel em História pela FFLCH-USP, Bacharel e Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Franca, Doutora em Direito Internacional pela Faculdade de Direito da UFMG. Email: [cynthia.carneiro@usp.br](mailto:cynthia.carneiro@usp.br).

## **1. Introdução – Um povo indígena da Venezuela**

Os Warao representam a população mais antiga a habitar a região do Delta do Rio Orinoco, na Venezuela. Esse povo vive por lá há, pelo menos, oito mil anos. Dentro dessa longa história, muitos hábitos e costumes se firmaram e consolidaram uma cultura que vive até hoje, apesar das intervenções trazidas pelo homem branco.

A coleta foi a principal atividade econômica desses grupos até o início do século XX. Nesse contexto, as famílias se deslocavam sazonalmente pela região do delta do rio Orinoco de acordo com o período de frutescência das plantas endêmicas da região, bem como das cheias das águas. As famílias percorriam a região em busca de alimentos e, nessa viagem, eles acampavam em habitações temporárias feitas de folhas de palmeiras. Dentre os recursos utilizados, destaca-se o buriti (*Mauritia flexuosa*), considerada pelos Warao “a árvore da vida” (ACNUR, 2021, p. 14).

As intervenções foram muitas nas regiões habitadas pelos Warao. Em 1960 o delta do rio Orinoco foi “revitalizado” por um projeto desenvolvimentista do Governo da Venezuela. As consequências ecológicas dessa intervenção foram o estopim para que o êxodo para as cidades por parte dos Warao se intensificasse. A “revitalização” alterou não só a região do delta do rio Orinoco como também todos os rios que dele se alimentam. A região foi ruralizada sendo transformada para o desenvolvimento de pecuária intensiva e agricultura. A alimentação dos Warao foi drasticamente comprometida pela diminuição da oferta de peixe, bem como da oferta de tubérculos como o “ocumo chino”, devido aos químicos usados na fertilização agrícola.

## **2. As alterações trazidas pela migração forçada para as cidades**

Com toda essa realidade alterada pela migração para as cidades, a forma de subsistência encontrada pelos Warao para se manterem nos centros urbanos foi através da coleta, mas dessa vez, de dinheiro. Para os Warao, o que é chamado na sociedade ocidental de “mendicância” é, na verdade, um trabalho tão digno como qualquer outro, apesar de não ser suficiente para mantê-los com boa qualidade de vida no país para onde migraram.

A organização familiar dos Warao, apesar de ter passado por várias alterações ao longo da história desse povo, é, tradicionalmente, em forma de famílias expandidas.

Esse fato, no contexto migratório, acaba causando conflitos com as instituições brasileiras que, ao fornecer abrigo, raramente oferecem algo que contemple essa organização.

Os hábitos alimentares dos Warao também são bem distintos dos não indígenas. Mesmo habitando centros urbanos há um tempo considerável, são pessoas que se alimentam, majoritariamente, de produtos pouco ou não processados. Sendo os Warao uma população originalmente ribeirinha, a alimentação a base de tubérculos e peixes consiste em uma base alimentar que nutriu essas pessoas por oito mil anos, sendo assim, é extremamente difícil alterar essa dieta, fato que também coloca a cultura Warao em conflito com as instituições brasileiras. Nos abrigos e escolas do Brasil a alimentação é padrão e, dessa forma, a restrição alimentar do grupo acaba dificultando o diálogo com as instituições de acolhimento.

Como exemplo, uma pesquisa realizada que analisou a mudança no sistema alimentar de uma população indígena em decorrência da colonização europeia relatou que as crianças Mbyá-guarani ao consumir a alimentação padrão das escolas desenvolveram problemas como desnutrição e diabetes, que tradicionalmente não existiam nessa população, devido a adição de açúcar e sal na dieta alimentar (BELLINGER, ANDRADE, 2016).

### **3. A imigração para o Brasil**

Até 5 de setembro de 2020, estima-se que mais de cinco milhões de venezuelanos(as) tenham deixado o país. Desse contingente, cerca de cinco mil são indígenas, sendo os Warao 65% dessa população (ACNUR, 2021, p. 23).

O recorrentemente citado estudo do ACNUR sobre os Warao no Brasil descreve extensamente esse processo migratório enfrentado por esse grupo devida à crise vivida na Venezuela.

Nesse contexto, além do já citado documento do ACNUR, é importante citar a existência de um Parecer Técnico do Ministério Público Federal de Manaus relatando como tem sido a adaptação dos indígenas Warao na cidade, onde já estão há alguns anos. Na leitura desse documento é possível identificar que o contato das instituições brasileiras com os indígenas não tem sido realizado de maneira adequada, pois são feitas de forma intimidatória, assustando e vulnerabilizando ainda mais essas pessoas.

#### 4. Resultados – Os Warao em Ribeirão Preto

Igualmente inadequado tem sido a abordagem na cidade de Ribeirão Preto onde atualmente residem 74 indígenas Warao. O trabalho que fundamenta esse resumo expandido resulta de uma vivência junto a essas famílias. Ao longo do ano de 2022, foram feitas várias atividades em prol dessa comunidade como: arrecadação de alimentos específicos de sua dieta, visitas às casas onde residem para conversar sobre suas demandas e a construção de uma equipe de 13 voluntários - a qual integra membros de vários setores da sociedade civil e de instituições públicas - que tem por finalidade ser uma rede de apoio às famílias Warao residentes na cidade.

Em Ribeirão Preto, um grupo que intersecciona o pertencimento a uma etnia indígena e a condição de refúgio, demonstrou o quanto há de estranhamento e despreparo causado pela diferença nas instituições governamentais. Pouco ou nenhum é o conhecimento sobre como abordar uma família que não fala português e que, ainda, pertence a um grupo que vive diferente e entende o mundo de forma diferente.

A coleta causa o impasse com o Conselho Tutelar, a alimentação causa o impasse com a Casa de Passagem oferecida pela Prefeitura... Quando se trata da escola, os problemas são muitos: método de aprendizagem, língua, hábitos alimentares também. Apesar da facilidade no reconhecimento da condição de refugiado, é possível verificar que os direitos humanos do povo Warao não deixaram de ser violados em território brasileiro.

Por ora, o principal encaminhamento desse trabalho foi a elaboração de um pedido de providência escrito pelas autoras deste resumo e assinado por várias instituições como a AMPARE – apoio à refugiados, a Comissão de Direitos Humanos da OAB 12ª Subseção, o Grupo Mulheres do Brasil, o Grupo de Estudos em Direito Migratório e apoio ao Trabalhador Imigrante (GEMTI) da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto – USP e o Conselho Tutelar III de Ribeirão Preto. O documento, o qual continha os resultados da pesquisa feita sobre os Warao e seus direitos, foi enviado ao Ministério Público de Estado de São Paulo (MPSP).

Nessa escrita, foram utilizadas normas internacionais, como a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre povos indígenas e tribais, nacionais, como da Constituição Federal, e municipais, como o Plano Diretor da cidade e a recém-aprovada Lei Nº 14.714 que institui a política municipal de atenção aos imigrantes, refugiados e apátridas. O documento foi formulado com sugestões e requerimentos

para adequação da acolhida Municipal a este grupo de indígenas Warao. São muitas as demandas, mas na elaboração do documento foi dada uma atenção especial ao direito de autodeterminação. Nesse sentido, exige-se que os Warao e suas lideranças tenham participação ativa nas tomadas de decisões que lhes diz-respeito, para que não existam mais violações de sua identidade quando em confronto com as instituições locais.

Além disso, foram realizadas audiências com membros do MPSP, reuniões com o Secretário da Justiça e o Secretário da Casa Civil do Município e também com vereadores da cidade. Juntamente com essas instituições, procura-se formular um plano de ação para que essa população consiga residir na cidade, garantindo moradia digna, acesso das crianças à educação e assistência social e médica a todos os membros do grupo.

## Referências

ACNUR. **ATUAÇÃO DO ACNUR JUNTO ÀS REDES LOCAIS EM APOIO À POPULAÇÃO INDÍGENA WARAO NO SUDESTE E SUL DO BRASIL: BOAS PRÁTICAS E LIÇÕES APRENDIDAS**. Disponível em: <[https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/05/210531\\_ACNUR\\_RelatorioWarao.pdf](https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/05/210531_ACNUR_RelatorioWarao.pdf)>. Acesso em: 05 de set. de 2022.

ACNUR. **Nota Informativa para municípios sobre chegadas espontâneas de população venezuelana, incluindo indígenas**. Disponível em: <<https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/Nota%20Informativa.pdf>>. Acesso em: 05 de set. de 2022.

ACNUR. **OS WARAOS NO BRASIL**. Contribuições da antropologia para a proteção de indígenas refugiados e migrantes. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/04/WEB-Os-Warao-no-Brasil.pdf>>. Acesso em: 05 de set. de 2022.

ACNUR. **Brasil reconhece mais 7,7 mil venezuelanos como refugiados**. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2020/08/28/brasil-reconhece-mais-77-mil-venezuelanos-como-refugiados/>>. Acesso em: 05 de set. de 2022.

BRASIL. **Ação Civil Pública Cível**. 10013656-82.2021.4.01.4200. Defensoria Pública da União e Ministério Público Federal X União Federal.

BELLINGER, Carolina; ANDRADE, Lúcia M. M. de. **Alimentação nas escolas indígenas: desafios para incorporar práticas e saberes**. Comissão Pró-Índio de São Paulo, São Paulo, p. 1-44, maio 2016. Disponível em: <[https://cpisp.org.br/wp-content/uploads/2016/05/Alimentacao\\_Escolas\\_Indigenas.pdf](https://cpisp.org.br/wp-content/uploads/2016/05/Alimentacao_Escolas_Indigenas.pdf)>. Acesso em: 02 jun. 2022.

PEREIRA, Paulo Fernando Soares; NETO, Joaquim Shiraishi. **Um pouco além dos territórios: o direito fundamental dos povos indígenas a uma educação diferenciada**. Revista Jurídica da Presidência Brasília v. 18 n. 116 Out. 2016./Jan. 2017 p. 603-632.

Ministério Público Federal. **Parecer Técnico acerca da situação dos indígenas da etnia Warao na cidade de Manaus, provenientes da região do delta do Orinoco, na Venezuela**. SEAP/PGR – 000794/2017. Disponível em: <[https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo\\_noticia/41250\\_20170530\\_143844.PDF](https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/41250_20170530_143844.PDF)>. Acesso em: 05 de set. de 2022.

## OS PROCESSOS DE DES-RE-TERRITORIALIZAÇÃO E MULTITERRITORIALIDADE DOS VENEZUELANOS NA REGIÃO NOROESTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO<sup>107 1</sup>

### THE PROCESSES OF DE-RE-TERRITORIALIZATION AND MULTITERRITORIALITY OF VENEZUELANOS IN THE NORTHWEST REGION OF THE STATE OF RIO DE JANEIRO

### LOS PROCESOS DE DES-RE-TERRITORIALIZACIÓN Y MULTITERRITORIALIDAD DE LOS VENEZOLANOS EN LA REGIÓN NOROESTE DEL ESTADO DE RÍO DE JANEIRO

Anderson Barbosa de Lima<sup>108</sup>

**Resumo:** Na geografia, o território, visa a compreensão de relações de poder reproduzidas no espaço. Na pós-modernidade, ganha novas atribuições e perspectivas, se readaptando e se fragmentando regularmente. Ainda na atualidade, a multiterritorialidade é reproduzida a partir da globalização e das migrações, permitindo novas (re)adaptações. É neste contexto que o trabalho vigente discute novos processos territoriais referentes aos venezuelanos que se deslocam para outros territórios, que até então não eram inclusos em tais processos, representando novos destinos, se (re)modificando e obtendo atributos inéditos, como o Noroeste Fluminense, que devido à política de interiorização, foi impactada pelas dinâmicas migratórias. Com o objetivo de identificar os desdobramentos territoriais referentes aos processos de deslocamento dos venezuelanos, propõe-se clarificar a questão da multiterritorialidade no mundo globalizado, representada pelos territórios-redes e as diásporas. Com uma metodologia qualitativa que abarca uma revisão bibliográfica acerca do tema proposto e a aplicação de entrevistas semiestruturadas, entende-se relevante destacar essas dinâmicas originais, discutindo o impacto de movimentos migratórios em espaços distantes do tradicional eixo das capitais e dos grandes centros urbanos brasileiros, como o interior do Rio de Janeiro.

**Palavras-Chave:** Multiterritorialidade. Território. Venezuelanos.

**Keywords:** Multi-territoriality. Territory. Venezuelans.

**Palabras clave:** Multiterritorialidad. Territorio. Venezolanos.

<sup>107</sup> Trabalho apresentado no VIII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 24 a 26 de outubro de 2022.

<sup>108</sup> Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Mestrando em Sociologia Política, Email: [andersonbarbosa1991@gmail.com](mailto:andersonbarbosa1991@gmail.com).

## Introdução

Na geografia, o território se desterritorializa e se reterritorializa sincronicamente e intrinsecamente, tornando-se frequente na modernidade, com a (re)adaptação e novos desdobramentos de espaços. Ainda na contemporaneidade, constata-se que a reterritorialização é a principal ordem do território, pois dispõe de uma rede complexa (BRAGA, 2010; HAEASBAERT, 2004). Com isso, evidencia-se a multiterritorialidade, vista como uma nova faceta da organização territorial, apresentando uma não-hierarquização espacial.

Esses processamentos são notados entre aqueles que se migram, pois exercem a sua des-re-territorialização: iniciando pela desterritorialização, ao sair do seu território natal, deixando para trás símbolos familiares. Em seguida, ocorre a reterritorialização, com a readaptação de um novo espaço e reconstrução de novos símbolos territoriais e, por fim, a territorialização, constituindo novas apropriações.

Tal experiência é observada entre os venezuelanos que se desterritorializam devido às dificuldades enfrentadas pelo seu país, e se reterritorializam em novos espaços como Colômbia, Equador, Peru e Espanha (ACNUR, 2018). Já no Brasil, devido à sua proximidade fronteiriça, muitos deles se concentram em Roraima, acirrando conflitos com a população e a classe política local, além de sobrecarregar os já defasados serviços públicos.

Como saída pra amenizar o impacto, implementa-se a política de interiorização, medida política-administrativa que coordena o deslocamento de venezuelanos para diversas localidades (XAVIER, 2021). Dentre esses novos territórios, destaca-se o Noroeste Fluminense, região apartada dos grandes centros urbanos brasileiros e conhecida pela sua fraca dinâmica migratória e socioeconômica com o restante do estado.

A proposta da temática desponta com a investigação evidenciada originalmente no trabalho de conclusão de curso em Licenciatura em Geografia pelo Instituto Federal Fluminense que analisa a migração e o processo de interiorização de venezuelanos no Noroeste Fluminense.

## Objetivos

O presente trabalho surge inicialmente com a intenção de compreender as razões da imigração venezuelana para o interior do estado do Rio de Janeiro. Desde



então, busca-se identificar e determinar os desdobramentos territoriais reproduzidos a partir das transformações exigidas pelo mundo globalizado, assimilando os dinamismos migratórios em novos espaços considerados longínquos dos polos tradicionais de concentração de dinamismos migratórios.

## **Metodologia**

Utilização da revisão bibliográfica de temas relacionados ao objeto da pesquisa, com a consulta de artigos, livros e revistas, além da aplicação de entrevistas semiestruturadas.

## **Resultados**

Graves desestabilizações que ocorrem em determinadas regiões são um dos motivos pelo qual milhões de pessoas se deslocam, realizando procedimentos de des-re-territorialização. Haesbaert (2004) indica que a desterritorialização, vinculada aos processos de (re)territorialização, precisam serem postas a eventos de instabilidades ou de precarização territorial, especialmente naqueles impossíveis de ordenarem e efetivarem um controle sobre os seus domínios.

É nessa conjuntura que se encontra a Venezuela, nação que nos últimos anos vive um profundo conflito político e socioeconômico, sendo a principal causa do êxodo de milhões de pessoas. Esse deslocamento pode ser caracterizado como um processo de diáspora.

No território brasileiro, alguns desses venezuelanos se realocam para diversos espaços devido à interiorização, realizando a des-re-territorialização, ao estabelecer em locais até então incógnitos, se readaptando as peculiaridades, (re)construindo um novo vínculo baseado na reterritorialização, e na reelaboração de novas identificações com o território.

Assim, a partir das entrevistas com os venezuelanos, são observadas dificuldades iniciais de identificação durante a reterritorialização, especialmente devido as diferenças socioculturais e linguísticas. A posteriori, constatam-se que tais adversidades são gradativamente reduzidas com o apoderamento de simbolismos locais e a adaptação apoiada na integração com a sociedade.

Atualmente, as migrações são as principais representações da multiterritorialidade, vista como a “possibilidade existente na globalização de se poder

estabelecer processos de apropriação em pontos distantes do espaço e envolvendo escalas diferentes” (FUINI, 2017 p. 20). Diante disso, multiplica-se a reformulação ou a exclusão de fronteiras, e a (re)construção de novos territórios, sendo um tópico “pós-moderno”, de uma reterritorialização complexa e não-hierárquica.

Muitas vezes, esses espaços que outrora não eram impactados por esses processos, se incluem nas dinâmicas migratórias e nas (re)adaptações territoriais, devido ao avanço da globalização técnico-informacional e da multiplicação dos territórios-rede, ganhando funções e características inéditas.

Um exemplo disso é a região Noroeste Fluminense, que registra cerca de 35 pessoas venezuelanos entre os anos de 2018 e 2019, nos municípios de Itaperuna e Italva<sup>109</sup>, incorporando-se então ao arranjo dos fluxos migratórios contemporâneos.

## Discussão

É necessário ter em mente que o território não é inalterável, imutável e fixo, pois uma de suas maiores características justamente é a sua capacidade de se fragmentar, (re)adaptar, (re)transformar e multiplicar, carregando em si a ideia de desintegração e dinamismo. Com isso, é crucial descartar a noção comum de totalidade, fixidez e estabilidade.

Enes; Bicalho (2014) observam que esses processos são fartamente comuns na contemporaneidade, exigindo constantes (re)arranjos e formatos, com o desmembramento e reagrupamento de territórios e dos seus símbolos inerentes.

Na pós-modernidade, representada pelo avanço tecnológico das comunicações e dos transportes, a predominância do ciberespaço e a compressão do espaço-tempo, multiplicam-se as transformações e fragmentações territoriais, no qual o território é consequência da territorialização dos meios e dos ritmos (HAESBAERT, 2004).

O território é entendido como uma associação de apropriação ou de domínio de uma sociedade sobre o seu espaço, agregando as mais diversas variações de mobilidade, constituindo um território-rede. Com a sua difusão, o método reticular torna-se imperante com os seus fluxos em rede, conectando alguns pontos específicos do espaço, comprimindo as suas distâncias (HAESBAERT, 1999; 2006).

Agregado ao território-rede, amplia-se a multiterritorialidade, com a

---

<sup>109</sup> Dados disponíveis em: < <https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/numeros-imigracao-internacional/sinre-sismigra/>>. Acesso em 03 ago. 2022.

reestruturação e as novas delimitações das fronteiras. Uma das maiores representações da multiterritorialidade seria a da diáspora, significativo na contemporaneidade.

Haesbaert (2004) considera que as diásporas representam a movimentação espacial de pessoas próprias a um grupo com uma identidade cultural íntegra que se dispersam pelo mundo, viabilizando encontros heterogêneos que advém anteriormente da consolidação dos meios de transportes rápidos e da difusão da comunicação instantânea, permitindo com que os que estão em deslocamento, solicitem uma nova conceituação de território, o território-rede, pois abrangem um, ou diversos, territórios descontínuos, relativamente flexíveis e conectados em rede (HAESBERT; GONÇALVES, 2005).

Entretanto, Massey (2017) adverte que na atual fase da globalização há a manipulação ambígua de imaginários geográficos contraditórios, em que uma delas é a existência de um falso discurso de locomobilidade livre a nível mundial, fundado numa utopia de um mundo sem fronteiras.

### **Considerações Finais**

Constantes (re)configurações instituem a organização de territórios. Desmembramentos, reformas e alterações nas delimitações são alguns dos elementos vigentes nos fatores territoriais que vivenciam a des-re-territorialização. Tais ações parecem se acirrar na pós-modernidade tão marcada pela reterritorialização e a multiterritorialidade, devido ao discurso de quedas de fronteiras e a compressão espacial com o progresso dos meios de transporte e de comunicação. Adjunto a isso, o aumento dos movimentos migratórios pressiona os espaços a se (re)ajustarem constantemente, visto que a mobilidade articulada em redes não hierarquizadas impõe a reconstrução territorial, inserindo espaços que antigamente não reproduziam tais condições.

### **Referências**

ACNUR. **Relatório anual de 2018**. 2019. Disponível em: <[https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/11/UNHCR\\_BR\\_19-H6-DonorReport\\_r4-Revised-WEB.pdf](https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/11/UNHCR_BR_19-H6-DonorReport_r4-Revised-WEB.pdf)>. Acesso em 08 ago. 2022.

BRAGA, R. M. **Território, rede e multiterritorialidade: uma abordagem conceitual a partir das corporações**. Revista Geografias, p. 26-36, 2010.

ENES, E. N. S.; BICALHO, M. G. P. **Desterritorialização/reterritorialização: processos vivenciados por professoras de uma escola de Educação Especial no contexto da educação inclusiva.** Educação em Revista, v. 30, n. 1, p. 189-214, 2014.

FUINI, L. L. **O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações.** Geografia Ensino & Pesquisa, v. 21, n. 1, p. 19-29, 2017.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_. **Ordenamento territorial.** Boletim goiano de Geografia 26.1. p. 117-124, 2006.

\_\_\_\_. **Região, Diversidade Territorial e Globalização.** GEOgraphia, – Ano. 1, nº 1, p. 15-39, 1999.

\_\_\_\_.; GONÇALVES, C. W. P. **A nova des-ordem mundial.** Unesp, 2005.

MASSEY, D. **Globalização: o que significa para a geografia?** Boletim Campineiro de Geografia, v. 7, nº 1, 2017. P. 227-235.

XAVIER, F. C. C. **A interiorização como um direito social universalizável.** Revista Direito GV, v. 17, 2021.

**BRAZIL/CANADÁ:  
fotografia, identidade e migração<sup>110</sup>**

**BRAZIL/CANADÁ:  
photography, identity and migration**

**BRAZIL/CANADÁ:  
fotografía, identidad y migración**

Bruno Belli Sinder<sup>111</sup>

**Resumo:** *Fotografias de família cumprem importantes e variadas funções durante processos migratórios: construção de memórias, negociação de identidade e comunicação com família e amigos, entre outras. Este artigo discute fotografias de família de imigrantes brasileiros ao Canadá obtidas durante o projeto curatorial Brazil/Canadá e as entrevistas realizadas com os participantes como parte do projeto. Também são discutidas as escolhas curatoriais e editoriais realizadas durante a produção de uma exposição e fotolivro a partir das fotografias. Através de análises das fotografias enviadas e uma discussão teórica a partir da literatura na área de estudos de fotografia, este artigo explora o potencial que eventos de fotografia tem em mediar experiências migratórias.*

**Palavras-Chave:** *Fotografia de Família. Migração. Identidade.*

**Keywords:** *Family Photography. Migration. Identity.*

**Palabras clave:** *Fotografía Familiar. Migración. Identidad.*

<sup>110</sup> Trabalho apresentado no VIII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 24 a 26 de outubro de 2022.

<sup>111</sup> Doutorando em Arte e Cultura Visual na University of Western Ontario. [bsinder@uwo.ca](mailto:bsinder@uwo.ca).

## 1. Introdução

Quanto depende a construção da identidade da afirmação de presenças, ou, em outras palavras, de se colocar em lugares? A fotografia, talvez como qualquer outra prática representativa, pode ser vista tanto como registradora quanto como produtora do mundo – eventos, objetos, relações, locais. Em um contexto de migração, questões de identidade, relacionalidade e pertencimento tornam-se ainda mais centrais e evidentes. Que papel pode a fotografia ocupar nestes processos? O que significa pertencer, conectar e se relacionar com e através da cultura em um mundo pós-internet cada vez mais globalizado?

De acordo com o censo Canadense de 2016, havia cerca de 30.000 imigrantes brasileiros morando no país. (Statistics Canada, 2017) Este número não inclui residentes temporários, como aqueles em vistos de estudo, então a comunidade é provavelmente bem maior do que isso. A expectativa é que o censo de 2022, que terá seus resultados publicados em breve, mostre um aumento drástico no número de brasileiros residindo no país.

O projeto Brazil/Canadá, discutido neste artigo, nasceu de um desejo de estudar a produção fotográfica desses imigrantes durante suas jornadas de imigração a fim de melhor compreender o papel da fotografia na negociação e (re)construção da identidade nestes novos espaços, assim como suas funções sociais e comunicativas. Fotografias funcionam simultaneamente como uma maneira de documentar e marcar a presença física no novo território e como um modo de ordenar e fazer sentido dos novos arredores e do papel do indivíduo nestes (Sandbye, 2014), além de preservar laços com aqueles que ficaram distantes.

## 2. Metodologia e Processo

Este projeto teve início com uma chamada por participantes disseminada em redes sociais. Dez imigrantes brasileiros no Canadá se voluntariaram para enviar suas fotografias de família e participar de uma entrevista sobre suas trajetórias de migração e fotografias. Os participantes foram convidados a enviar entre 10 e 50 fotos que considerassem mais significativas e representativas de sua imigração para o Canadá. Essas fotos foram então reunidas e publicados em um arquivo público online.

Durante as entrevistas, conversei com os participantes sobre as histórias por trás das fotografias enviadas, suas expectativas em relação ao Canadá criadas através de fotografias e vídeos do país que haviam visto anteriormente, seus hábitos de fotografia no dia a dia, maneiras como se mantém em contato com familiares e amigos no Brasil, entre outros tópicos. Utilizando as fotografias e trechos das entrevistas, publiquei um fotolivro chamado “Brazil/Canadá: A Collective Family Album” e realizei uma exposição homônima na Artlab Gallery em London. Tanto o livro quanto a exposição exploraram o formato do álbum de família tradicional e as possibilidades oferecidas por ele para contar a história de uma comunidade.

Este artigo discute as fotografias e entrevistas através de uma lente interdisciplinar, fazendo uso de teorias dos estudos culturais, humanidades digitais, teoria da arte e sociologia.

### **3. Fundamentação Teórica e Discussão**

O primeiro estudo da fotografia de família foi feito por Pierre Bourdieu em seu livro “Photography: A Middle-Brow Art”, publicado inicialmente em 1965. Empregando uma estrutura sociológica, Bourdieu buscou entender por que a fotografia de família se tornou tão difundida e quais eram seus usos. Com base em entrevistas, ele concluiu que a função primordial da fotografia era documentar os pontos altos da vida de uma família, reforçando laços e criando uma memória coletiva por meio dos processos coletivos de seleção de quais fotografias são tiradas, mantidas e exibidas. Esses insights informaram uma longa tradição de pesquisa tanto em sociologia quanto, mais tarde, em estudos culturais e cultura visual, que analisam a fotografia vernacular como uma forma de entender como certas práticas representacionais informam a construção de identidades de grupos e indivíduos.

O tema da fotografia de família foi explorado por vários pesquisadores a partir da década de 1990, com contribuições de teóricos como Marianne Hirsch (1997), Jo Spence e Patricia Holland (1991) e Martha Langford (2001). Muitos desses trabalhos exploram o formato do álbum de família, a memória pessoal e cultural e a relação entre histórias pessoais e coletivas. Hirsch discute a relação entre fotografia, memória e família no contexto de eventos traumáticos que perduram por gerações, muitas vezes mediados por imagens. Langford chama a atenção tanto para a natureza material dos

próprios álbuns fotográficos quanto para os processos narrativos e performativos que eles carregam e engendram. “Family Snaps”, uma coleção de artigos e ensaios fotográficos editados por Jo Spence e Patricia Holland, informa minha abordagem sobre a relação da fotografia pessoal com a negociação de identidade e com a possível expansão e transformação das fotografias de família em narrativas maiores de comunidade, etnia, ou outras experiências compartilhadas.

Com a transição da fotografia analógica para a digital, o álbum de família foi em grande parte substituído por arquivos digitais privados em computadores ou, mais recentemente, celulares. Além disso, a criação de redes sociais e ferramentas para a instantânea transmissão de fotografias para pessoas em outro país mudou profundamente o papel da fotografia na vida de migrantes. Mais do que uma maneira de registrar a história familiar, fotografias se tornaram uma maneira de estar próximo à família e a amigos fisicamente distantes.

A minha pesquisa explora estas variadas funções da fotografia no contemporâneo e discute o quanto da teoria de fotografia produzida no século XX se aplica ao uso contemporâneo do meio e a necessidade de desenvolver novas perspectivas teóricas para abranger os novos papéis da fotografia digital.

#### 4. Conclusão

Através das fotografias coletadas e entrevistas realizadas, foi possível adquirir um melhor entendimento de como a fotografia é utilizada por imigrantes brasileiros no Canadá. Diversos exemplos demonstram as diferentes funções desempenhadas pela fotografia no contemporâneo e os variados espaços através dos quais ela circula.

A interseção entre fotografia vernacular e estudos migratórios é um campo promissor e ainda pouco explorado, oferecendo muitas possibilidades para futuras pesquisas. A base de dados criada durante este projeto, disponível publicamente online, pode servir como ponto de partida para futuras pesquisas em diversas áreas além da cultura visual, incluindo história, antropologia e sociologia.

#### Referências

AZOULAY, Ariella. **The Civil Contract of Photography**. New York: Zone Books, 2014.

BHABHA, Homi. **The Location of Culture**. London: Routledge, 1994.



BOURDIEU, Pierre. **Photography: A Middle-Brow Art**. Oxford: Polity Press, 1990.

CAMPT, Tina. **Image Matters: Archive, Photography, and the African Diaspora in Europe**. Durham: Duke University Press, 2012.

HIRSCH, Marianne. **Family Frames: Photography, Narrative and Postmemory**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1997.

LANGFORD, Martha. **Suspended Conversations: The Afterlife of Memory in Photographic Albums**. Kingston: McGill-Queens's Press, 2001.

LIEN, Sigrid. **Pictures of Longing: Photography and the Norwegian-American Migration**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2018.

SANDBYE, Mette. **Looking at the Family Photo Album: a Resumed Theoretical Discussion of why and how**, *Journal of Aesthetics & Culture*, 6:1, 2014.

SPENCE, Jo and HOLLAND, Patricia Holland, eds. **Family Snaps: The Meanings of Domestic Photography**. London: Virago Press, 1991.

STATISTICS CANADA. **Immigrant population by selected places of birth, admission category and period of immigration, Canada, provinces and territories, census metropolitan areas and areas outside of census metropolitan areas, 2016 Census**. <https://www12.statcan.gc.ca/census-recensement/2016/dp-pd/dv-vd/imm/index-eng.cfm> Acesso em: 20/07/2022.

## **AS MEMÓRIAS DE UM LUGAR DE MEMÓRIA:<sup>112</sup> imagens e narrativas da Saara**

### **MEMORIES OF A “PLACE OF MEMORY”: images and narratives from Saara**

### **LAS MEMORIAS DE UM “LUGAR DE LA MEMORIA”: imágenes y narrativas del Saara**

Daniela Martins Nigri<sup>113</sup>

**Resumo:** O presente trabalho se dedica a investigar as memórias das comunidades diaspóricas que viveram no espaço ocupado pela Sociedade dos Amigos das Adjacências da Rua da Alfândega (SAARA), no centro da cidade do Rio de Janeiro. O local de análise foi habitado por grupos de migrantes provenientes de países árabes desde o fim do século XIX que, anos depois, o transformaram em um famoso centro comercial popular a céu aberto. A partir de bases metodológicas da história oral, nos propomos a entrevistar antigos moradores e comerciantes da região. Desse modo, objetivamos discutir como as memórias das diásporas árabes e judaicas são atualizadas neste “lugar de memória” (NORA, 1993).

**Palavras-Chave:** Espaço urbano. Memória. Diáspora.

**Keywords:** Urban space. Memory. Diaspora.

**Palabras clave:** Espacio urbano. Memoria. Diaspora.

<sup>112</sup> Trabalho apresentado no VIII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 24 a 26 de outubro de 2022.

<sup>113</sup> Mestranda em Comunicação e Cultura pelo PPGCOM UFRJ e integrante do grupo de pesquisa Diaspotics. E-mail: danimartinsnigri@gmail.com.

## 1. A presença no centro do Rio de Janeiro

No final do século XIX, os portos, sobretudo do Rio de Janeiro e de São Paulo, começaram a receber migrantes do Oriente Médio, em sua maioria sírios e libaneses. Os grupos que procuraram as zonas centrais das cidades “reuniram-se em São Paulo, na rua 25 de março. No centro do Rio de Janeiro, na rua da Alfândega. Em Porto Alegre, às ruas General Andrade Neves e Voluntários da Pátria. Em Belo Horizonte, à rua dos Caetés” (TRUZZI, 2007, p. 363). No caso particular da cidade carioca, a rua da Alfândega e adjacências faziam parte da chamada Freguesia de Sacramento, que apresentava “no censo populacional de 1890, o maior número dos oriundos da ‘Arábia’”. Os imigrantes de origem ‘turca’, como referência o censo, também constavam como maioria nessa freguesia” (RIBEIRO, 2000, p. 42). Uma generalização equivocada fez com que, no Brasil, estes migrantes fossem chamados de turcos, devido a presença do Império Otomano em determinados países árabes.

Estas migrações foram ainda mais intensificadas nas primeiras décadas do século XX, quando famílias de árabes e judeus – em sua maioria fugidas de guerra – consolidaram de fato uma comunidade nas proximidades da rua da Alfândega. Entre os fatores que impulsionaram os deslocamentos em massa, estava a crise política e social provocada pela Primeira Guerra Mundial. No entanto, o quadro colonial “dos mandatos francês e inglês sobre a Síria, Líbano e Palestina que sucederam o período bélico mundial foram fatores que tiveram um impacto direto no surgimento e na dinâmica da emigração para as Américas” (PINTO, 2010, p. 27).

Os migrantes árabes recém-chegados no centro do Rio de Janeiro moravam na parte de cima dos sobrados e em sua maioria trabalhavam como mascates, tornando-se posteriormente comerciantes. Em meados do século XX, a rua, outrora lugar de morada, voltou-se apenas para os fins comerciais. Mesmo diante deste novo cenário, uma forte vida social sobreviveu na região que, por sua vez, foi atravessada por diferentes ameaças de remoções. Um dos fatores que motivou o surgimento formal da associação Saara em 1962 foi resistir à tentativa de demolição dos sobrados pelo governo Carlos Lacerda, que pretendia construir a Via Diagonal em seu lugar. Embora a Saara tenha resistido e integrado o projeto de preservação estatal do Corredor Cultural em 1983, não foram raros os episódios de incêndios que se sucederam por conta de fiações antigas e má preservação.

No entanto, encontramos hoje na segunda e terceira gerações de descendentes dos primeiros migrantes que se estabeleceram neste espaço. Portanto,

sobrevive um convívio particular entre os descendentes de árabes e judeus e os novos migrantes do leste asiático – sobretudo chineses e coreanos – que chegaram na região desde a década de 1990.

Nesta perspectiva, é possível compreender a Saara a partir do conceito de lugar de memória. Para Nora, “os lugares de memória são, antes de mais nada, restos” (NORA, 1993, p. 12). São lugares que ocupam um espaço na topografia social, que possibilitam a experiência simbólica entre os vivos e os mortos, e que resistem ao esquecimento. Tais lugares evocam os “sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade” (Ibid, p. 13). Tal qual a ideia de um palimpsesto, estes carregam as marcas testemunhais do passado.

De acordo com Carvalho (2019), poucas imagens são tão adequadas quanto a de um palimpsesto para se referir às camadas complexas que formam as cidades contemporâneas. “Combinando os gregos pálin (“novamente”) e psáo (“eu raspo”), o palimpsesto designa um manuscrito no qual o primeiro texto é raspado, permitindo que o pergaminho ou tabuleta de argila seja usado para uma nova escrita” (CARVALHO, 2019, p. 30). Os lugares das cidades, seja quando reutilizados ou quando destruídos, evidenciam os diferentes usos atribuídos a eles no tempo.

## **2. Entre lembranças e novos convívios**

Devido à idade avançada dos descendentes de árabes e judeus, a prioridade das entrevistas desta pesquisa foi dada, até então, a estes grupos. Para tanto, optamos pelo uso das técnicas de história oral, que partem de processos dialógicos e da subjetividade dos entrevistados. “As fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez” (PORTELLI, 1997, p. 31). Desse modo, o ato de lembrar não significa reviver um momento em sua integridade, mas implica em reconstruí-lo, entre imagens e ideias, a partir de experiências atuais.

Durante as entrevistas sobre as “novas” memórias da Saara, voltamos a nossa atenção para o entorno material, “aquele que ocupamos, por onde sempre passamos, ao qual sempre temos acesso, e que em todo o caso, nossa imaginação ou nosso pensamento é a cada momento capaz de reconstruir” (HALBWACHS, 1990, p. 143). Isto posto, serão destacados na sequência alguns trechos transcritos de três entrevistas filmadas em julho de 2022.

Rebeca, uma das mais antigas moradoras da região, conta aos 92 anos que, na década de 1920, seu pai veio de Sidon, no Líbano, e a sua mãe de Alexandria, no Egito. De família judaica, ela conta:

*Naquela época eles não faziam distinção entre o Líbano e a Síria, depois é que começaram a falar: 'vocês vieram do Líbano', 'vocês vieram na Síria'. O passaporte do meu pai era sírio. Meu pai quando veio, foi morar na rua da Alfândega, na casa de uma família síria. Depois vieram os irmãos, a minha avó e as filhas. Aí eles começaram a trabalhar e morar na rua General Câmara, mas nós fomos despejados de lá para poder fazer a Presidente Vargas. Era 1942. Eles demoliram as nossas casas e deram 30 dias para a gente sair.*

A família de Rebeca foi despejada da rua General Câmara, próxima a atual região da Saara, no momento da demolição da Praça Onze de Junho, executada pelo prefeito Henrique Dodsworth. Até chegar o momento da demolição, ela se recorda com entusiasmo de sua infância junto aos outros filhos de migrantes, das “brincadeiras na rua, de roda, de amarelinha”. Bem como, ela se lembra das ajudas mútuas entre as famílias. “As famílias que tinham poucos filhos alugavam quartos nos sobrados. A minha tia alugou para uma moça que veio da Palestina”, conta Rebeca.

Já Joel, aos 80 anos, trabalha em uma loja de tecidos na rua Senhor dos Passos, e mantém algumas amizades com pessoas que conhece desde a sua infância vivida nesta rua. Sua família chegou ao centro da cidade em 1937, de Saidnaya, na Síria. Entre as suas lembranças da rua Senhor dos Passos, ele diz que “chegado o dia 31, tinha um negócio de praxe lá, e eu não sei porque, mas todas as famílias quebravam as louças, jogavam das sacadas, porque os sobrados todos tinham sacada”. No que se refere ao convívio entre as identidades árabes e judaicas nestas ruas, Joel diz que:

*o pessoal que já passava da meia idade às vezes discutia pelas esquinas. Mas mesmo com essas últimas guerras, não tinha muito atrito. Eu não acho legal quando escuto: imagina se juntar árabes e judeus. Eu digo: tem centenas, milhares. Tem gente que é libanês e judeu.*

Quando perguntado sobre a sua vida atual na Saara, Joel conta: “agora saio para dar uma volta e não encontro muita gente. Eu queria que aquele conjunto voltasse no tempo. Porque não mudou para melhor, mudou para pior. Os prédios não têm uma boa manutenção”. De modo similar, Carlos, que aos 60 anos de idade trabalha em uma loja na rua da Alfândega, diz que “dá impressão que querem apagar o centro do Rio né, uma tristeza”.

A família de Carlos chegou do norte do Líbano em 1947. Ele conta que o aprendizado com o comércio foi transmitido pela oralidade dentro e fora de casa, e sustenta o discurso sobre uma origem mítica fenícia. Ele fala que: “os fenícios eram

comerciantes desde a origem. Na fala, a gente mais ou menos aprende que tudo é troca”.

No que diz respeito à convivência com os migrantes do leste asiático, Carlos diz que:

*eles chegaram aqui com um nível de desconfiança altíssimo, mas nós fizemos um negócio com um deles e agora ele faz parte da nossa associação comercial. Ele percebeu que é possível se relacionar com outros imigrantes, ou mesmo com os já nascidos aqui.*

Como membro da segunda geração, ele fala sobre a importância das amizades criadas nas ruas: “você não tem a sensação de estar somente trabalhando, você tem uma sensação de estar vindo para um clube que você frequenta, e também trabalha e ganha a vida”.

Por fim, ressaltamos que as entrevistas realizadas até este momento, com árabes e judeus de gerações diferentes, têm mostrado experiências múltiplas vividas em uma mesma região. Observamos diferentes perspectivas sobre a vida social da Saara hoje, bem como com o convívio entre árabe e judeus, e com os migrantes do leste asiático. No entanto, todos os relatos manifestam um afeto sobre o Saara, bem como o desejo de evitar o seu apagamento. Embora este espaço tenha se transformado nos últimos anos – com a pandemia do covid-19 e o respectivo esvaziamento do centro da cidade – os seus rastros ainda possibilitam religar as gerações passadas, presentes e futuras.

## Referências

CARVALHO, Bruno. **Cidade porosa: dois séculos de história cultural do Rio de Janeiro**. Tradução de Daniel Estill. Rio de Janeiro: Objetiva, 2019.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História**. São Paulo, n. 10, dez, 1993.

PINTO, P. **Árabes no Rio de Janeiro: uma identidade plural**, Rio de Janeiro, Cidade Viva Editora, 2010.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. Tradução Maria Therezinha Janine Ribeiro. São Paulo: **Projeto História**, São Paulo, n. 14, pp. 25-39, fev. 1997.

RIBEIRO, Paula. **Saara: uma paisagem singular na cidade do Rio de Janeiro (1960-1990)**. Dissertação (História Social) – Pontifícia Universidade Católica/PUC-SP, São Paulo, 2 v., 2000.

TRUZZI, Oswaldo. A presença árabe na América do Sul. **História Unisinos**, vol. 11: 359-366, 2007.

**IRMÃOS DE ALÉM-MAR?**  
**Ensaio sobre vestígios da imigração portuguesa no Brasil<sup>114</sup>**

**BROTHERS FROM BEYOND SEA?**  
**Essay on traces of Portuguese immigration in Brazil**

**¿HERMANOS DEL ALLÁ DEL MAR?**  
**Ensayo sobre rastros de la inmigración portuguesa en Brasil**

Mario Luis Grangeia<sup>115</sup>

**Resumo:** Nos dois séculos de imigração portuguesa no Brasil independente, não foram raras as menções de um povo lusófono ao outro como “irmão de além-mar”. Mas tal referência seria adequada? Este ensaio compila vestígios que permitem lastrear respostas de leitora/es à questão. Para tanto, recupera relatos dos séculos XIX e XX legados por escritores e por outros intelectuais. As fontes primárias incluem textos do português Francisco Gomes de Amorim e do brasileiro Raul Pompéia e estudos de historiadoras sobre conflitos luso-brasileiros na imprensa e no mercado de trabalho cariocas do século XIX. Há evidências de que houve antilusitanismo em solo brasileiro, assim como se lê noticiário que aponta o antibrasileirismo em solo português neste século XXI.

**Palavras-Chave:** Portugueses no Brasil. Discurso. Identidade de imigrantes.

**Keywords:** Portuguese immigrants in Brazil. Speech. Immigrant identity.

**Palabras clave:** portugués en Brasil. Discurso. identidad del inmigrante.

<sup>114</sup> Trabalho apresentado no VIII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 24 a 26/10/2022. Para citar, favor contatar autor, pois ensaio é trecho de futuro livro.

<sup>115</sup> Analista de comunicação do Ministério Público Federal e pesquisador associado do Albert Hirschman Centre on Democracy (IHEID Geneva), doutor em Sociologia (UFRJ), [mario.grangeia@gmail.com](mailto:mario.grangeia@gmail.com).

Assim como uma grande parte dos brasileiros não encobrem a aversão que têm aos que são seus irmãos de além-mar, há alguns que nos agasalham com afeto verdadeiramente fraternal; mas, infelizmente, é o menor número. (Francisco G. de AMORIM, 1854)

(...) em cavaqueira [conversa] é o *macaco*; na imprensa é o *nosso irmão d'além-mar*. (Eça de QUEIRÓS, 1890)

Sendo no discurso oficial designados países irmãos, Portugal e Brasil são irmãos separados à nascença. Separados de facto, porque não cresceram juntos, não têm os mesmos códigos, nem verdadeira cumplicidade. (Leonor XAVIER, 2016)

Há um provérbio português que diz “bocado de mau pão, não o comas, nem o dê a teu irmão”. Quem discordará? Essa frase tem uma variante: “bocado de mau pão, nem para ti, nem para o teu cão”. Cito-a, senão por outros motivos, por remeter à ideia de não fazer a terceiros o que não se faz a si.

### **Bocado de mau pão...**

Ouvia piadas de Manuéis e Joaquins na infância e confesso, filho e neto de portugueses, que até repassei algumas. “Manuel saiu apressado de carro, não viu que ia na contramão até o guarda o parar e perguntar aonde ia. ‘Ora, pá, estava a *ire* ao teatro, mas devo estar atrasado, pois estão todos a *voltaire*’.” Eu não via o ridículo de estereotipar a inteligência e o sotaque de estrangeiros compatriotas dos Grangeias...

Não deixaram saudade esses chistes de gosto duvidoso, ditas “piadas de salão” por falta de palavrões ou algo constrangedor ao senso comum daqueles fins de século XX. Sabe a última do...? Ninguém objetava aludir a português estúpido, judeu sovina...

Talvez um episódio de 2019 na Universidade de Lisboa soe um revide de mau gosto ao uso da identidade lusa para rir. Ali, brasileiros foram alvo da hostilidade sem sutilezas de um grupo de alunos de Direito. Puseram caixote de madeira com pedras e o cartaz “Grátis se for para atirar a um ‘zuca’ (que passou à frente no mestrado)”. “Brasuca” lá e “portuga” aqui são termos que ecoam histórico de atritos com imigrante de idioma comum. E tem crescido noticiário de discriminação a crianças brasileiras lá.

Bem pior do que piadas de português era o preconceito elevado à violência física ou simbólica. Uma testemunha do antilusitanismo na Amazônia do século XIX foi o



escritor Francisco Gomes de Amorim, que virou ativista antimigração após viver em Belém e Alenquer/PA em 1837-46 (GRANGEIA, 2020). Ele saíra aos 9 anos do Minho, onde aliciadores diziam que se ganharia muito trabalhando pouco e que haveria muitas mulatinhas bonitas e pretos refrescando o ar com leques dourados. Foi caixeiro de patrões lusos e, por não ser tão servil, foi morar no Xingu, onde virou seringueiro.

Não poupou tinta ao retratar a aversão aos seus. A peça *Ódio de raça*, um libelo abolicionista, atacou maus-tratos a negros africanos e brancos portugueses, mais explorados por compatriotas. A trama exibía rejeições entre pretos, mulatos e portugueses, que atraíam desconfiança peculiar. “Cuida que é só vir lá da sua terra roubar-nos o nosso dinheiro”, diz o escravo mulato Domingos ao caixeiro Manuel, que se queixaria: “cuidei que te deixava [Portugal] para vir a um país de irmãos, e recebem-me como inimigo!” (AMORIM, 1869[1854], p. 25-6). A imagem do português como interesseiro era usual.

Portugueses eram vítimas frequentes de revoltas incluindo disputas nas relações credor-devedor. Na Revolta Praieira (PE, 1848-50), circulou a quadrinha “Cabra bixo do Brasil/ Nascido na casa forte,/ Já não teme a luza gente/ Pois se leva a xicote” (A Voz do Brasil. n. 76. 17/11/1848 *apud* QUINTAS, 1961, p. 35) e uns queriam expulsar portugueses solteiros. Seu pleito de nacionalizar lojas voltou anos depois nos motins “mata-marinheiros”, de ataques em casas lusas e espancamentos até de quem só parecia português.

### **... não o comas...**

Foi comum culpar imigrantes portugueses pelos preços altos de alimentos e de itens importados. A defesa de limitar o varejo para brasileiros teve pico nos anos 1890, quando o antilusitanismo tradicional foi agravado pela disparada da inflação, que comerciantes lusos atribuíam a fatores como a menor produção alimentar pós-abolição e a turbulência política. A fração de lojas e casas de aluguel de portugueses era tal no Rio (v. João Romão do romance *O cortiço*, p. ex.) que atraiu a ira de aliados de Floriano Peixoto automeados jacobinos que suspeitavam de conspiração de estrangeiros contra ele e a República. O custo de vida catalisou o jacobinismo, quando a imigração acirrou a luta por trabalho e as queixas de exploração.

O jornal *O Jacobino* atribuiu àqueles imigrantes até o câmbio desvalorizado e a prostituição na capital. Para “limpar” a nação até ela ficar próspera, queria expulsar

estrangeiros críticos a brasileiros na imprensa e impedir famílias de casar filhas com portugueses. Liberdades civis eram vistas por publicistas de *O Jacobino* como desculpa para proteger portugueses, ou fetiche de bacharéis, segundo Hahner. Em outros jornais florianistas, a autora viu queixas da “maligna influência portuguesa” no comércio do Rio. Outro porta-voz do antilusitanismo foi o escritor Raul Pompéia (1892 *apud* CARVALHO, 1987), que, no jornal, disse ver dois povos: o brasileiro republicano nacionalista e o estrangeiro, sobretudo português, antinacional e monarquista.

Ainda antes daqueles arroubos ultranacionalistas, sentimentos lusófbos eram lidos em cartas anônimas à comunidade lusa. Uma de 1891 prometeu “represálias que chegarão até o dinamite, o punhal ou o incêndio a pessoas e bens dos súditos portugueses, suspeitos de conspiradores [...] essa Nação de exploradores sem entranhas. Recomeça a guerra dos mascates! Guerra à Nação portuguesa! Fora essa raça de judeus do ocidente” (*apud* SANTOS JUNIOR, 2011, p. 107). Acusavam até sua ingerência na política interna.

Em lutas nas ruas cariocas, gritos de “Mata galegos” incitavam a violência contra os lusos. Conterrâneos xingavam de “galego” quem topava ter salários baixos que não aceitava em Portugal (certos trabalhos lá só atraíam gente da Galícia, vizinha mais pobre). Mas o xingamento se difundiu mesmo após 1822 e a abdicação do trono por D. Pedro I e ficou mais popular pela alta concorrência no mercado de trabalho da capital na Primeira República (RIBEIRO, 1990). Aquele grito podia precipitar escaladas de insultos ou agressões sanguinolentas e traduzia ressentimentos de trabalhadores locais com o luso. Patrões viam brasileiros como vadios e desordeiros.

### **... nem o dê a teu irmão**

Quem vive no Rio de Janeiro e outras cidades brasileiras ainda vê portugueses com comércios, como meu avô materno em 1953-83 – a imigração só recuou de vez nos anos 1970 após queda relativa de 1930 até 1950. Sou neto de casal da Bairrada fixado num bairro carioca da zona oeste e vejo o antilusitanismo de outrora perder espaço em debates identitários sem merecer ser apagado por ser distante.

Pouco se fala de imigrantes aqui até por eles não chegarem a 0,5% da nossa população há tempos. É intrigante, porém, persistirmos alheios a tal pauta candente mundo afora, ainda mais com a crescente mobilidade – ora livre, ora aplacada – entre

as diversas fronteiras. O tema parece só ressurgir no Brasil diante de entradas em massa, com haitianos e venezuelanos das ondas do início ou fim dos anos 2010.

Quando havia listas telefônicas e “orelhão”, a Telemar exibiu propaganda na TV onde um português panificador ficou popular entre vizinhos por anunciar na lista (“ô, Manuel da padaria!”, saudavam-no). Eu curti mínimas menções a imigrantes lusos, que sempre julguei menos lembrados – embora mais numerosos – que japoneses e italianos. Nada como Zeca Baleiro (2002) cantar em beijar o português da padaria em “Telegrama”, num afeto ausente em tantas representações de lusitanos.

\*\*\*

Não importam tanto os antecedentes de atrito entre pessoas estrangeiras uma à outra. Nem importa o que fazemos desses antecedentes alheios a nós. Aliás, corrijo-me: tanto fatos anteriores como desdobramentos importam. Só sublinho que, por mais que o passado negue o mito hoje corrente do brasileiro sempre receptivo ao imigrante, é fácil condenar pecado de gerações que nos precedem a partir de textos como este.

Não é com a postura de magistrados que fomos convidados a rever indícios da aversão entre cidadãos com limites imaginários que ora os afastam, ora os aproximam. Talvez a soma de vestígios acima informe menos de pessoas de carne e osso, e mais desses isolamentos antissociais; afinal, não é só de migrantes, ainda menos só de Portugal, que tais indícios tratam.

## Referências

AMORIM, F. G. de. **Ódio de raça**. Lisboa: Typ. Universal de Thomaz Quintino Antunes, 1869.

AZEVEDO, A. **O cortiço**. Porto Alegre: L&PM, 2019.

BALEIRO, Z. “Telegrama”. In: **Pet Shop Mundo Cão**. São Paulo: MZA/Abril, 2002. 1 disco.

CARVALHO, J. M. de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GRANGEIA, M. L. **Sonho e pão: sagas da imigração portuguesa no Brasil** (site). 2017. Disponível em <<https://medium.com/sonho-e-pão>>. Acesso em: 28/7/2022.

\_\_\_\_\_. Imigração na literatura: escritores portugueses e a vida no Brasil. **Letrônica**. 13(3). PUCRS, 2020. p. 1-15.

\_\_\_\_\_; SOUZA, D. M. Portugueses em *O cortiço* e *Emigrantes*: migração como degeneração ou miragem. **O eixo e a Roda: Revista de Literatura Brasileira**. 29(3). UFMG, 2020. pp. 188-206.

HAHNER, J. E. Jacobinos versus Galegos: Urban Radicals versus Portuguese Immigrants in Rio de Janeiro in the 1890's. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**. v. 18, n. 2. 1976. pp. 125-154.

RIBEIRO, G. S. **Mata Galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SANTOS JUNIOR, J. J. G. dos. Jacobinismo, antilusitanismo e identidade nacional na República Velha. **Historiæ**. 2(2). 2011. p. 107-122.

QUEIRÓS, E. de. **Uma campanha alegre**. v. 1. Lisboa: Companhia Nacional Editora, 1890.

QUINTAS, A. **O sentido social da Revolução Praieira: ensaio de interpretação**. Recife: Imprensa Universitária, 1961.

XAVIER, L. **Portugueses do Brasil e brasileiros de Portugal**. Lisboa: Oficina do Livro, 2016.

**REFÚGIO E COVID-19:  
impactos de dois desastres para refugiados empreendedores<sup>116</sup>**

**REFUGEES AND COVID-19:  
impacts of Two Disasters on Enterprising Refugees**

**REFUGIADOS Y COVID-19:  
repercusiones de dos catástrofes para los refugiados  
empreendedores**

Estevão Cristian da Silva Leite<sup>117</sup>

Fábio Soares da Silva<sup>118</sup>

Matheus Henrique Junqueira de Moraes<sup>119</sup>

Tharcisio Cotta Fontainha<sup>120</sup>

**Resumo:** Este trabalho tem por objetivo apresentar os resultados parciais de uma pesquisa que vem sendo desenvolvida no âmbito do Programa de Engenharia de Produção da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e investiga os processos de colaboração mútua entre pessoas em processo de refúgio. No que diz respeito à metodologia, a pesquisa é classificada como multimetodológica, e utiliza como método “guarda-chuva” a Design Science Research - DSR. A coleta de dados empíricos se deu por meio da realização de entrevistas semiestruturadas com dez pessoas refugiadas empreendedoras na cidade do Rio de Janeiro, no período de maio a agosto de 2022. O recorte utilizado diz respeito à relação entre “mercado de trabalho e processo empreendedor” e “impacto da pandemia da covid-19”. E os resultados apontam que a crise humanitária de refugiados somada à pandemia de Covid-19 aprofundou as vulnerabilidades e trouxe ainda mais desafios para as pessoas em processo de deslocamento forçado.

**Palavras-Chave:** Refugiados. Covid-19. Empreendedorismo.

**Keywords:** Refugees. Covid-19. Entrepreneurship.

**Palabras clave:** Refugiados. Covid-19. Emprendimiento

<sup>116</sup> Trabalho apresentado no VIII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 24 a 26 de outubro de 2022.

<sup>117</sup> Mestrando em Engenharia de Produção no PEP/UFRJ e Professor do Instituto Federal do Rio de Janeiro, e-mail: [estevao.leite@pep.ufrj.br](mailto:estevao.leite@pep.ufrj.br).

<sup>118</sup> Doutorando em Educação Profissional PPGEPI/IFRN e Professor do Instituto Federal do Rio de Janeiro, e-mail: [fabio.silva@ifrj.edu.br](mailto:fabio.silva@ifrj.edu.br).

<sup>119</sup> Mestrando em Direito do PPGD/UFRJ, e-mail: [matheushjmoraes@gmail.com](mailto:matheushjmoraes@gmail.com)

<sup>120</sup> Doutor em Engenharia de Produção e professor do PEP/UFRJ, email: [fontainha@pep.ufrj.br](mailto:fontainha@pep.ufrj.br)

## 1. Introdução

O Estatuto de Refugiados, que define as condições de reconhecimento da pessoa refugiada, foi criado pela Convenção da ONU de 1951 (UNITED NATIONS, 1951). No caso brasileiro, a Lei nº 9.474 (BRASIL, 1997) além de definir os mecanismos da implementação do referido estatuto, também irá reconhecer como refugiado todo indivíduo que, devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro lugar.

Até o final de 2021 estima-se que 89,3 milhões de pessoas estão em situação de deslocamento forçado, dessas, 27 milhões de pessoas estão refugiadas e 4,6 milhões estão em processo de solicitação de refúgio (UNHCR, 2021). No Brasil já foram analisadas mais de 71 mil solicitações de refúgio e cerca de 200 mil pedidos aguardam a análise por parte do Comitê Nacional para Refugiados – CONARE (JUBILUT, 2021).

A este contexto, soma-se a pandemia de COVID-19, causada pelo vírus SARS-CoV2, que traz grandes desafios para a população mundial, em especial para as populações com maior grau de vulnerabilidade socioeconômica e que já se encontram em condição de população afetada por outro desastre, como é o caso das crises humanitárias que afetam as pessoas refugiadas (PANDEY, 2020). Neste sentido, tem-se que ambos os fenômenos – crise humanitária e a própria pandemia - podem ser categorizados como desastres, ou seja, como um fenômeno social de caráter disruptivo, envolvendo eventos induzidos por fatores de origem humana, como a degradação ambiental e os perigos tecnológicos, e também por aspectos naturais, sejam geológicos, meteorológicos e biológicos, segundo a definição de Perry e Quarantelli (2005).

O presente trabalho tem como objetivo analisar o impacto da Covid-19 na vida e nos negócios geridos por pessoas refugiadas na cidade do Rio de Janeiro. Pretende-se contribuir para a proposição de soluções que facilitem o processo de acolhimento, integração e proteção internacional no Brasil.

Salienta-se que este resumo é parte de uma pesquisa de mestrado que estuda os processos de colaboração mútua entre pessoas em processo de refúgio, desenvolvida no âmbito do Programa de Engenharia de Produção da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

## 2. Métodos

Em relação aos métodos, a pesquisa é classificada como multimetodológica, e utiliza como método “guarda-chuva” a *Design Science Research* - DSR, conforme descrito por Collatto et al. (2018). Neste resumo é apresentado um recorte dos resultados obtidos com as entrevistas com pessoas refugiadas que empreendem na Cidade do Rio de Janeiro. Essa etapa compõe a fase de conscientização do problema prevista na DSR.

A análise de conteúdo é realizada por meio de uma discussão entre trabalhos que tratam dos impactos da Covid-19 na vida de refugiados, obtidos a partir de uma revisão de literatura, e as respostas das pessoas entrevistadas quando perguntadas sobre o tal impacto.

A coleta de dados se deu a partir da realização de entrevistas semiestruturadas. Ao todo foram entrevistadas 10 (dez) pessoas refugiadas, entre os meses de maio e agosto de 2022, na Cidade do Rio de Janeiro, de forma presencial e virtual (por videoconferência), seguindo um protocolo de pesquisa composto por roteiro e questionário semiestruturado. Tal instrumento está organizado a partir de cinco dimensões, a saber: dados pessoais e socioeconômicos; processo de refúgio e colaboração mútua; mercado de trabalho e processo empreendedor; impactos da covid-19; e, uso de tecnologia. Neste estudo discutem-se especificamente as dimensões de mercado de trabalho, processo empreendedor e impacto da Covid-19.

Destaca-se que tal protocolo está aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro – CFCH/UFRJ.

## 3. Resultados e discussões parciais das entrevistas com refugiados empreendedores na Cidade do Rio de Janeiro

As pessoas que participaram das entrevistas são caracterizadas da seguinte forma: 80% dos participantes são homens e 20% mulheres com faixa etária entre 22 e 49 anos, moradores da Zona Norte, Subúrbio da cidade do Rio de Janeiro e Baixada Fluminense. 80% dos entrevistados são pessoas que possuem como país de origem a República Democrática do Congo e outros 20% são compostos por venezuelanos.

Em relação à escolaridade: 40% dos entrevistados possuem Ensino Superior Completo, concluídos em seus países de origem; 20% possuem formação técnica de Ensino Médio; 30% possuem o Ensino Médio Completo; e 10% cursam o Ensino Superior no Brasil.

Em relação à situação de emprego e negócios: 30% se encontram desempregados e atuam como vendedores ambulantes de maneira informal; 30% possuem emprego formal e também empreendem no ramo de alimentos e comidas típicas; 20% possuem empreendimentos formalizados; 10% atuam como *freelancer* e possui atividade relacionada à produção cultural; e 10% possuem negócio, mas ainda na informalidade.

Por fim, em relação à renda: 30% dos entrevistados apontam receber menos de um salário mínimo; 30% recebem entre um e dois salários mínimos; e 40% apontam receber entre dois e quatro salários mínimos.

Na dimensão mercado de trabalho e processo empreendedor, os entrevistados responderam perguntas que versavam sobre suas principais fontes de renda, percepção de autossuficiência, motivação empreendedora, apoio no processo empreendedor e as diferenças na renda familiar se comparado ao seu país de origem.

Na Figura 1 apresenta-se o cartão de insight com os principais desafios apontados pelos entrevistados.

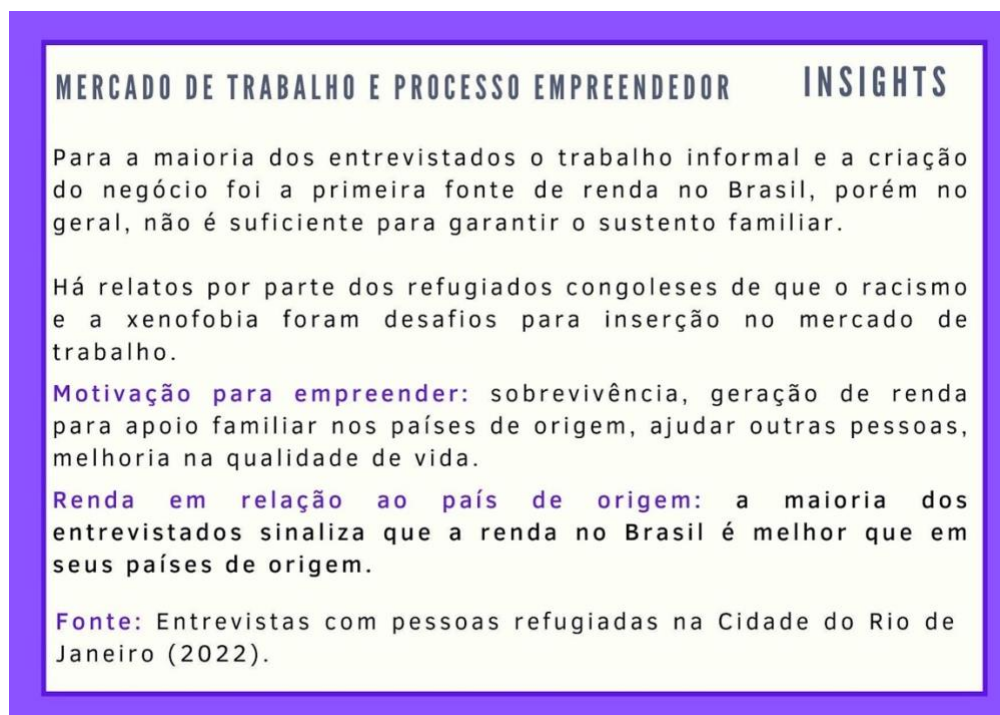


FIGURA 1 – Cartão de insight sobre mercado de trabalho e processo empreendedor.  
FONTE – O AUTOR, 2022.



As entrevistas indicam que os refugiados enfrentam muitos desafios para a inserção no mercado de trabalho, destacam-se principalmente as dificuldades culturais e de idioma, a xenofobia e o racismo. Criar o próprio negócio torna-se uma alternativa para geração mínima de renda, porém em geral, os entrevistados indicaram não o perceber como suficiente. Além disso, a maioria dos entrevistados sinalizaram ter contado com ajuda de outros refugiados e de organizações humanitárias durante seu processo empreendedor. Quando perguntados sobre a renda familiar em relação aos países de origem, os refugiados venezuelanos responderam que possuem uma maior renda no Brasil, porém entre os refugiados congolese alguns sinalizaram que essa é uma pergunta complexa, pois no Brasil não necessariamente suas formações prévias são reconhecidas e no geral possuem dificuldades de se inserir no mercado de trabalho em cargos compatíveis com os do seu país de origem.

Na impactos da Covid-19, os entrevistados foram perguntados sobre como a pandemia impactou seus negócios e vida. Na Figura 2 são apresentados os principais dados coletados

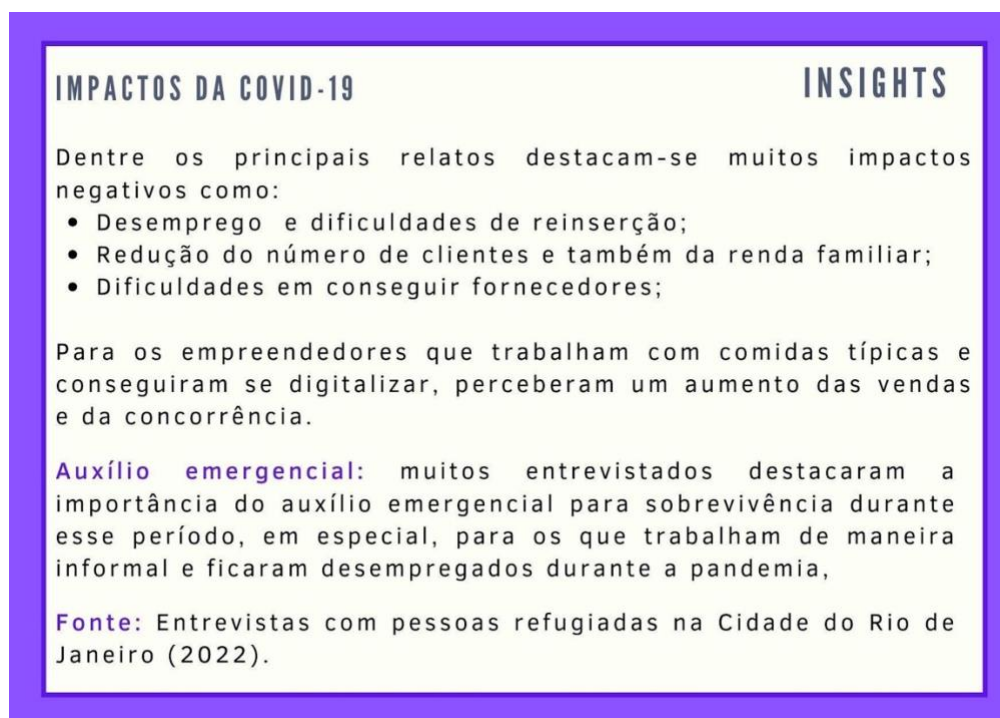


FIGURA 2 – Cartão de insight sobre impactos da Covid-19.  
FONTE – O AUTOR, 2022.

Os entrevistados, em especial congolese, sinalizaram um impacto muito negativo da pandemia de Covid-19, onde 3 dos 10 entrevistados ficaram desempregados durante esse período. Para os que já estavam empreendendo antes

da pandemia, os impactos estão ligados à redução do número de clientes e dificuldades em conseguir fornecedores de matérias-primas. Em contraponto para os refugiados venezuelanos, que atuam com comidas típicas de seus países, num primeiro momento precisaram se digitalizar e assim as vendas durante a pandemia tiveram um aumento, mas com o tempo houve também um aumento da concorrência.

#### 4. Considerações Finais

A crise humanitária de refugiados somada à pandemia de Covid-19, aprofundou as vulnerabilidades e trouxe ainda mais desafios para as pessoas em processo de deslocamento forçado. O presente resumo apresenta parte dos resultados obtidos da investigação em desenvolvimento e que estão sendo utilizados para orientar a construção de uma solução que tem por objetivo promover a interação e a colaboração mútua entre pessoas refugiadas e organizações que atuam ou desejam atuar na crise humanitária de refugiados. A solução, identificada como Rede Refugia, é um serviço prestado por meio de uma plataforma que será apresentada com mais profundidade na pesquisa de mestrado.

#### Referências

BRASIL. **LEI Nº9.474, DE 22 DE JULHO DE 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências.1997**, 1997.

COLLATTO, D. C. et al. Is Action Design Research Indeed Necessary? Analysis and Synergies Between Action Research and Design Science Research. **Systemic Practice and Action Research**, 2018.

JUBILUT, L. L. et al. Reconhecimento de Status de Refugiado pelo Brasil: Dados dos primeiros 20 anos da Lei 9.474/97. 2021.

RODRIGUES, I. de A.; CAVALCANTE, J. R.; FAERSTEIN, E. Pandemia de COVID-19 e a saúde dos refugiados no Brasil. **Physis**, v. 30, n. 3, p. 1–14, 2020.

UNHCR. **GLOBAL TRENDS DISPLACEMENT FORCED IN 2021** Copenhagen, Denmark, 2021.

Disponível em: <<https://www.unhcr.org/62a9d1494/global-trends-report-2021>>.

UNITED NATIONS. Convenção Relativa Ao Estatuto Dos Refugiados (1951)<sup>1</sup>. In: Cultural Anthropology, 1951, **Anais**.1951.

ZANKER, F. L.; MOYO, K. The Corona Virus and Migration Governance in South Africa: Business as Usual? | Der Corona-Virus und Migrationspolitik in Südafrika: Weiter wie bisher? **Africa Spectrum**, v. 55, n. 1, p. 100–112, 2020.

## THE UNFINISHEDNESS IN THE MIGRATION TRAJECTORIES OF RED CROSS USERS IN MÁLAGA, SPAIN<sup>121</sup>

### A INCOMPLETUDE NAS TRAJETÓRIAS MIGRATÓRIAS DE USUÁRIOS DA CRUZ VERMELHA EM MÁLAGA, ESPANHA

### LA INCOMPLETITUD EN LAS TRAYECTORIAS MIGRATORIAS DE USUARIOS DE LA CRUZ ROJA EN MÁLAGA, ESPAÑA

João Paulo Rossini<sup>122</sup>

**Abstract:** *The goal here is to introduce unfinishedness as an intrinsic part of migration processes. First, I mobilize the migration trajectories framework to challenge the linear, bipolar, and teleological perspectives on human movement. Then, I present the context where the migrants studied are embedded and the fieldwork conducted at the Red Cross in Málaga. Finally, I give two examples of unfinishedness in their migration trajectories. To conclude, I state that researchers should interpret migration as an open system rather than an integration process.*

**Keywords:** *Migration trajectories. Red Cross. Unfinishedness.*

**Palavras-Chave:** *Trajetórias migratórias. Cruz Vermelha. Incompletude.*

**Palabras clave:** *Trayectorias migratorias. Cruz Roja. Incompletitud.*

<sup>121</sup> Trabalho apresentado no VIII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 24 a 26 de outubro de 2022.

<sup>122</sup> Mestre Erasmus Mundus: Migrations Transnationales pela Université de Lille e em Sociology – Migration and Cultural Diversity pela Université libre de Bruxelles, email: [jprossini96@gmail.com](mailto:jprossini96@gmail.com)

## Migration trajectories and unfinishedness

Historically, the sociology of migration tackles the international fluxes of people mainly from the perspective of two main research problems (REA; TRIPIER, 2008, p. 5). The *causes* of migration, as well as their impact in the societies migrants left, in the places where they pass through, and in their destinations. Also, with the studies regarding what is normally called *integration*, “the settlement of immigrants, their acculturation and their acquisition of a social, economic and political position in the settlement state” (ibid.).

During the last years, most of the works about refugee and forced migration have followed this dual tendency, focusing on its causes and consequences rather than on broader processes involved in their movement and how different types of journeys converge and are interdependent (AMIT; KNOWLES, 2017).

Migration trajectories are “open spatio-temporal processes with a strong transformative dimension” that “may consist of multiple journeys going in various directions” (SCHAPENDONK ET AL., 2020, p. 2). From the perspective of those who are on the move, a trajectory is a multiplicity of possible trajectories that are “always likely to become something else”, as the process is affected by migrants’ orientations, personal projects, options, and narratives about where they came from, where they are going to, as well as by more or less clear plans that are subject to change according to personal and collective circumstances (GRILLO, 2007, p. 200-201).

Understanding migration as a trajectory is a way to move away from linear, bipolar descriptions of movements and go beyond the hegemonic research about states’ integration agendas (SCHAPENDONK ET AL., 2020). First, because within this framework movement itself and its interruptions are as important as departure and arrivals (MAINWARING; BRIGDEN, 2016). Second, the migration trajectories question the very nature of being a migrant, since from this perspective it is not clear when movement begins and ends; consequently, when migration ceases to be of primary relevance to orientate research (SCHAPENDONK ET AL., 2020).

Assuming this point of view allows us to avoid reinforcing the social scientific existing imagination according to which a migrant must integrate into a receiving society, to be included or excluded there, two modes of conclusion (SCHINKEL, 2018, p. 8) regarding their lives.

As migrants, individuals are affected by their unfinishedness, the uncertainty about the future, and by the fact that they live alongside and through structural and

material forces (BIEHL; LOCKE, 2017) they do not control and ultimately influence their trajectories. Upon arrival at a destination, the migrants are subjects still under construction, with options that position them between what can or cannot happen, an aspect of the social experience that generates their living (BIEHL; LOCKE, 2017) in the present.

They are becoming, a process that can be defined as: “To become is never to imitate, nor to ‘do like’, nor to conform to a model (...). There is no terminus from which you set out, none which you arrive at or which you ought to arrive at” (DELEUZE; PARNET, 1987, p. 2). Hence, there is no way of anticipating the incomes of migration projects. Nor if or when the movement in the territory will stop. The migrants are constantly negotiating with the world to achieve their goals – that may change.

## **Context and fieldwork**

The data gathered for this article is from the fieldwork conducted for my master’s work defended in August 2022 at the Université libre de Bruxelles. As an intern at the Centro de Acogida Integral de Inmigrantes (CAI) of the Red Cross in Málaga, Spain, from July to September 2021, I interviewed seven workers and 13 migrants from the Maghreb and Sub-Saharan Africa who lived in the center or had already left and were still in the reception system. I kept online contact with some of them until July 2022. These migrants were non-white people who could not support themselves financially in Málaga.

Due to its geographic position in southern Europe, throughout the last years Málaga received thousands of migrants who wanted to reach the continent. The Full Reception Center is an open center for migrants who crossed one of Spain’s external borders irregularly. It is part of the first phase (*fase 0*) of the Spanish Humanitarian Program of Attention to Immigrant Persons, when the Red Cross identifies if the newcomers present social, physical, or psychological vulnerabilities. The Center receives up to 50 adults and families at a house with a multidisciplinary team to assist their participation in Spanish society.

The users are initially entitled only to six months in the Center, which can become one year if any vulnerability is detected. To legitimate their stay and be able to be admitted to the following phases of the Spanish migrant reception system, migrants should provide proof of either being underage or eligible for international protection.

When these options do not work, they are classified as economic migrants and do not have the right to receive any support or documents to live in Spain.

My interlocutors claimed security, economic, and family reasons to migrate to Spain. They believed their lives would be better after crossing long distances irregularly to get to Europe. During the fieldwork at the Red Cross, I could observe moments when the unfinishedness of their trajectories took place, especially when new facts kept happening and ramifying their future possibilities. In other words, the indeterminacies left their lives open (BIEHL; LOCKE, 2017).

### **Unfinished life stories in motion: two examples**

In this last section, I will briefly present two examples of unfinishedness in the trajectories studied. Situations like the following were recurrent among the migrants and took place after they arrived in Málaga.

#### Abdeladim: the imminence of remigrating

In our interview, the 35-year-old Moroccan Abdeladim had just completed five out of six months he was entitled to at the Red Cross. The Spanish government had refused his asylum application, and Abdeladim would soon be out of the migrant reception system. He felt uncomfortable being in a migrant center and desired to be independent, to work, even irregularly. During the last days we had contact, due to the weak labor market in Málaga, Abdeladim told me about the possibility of moving to other Spanish cities, France, or Belgium to find work. He also had plans to form a family. At that moment, his next steps were still to be defined.

#### Mamadou: negotiating with the Spanish reception system

The 20-year-old Ivorian Mamadou was in the last step (*fase 2*) of the Spanish migrant reception system, the preparation for autonomy. He received support from the government to rent an apartment in Málaga and had a work permit. When we met, Mamadou had a 3-month temporary work as a warehouse assistant and still had the right to some more months of financial aid before completing the maximum of one year in phase 2. As he did not have social networks to help him in Europe, he decided to stay as long as possible in the Spanish reception system. While we kept in contact, it was clear that he liked to live in Málaga but not what he would do if we did not find a job before the financial assistance ceased.

In the first section, I introduced the migration trajectories concept and its relation to unfinishedness. The objective is to relativize the tendency to interpret migrant movements as linear, bipolar, and part of states' migrant integration agendas. Then I presented the context of the fieldwork in the Red Cross Málaga. Finally, I exemplified unfinishedness in migration trajectories with two cases of life stories that are in motion.

This work contributes to migration studies because it brings a new standpoint on migration trajectories: unfinishedness. Instead of the classical tendency to interpret the migration experience as an integration process, closed, rigid, and teleological, researchers should understand it as an open system. Acknowledging that future possibilities for its participants multiply and complexify. New contributions in the field might explore the role of unfinishedness in migration.

## References

- AMIT, V.; KNOWLES, C. (2017). Improvising and navigating mobilities. **Theory, Culture & Society**, 34(7-8), 165-179.
- BIEHL, J.; LOCKE, P. (Eds.) (2017). **Unfinished: The Anthropology of Becoming**. Duke University Press. 400 p.
- DELEUZE, G.; PARNET, C. (1987). **Dialogues**. The Athlone Press. 157 p.
- GRILLO, R. (2007). Betwixt and Between: Trajectories and Projects of Transmigration. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, 33(2), 199-217.
- MAINWARING, C. and BRIGDEN, N. (2016). Beyond the border: clandestine migration journeys. **Geopolitics**, 21(2), 243-262.
- REA, A. and TRIPIER, Maryse (2008). **Sociologie de l'immigration**. La Découverte.
- SCHAPENDONK, J.; van LIEMPT, I.; SCHWARZ, I.; STEEL, G. (2020). Re-routing migration geographies: migrants, trajectories and mobility regimes. **Geoforum**, 116, 211-216.
- SCHINKEL, W. (2018). Against 'immigrant integration': for an end to neocolonial knowledge production. **Comparative Migration Studies**, v. 6, n. 31, pp. 1-17.

**XENOFOBIA RACIALIZADA:  
implicações no contexto do deslocamento forçado<sup>123</sup>**

**RACIALIZED XENOPHOBIA:  
implications in the context of forced displacement**

**XENOFOBIA RACIALIZADA:  
implicaciones en el contexto del desplazamiento forzado**

Denis Barreto da Silva<sup>124</sup>

**Resumo:** O presente trabalho centra-se em dois aspectos: o deslocamento forçado como um tipo de migração contemporânea no Brasil, e as implicações daquilo que no âmbito dessa reflexão denominamos de xenofobia racializada. A migração forçada comumente está relacionada a situações, tais como: crises econômicas, guerras, conflitos étnico-raciais, epidemias e desastres naturais. Parte-se do pressuposto que tais situações, somadas ao racismo estrutural presente desde a gênese da sociabilidade brasileira, apresentam-se como obstáculos para integração de um determinado grupo de deslocados forçados que por suas características étnico-raciais e culturais são alvos de racismo e xenofobia.

**Palavras-Chave:** Deslocamento forçado. Xenofobia. Racismo.

**Keywords:** Forced displacement. Xenophobia. Racism.

**Palabras clave:** Desplazamiento forzoso. Xenofobia. Racismo.

<sup>123</sup> Trabalho apresentado no VIII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 24 a 26 de outubro de 2022.

<sup>124</sup> Doutorando em Cotutela: Serviço Social (PUC-SP) Ciências Econômicas (UGA- Grenoble- França). Possui graduação em Serviço Social pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (2012), mestrado em Évaluation&Management des Politiques Sociales Université Pierre-Mendès-France - Grenoble II (2015) e mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2015). e-mail: denis.obcp@gmail.com



## 1. INTRODUÇÃO

De acordo com um relatório sobre pobreza e direitos humanos, divulgado em 2017 pela Organização Interamericana de Direitos Humanos (OEA), as pessoas que vivem em condição de pobreza são mais vulneráveis ao tráfico para fins de exploração laboral e/ou sexual. Ainda de acordo com o mesmo relatório, povos indígenas e afrodescendentes, que são discriminados por motivos raciais, étnicos e sociais, e que também vivem em situações de pobreza, são mais sujeitos a tais situações.

Argumenta-se que as circunstâncias ora referidas, somadas ao racismo estrutural resultam na exposição dessa população a uma situação de vulnerabilidade e risco social, levando um contingente significativo de pessoas a se deslocar em busca de melhores condições de vida.

Ao chegar aos seus locais de destino, migrantes forçados se deparam com uma realidade que se caracteriza por diversos obstáculos a sua inserção social, marcado pela intensa exploração do trabalho, desemprego estrutural, trabalho precário, sobretudo, para determinados grupos que devido a condições materiais, origem e características étnico-raciais são discriminadas.

Diante do exposto, pretende-se ainda que brevemente, discutir os efeitos relacionados à intersecção entre racismo e xenofobia no contexto do deslocamento forçado, bem como as implicações para assimilação ou discriminação dessa população nos seus locais de destinos.

## 2. XENOFOBIA RACIALIZADA E O DESLOCAMENTO FORÇADO.

Ameaça e escassez na origem, tragédias e invisibilidade na travessia, inospitalidade e exclusão na chegada. Essa é a saga que caracteriza a trajetória de milhares de deslocados forçados. Esse cenário é expressão de um mundo contemporâneo marcado por uma “globalização perversa” (SANTOS, 2006), na qual vivemos um paradoxo: por um lado uma vertiginosa mobilidade do capital, para o qual não existem fronteiras e tão pouco nacionalidade, em contrapartida, uma intensa restrição em relação à mobilidade humana, num contexto sem precedentes no que se refere à proibição ao deslocamento de pessoas (VENTURA, 2014).

Observa-se, portanto uma evidente contradição no âmbito da denominada globalização, pois enquanto a circulação de bens e mercadorias é priorizada, o fluxo

migratório é visto com desconfiança e ameaça a segurança, sobretudo quando se trata de migrantes oriundos do chamado sul global rumo aos países de capitalismo central, notadamente Estados Unidos e Europa.

Por essa via, cabe ressaltar a contribuição de Amin (2021), que ao problematizar o eurocentrismo refere-se ao “universalismo-anti-universalista”, que a partir da racialização do humano, concebe o homem branco como ser universal (essência do humano), e por outro lado animaliza o não branco, interditando o seu reconhecimento. Tal diferenciação serve como justificativa para a negação dos direitos aos considerados “não humanos”, incluindo o direito de se deslocar e/ou se fixar em determinados territórios.

Um exemplo atual das tensões entre migração e questão racial, pode ser observado pelos efeitos da guerra na Ucrânia, que traz à luz as contradições da política migratória europeia, cada vez mais fundamentada na distinção racista de “bons” e “maus” migrantes. Recentemente a candidata da direita liberal na França Valérie Pécresse expressou esse juízo de forma eloquente ao alegar que os refugiados da guerra de origem ucraniana devem ser incentivados a instalarem-se no país, enquanto os outros, em grande parte africanos, devem ser convidados a “voltarem para seus países”.

Todavia, observa-se que manifestações xenófobas e racistas voltadas aos migrantes forçados, não são exclusivas de países do chamado norte-global. Em pesquisa organizada pela ONG Estou Refugiado com o Instituto Qualibest em 2021, foram entrevistadas quinhentas e três (503) pessoas, entre refugiados e solicitantes de refúgio no Brasil. No total da referida amostra 47% dos entrevistados disseram ter sofrido algum tipo de discriminação no país, especialmente relacionada à nacionalidade e à raça. Entre os refugiados africanos o percentual é bem maior: 64%.

Tal constatação revela um paradoxo, uma vez que de acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 54% da população brasileira é negra. A esse propósito cabe mencionar a contribuição de Frantz Fanon que ao tratar sobre as desventuras da consciência nacional, observa que a lógica colonial, para além de criar uma hierarquia racializada a partir do eurocentrismo - pretensamente universalizante - contribui para o surgimento de manifestações racistas e xenofóbicas no interior das ex-colônias, que ao assimilarem essa cultura pautada no estranhamento do outro, cria-se uma atmosfera de hostilidade e violência entre diferentes grupos (étnicos, religiosos, etc) no plano continental e nacional.

Desse modo, as manifestações de racismo e xenofobia no interior de muitos países do continente africano e na América Latina, são exemplos da influência colonial no pós-colonialismo, estimulando a criação de um ultranacionalismo em países cuja constituição de sua sociabilidade baseou-se na diversidade e coexistência de grupos distintos, (FANON, 1961).

A burguesia ocidental levantou suficientes barreiras e pontes para não temer realmente a competição daqueles a quem explora e despreza. O racismo burguês ocidental a respeito do negro e do *bicot* é um racismo de desprezo; é um racismo que minimiza. Mas a ideologia burguesa, que proclama uma igualdade essencial entre os homens, desembaraça-se para permanecer em regra consigo mesma, convidando os sub-homens a humanizarem-se através do tipo de humanidade ocidental que ela incarna. (FANON, 1961, p. 9)

Ademais, sabe-se que desde o período colonial, o desenvolvimento das forças produtivas nas economias centrais, ocorre a partir da pilhagem e expropriação das colônias e desmantelando de outras formas de sociabilidade, minando as possibilidades de desenvolvimento nos territórios explorados. Sobre isso convém mencionar:

A cidade do colono é uma cidade saciada, indolente, cujo ventre está permanentemente repleto de boas coisas. A cidade do colono é uma cidade de brancos, de estrangeiras. A cidade do colonizado, ou pelo menos a cidade indígena, a cidade negra, a médina, a reserva, é um lugar mal afamado, povoado de homens mal afamados. Aí se nasce não importa onde, não importa como. “Morre-se não importa onde, não importa de quê” (FANON, 1961, p. 26)

O cenário acima descrito por Fanon ganha maior nitidez e amplitude em sua percepção com os impressionantes avanços das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) que encurtam distâncias e reduzem o tempo, alimentando o imaginário daqueles que vivem na periferia do mundo e que vislumbram a possibilidade de deixarem os lugares “mal afamados” rumo às cidades “saciadas” e “indolentes”.

Contudo, os deslocados forçados, sobretudo aqueles que são racializados, ao chegarem ao local de destino se deparam com diversas barreiras: idioma desconhecido, falta de apoio do poder público, exploração abusiva do trabalho, fome, dificuldade de encontrar moradia, criminalização, intimidação e ameaça de expulsão, xenofobia e racismo.

Tal cenário contradiz com aquilo que é preconizado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada em 1948 pela Organização das Nações Unidas (ONU) e ratificada pelo Brasil em 1968, que considera os Direitos Humanos, tais como o direito à vida, à liberdade, ao trabalho, à saúde, à educação, entre outros, inerentes a todas as pessoas, independentemente de sua nacionalidade, raça, sexo, etnia, idioma ou religião.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao revisitar os processos que levam uma parcela significativa da população a se deslocar forçosamente, e o significado social atribuído aos migrantes racializados, no escopo desse trabalho buscou-se discutir as implicações da intersecção entre xenofobia e racismo.

Cabe problematizar a adequação dos marcos regulatório e efetividade das políticas migratórias, no que tange às dificuldades de integração de determinados grupos e segmentos sociais em função de suas características étnico-raciais.

Em outros termos, para além das questões relativas aos *status* e/ou modalidades migratórias, destaca-se a importância de se considerar no conjunto dos marcos normativos aspectos relacionados às tensões étnico raciais que se configuram como obstáculos para integração de determinados grupos.

### REFERÊNCIAS

ACNUR, **Dados sobre refúgio**. Brasília: Agência da ONU para Refugiados, 2018. Disponível em: < <http://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/> > acesso em out. 2018.

ALENCASTRO, Mathias. **Guerra na Ucrânia revela tensões entre demografia, migração e questão racial**. São Paulo: Folha de São Paulo, 27.mar.2022 Disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2022/03/28/> > Acesso em 18 jun. 2022.

AMIN, Samir. Cap. I - Culturas tributárias centrais e periféricas. In: **Eurocentrismo: crítica de uma ideologia** – São Paulo: Lavrapalavra, 2021. pp. 19-79

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

GÓMEZ, Jose Maria. **Política e Democracia em Tempos de Globalização**. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO; Rio de Janeiro: LPP.2000.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

IOM. **WORLD MIGRATION REPORT 2020**. Geneva: *International Organization for Migration*, 2019. Disponível em < [https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr\\_2020.pdf](https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr_2020.pdf) > Acesso 16 set. 20.

MANTOVANI, Flávia. **Refugiados consideram brasileiros acolhedores, mas sofrem discriminação, diz pesquisa.** São Paulo: Folha de São Paulo, 27.mar.2022

Disponível em

<[dizpesquisa.shtml?utm\\_source=whatsapp&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=compwa](https://dizpesquisa.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa)>

SILVA, A.A. Políticas migratórias: o nacional e o universal. IN: Revista Serviço Social e Saúde, v. 13 n. 2, jul/dez/2014. Campinas: UNICAMP. Disponível em:

<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8634904/2802>> Acesso em 08 abr. 2020.

SMDHC. **Documento Final da 1ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes de São Paulo.** São Paulo: Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, 2013. Disponível em

<[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos\\_humanos/Doc%20Final\\_Conf%20Mun%20Imigrantes%20de%20SP\\_2014.doc](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/Doc%20Final_Conf%20Mun%20Imigrantes%20de%20SP_2014.doc)>acesso 15 out 2018.

\_\_\_\_\_. **LEI MUNICIPAL 16.478 DE 8 de julho de 2016.** São Paulo: Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, 2016. Disponível em

<[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos\\_humanos/LEI%2016478.p](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/LEI%2016478.p)>acesso 07 ago.2020.

\_\_\_\_\_. **I Plano Municipal de Políticas para Imigrantes.** São Paulo: Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, 2020. Disponível em

[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos\\_humanos/Plano%20Municipal\\_Produto%20Final\\_Atualizado.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/Plano%20Municipal_Produto%20Final_Atualizado.pdf) Acesso 7 ago 2020.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 21.ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2000.

SIMÕES, A; HALLAK NETO, J; CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T; MACEDO, M. **Relatório de Conjuntura: tendências da imigração e refúgio no Brasil.** Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2019.

TORELLY, M. et al. **Visões do Contexto Migratório no Brasil.** Brasília: Organização Internacional para as Migrações/Agência das Nações Unidas Para as Migrações, 2017.

VENTURA, Deisy. **Migrar é um Direito Humano.** São Paulo: Ópera Mundi. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opiniaio/33594/migrar%20e%20um%20direito%20humano.shtm>> Acesso em 04 abr. 2015.

**FECHAMENTO DE FRONTEIRAS:  
Securitização das Migrações Venezuelanas para o Brasil  
durante a Covid-19<sup>125</sup>**

**CLOSURE OF BODERS:  
Securitization of Venezuelan Migrations to Brazil during Covid-19**

**CIERRE DE FRONTERAS:  
Titularización de Migraciones Venezolanas a Brasil  
durante Covid-19**

Thais Tozzini Ribeiro<sup>126</sup>

**Resumo:** O presente artigo analisa o fechamento de fronteiras entre Brasil e Venezuela na perspectiva dos Estudos Críticos de Segurança (ECS) e da sua interpretação do conceito de Saúde Global durante a pandemia de Covid-19 por meio da observação das orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre o assunto, da consideração das Portarias que regularam o fechamento de fronteiras e da análise do discurso de membros do Poder Executivo em relação a Venezuela. O resultado encontrado foi que os venezuelanos foram tratados de forma discriminatória, sofrendo com hipóteses mais restritas de entrada no Brasil do que os demais países durante a pandemia. Houve um enquadramento dos migrantes venezuelanos como uma ameaça pelo Poder Executivo, visto que esses atores criticam o governo da Venezuela e o colocam como um mal exemplo. Isso está relacionado com a construção subjetiva de uma ameaça e de uma comunidade política alinhada com certos valores, bem como com uma estratégia de política externa.

**Palavras-Chave:** Fechamento de fronteiras. Segurança e Saúde Global. Migrações Venezuelanas.

**Keywords:** Closure of Borders. Security and Global Health. Venezuelan Migrations.

**Palabras clave:** Cierre de Fronteras. Seguridad e Salud Global. Migraciones Venezolanas.

<sup>125</sup> Trabalho apresentado no VIII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 24 a 26 de outubro de 2022.

<sup>126</sup> Advogada, Mestranda no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: [thais.tozzini.ribeiro@usp.br](mailto:thais.tozzini.ribeiro@usp.br).

## 1. Apresentação da temática

O presente artigo busca compreender e analisar o tratamento distinto dado pelo governo brasileiro às migrações venezuelanas durante a Covid-19 a partir da abordagem dos Estudos Críticos da Segurança (ECS) e de sua interpretação do conceito de Saúde Global.

A corrente dos ECS pode ser definida como um esforço abrangente de "politização" da segurança, com o objetivo de demonstrar que os entendimentos e políticas de segurança estão fundamentados em premissas e lutas sociais que precisam ser compreendidas em seu contexto (NUNES,2018, p.3). O conceito de Saúde Global se baseia na ideia de que o aumento dos fluxos de pessoas e mercadorias gerados pela globalização implicaram em um maior risco da propagação de doenças, o que criou um problema global para o qual a cooperação internacional e os mecanismos de governança de Saúde Global foram destacados como instrumentos importantes na definição de soluções políticas adequadas (NUNES,2018, p.12).

Ao se debruçarem sobre a trajetória histórica das ideias sobre saúde e doença, os ESC trazem um olhar crítico à noção supostamente apolítica do conceito de Saúde Global e observam que a despeito da necessidade de convergência e cooperação, persistem tensões, conflitos e desigualdades no âmbito da Saúde Global, sendo a questão migratória um bom exemplo disso (NUNES,2018, p.12). É comum que os imigrantes sejam vistos como vetores de doenças ou fardos para o sistema de saúde, pensamento que converge com questões de segurança, na medida em que as comunidades políticas são frequentemente construídas com base em uma externalização de ameaças (CAMPBELL, 1998, p. 6). Assim, o enquadramento de imigrantes como riscos à saúde contribui para a criação de comunidade política: estabelece o "eu" político através da percepção de uma ameaça dos "outros" (NUNES,2018, p.12).

Dessa forma, a securitização da saúde global nos permite reconhecer que o enquadramento da saúde como uma questão de segurança pode ser um mecanismo para legitimação de uma política e servir para justificar medidas emergenciais questionáveis como restrições de viagens (NUNES,2018, p. 5).

## 2. Objetivo e hipótese

O objetivo desse artigo é avaliar quais foram os fatores que ocasionaram ou influenciaram a distinção das migrações venezuelanas pelo governo brasileiro no

contexto da pandemia da Covid-19, quando o governo fechou as portas apenas para os migrantes vindos do país vizinho.

Com esse objetivo em mente, faremos uma análise: (I) das orientações fornecidas pela OMS em relação ao fechamento de fronteiras na pandemia, (II) do texto das Portarias Interministeriais que dispõem sobre a restrição de entrada de estrangeiros durante a pandemia e (III) do discurso de representantes do Poder Executivo em relação à Venezuela e seu governo e se esse é aceito pela população do estado de Roraima (estado brasileiro com maior número de cidades próximas a fronteira com a Venezuela).

A partir dessa análise, demonstraremos que o posicionamento do governo brasileiro não tem embasamento técnico sanitário e formularemos uma explicação para a política brasileira com base na imagem que o Poder Executivo tem do regime político da Venezuela. No caso, o governo venezuelano seria visto como uma ameaça porque tem um posicionamento ideológico diametralmente oposto ao do governo brasileiro, se intitulando como um governo de esquerda, enquanto o governo brasileiro se identifica com a ideologia de direita. Dessa forma, ao colocar o governo venezuelano e sua população com “outros”, o atual governo reforça o seu “eu” político e cria uma comunidade política alinhada com seus valores.

Por fim, haveria a utilização de um potencial risco sanitário para legitimar uma política de estado contra o regime político da Venezuela.

### 3. Resultados

Em relação a análise das orientações da OMS, observa-se que a organização sempre foi contrária ao fechamento de fronteiras durante a pandemia de Covid-19, afirmando que seria uma medida improdutiva e que incentivaria as pessoas a viajarem ilegalmente, favorecendo a propagação do vírus (UOL, 2020a). Depois, ainda que tenha entendido que era uma medida aceitável, também indicou que não era uma estratégia viável no longo prazo e a sua adoção isolada não seria eficaz para limitar a disseminação do vírus (UOL, 2020b).

Ao falar sobre a variante ômicron, a OMS se manifestou contra os fechamentos seletivos de fronteiras, destacando que as restrições de viagem não devem ser desnecessariamente invasivas ou intrusivas e devem ter base científica, de acordo com o Regulamento Sanitário Internacional (UOL, 2021).

No Brasil, as restrições à entrada de imigrantes se iniciaram com a Portaria nº 120, de 17.03.2020, que tinha como alvo somente a entrada de venezuelanos por via



terrestre. A partir da Portaria nº 47, de 26.03.2020, a restrição foi ampliada para todas as nacionalidades primeiro no transporte aquaviário e depois no aéreo (Portaria nº 152, de 27.03.2020). A Portaria nº 630, de 17.12.2020, autoriza a entrada de estrangeiros por via aérea com apresentação de teste RT-PCR negativo e Declaração de Saúde do Viajante, sendo essa regra expandida ao transporte aquaviário (Portaria nº 657, de 02.10.2021) e terrestre (Portaria nº 661, de 08.12.2021).

As restrições são justificadas a partir de recomendação técnica e fundamentada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), em razão da dificuldade do SUS comportar o tratamento dos estrangeiros e da necessidade de controlar a disseminação do vírus. Essa última justificativa é referida somente nas Portarias que fazem menção a Venezuela, não se repetindo nas demais. Apesar disso, em resposta ao envio de parecer técnico produzido pelo Cepedisa (Centro de Pesquisas De Direito Sanitário) da USP, a ANVISA declarou que não há recomendações no sentido de segregar qualquer país fronteiro (CONNECTAS,2021).

Ao analisar o discurso do Presidente Jair Bolsonaro, notamos que tanto a securitização das migrações venezuelanas quanto o reconhecimento da condição de refugiados aos venezuelanos derivam do processo de construção do governo da Venezuela como uma ameaça, sendo parte de uma estratégia para reforçar o seu “eu” político e criar uma comunidade política alinhada com seus valores, reforçando as políticas ideológicas da direita e se opondo as de esquerda.

Assim, o compromisso do atual governo não é com imigrantes e refugiados, mas exclusivamente com a sua claque e a batalha anticomunista que trava (PEREIRA, 2020).

Tanto é assim que Jair Bolsonaro, menos de 2 meses após discurso declarando a necessidade de proteger os “irmãos venezuelanos” (BRASIL, 2020), mudou o seu posicionamento, conforme mostra declaração abaixo: "Considerando a incapacidade do regime ditatorial venezuelano de responder à epidemia do covid-19, o governo brasileiro adotará medidas restritivas na fronteira com a Venezuela" (FOLHAPRESS,2020).

O posicionamento do governo do estado de Roraima vai na mesma linha. Tanto a ex-governadora Suely Campos e o atual governador Antonio Denarium indicaram as migrações venezuelanas com uma das causas para a calamidade financeira no estado. A referida governadora também havia tomado medidas para fechar a fronteira com a Venezuela, o que foi rechaçado pelo Supremo Tribunal Federal (STF,2018).

Ambos os discursos estão alinhados aos altos níveis de xenofobia perante venezuelanos em Roraima. Há diversos casos de agressão (THE INTERCEPT BRASIL, 2020) e proposta de lei que veta acesso de migrantes ao sistema de saúde (UOL, 2020).

#### 4. Conclusão

A medida do fechamento de fronteira por si só não tem embasamento técnico sanitário, visto que a OMS indica que a sua adoção isolada não seria eficaz para limitar a propagação do vírus. Mesmo em situações em que essa medida poderia trazer benefícios (novas variantes), a organização entendeu que não havia motivos para fechamentos seletivos de fronteiras.

Observando as Portarias, vemos que elas se opõem às recomendações da OMS, visto que é nítido que houve uma restrição maior para a entrada de venezuelanos no Brasil do que para a entrada de nacionais de outros países e não foi apresentada nenhuma razão que motivasse esse tratamento diverso.

O discurso do governo federal e do estado de Roraima apresentam a migração venezuelana como uma ameaça e esse posicionamento é plenamente aceito pela população do estado de Roraima.

Nesse sentido, houve a securitização das migrações venezuelanas durante o fechamento de fronteiras por conta da Covid-19, visto que o tratamento diverso desta população não está relacionado com questões objetivamente sanitárias e sim com a construção subjetiva de uma ameaça, fomentando a criação de uma comunidade política alinhada a valores de direita e estando alinhada com uma estratégia de política externa que se opõe as ideologias de esquerda.

#### Referências

BRASIL. **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Solenidade de Passagem de Comando da Operação Acolhida.** Palácio do Planalto. 16.01.2020.

CAMPBELL, D. **Writing Security: United States Foreign Policy and the Politics of Identity.** rev. ed. Manchester, UK: Manchester University Press. 1998.

CARTA CAPITAL. **Candidato à Prefeitura de Boa Vista diz que “venezuelano não terá privilégio”.** 14.10.2020.

CONNECTAS. **Governo Bolsonaro desconsidera orientação da Anvisa sobre fechamento de fronteiras.** 26.02.2021.

FOLHAPRESS. **Bolsonaro critica a Venezuela e fala de medidas contra o coronavírus.** 18.03.2020.

NUNES, J. **Critical Security Studies and Global Health**, The Oxford Handbook of Global Health Politics. 2018.

PEREIRA, Alexandre B. **Os usos e abusos político do refúgio**. Nexo Jornal. 15.02.2020.

STF. **Ministra nega pedido de RR de fechamento da fronteira com a Venezuela**. 07.08.2018.

THE INTERCEPT BRASIL. **Virou rotina agredir venezuelanos e assassinar venezuelanos em Roraima**. 28.11.2019.

UOL. **Lei de Boa Vista veta acesso de estrangeiros à saúde e vai parar na Justiça**. 16.02.2020.

UOL. **OMS considera improdutivo fechar fronteiras pelo coronavírus**. 31.01. 2020a.

UOL. **OMS diz que é inviável manter fronteiras fechadas pela covid-19 a médio prazo**. 27.07.2020b.

UOL. **OMS critica fechamento indiscriminado de fronteiras contra africanos**. Coluna do Jamil Chade. 28.11.2021.

**PESSOAS QUE ATRAVESSAM A AMÉRICA:  
a comunidade chilena no Brasil<sup>127</sup>**

**PEOPLE THAT CROSS AMERICA:  
the Chilean community in Brazil**

**PERSONAS QUE ATRAVIESAN AMÉRICA:  
la comunidad chilena en Brasil**

Sidney Dupeyrat de Santana<sup>128</sup>

**Resumo:** *Este trabalho pretende apresentar a comunidade diaspórica chilena no Brasil. No contexto das migrações Sul-Sul e intrarregionais, cada vez mais presentes na América do Sul, abordaremos as particularidades desta importante coletividade, ainda pouco estudada no Brasil. Através de uma metodologia inspirada na história oral, daremos destaque às entrevistas temáticas com migrantes de primeira e segunda geração, residentes em São Paulo e no Rio de Janeiro. O objetivo é entender como as memórias e vivências desses indivíduos contribuem com a formação da identidade intercultural dos integrantes dessa comunidade migratória; bem como apresentar suas práticas culturais e midiáticas.*

**Palavras-Chave:** *Migrações Sul-Sul. Memória. Chile.*

**Keywords:** *South-South Migration. Memory. Chile.*

**Palabras clave:** *Migración Sur-Sur. Memoria. Chile.*

<sup>127</sup> Trabalho apresentado no VIII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 24 a 26 de outubro de 2022.

<sup>128</sup> Mestrando em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social pelo EICOS UFRJ e integrante do grupo de pesquisa Diaspotics. Email: [sidneydsantana@gmail.com](mailto:sidneydsantana@gmail.com)

## 1. Migração Sul-Sul e intrarregional

A realidade atual das migrações transnacionais mostra uma tendência de crescimento das migrações Sul-Sul, ou seja, aquelas de pessoas originárias de países do chamado Sul Global que se estabelecem em outros locais do Sul. De acordo com dados das Nações Unidas (2019), desde 2005 a migração Sul-Sul tem um crescimento maior do que a Sul-Norte e já a superou em números absolutos - atualmente cerca de 39% dos migrantes transnacionais são pessoas que migraram de um país do Sul para outro, enquanto a migração Sul-Norte corresponde a 35%. Isso é explicado pelo aumento da migração internacional em regiões que não a Europa e a América do Norte, como a América Latina e o Caribe.

Nos últimos anos, esta foi a região com o maior crescimento migratório percentual, passando de 7 milhões (2005) para 15 milhões de migrantes transnacionais (2020). Isso se deu principalmente pela crise que se acentuou na Venezuela e fez com que cerca de 5.6 milhões de nacionais saíssem do país - 85% dos quais migraram para países vizinhos. O alto número de venezuelanos que vivem em nações vizinhas contribui para o fato de a grande maioria (11 milhões ou 73%) de migrantes da região ser fruto da migração regional (McAuliffe e Triandafyllidou, 2021). Quando falamos especificamente da América do Sul, essa tendência se mantém, e a migração regional corresponde a aproximadamente 80% do total de migrantes transnacionais nesse pedaço do continente americano (Ibid).

Cabe lembrar, entretanto, que a migração intrarregional no subcontinente vai além dos cidadãos nascidos na Venezuela, e que diversos outros países da América do Sul são emissores de migrantes para nações vizinhas, incluindo o Brasil. O relatório anual 2021 do OBMigra, que buscou os dados de 2020 da Polícia Federal referentes aos migrantes residentes e temporários que chegaram entre 2011 e 2020, mostra que as nacionalidades mais presentes entre os que chegaram nesse período são as venezuelanas (172.306 pessoas), haitiana (149.085), boliviana (55.640) e colombiana (53.802) (CAVALCANTI, OLIVEIRA e SILVA, 2021). As migrações Sul-Sul e intrarregionais são, assim, a tônica dos fluxos migratórios recentes para o Brasil.

## 2. Particularidades da migração chilena

A migração do Chile para o Brasil, no entanto, difere das migrações intrarregionais mais recentes e numerosas. A começar pelo volume: de acordo com o Segundo

Registro de Chilenos no Exterior, realizado pelo governo chileno em 2016, são aproximadamente 15.432 os indivíduos nascidos no Chile residentes no Brasil (NUÑEZ, GUTIÉRREZ e CONTRERAS, 2017, p. 25). Como lembra Vanessa Fernandez (2011), a grande maioria deles chegou durante os anos 70 e 80, período em que o país vivenciou a ditadura de Augusto Pinochet. Se o Censo de 1970, anterior ao golpe de 1973, contabilizou 1.900 migrantes chilenos residentes em território brasileiro; o de 1991, um ano após o fim do regime militar, registrou 20.437 pessoas. Já o Censo de 2010, o último realizado no Brasil, indicou 15.432 indivíduos (NUÑEZ, GUTIÉRREZ e CONTRERAS, 2017, p. 144). Isso mostra que muitos, com a volta da democracia, retornaram para o Chile; e que este, diferentemente das migrações mais numerosas, é um fluxo migratório mais antigo, vinculado ao contexto ditatorial das décadas de 70 e 80 no país andino.

Sobre isso, Eduardo Saez, um chileno de 75 anos que migrou para o Brasil em 1976 e se estabeleceu em Mairinque, São Paulo, recorda:

Existia um decreto dos militares que dizia que todas as pessoas acusadas de 'comunista' ou 'marxista' deveriam ser interrogadas pelas Forças Armadas. Eu nunca fui comunista nem marxista, mas uma pessoa que trabalhava na agência de publicidade onde eu era funcionário me denunciou para a diretoria da empresa. Um chefe de vendas, que era muito meu amigo, sabia que eu poderia ser torturado e morto se fosse denunciado para o governo. Assim, ele me deu 30 dias para sair do país. E eu tive que sair.

É importante notar que a grande maioria dos chilenos que vieram, como o próprio Eduardo, não tinham relação direta com a política, nem participavam de grupos de oposição aos militares; até porque o Brasil também vivenciava uma ditadura que era próxima ao regime de Pinochet. A maior parte dessas pessoas migrou por conta da instabilidade política, econômica e social que se seguiu no país andino após a instauração do regime ditatorial. Com o aumento do desemprego, muitos chilenos viram na emigração uma forma de melhorar de vida e chegam a definir essa migração para o Brasil como um “exílio econômico” (FERNANDEZ, 2011, p. 157). O Brasil da década de 70, diferentemente do Chile, experimentava um período de crescimento da economia e, como tinha déficit de profissionais capacitados, adotou uma política de atração de trabalhadores, facilitando a concessão do visto para profissionais que possuíam as formações de que o país necessitava. O alto nível de instrução de uma parcela significativa dos chilenos que chegaram nesse período faz com que a comunidade chilena seja, entre as sul-americanas, a que apresenta um maior nível educacional

universitário e técnico (BERARDI, 2014, p.217). Eduardo conta sobre sua formação acadêmica:

Eu estudei comunicação social, e também marketing, comércio exterior, jornalismo investigativo e psicologia aplicada. Então eu estava muito bem-preparado. E eu cheguei aqui no Brasil muito bem, trabalhei sempre muito bem, ganhei muito dinheiro e foi maravilhoso.

### 3. A integração no Brasil e a vida comunitária

O estabelecimento das comunidades diaspóricas é complexo, e envolve uma aproximação com uma comunidade não familiar para uma permanência que se deseja definitiva. O imigrante é aquele que chega sem querer voltar, e por isso procura ser aceito pelo grupo aproximado. Mas esse processo de chegada, instalação e vivência no novo país, no entanto, é marcado por dificuldades. Por ser de um outro lugar, o estrangeiro é muitas vezes considerado pelos locais um “homem sem história” (SCHÜTZ, 2010, p. 122). Violeta García, uma chilena de 73 anos que se mudou para o Rio de Janeiro em 1990, recorda:

O meu filho nasceu no Chile e minha filha, no Brasil. Em casa, me comunicava em português com meu marido, que é brasileiro, e em espanhol com as crianças. Mas a minha filha começou a sofrer *bullying* dos colegas na escola por causa do sotaque. Então parei de falar com ela em espanhol. Hoje em dia, falo com o meu filho em espanhol e com minha filha, na maioria das vezes, em português. Ele é completamente fluente no castelhano; enquanto ela é capaz de falar, mas comete alguns erros ao escrever.

Os chilenos que migraram para o Brasil começaram a se encontrar em locais como a Pastoral do Imigrante, em São Paulo; e o consulado no Rio de Janeiro. Apareceu a necessidade de se sentir vinculado à terra de origem. E logo surgiram associações, grupos folclóricos, restaurantes, bares, coletivos de artesãos e um jornal para tratar dos assuntos relativos à colônia. De Lemos Urtubia (2022), que foi diretora de um grupo folclórico e pesquisou como as práticas culturais e identitárias da colônia chilena no Brasil estão vinculadas à música e à dança folclórica, diz que:

Residia, em todos e cada um dos diversos integrantes, a necessidade de manter as práticas culturais de seu país em terras distantes. E nesse processo de engenho e arte muitas tradições seguem sendo retomadas, discutidas, adaptadas e representadas (DE LEMOS URTUBIA, 2022, P. 20).

Isso aconteceu com Eduardo. Após, por conta de sua nacionalidade, ser maltratado na casa de um compatriota, decidiu que era o momento de a comunidade chilena ter um jornal próprio. Surgiu então, em 1996, o *Chile en Evidencia*, periódico bilingue feito de forma voluntária e que desde então circula gratuitamente entre a comunidade chilena:

Então decidi fazer o jornal com essa intenção: manter viva a chama pelo país, manter vivo o amor pelo país. Por isso que botei como lemas da publicação '*Chile es nuestra causa*' e '*Nada separa Chile de sus hijos*'. Por quê? Porque você sai de seu país, você sai de sua terra, mas seu país não sai nunca de você. Nunca. Ali estão suas raízes, seus bisavós, seus avós, seus pais, seus irmãos, seus amigos, o seu primeiro amor, a sua primeira namorada, as comidas que você gostava...ali estão as melhores lembranças, e as piores também. Ali está toda a sua vida. Então você não pode olhar seu país com raiva. Muito pelo contrário: tem que crescer em você o amor pela sua terra. Foi o que aconteceu comigo.

O sentimento forte dos chilenos em relação ao país natal está marcado nos depoimentos dos migrantes. Isso justifica o destaque dado às entrevistas na análise da experiência migratória. Como lembra Ecléa Bosi (2003, p. 17): “Quando se trata da história recente, feliz o pesquisador que se pode amparar em testemunhos vivos e reconstituir comportamentos e sensibilidades de uma época”. Uma história que cruza a América, do Pacífico ao Atlântico, e que merece ser contada.

## Referências

- BERARDI, René Alfonso Castro. **Trajetória e integração de imigrantes sul-americanos no Paraná: o caso dos argentinos, chilenos, paraguaios e uruguaios no Paraná, 1980-2011**. 2014. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.
- BOSI, Ecléa. **O Tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. **Relatório Anual 2021 – 2011-2020: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021
- DE LEMOS URTUBIA, Maria de la Merced. **A cueca caiu no samba: Memória, diáspora e práticas culturais dos chilenos no Rio de Janeiro e em São Paulo**. 2022. 134 f. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022
- FERNANDEZ, Vanessa Paola Rojas. **Dilemas da Construção de Identidade Migrante: História Oral**. São Paulo: FFLCH/USP, 2011.
- MCAULIFFE, M. and A. Triandafyllidou (eds.), 2021. **World Migration Report 2022**. International Organization for Migration (IOM), Geneva.
- NUÑEZ, Ximena Clark, GUTIÉRREZ, Elssy Sobino y CONTRERAS, Carolina Muhlenbrock. **Segundo Registro de Chilenos en el Exterior**. Instituto Nacional de Estadísticas: Santiago de Chile, 2017.



SCHÜTZ, Alfred. **O Estrangeiro – Um ensaio em Psicologia Social**. Revista Espaço Acadêmico, Ano X, N.113, p.117-129, 2010.

UNIDAS, Nações. Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2019). **International Migrant Stock 2019**. (United Nations database, POP/DB/MIG/Stock/Rev.2019). Disponível em: [www.unmigration.org](http://www.unmigration.org).

**ESCUTANDO AS VOZES DAS CRIANÇAS MIGRANTES<sup>129</sup>****LISTENING TO THE VOICES OF MIGRANT CHILDREN****ESCUCHANDO LAS VOCES DE LOS NIÑOS MIGRANTES**

Silvana Bezerra de Castro Magalhães<sup>130</sup>

Poliane Tardim

Lubia Custódio da Silva

Anna Paula Oliveira

Ananda da Luz

Soraia Wanderosck Toledo

**Resumo:** O presente trabalho se propõe a pensar a questão das Infâncias Migrantes e a emergente necessidade de olharmos para as mesmas como protagonistas e construtoras de suas histórias. A partir do referencial da Sociologia da Infância, pensamento freireano e pesquisa (auto)biográfica os integrantes do GEPICES (Grupo de Estudos e Pesquisa em Infâncias, Culturas, Educação e Sociedade – CEFET-RJ) realizaram uma pesquisa/escuta de campo com 35 crianças migrantes venezuelanas em Roraima em julho de 2022. Suas falas trouxeram importantes questões, como xenofobia, “diáspora dos afetos”, e outros. As suas falas e protagonismo devem ser priorizados para pensarmos com elas suas condições e histórias bem como construirmos teorias e políticas públicas.

**Palavras-Chave:** Crianças migrantes. Crianças refugiadas. Sociologia da Infância

**Keywords:** Migrant children. Refugee children. Sociology of childhood.

**Palabras clave:** Niños migrantes. Niños refugiados. Sociología de la niñez

<sup>129</sup> Trabalho apresentado no VIII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 24 a 26 de outubro de 2022.

<sup>130</sup> Professora Doutora CEFET-RJ, coordenadora GEPICES (Grupo de Estudos e Pesquisas em Infâncias, Cultura, Educação e Sociedade) [silvanaped@hotmail.com](mailto:silvanaped@hotmail.com) e integrantes do grupo.

## **Escutando as vozes das crianças migrantes**

A questão migratória no mundo contemporâneo tem se tornado uma das problemáticas humanitárias mais complexas e desafiadoras dos últimos anos.

A população migrante é constituída muitas vezes por famílias inteiras que em sua maioria são compostas por crianças, e estas trazem consigo muitas especificidades dentro dos cenários migratórios. De acordo com Fabiano (2021),

Entende-se que uma criança migrante condensa uma dupla situação de vulnerabilidade, relativas à idade e condição migratória, que demanda uma proteção específica e adequada de seus direitos por parte dos Estados (de origem, trânsito e destino) e de outros atores envolvidos. (p.03)

Por isso, a migração infantil tem sido um grande desafio, com questões profundas a serem discutidas, refletidas e transformadas.

Segundo a UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) o número de crianças refugiadas e migrantes cresce exponencialmente a cada ano no mundo todo e atingiu um recorde, aumentando quase cinco vezes desde 2010. Além dessa problemática, soma-se a tragédia do deslocamento forçado de crianças sem as suas famílias.

Mas o que as definições da criança como migrante/refugiada deixam de nos dizer? Quão limitantes podem ser nossos olhares a partir do recorte e escolha de olhar a criança como “criança-refugiada”? Mesmo que não possamos escapar totalmente dessas categorias que engessam pessoas, crianças concretas em conceitos amplos, o desafio é olharmos para essas crianças a partir da complexidade e individualidades de suas próprias narrativas e visões de mundo e, com elas, construirmos possibilidades de pontes e travessias para a construção de um futuro seguro.

## **A voz das crianças: da Sociologia da Infância à Paulo Freire**

Quando nos debruçamos sobre as pesquisas e discussões sobre migração e refúgio, percebemos que as crianças estão há muito pouco tempo entrando nessa cena das discussões, ainda muito timidamente. Ainda falamos por elas, as transformamos em números e estatísticas. Ao procurarmos pesquisas sobre as crianças migrantes são raros os estudos que tragam as vozes das crianças e seu protagonismo, e muitas pesquisas se referem a elas como problemas sociais. Mas o que elas têm a nos dizer? O que elas sabem sobre sua condição, contexto, desafios e perspectivas?

Ter a criança como protagonista das ações, e em especial a criança migrante/refugiada, ainda é um grande desafio que tentamos construir nesse trabalho.

As crianças são membros ou operadores de suas infâncias, as crianças migrantes/refugiadas estão construindo suas histórias. As nossas ações precisam trazer a condição histórica e concreta das suas existências e não mais olhar para a criança apenas como indivíduo bio/psicológico ou, quando se trata da criança migrante/refugiada, como indivíduo/objeto traumatizado e foco das nossas intervenções humanitárias.

E trazendo Paulo Freire para a conversa, precisamos construir diálogos, diálogos individuais de cada crianças e coletivos a partir de um profundo respeito pela criança migrante como sujeito que possui uma fala a ser enunciada, respeitada, ouvida e acolhida na sua relevância. Possibilitando a construção de cada criança como sujeito, como pessoa que transforma o mundo nas suas relações de reciprocidade, fazendo a cultura e a história. (FREIRE, 1992).

Para a construção desses processos de escuta com as crianças, mobilizando suas imagens e suas presenças, seremos desafiados a uma imaginação metodológica criativa, com ferramentas polifônicas, nos descentrando o tempo todo do nosso lugar de adultos detentores do saber, mas nos tornando parceiros de caminhada nas travessias.

As discussões da **sociologia da infância** (CORSARO, 2011; QVORTUP, 1994) nos ajudam a pensar e a olhar sob novos paradigmas para a criança e nossas ações com ela, revendo nossas representações sobre o lugar da mesma, vendo a infância como um período socialmente construído e uma forma estrutural. Corsaro (2011, p.15) afirma que “as crianças são agentes sociais, ativos e criativos, que produzem suas próprias e exclusivas culturas infantis, enquanto, simultaneamente, contribuem para a produção das sociedades adultas”.

### **A Escuta e a pesquisa (auto)biográfica**

O referencial da pesquisa autobiográfica nos ajuda a pensar em como trabalhar as diferentes narrativas das crianças migrantes/refugiadas e a importância das mesmas na construção dos processos identitários. Na pesquisa autobiográfica se reformula e se reflete sobre a própria identidade do narrador que se examina como personagem de sua narrativa.

Segundo Delory-Momberger (2012, p. 524) a pesquisa autobiográfica proporciona a possibilidade de se “explorar os processos de gênese e de devir dos indivíduos no seio do espaço social e mostrar como eles dão forma a suas experiências, como fazem significar as situações e os acontecimentos de sua existência.”

No ato de biografar-se, contar suas próprias experiências, a criança operacionaliza as ações de *lembrar, de refletir, projetar-se no futuro e encontrar alternativas*, que incidem sobremaneira sobre o seu desenvolvimento como ser social e histórico. (PASSEGGI, M. p. 112, 2018)

A riqueza das narrativas expressa profundo conteúdo histórico, social, psíquico emocional pois enquanto narra a criança/sujeito vai tomando consciência, refletindo sobre sua própria biografia e condição. Se torna agente da sua história escolhendo o que e como narrar, elaborando, reconstruindo e interpretando a própria vida.

Ao biografar a sua experiência, a criança entrelaça três dimensões de sua temporalidade: a **memória do passado**, a **vivência no presente** e a **projeção no futuro** (PASSEGGI, p. 114, 2018).

### **A voz das crianças refugiadas venezuelanas: uma metodologia em construção**

O deslocamento forçado dos venezuelanos é considerado pela ACNUR o “maior fluxo migratório recente da América Latina”, e segundo dados publicados pela Organização dos Estados Americanos (OEA), entre 700 e 900 pessoas deixam a Venezuela, por dia, em busca de melhores condições de vida e sobrevivência. No Brasil, de acordo com o relatório do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), em 2020, 72,4% dos pedidos de reconhecimento da condição de refugiado foram feitos por venezuelanos. (SILVA et al., 2021, p.16).

A grande maioria deles, chega ao Brasil pela cidade de Pacaraima, localizada ao norte do estado de Roraima. Lá, eles passam por postos de identificação do Exército e são direcionados a abrigos ou casas de passagem. Distribuídas por estes espaços, estão centenas de crianças que inseridas no cenário migratório têm seus direitos básicos, como alimentação e educação, bastante comprometidos.

Dentro deste contexto, em julho de 2022 foram realizadas coletas e atividades de campo de uma pesquisa de abordagem qualitativa com equipe do GEPICES (Grupo de Estudos e Pesquisa Infâncias, Culturas, Educação e Sociedade- CEFET-RJ) em dois diferentes projetos de acolhimento de organizações não governamentais de migrantes/refugiados venezuelanos na cidade de Pacaraima e Boa Vista Roraima.

Participaram um total de 35 crianças de 5 a 13 anos.

A partir de propostas utilizando recursos artísticos como desenho, colagem, construção foi realizado um trabalho de escuta a partir da nossa proposta: “o que as crianças migrantes venezuelanas têm a nos dizer sobre sua própria história?”.

Nos dois contextos diferentes foram realizados grupos focais e conversas informais com as crianças a partir das produções que possibilitassem a narração das suas vidas, histórias e condições migrantes.

Alguns eixos surgiram a partir dessa experiência e nos auxiliaram a refletir, a partir da fala e das representações das crianças, sobre sua condição migrante. Foram eles:

1- **A imagem da travessia**, da passagem entre Brasil e Venezuela, é muito presente nas falas e construções narrativas das crianças. Muitas falam do momento da saída e narram as dores da viagem: a fome, os meios de transporte precários, o atravessar no meio do mato, a separação da família na travessia.

2 -Muitas narrativas das crianças de Pacaraima falam desse “**entrelugar**” **da saudade**. Gostam de coisas onde estão, mas sente falta do antes. Lembram do que ficou para trás e celebram o novo, mas ainda nessa construção de identidade tão comum ao migrante: esse entrelugar onde tento me reconstruir.

3- A **separação da família nos processos de diáspora** aparece de forma frequente nas falas e emocionalidades das crianças: os pais que vem primeiro, ou parte da família que ficou.

4- As **dificuldades e os preconceitos xenofóbicos** na busca para encontrar esse lugar no novo país são narradas pelos que já estão inseridos nas instituições, principalmente na escola que aparece marcada pelo olhar do estranho, do não pertencimento.

Percebemos uma grande lacuna nas pesquisas que tratem a temática a partir das falas e olhares das crianças, esse “outro”, como diz Larrosa, que está “sempre além de qualquer tentativa de captura, questiona a segurança de nossos saberes, o poder de nossas práticas e abre um vazio em que se abisma o edifício bem construído de nossas instituições de acolhimento” (Jorge Larrosa, p. 184).

## Referências

BONDÍA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, p. 20-28, jan./abril. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>.

CORSARO, William. **Sociologia da Infância**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

DELORY-MOMBGERGER, Christine. Abordagens metodológicas na pesquisa biográfica. **Revista Brasileira de Educação**. v.17, n.51, p. 523-536, set.-dez, 2012

FABIANO, Maria Lúcia Alves. Migração infantil: aspectos e implicações para crianças e adolescentes. **Pesquisa e Reflexão em Educação Básica**: Cadernos do Aplicação. Porto Alegre; jul-dez. 2021; v.34, n.2

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

QVORTRUP, Jens et al. **Childhood matters**: social theory, practice and politics. Aldershot: Avebury, 1994.

PASSEGGI, Maria (org.). **Pesquisa (auto) biográfica em educação infâncias e adolescências em espaços escolares e não escolares**. Natal,RN: EDUFRN, 2018.

SILVA, G. J; CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T; COSTA, L. F. L; MACEDO, M. Refúgio em Números, 6ª Edição. **Observatório das Migrações Internacionais**; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Comitê Nacional para os Refugiados. Brasília, DF: OBMigra, 2021.

**LÍNGUA PORTUGUESA COMO TECNOLOGIA DE ACOLHIDA  
DE REFUGIADOS:**

**a pedagogia humanitária do Instituto Adus<sup>131</sup>**

**PORTUGUESE LANGUAGE AS TECHNOLOGY TO INTEGRATE  
REFUGEES:**

**Adus Institute's humanitarian education**

**EL PORTUGUÉS COMO TECNOLOGÍA DE ACOGIDA  
DE REFUGIADOS:**

**la pedagogía humanitaria del Instituto Adus**

Sebastião Lisboa de Andrade Rinaldi<sup>132</sup>

**Resumo:** O artigo a seguir pretende debater como o Português como Língua de Acolhimento (PLAC) pode ser uma tecnologia de inclusão de pessoas em situação de refúgio no Brasil, ao passo em que o texto analisa a atual conjuntura global, praticante de um binarismo político a ser observado sob o prisma da necropolítica e do biopoder foucaultiano. Para avançar com essa discussão, recorre-se à observação participante praticada nas aulas do Instituto Adus, uma entidade com sede em São Paulo dedicada, há mais de dez anos, à inclusão de imigrantes à sociedade por meio do aprendizado do idioma local, entre outras atividades.

**Palavras-Chave:** Refugiados, educação, PLAC, necropolítica, Adus.

**Keywords:** Refugees, education, PLAC, necropolitics, Adus.

**Palabras clave:** Refugiados, educación, PLAC, necropolítica, ADUS.

<sup>131</sup> Trabalho apresentado no VIII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 24 a 26 de outubro de 2022.

<sup>132</sup> Jornalista e Mestrando pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo - eixo "Educação e Ciências Sociais - Desigualdades e Diferenças"  
sebastiao.rinaldi@usp.br



## A pedagogia humanitária do Instituto Adus

Os números alarmam e se fazem notar. Mais de 100 milhões de pessoas em todo o mundo foram obrigadas a deixar seus lares, fugindo de conflitos, perseguições, guerras e violações de direitos humanos, alerta a Acnur, agência da Organização das Nações Unidas para Refugiados. Trazendo o eixo para a América do Sul, estima-se que mais de 600 mil venezuelanas e venezuelanos tenham imigrado para o Brasil, devido à crise humanitária do antigo membro do Mercosul. Por aqui, começamos a receber afegãos e ucranianos, reforçando nossa vocação como destino de asilo.

Para além dessas nacionalidades, sírios, haitianos, congolese, bolivianos e peruanos são alguns dos que buscam por um novo lar em território brasileiro. Hispânicos tendem a se adaptar com mais facilidade pela proximidade entre os dois idiomas de base latina. Entretanto, o ensino da língua portuguesa em si, como apresentada em escolas convencionais, pode não bastar para muitos desses migrantes, sejam eles classificados como refugiados, pessoas em situação análoga a refúgio, solicitantes de asilo ou acolhida humanitária, como prevê a Lei da Migração (nº 13.445/2017).

Dito isso, como pensar em uma metodologia de ensino da nossa língua materna – o português brasileiro - com suas particularidades e peculiaridades, para uma parcela demasiadamente vulnerabilizada, como é o caso de refugiados (venezuelanos) e de solicitantes de acolhida humanitária (haitianos)?

Este texto se debruça sobre a aprendizagem de um novo idioma como uma tecnologia social, que possibilitaria a inserção em um novo círculo de sociabilidade, tangendo esferas como trabalho, educação, moradia, acesso a saúde e a direitos básicos, em tese, assegurados pelo Estado a todos e quaisquer cidadãos.

O conceito de Português como Língua de Acolhimento – a sigla Plac, como se convencionou no terceiro setor – nasceu no fim dos anos 1990, em Portugal, devido ao grande fluxo de imigrantes do Leste Europeu, principalmente ucranianos, rumo à Península Ibérica. Comecei a me deparar com esse termo ainda em 2017, quando me juntei ao time de professores voluntários do Instituto Adus ([adus.org.br](http://adus.org.br)), em 2017. O que parecia teoricamente simples – afinal, é a minha língua materna! – mostrou-se como um verdadeiro desafio na prática.

Como ensinar o uso adequado do português brasileiro para uma turma de 50 alunos, muitos deles não acostumados com o alfabeto romano, não para redigir um e-mail, mas para tentar um emprego e pesquisar sobre uma nova moradia, em um

contexto integralmente novo e desafiador? Ali, aquela prepotência foi enquadrada em um novo lugar: o de aprendiz. E, graças a um time preparado do Adus, comecei como professor assistente de outras duas docentes, com quem aprendi muito.

### **Intolerância e integração**

Experiências empíricas me levaram a notar que o sentimento de intolerância, generalizado mundo afora e endossado por muitos governos inclementes, também tange a temática da migração. O mesmo tratamento dado a um norte-americano ou europeu que decida viver na América Latina, certamente, não é concedido a um sul-global em busca de melhores condições de vida. Cordões de isolamento invisíveis criam realidades e narrativas completamente distintas.

Listo aqui orientações básicas que aprendi na prática, como não perguntar o motivo da mudança geográfica ou informações particulares sobre a família daquele indivíduo – a não ser que a pessoa queira falar voluntariamente. Outros cuidados fui entendendo no caminho, como evitar datas do calendário cristão, considerando que há outras religiões em palco, e não abordar com frequência temas como turismo ou gastronomia (atrativos brasileiros pelos quais muitos se interessam), pois as realidades ali presentes costumam ser mais áridas.

No Adus, utilizamos uma apostila própria, a Conectadus, mas complementamos com outros materiais didáticos, como o livro Pode Entrar, uma parceria entre Acnur, Caritas e Cursinho Mafalda. Há ainda uma série de 60 videoaulas, lançadas no começo de 2020, para a modalidade on-line dos cursos.

### **Biopoder versus necropolítica: sobre binarismos políticos**

A lógica perversa que separa o mundo entre ocidente e oriente, hemisférios sul e norte, países supostamente desenvolvidos e subdesenvolvidos sob a ótica do primeiro caso, entre outros binarismos políticos, infelizmente também se aplica à realidade de imigrantes em busca de melhores condições de vida.

No dia a dia das ONGs (e eu poderia falar a partir da minha experiência de cinco anos no Instituto Adus – [www.adus.org.br](http://www.adus.org.br)), são diversas as solicitações atendidas, sendo uma considerável quantia de necessidade primária, por exemplo, regularização de documentos, suporte com empregabilidade e domínio da língua portuguesa, amparo psicológico e social e até mesmo pedidos de doação das mais básicas, como alimentos e auxílio-transporte.

Façamos um exemplo: dois indivíduos hispanofalantes, um da Venezuela e outro da Espanha, ambos com residência no Brasil. Um deles teve um amparo legal e logístico de uma multinacional, que o convidou para trabalhar no novo destino, arcando com despesas de moradia, idas e vindas, entre outros benefícios. O outro chegou sem saber onde ficaria, sequer orientado sobre a regularização de seus documentos, tampouco sabendo se teria um emprego.

Um deles desperta a curiosidade de muitos, que querem testar o domínio da língua espanhola e saber mais sobre a nação de origem. O outro, no máximo, provoca uma olha piedoso e um comentário condescendente – quando não é confrontado com intolerância e xenofobia. É preciso dizer quem é quem?

Em sua principal obra, Mbembe (2018) aborda o conceito de biopoder – ora debatido à exaustão por Foucault – bem como as noções de soberania e estado de exceção. O autor salienta que o ser humano se torna um sujeito na luta e no trabalho pelos quais ele ou ela enfrenta a morte. O que se notou, entre 2020 e 2021, no Brasil, foi, de fato, uma política de morte e não de vida, seja pelo não-empenho em vacinar a população contra a Covid-19, seja pelo interesse deliberado de não conscientizar indivíduos sobre o uso de máscaras e as demais medidas de segurança orientadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Para além desses fatos, notaram-se ainda as existências de “diferentes pandemias”, vividas distintamente por indivíduos com seus respectivos marcadores sociais.

O camaronês ainda relaciona a ideia de biopoder de Foucault com dois outros conceitos mais contemporâneos: estado de exceção ou estado de sítio (MBEMBE, 2018, p. 17). Esse primeiro posiciona-se como um sinal verde para o direito de matar – isto é, o governo Bolsonaro, ao desejar armar a população “de bem”, ao mesmo tempo em que reforça preconceitos e estereótipos que marginalizam ainda mais as minorias, deixa bem nítido quais vidas têm mais valor e quais são desprovidas de humanidade, sob sua percepção.

Faz-se necessário detalhar a diferença entre biopoder e necropolítica, à luz de Mbembe (2018). Enquanto o primeiro visa o regramento social por meio do controle da vida (por exemplo, a demanda social por cabelos lisos, peles claras e posturas esperadas de acordo com as respectivas classes sociais, nacionalidades, gênero, entre outros elementos), o segundo conceito perpetua o controle dos corpos, porém a partir da morte ou do temor frente a ela. Por exemplo: a estrutura social que impõe a condição de marginalidade à população afrodescendente versus as ações das polícias

brasileiras, que agem com violência deliberada para o “controle da criminalidade” – é o que muitos chamam de “atirar para matar”.

Em linhas gerais, o biopoder (FOUCAULT, 1977) faz viver e deixa morrer; enquanto a necropolítica (MBEMBE, 2018) faz morrer e deixa viver. O primeiro seria mais “sutil”, com muito cuidado no uso dessas aspas. Ambos podem ser empregados para justificar os genocídios da população colonizada. Há uma divisão clara de quem deve viver e quem deve morrer.

Nesse ponto específico, deve-se destacar que os imigrantes sociais e os refugiados, ao buscarem um novo lar no Brasil, são automaticamente colocados em situações de extrema vulnerabilidade social. Ao passo que o governo brasileiro se aproxima da extrema direita – ora flertando com regimes ainda mais intolerantes, como fora a gestão de Donald Trump, nos Estados Unidos –, às pessoas que vêm de países tidos como mais periféricos são impostas as margens – aqui falando tanto sob uma perspectiva do biopoder foucaultiano quanto a partir de uma análise sob o prisma da necropolítica de Achille Mbembe.

Mbembe (2018) debate ainda sobre a chamada “ocupação colonial” – um sistema praticado durante o período do apartheid sul-africano – que prevê a classificação de pessoas de acordo com diferentes categorias. O acadêmico ainda cita Frantz Fanon (2008 *apud* MBEMBE, 2018) no instante no qual debate que tal ocupação prevê uma definição de fronteiras e de limites internos – algo já experimentado por bolivianos em São Paulo, mexicanos nos Estados Unidos, e uma realidade recente dos venezuelanos e dos haitianos no Brasil.

## Percepções e conclusões

Todo mundo deve se lembrar da onda de portugueses rumo ao Brasil entre 2009 e 2010, devido à crise econômica global iniciada em 2008. De acordo com o relatório “Imigração e Refúgio no Brasil: Retratos da Década de 2010”, do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), o país europeu, de fato, liderava no ranking de imigrantes. No entanto, dez anos depois, em 2020, Venezuela (17,7%) e Haiti (15,3%) são os primeiros colocados nesse quesito.

Outro dado que o levantamento trouxe diz respeito aos destinos selecionados. Engana-se quem acha que os prediletos atualmente são os países “desenvolvidos”. Apenas duas nações nesse Ranking +10 – França e Estados Unidos – não são sul-

globais. Segundo o estudo, há a tendência de fluxo migratório sul-sul, considerando que as fronteiras europeias e norte-americanas endureceram na última década.

Em sala de aula no Adus, notei alguns perfis nesse intervalo de cinco anos. Entre 2017 e 2018, muitos alunos vieram da Síria, sendo a maioria masculina e jovem. Nos dois anos seguintes, o Haiti predominava em sala e com certo equilíbrio de gêneros. De 2020 em diante, a Venezuela passa a imperar. Atualmente, afegãos e afegãs compõem uma nacionalidade em ascensão.

Em linhas gerais, o trabalho voluntário para o público de imigrantes e refugiados vem ganhando mais visibilidade no país nos últimos anos. Algo curioso, dado que o Brasil é esse caldeirão de etnias desde que se entende como nação. A visão do “outro” enquanto meu par caminha lado a lado com o conceito de PLAC (Português como Língua de Acolhimento; uma vertente da disciplina que preza pela inclusão por meio do seu aprendizado) – ao contrário da ideia de um estrangeiro (aliás, termo em desuso) não pertencente. O zelo com a linguagem (e aqui inclui-se a metodologia de Português como Língua de Acolhimento - PLAC) passa pela forma como pensamos e nos relacionamos com as pessoas e diz respeito sobre como nos colocamos socialmente e nas nossas conexões interpessoais.

## Referências

ACNUR. **Venezuelanos no Brasil: integração no mercado de trabalho e acesso a redes de proteção social**. Brasília, 2020.

ADUS – INSTITUTO DE REINTEGRAÇÃO DE REFUGIADOS. **Relatório Social do Adus**. São Paulo, julho de 2019 e julho de 2020.

ADUS – INSTITUTO DE REINTEGRAÇÃO DE REFUGIADOS. **Relatório Social do Adus**. São Paulo, julho de 2018 e julho de 2019.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977; 2002.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MEDEIROS, Ettore Stefani. **Necropolítica tropical em tempos pró-Bolsonaro: desafios contemporâneos de combate aos crimes de ódio LGBTfóbicos**. Belo Horizonte, 2019.

OB MIGRA. **Relatório Mensal do OB Migra – Acompanhamento de fluxo e empregabilidade dos imigrantes no Brasil**. Brasília, janeiro de 2020.

OB MIGRA. **Relatório Anual do OB Migra**. Brasília, janeiro de 2021.

**Portais**

ASSEMBLEIA GERAL DA ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

**Bolsonaro ignora impacto do caso Carrefour e segue negando racismo no Brasil**. El País, São Paulo, 21 de novembro de 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-11-21/bolsonaro-ignora-caso-impacto-do-caso-carrefour-e-segue-negando-racismo-no-brasil.html>>

**Desigualdade social e Bolsonaro agravaram pandemia no Brasil, mostram estudos**. Folha de São Paulo, São Paulo, 15 de abril de 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/04/desigualdade-social-e-bolsonaro-agravaram-pandemia-no-brasil.shtml>>

**Número de pessoas obrigadas a fugir de suas casas ultrapassa 100 milhões no mundo**. ONU News, Brasília, 23 de maio de 2022. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2022/05/1789982>>

## A TRADUÇÃO JURAMENTADA GRATUITA COMO FERRAMENTA DE ACESSO À DOCUMENTAÇÃO CIVIL DA(O) IMIGRANTE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO<sup>133</sup>

## FREE CERTIFIED TRANSLATION AS A TOOL FOR ACCESS TO CIVIL DOCUMENTATION OF THE IMMIGRANT IN THE STATE OF RIO DE JANEIRO

## LA TRADUCCIÓN JURADA GRATUITA COMO HERRAMIENTA DE ACCESO A LA DOCUMENTACIÓN CIVIL DE INMIGRANTES EN EL ESTADO DE RÍO DE JANEIRO

Lucas Teixeira Reis Barbosa<sup>134</sup>

Guilherme Goes Rossetto<sup>135</sup>

**Resumo:** A(O) imigrante traz consigo uma série de relações jurídicas provenientes de seu país de residência anterior, a exemplo do casamento e divórcio, além dos registros de formação acadêmica. Ao chegar no Brasil, encontra a necessidade de conferir validade jurídica aos documentos que materializam essas relações. Uma das dificuldades que se depara é a exigência legal da tradução juramentada dos documentos expedidos em língua estrangeira. Os altos custos dessas traduções são obstáculo para o reconhecimento da documentação civil e, portanto, das relações jurídicas que o imigrante traz consigo. O Estado do Rio de Janeiro recentemente promulgou a Lei nº 9.776/2022 que concede a isenção desses custos aos imigrantes em situação de vulnerabilidade social, que ainda não está em aplicação em razão do veto de sua fonte de custeio. Os altos custos associados à obtenção da tradução juramentada de documentos constituem óbice ao acesso à documentação civil da(o) imigrante e, portanto, a gratuidade instituída na legislação estadual é política pública afirmativa que serve de ferramenta de acesso a esse direito humano.

**Palavras-Chave:** Imigração e Refúgio; Acesso à Documentação Civil; Políticas Públicas.

**Keywords:** Immigration and Refuge; Access to Civil Documentation; Public policy.

**Palabras clave:** Inmigración y Refugio; Acceso a la Documentación Civil; Políticas públicas.

<sup>133</sup> Trabalho apresentado no VIII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 24 a 26 de outubro de 2022.

<sup>134</sup> Advogado. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, [lucast@ufrj.br](mailto:lucast@ufrj.br)

<sup>135</sup> Graduando em Direito pela Universidade Federal Fluminense, em atuação no Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, [guilhermerossetto@id.uff.br](mailto:guilhermerossetto@id.uff.br)

## 1. Introdução

A(O) imigrante traz consigo uma série de relações jurídicas provenientes de seu país de residência anterior, a exemplo do casamento e divórcio, além dos registros de formação acadêmica. Ao chegar no Brasil, encontra a necessidade de conferir validade jurídica aos documentos que materializam essas relações.

A rigor, para surtirem efeito em outros países, os documentos públicos devem passar pelo processo de legalização de documentos, composto por duas etapas sequenciais que são a *legalização* e a *consularização*. Após a adesão do Brasil à Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros ou *Convenção da Apostila da Haia* em 2016, é possível conferir validade a documentos alienígenas por um processo alternativo e mais simplificado, através de um único ato que consiste no *apostilamento*.

Independentemente do caminho adotado, há a exigência legal de que, em regra, esses documentos sejam, ainda, acompanhados de tradução juramentada que deve ser realizada em solo nacional. Essa exigência está difundida por todo o ordenamento jurídico e é encontrada, exemplificativamente, no Art. 148 da Lei de Registros Públicos (trata da obrigatoriedade de tradução juramentada para validade documentos estrangeiros no país), no Art. 192 do Código de Processo Civil (trata sobre a obrigatoriedade da língua portuguesa em todos os documentos no processo judicial) e no Art. 15, “d” da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (trata da tradução juramentada como condição para execução de sentença estrangeira). Os altos custos dessas traduções são obstáculo para o reconhecimento da documentação civil e, portanto, das relações jurídicas que o imigrante traz consigo.

O Estado do Rio de Janeiro recentemente promulgou a Lei nº 9.776/2022 que concede a isenção desses custos aos imigrantes em situação de vulnerabilidade social, que ainda não está em aplicação em razão do veto de sua fonte de custeio. Este trabalho pretende demonstrar que os altos custos associados à obtenção da tradução juramentada de documentos constituem óbice ao acesso à documentação civil da(o) imigrante e, portanto, a gratuidade instituída na legislação estadual é política pública afirmativa que serve de ferramenta de acesso a esse direito humano.



## **2. Os custos da tradução juramentada dos documentos estrangeiros enquanto obstáculo ao acesso à documentação civil da(o) imigrante**

De acordo com os dados da Deliberação nº 91/2015 da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, traduzir uma lauda de documento público pode custar entre R\$ 40,00 e R\$ 380,00, podendo, assim, constituir um impedimento ao imigrante ou refugiado em condição de hipossuficiência econômica.

O Projeto de Lei nº 5.255/2021, posteriormente convertido na Lei Estadual nº 9.776/2022, com o objetivo declarado na justificativa da proposição legislativa de garantir a implementação de direitos humanos aos refugiados, facilitando o reconhecimento de diplomas e documentos deste grupo e ampliando, assim, sua integração, concedeu isenção de custos da tradução juramentada aos refugiados domiciliados no estado do Rio de Janeiro. Trata-se de medida que visa contribuir com a inclusão desse público, tendo em vista que a obtenção da tradução juramentada é etapa crucial para conferir validade jurídica aos documentos do refugiado.

A fim de não restringir tal política pública aos refugiados assim reconhecidos pelo Comitê Nacional para os Refugiados, entende-se também como refugiados, para os fins dessa lei, solicitantes de refúgio, pessoas com visto humanitário, apátridas e demais imigrantes em situação de vulnerabilidade que forçadamente deixaram seus países de origem em razão de crise humanitária ou grave e generalizada violação de direitos humanos.

Ocorre que a lei foi sancionada com veto na sua fonte de custeio, que consistiria em dotações orçamentárias consignadas ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais - FECPP ou à outra fonte definida pelo Poder Executivo. Desse modo, fica prejudicada a implementação da política pública, mantendo, assim, o obstáculo ao acesso à documentação civil plena dos imigrantes. Note-se, por exemplo, que apenas 9,52% dos refugiados conseguem revalidar seus diplomas no Brasil em razão da complexidade e dos custos desse processo de revalidação, de acordo com os dados apresentados no relatório da análise sociodemográfica e laboral de refugiados residentes no Brasil, realizado pelas Cátedras Sérgio Vieira de Melo e o Alto Comissariado das Nações Unidas (UNHCR) e mencionados na justificativa do então Projeto de Lei nº 5255/2021.

A iniciativa da concessão de gratuidade na tradução no Rio de Janeiro não é pioneira no Brasil e há proposições legislativas semelhantes em outros estados da federação, como em Santa Catarina (Projeto de Lei nº 211/2020), São Paulo (Projeto de Lei nº 413/2022) e Amazonas (Projeto de Lei nº 373/2020), pelo menos. Não houve, no entanto, similaridade na fonte de custeio. Em Santa Catarina, onerou-se a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social; em São Paulo, onerou-se genericamente o orçamento do Poder Executivo e, no Amazonas, a Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania. No âmbito do Rio de Janeiro, após o veto do art. 3º da Lei nº 9.776/2022, que na prática inviabiliza a sua aplicação, estuda-se a possibilidade de onerar a Fundação Leão XIII, vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, que possui atribuição de atuar enquanto órgão executor das políticas públicas de assistência social no Estado do Rio de Janeiro. Pretende-se, em momento futuro deste trabalho, avaliar a pertinência de atribuir tal ônus à referida fundação.

### 3. Considerações Finais

Os altos custos associados à obtenção da tradução juramentada de documentos constituem óbice ao acesso à documentação civil da(o) imigrante e, portanto, a gratuidade instituída na Lei Estadual nº 9.776/2022 é política pública afirmativa que serve de ferramenta de acesso a esse direito humano, merecendo, por isso mesmo, receber fonte de custeio hábil a garantir a sua plena execução. Trata-se de política pública da maior relevância diretamente relacionada à efetivação de princípios elencados no art. 3º, X, XII e XXI da Lei de Migração que garantem serem direitos dos imigrantes a inclusão social, laboral e produtiva; a promoção e difusão de seus direitos, liberdades e garantias; e, finalmente, a promoção do reconhecimento acadêmico e do exercício profissional no Brasil.

### Referências

ACNUR. **Perfil Socioeconômico dos Refugiados no Brasil**. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/07/Pesquisa-PerfilSocioecon%C3%B4mico-Refugiados-ACNUR.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2022

BRASIL. **É necessária a legalização e tradução oficial dos documentos estrangeiros?** Disponível em: <<https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/imigracao/duvidas-frequentes/autorizacao-de-residencia-eregistro-nacional-migratorio-rnm/e-necessaria-a-legalizacao-e>>. Acesso em 30 de julho de 2022

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942. 1942. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del4657compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del4657compilado.htm)>. Acesso em: 30 ago. 2022.

\_\_\_\_\_. Deliberação JUCERJA nº 91, de 21 de dezembro de 2015. 2015. Disponível em: <<https://www.jucerja.rj.gov.br/Content/Documentos/Legislacao/delib-2015-91.pdf>>. Acesso em 31 ago. 2022

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973. 1973. Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6015compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6015compilada.htm)>. Acesso em: 30 ago. 2022.

**DES-RE-TERRITORIALIZAÇÃO VENEZUELANA:  
apontamentos sobre a reinserção profissional de  
migrantes graduados no Rio de Janeiro<sup>136</sup>**

**VENEZUELAN DE-RE-TERRITORIALIZATION:  
notes on the professional reintegration of  
graduated migrants in Rio de Janeiro**

**DE-RE-TERRITORIALIZACIÓN VENEZOLANA:  
notas sobre la reinserción profesional de  
inmigrantes graduados en Río de Janeiro**

Gabriel de Almeida Belmonte<sup>137</sup>  
Francisco Javier Ortega Guerrero<sup>138</sup>

**Resumo:** Trata-se de uma análise parcial do material produzido em uma pesquisa de mestrado em curso sobre os impactos psicossociais da des-re-territorialização de migrantes venezuelanos com ensino superior e a reinserção no mercado profissional no Rio de Janeiro. Busca-se realizar os apontamentos parciais a partir das entrevistas semiestruturadas, realizadas com interlocutores venezuelanos, maiores de idade, graduados e residentes no Rio de Janeiro. Os resultados apontam para uma exploração do mercado de trabalho e impedimentos do acesso a vagas qualificadas, considerando as precarizações da vida e a vulnerabilidade imposta aos migrantes que não conseguem se valer de suas qualificações e experiências profissionais anteriores. Assim, (não) concluindo a análise, convocam-se os agentes de mudanças para tornar o processo de reterritorialização mais eficiente e prático, tendo a profissão como facilitador em distintos campos da trajetória de migrantes.

**Palavras-Chave:** Migração venezuelana. Ensino superior. Mercado de trabalho.

**Keywords:** Venezuelan migration. University education. Labor market.

**Palabras clave:** Migración venezolana. Enseñanza superior. Mercado de trabajo.

<sup>136</sup> Trabalho apresentado no VIII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 24 a 26 de outubro de 2022.

<sup>137</sup> Gabriel de Almeida Belmonte: Instituto de Medicina Social Hésio Cordeiro, mestrando, bolsista FAPERJ, [gabrieldealmeidabelmonte@gmail.com](mailto:gabrieldealmeidabelmonte@gmail.com).

<sup>138</sup> Francisco Javier Ortega Guerrero: doutor em Filosofia. Docente e pesquisador no Instituto de Medicina Social Hésio Cordeiro/UERJ.

## 1. Introdução

A migração é um fato social total (SAYAD, 1998), presente na história e no desenvolvimento da humanidade (FOUQUET, 1974), intercontinental e atemporal como fenômeno humano, social, político e econômico. Enquanto isso, a figura do migrante é exposta a recepção, acolhimento, exclusão e inclusão distintas nos territórios, por ser considerada “um escândalo para toda ordem política” (SAYAD, 1998, p. 274).

No Brasil, a história das migrações é “a história do próprio país” (MARINUCCI, 2002, p. 1), assumindo diferentes aspectos, a partir da colonização (REZNIK, 2020), do sistema escravocrata, da eugenia e embranquecimento da população brasileira (HOLANDA, 1967; SCHWARCZ, 1993; COSTA, 2007), relacionados à trabalho (MARINUCCI, 2017; VILELA, COLLARES e NORONHA, 2015), até as questões migratórias contemporâneas e crises de graves situações econômicas, políticas e sociais (WEIZENMANN e VON MÜHLEN, 2017; REZNIK, 2020).

Com isso, é possível traçar o entendimento pelas questões das mobilidades humanas que o migrante é uma categoria

muito complexa e, no seu extremo, podemos dizer que há tantos tipos de migrantes quanto de indivíduos ou grupos sociais envolvidos nos processos migratórios. Com isto, falar genericamente em migração pode mesmo tornar-se temerário — somos sempre obrigados a qualificá-la. (HAESBAERT, 2011, p. 246).

Desta maneira, situa-se a problemática da crise na Venezuela, agravada a partir de 2015, cuja estimativa ultrapassa a marca de 7 milhões de venezuelanos em desterritorialização (R4V, 2022). Ilustram-se as violações de direitos que mobilizam indivíduos a migrarem em busca de sobrevivência e oportunidades (GARCÍA e ABURTO, 2019; LIMA, 2018), caracterizando a diáspora venezuelana como um dos deslocamentos contemporâneos mais urgentes. Até o final de 2022, o Brasil foi o quinto país que mais recebeu venezuelanos em seu território (R4V, 2022), com solicitantes de refúgio, refugiados, visto humanitário e residentes permanentes.

Em relação às características socioeconômicas dos migrantes no Brasil, encontra-se um perfil migratório jovem, em idade laboral e com elevados graus de qualificação e desemprego. Ademais, especificamente dos migrantes venezuelanos no país, cerca de 72% dos venezuelanos tinham idades entre 18 e 64 anos. O quantitativo de empregados formais era de apenas 10% até dezembro de 2019. As taxas de

desemprego de venezuelanos no Brasil, por sua vez, eram maiores em comparação às taxas na Venezuela. Cerca de 50% dos empregados recebiam menos de um salário mínimo, tendo os relatos da percepção de 16% que trabalhavam mais horas e recebiam menos que os brasileiros nas mesmas funções. Sobre as características educacionais, entre 32% e 34% dos participantes da pesquisa tinham ensino superior completo ou alguma pós-graduação. Todavia, destes apenas 32,1% tinham aproveitamento de suas profissões nas últimas ocupações laborais no Brasil. (SIMÕES, 2017; ACNUR, 2019, 2020)

Assim, é possível entender que:

em qualquer uma dessas situações, o fato é que os refugiados não conseguem valer-se de suas competências profissionais, demonstrando que o processo migratório desclassifica ('empurra para baixo') social e economicamente o migrante em geral e o refugiado em particular. (ACNUR, 2019, p. 31)

Portanto, considerando a des-re-territorialização enquanto processo coexistente e fundamental para a compreensão das práticas humanas, seja pela construção, destruição ou abandono de territórios humanos, materiais e simbólicos, criados nas sociedades (HAESBAERT, 2011), surge a proposta de uma análise da migração de venezuelanos com ensino superior. Assim, entende-se que a des-re-territorialização está presente na migração destes indivíduos com a mudança de país e abandono de profissão, qualificação e atuação no mercado de trabalho para construir outros modos de andar a vida (AROUCA e AROUCA, 1976).

## **2. A pesquisa**

Este trabalho estabelece-se como parte de uma pesquisa em curso de mestrado em saúde coletiva, a partir da investigação qualitativa dos impactos psicossociais da des-re-territorialização de migrantes venezuelanos e a reinserção profissional. Aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-IMSHC-UERJ), foi realizada de forma virtual em 2021, tendo a participação de 8 interlocutores venezuelanos, maiores de idade, graduados e residentes no Rio de Janeiro, descritos nos quadros 1 e 2:

QUADRO 1  
Identificação

<b>Nomes anonimizados</b>	<b>Idade</b>	<b>Raça autodeclarada</b>	<b>Formação/Ano</b>	<b>Pós-graduação</b>
Alejandra	33	Parda	Ed. Física/2009	—
Hector	34	Branco	Odontologia/2010	Ortodontia
Dolores	42	Latina	Odontologia/2004	—
Jimena	31	Branca	Medicina/2017	Ginecologia e Obstetrícia*
Carmen	58	Morena	Medicina/1994	Especialização em gerência
Ramon	60	Mestiço	Eng. Elétrica/1989	—
Milagros	25	Branca	Jornalismo/2017	Mestrado em linguística*
Javier	33	Negro	Eng. Civil/2012	—
*Não finalizadas.				

QUADRO 2  
Formação e trabalho

<b>Nomes anonimizados</b>	<b>Diploma revalidado</b>	<b>Histórico de empregos no Brasil</b>	<b>Atividade laboral atual</b>	<b>Exploração no trabalho</b>
Alejandra	Sim	Hostel e restaurante	Personal trainer	Sim
Hector	Não	Secretário e comunicador social		Não
Dolores	Não	Serviços administrativos em ONGs	Prof. de espanhol	Sim
Jimena	Não	Empregada doméstica e serviços gerais em uma padaria, assistente administrativa em hospital*	Desempregada	Sim
Carmen	Não	Cuidadora de idosos e empregada doméstica	Empregada doméstica	Sim
Ramon	Não	Freelance de projeto de engenharia**	Atendente de lanchonete	Sim
Milagros	Não***	Representante comercial e secretaria de fisioterapeuta	Secretaria médica	Sim
Javier	Sim	Serviços gerais em lanchonete	Prof. de espanhol	Sim
<p>* Em seu último trabalho, ficou 2 meses e teve covid, sendo demitida após. Durante a entrevista ainda tinha sua carteira assinada, referente aos dois últimos trabalhos.  ** Assinado por profissional com registro.  *** Em processo de revalidação.</p>				

### 3. (Não) Concluindo: questões a serem pensadas

A análise parcial dos resultados aponta para a exploração do mercado de trabalho, a partir de vulnerabilidades sociais e econômicas dos migrantes venezuelanos que não conseguem se valer de suas qualificações. Ao mesmo tempo em que tais condições mobilizam esforços para buscar e criar oportunidades, a fim de serem inseridos profissionalmente. As condições dos migrantes, reterritorializados e reconstruindo suas trajetórias, intensificam condições insalubres de trabalho. Também atuam na precarização de vidas que buscam sobreviver e fazer sobreviver suas famílias no Brasil, na Venezuela e no mundo, como relatam os interlocutores da pesquisa. Isso foi ilustrado por relatos de discriminação, xenofobia, remuneração baixa, quebra de contrato de trabalho, sobrecarga de funções e atividade durante o ápice da pandemia enquanto outros funcionários faziam o isolamento social.



Deste modo, urge uma convocação coletiva. Ao estado brasileiro para ser uma nação legalista, acolhedora e também propositiva, através do fomento de políticas públicas, diminuição de burocracias, ação social e circulação de saberes e informações. À sociedade civil a reeducar-se, evitando a exploração de vidas já precarizadas. Aos trabalhadores das causas relacionadas à migração para resistirem. Aos orientadores profissionais para se mobilizarem a pensar práticas de incentivo ao reingresso dos migrantes no mercado profissional, com ou sem a revalidação de diplomas. Por fim, à iniciativa privada de criar mais oportunidades de trabalho, utilizando a qualificação e experiência de tais indivíduos, buscando melhorias na vida dessas pessoas e no próprio mercado, beneficiando-se pelo uso da mão-de-obra, não exploratória, mas justa e digna. Tornando, deste modo, a reterritorialização, material e simbólica, de país e atividade laboral, eficiente e prática, ao auxiliar na criação de autonomia, desenvolvimento pessoal e profissional a partir do reconhecimento da qualificação — na universidade, em conselhos profissionais e no mercado de trabalho — oferecendo mais maneiras de integração local.

## Referências

ACNUR. **Perfil socioeconômico dos refugiados no Brasil: Subsídios para elaboração de políticas.** Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, 2019. Disponível em <<https://bit.ly/3Hv8SHV>>. Acesso em: 9 ago. 2022.

\_\_\_\_\_. **Venezuelanos no Brasil: Integração no mercado de trabalho e acesso a redes de proteção social.** Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3DImFyh>>. Acesso em: 7 ago. 2022.

AROUCA, Anamaria Tambellini; AROUCA, Sérgio. **Medicina de comunidade: implicações de uma teoria.** Saúde em Debate, 1976.

COSTA, Jurandir Freire. **História da psiquiatria no Brasil: um recorte ideológico.** Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

FOUQUET, Carlos. **O imigrante alemão e seus descendentes no Brasil (1808-1824-1974).** São Paulo: Instituto Hans Staden/ Federação dos Centros Culturais, 1974.

GARCÍA, Jenny; ABURTO, José Manuel. **The impact of violence on Venezuelan life expectancy and lifespan inequality.** International Journal of Epidemiology, Oxford, 2019.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **As colônias de parceria.** In: (Org.). O Brasil monárquico. Tomo II, v. 3: Reações e transações. São Paulo: Difel, 1967.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

LIMA, Joice Furtado. **Regimes totalitários e a imigração: uma análise do caso de imigração dos venezuelanos para o Brasil à luz do direito natural.** Fibra Lex, Belém, 2018.

MARINUCCI, Roberto. **Migrações e trabalho: precarização, discriminação e resistência**. REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Brasília, 2017.

\_\_\_\_\_. **O fenômeno migratório no Brasil**. Instituto Migrações e Direitos Humanos, 2002.  
Disponível em: <<https://www.migrante.org.br/migracoes/o-fenomeno-migratorio-no-brasil/>> Acesso em 10 de set. de 2022.

REZNIK, Luís (Org.). **História da imigração no Brasil**. – Rio de Janeiro : FGV Editora, 2020.

R4V. **Plataforma de coordinación para refugiados y migrantes de Venezuela**. 2022. Disponível em: <<https://r4v.info/es/situations/platform/location/7509>>. Acesso em 26 de out. de 2022.

SAYAD, Abdelmalek. **Imigração ou os paradoxos da alteridade**. Tradução Cristina Murachco. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. Companhia das Letras.

SIMÕES, Gustavo da Frota. (Org.). **Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil**. Brasília: CRV, 2017.

VILELA, Elaine Meire; COLLARES, Ana Cristina Murta; NORONHA, Cláudia Lima Ayer de. **Migrações e trabalho no Brasil: fatores étnico-nacionais e raciais**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, 2015.

WEIZENMANN, Tiago; SANTOS, Rodrigo Luis dos Santos; VON MÜHLEN, Caroline (Orgs.). **Migrações históricas e recentes** Lajeado : Ed. da Univates, 2017.

**AMBIÊNCIA E RECIPROCIDADE:  
refugiados como agentes de mudanças locais<sup>139</sup>**

**AMBIANCE AND RECIPROCITY:  
Refugees as local agents of change**

**AMBIENCIA Y RECIPROCIDAD:  
los refugiados como agentes de cambio local**

Ilana Sancovski<sup>140</sup>

**Resumo:** *Inserido no campo da Arquitetura e do Urbanismo, este trabalho faz parte de uma pesquisa que estuda o processo de (des)construção do habitar de sujeitos em situação de refúgio. Abordamos o espaço urbano a partir do conceito das ambiências sensíveis, com foco principalmente nos aspectos sociais e culturais do espaço. Neste artigo, fazemos uma reflexão acerca da inserção de sujeitos em situação de refúgio na cidade do Rio de Janeiro por meio das narrativas escutadas em nossas pesquisas de campo. Defendemos, aqui, que o estabelecimento de ambiências de acolhimento e hospitalidade propiciam a transformação desses sujeitos em agentes de mudança locais.*

**Palavras-Chave:** *Ambiência. Reciprocidade. Refúgio.*

**Keywords:** *Ambiance. Reciprocity. Refuge.*

**Palabras clave:** *Ambiencia. Reciprocidad. Refugio.*

<sup>139</sup> Trabalho apresentado no VIII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 24 a 26 de outubro de 2022.

<sup>140</sup> Arquiteta e Urbanista, Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Arquitetura- PROARQ/UFRJ, pesquisadora do Laboratório Arquitetura Subjetividade e Cultura- LASC/PROARQ.

## 1. Inserção de refugiados nas cidades contemporâneas

Em um longo debate sobre a ética das cidades, Richard Sennet (2018) se debruça na ideia da “cidade aberta” e busca compreender as formas que as nossas cidades contemporâneas podem se abrir. Fazendo um paralelo às ciências matemáticas, o autor sugere que “aberto implica um sistema de adequação entre o estranho, o curioso, o possível.” (SENNET, 2018, p.16) E desta forma, ele defende que “em termos éticos, uma cidade aberta naturalmente toleraria as diferenças e promoveria a igualdade” (Ibid., p.20). Para Sennet, o distanciamento entre o fazer e o viver a cidade, além dos desalinhamentos entre a cidade física e a cidade que acontece (a cidade das percepções, comportamentos e crenças) criam barreiras nesse processo de abertura das cidades. Uma “cidade aberta”, de acordo com Sennet, requer, portanto, a compreensão de suas complexidades e aproximação entre o fazer e o viver a cidade.

Inserida centralmente no campo da Arquitetura e do Urbanismo, a pesquisa que está na base deste trabalho tem a proposta de estudar os processos de (des)construção do habitar de pessoas em situação de refúgio na cidade do Rio de Janeiro. E por consequência, nos interessa também compreender os caminhos, e tornar mais palpável o estabelecimento de uma “cidade aberta”, onde o “estrangeiro”<sup>141</sup> possa ter um lugar salvaguardado. Com esse propósito, nossa pesquisa aborda os espaços urbanos a partir da noção das ambiências sensíveis, onde nos concentramos nos aspectos sensíveis e dinâmicos dos lugares, assim como aspectos culturais e sociais de seus usuários (DUARTE, 2013). Acreditamos que desta forma abrimos possibilidades de compreensão de uma complexidade das cidades trazendo novas formas de pensar e atuar no meio urbano.

Ao longo de nossa pesquisa temos acompanhado a experiência de pessoas em situação de refúgio principalmente por meio das narrativas contadas oralmente em diversos contextos<sup>142</sup>, o foco de nossa escuta está justamente na experiência espacial

---

<sup>141</sup> Me refiro aqui ao estrangeiro no sentido daquele que não é natural do lugar, o migrante, mas também o estrangeiro tal como descrito por Simmel (1983).

<sup>142</sup> A pesquisa conta com referências de falas e palestras públicas e privadas, além de entrevistas pessoais com pessoas em situação de refúgio, usamos também como recursos de pesquisa paralelos as redes sociais e meios de divulgação online.

e relacional dessas pessoas na cidade, e nas ambiências compartilhadas por elas.<sup>143</sup> O que intencionamos com este trabalho é trazer uma reflexão a respeito da inserção dessas pessoas na cidade a partir de algumas cenas com as quais nos deparamos nesse caminho da pesquisa.

## 2. A relação dialógica (face a face) espaço-sujeito refugiado: ambiência e reciprocidade

Apresentamos a seguir, pequenos trechos de conversas ou falas proferidas por refugiadas<sup>144</sup> acerca das suas experiências de vida na cidade do Rio de Janeiro, que escutamos ao longo de nossa pesquisa de campo. Essas falas nos chegam por vozes diversas, mas se encontram na construção de uma nova perspectiva de lugar em um sentido direto e restrito, mas também uma nova perspectiva de cidade em um sentido mais amplo.

Continuo trabalhando com comida venezuelana, mas começaram a chegar um pouco mais venezuelanos, e esta é uma forma fácil e mais rápida de conseguir ter um benefício [...]. Mas agora o projeto é trabalhar um pouco mais na área social. Virar o empreendimento a uma cozinha social que eu tô trabalhando desde o ano passado. Ongs pagam para mim um valor, onde eu compro insumos, faço o aproveitamento completo dos insumos e levamos a comida para moradores de rua, para comunidades específicas, favelas específicas. Eu tô trabalhando nisso já há um ano [...] e nesse ano eu consegui solicitar uma cozinha para mim, uma cozinha solidária aqui em casa [...] e levamos a alimentação para moradores de ruas, crianças, o meu público-alvo são crianças. **Há sido uma forma de drenar um pouco meus sentimentos e retribuir ao brasil o que o brasil faz por nós. Porque mesmo que não todo mundo de a mão pra nós, o brasil fez muito por nós tendo reconhecido como refugiados. Dá educação e saúde para meus filhos, trabalho,** e mesmo que a gente se beneficie, também beneficiará o outro [...] assim **como a gente recebeu em algum momento a gente arruma para dar a eles.** Fazer uma comida e não fazer uma comida para receber um dinheiro, porque eu não recebo. Mas, sim, fazer uma comida que é gostosa, que seja grande, que seja completa para que essas crianças se alimentem. Então é uma das coisas mais gratificantes que já consegui fazer aqui no brasil. (entrevista com refugiada venezuelana 2021)

De uma forma muito clara, a refugiada que nos conta a história acima fala sobre a importância da retribuição na superação de seus traumas e na continuidade de sua vida. Ela expressa gratidão e responsabilidade pelo Estado que a acolheu em uma

<sup>143</sup> Nossa pesquisa tem como um dos objetivos aprofundar ferramentas metodológicas para pesquisa das dimensões sensíveis dos espaços, as quais chamamos de ferramentas etnotopográficas. Ver: PINHEIRO, 2011.

<sup>144</sup> Omitimos os nomes dessas informantes como forma de preservar suas identidades.

ambiência que lhe proporcionou acesso a saúde, educação e trabalho para continuar sua história de vida.

Já a fala abaixo, nos conta sobre a dificuldade maior de uma refugiada que se viu isolada em um lugar completamente novo e de idioma desconhecido.

“Aí eu falo, você chega num lugar, você não fala a língua, você não é diferente de um bebê. Sabe um bebê? O bebê quando tem fome não fala, não sabe falar só chora. Você chora. Quando ele tá com dor de barriga, dor de cabeça, não fala, só chora. Você que tem que descobrir o que ele tem. Mas a gente faz de tudo né? Tem que aprender.” (palestra de uma refugiada africana em uma escola municipal 2019)

Em outra ocasião, essa mesma refugiada afirmou que “Graças a uma ONG aprendi o português”. Essa refugiada, hoje, trabalha como intérprete e outras funções nessa mesma ONG que lhe acolheu com um espaço de aprendizado e inclusão. Desta forma ela pode proporcionar a novos migrantes recém-chegados um acolhimento tal como um dia foi recebida.

Por fim, trazemos uma fala que traduz o anseio de outra refugiada que nos conta sua história.

“Não queremos ser um estorvo, queremos ter a oportunidade de comprar nosso próprio feijão, não queremos cesta básica, queremos oferecer a cesta básica” (Palestra de uma refugiada africana em um evento público 2019)

A refugiada reivindica o estabelecimento uma ambiência inclusiva onde o refugiado tenha autonomia também financeira para comprar sua própria comida, garantindo sua sobrevivência, para que um dia possa contribuir com a sobrevivência de outros sujeitos.

O que gostaríamos de destacar com as falas acima é a instauração uma relação dialógica, face a face (LEVINAS, [1961] 2008) entre o espaço e o sujeito refugiado. Entendemos que a ambiência que acolhe, que oferece os meios de inclusão efetiva (acatando a alteridade do sujeito) e propicia determinada cidadania a sujeitos refugiados reivindica uma resposta, onde o sujeito se depara com a responsabilidade por aquele espaço. Com isso, defendemos aqui que a partir dessa relação dialógica entre sujeito e espaço passa a existir uma ambiência de reciprocidade que torna possível a transformação dos sujeitos refugiados em importantes agentes sociais na melhoria dos espaços urbanos onde habitam.

Por mais longe que estejamos da experiência de uma “cidade aberta” tal qual propõe Sennet, acreditamos que essa relação dialógica entre espaço e sujeito refugiado

é um pequeno passo para a transformação de espaços locais, onde é possível ver a adequação entre “o estranho, o curioso, o possível” (SENNET, 2018).

### **Agradecimento:**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

### **Referências**

DUARTE, Cristiane. **Ambiência: Por uma ciência do olhar sensível no espaço**. Tradução: Cristiane Duarte. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://lasc.fau.ufrj.br/public/upload/2019-0715/664006719005f643da5eda989c25748f.pdf> Título original: “Ambiance: pour une approche sensible de l’espace”

LEVINAS, Emmanuel. [1961] **Totalidade e Infinito**. Ed. Edições 70. Portugal. 2008

PINHEIRO, Ethel. **Dimensão subjetiva e cultural das ambiências: Ferramentas etnotopográficas na pesquisa em arquitetura e urbanismo**. Projeto de Pesquisa CNPQ. LASC-Proarq-UFRJ. Rio de Janeiro, 2011.

SENNET, Richard. **Construir e habitar: Ética para uma cidade aberta**. Ed. Record. Rio de Janeiro, 2018.

SIMMEL, Georg. O estrangeiro. In. FILHO, Evaristo Moraes de. (org.). **Sociologia**. Ed. Ática. São Paulo, 1983.